

Estudos Culturais: Estudos Inter-Multi- Trans-Pan-Anti-In- Disciplinares



Estudos Culturais:
Estudos Inter-Multi-Trans-Pan-Anti-In-
Disciplinares

Coordenação de Clara Sarmento, com Bruna Saadé Diniz

© Clara Sarmento, com Bruna Saadé Diniz

Centro de Estudos Interculturais (CEI), ISCAP-P.PORTO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7010-2908>

Título do livro: Estudos Culturais: Estudos Inter-Multi-Trans-Pan-Anti-In-Disciplinares

ISBN pdf: 978-989-9226-03-6

Editado por Edições POLITEMA, 2025

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Edições POLITEMA | Autores – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0

Prefácio

E, se não agora, quando? Estudos Culturais em tempos de crise

Ana Cristina Mendes

Presidente da ACS – Association for Cultural Studies

Este livro é mais do que uma coletânea de capítulos: é uma tentativa de compreender o que significa habitar um presente tão saturado de crises que até os nossos sonhos de futuro se tornaram precários. Nesta conjuntura, rasgada entre polarizações emocionais e incertezas políticas, a recente reeleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos apresenta-se-nos como uma reconfiguração visceral do que se espera da democracia—e das suas falhas em sustentar uma qualquer ideia partilhada de futuro. A reeleição de Trump foi um alerta de que as ideologias da supremacia, do individualismo exacerbado e da xenofobia estão vivas, pulsantes e profundamente enraizadas em estruturas que normalizam a desigualdade e a opressão.

Neste cenário, a relevância dos Estudos Culturais é inquestionável, mas não apenas como um cânone de textos a estudar; os Estudos Culturais precisam ser um movimento, um espaço de insurgência e reinvenção. Recordemos que, no cerne dos Estudos Culturais, está a insistência de que a cultura não é um mero reflexo do mundo, mas o campo onde o mundo—o nosso mundo—é continuamente feito, desfeito, refeito. Estamos, como Lawrence Grossberg nos lembra, num tempo em que o futuro não é dado, mas disputado. Vivemos num momento em que o tecido social parece desintegrar-se sob a ação de forças polarizadoras que tornam o diálogo quase impossível. A reeleição de Trump é sintomática de que vivemos “tempos sombrios” (na expressão de Grossberg) não porque esta tenha criado as divisões que nos dilaceram, mas porque as amplificou, expondo, com extrema contundência, a fragilidade das democracias modernas e a força corrosiva das ideologias do medo e da exclusão.

Os Estudos Culturais são desafiados a pensar além das suas genealogias e a insistir em perguntas que nos façam imaginar novas formas de coexistir. Como viver sob as condições de uma crise permanente? Como criar práticas de esperança e empatia num mundo que parece funcionar apenas no modo de urgência? E nós? Que papel desempenhamos ao perpetuar sistemas que tendem, por exemplo, a transformar professores em gestores e estudantes em consumidores? O que fazer para resistir à onda neoliberal que torna a academia num local de produtividade e competição, que subordina o pensamento ao impacto quantificável e deixa de ser um espaço de criação coletiva? Como transformamos as nossas instituições em lugares de afeto radical, *afeto radicalmente contextualizado*, onde o pensamento não seja apenas produção, mas cuidado mútuo?

As universidades, que deveriam ser o centro vital do pensamento crítico, encontram-se sufocadas, muitas vezes enredadas em rotinas burocráticas e numa apatia que as torna cúmplices das forças que deveriam contestar, paralisadas num conformismo que serve apenas para perpetuar o status quo, em contextos marcados pela precarização do trabalho académico e pelo controlo corporativo

da produção de conhecimento. Há também, nas entrelinhas, um desafio dirigido a nós, as associações dedicadas ao desenvolvimento dos estudos culturais. Como podemos justificar a nossa existência se não conseguimos mobilizar os nossos membros? Se as associações de Estudos Culturais têm futuro, este não será encontrado em encontros protocolares ou relatórios anuais, mas na ousadia de imaginar novas colaborações, práticas e formas de nos comprometermos com o mundo.

Num dos capítulos iniciais, “Indisciplinar os Estudos Culturais,” da autoria da organizadora desta coletânea, Clara Sarmento, somos convidadas a confrontar não apenas a rigidez disciplinar da academia, mas a sua cumplicidade com as forças que tornaram o conhecimento refém da produtividade e da quantificação. *Indisciplinar* é o mote. Em cada página da coletânea encontramos um compromisso com a indisciplina—essa qualidade fundamental dos Estudos Culturais que, como Stuart Hall sempre nos lembrou, nunca foi sobre uma metodologia estabelecida, mas sobre um projeto político, sobre a prática de reimaginar e de intervir, e sobre a nossa capacidade de imaginar futuros mais justos. Como Hall enfatizou, os Estudos Culturais nunca foram uma disciplina tradicional, mas um espaço de articulação, um local onde diferentes saberes e práticas interagem para revelar as dinâmicas de poder que moldam as nossas experiências.

Em tempos em que a pedagogia se torna um campo de batalha, vários capítulos desafiam a hegemonia do entendimento do conhecimento como mercadoria, reivindicando o ensino como um espaço de resistência e criação de sentido. Enquanto presidente de uma associação internacional de Estudos Culturais, vejo nesta publicação uma oportunidade para refletirmos coletivamente sobre o papel de nossas instituições. É urgente renovarmos o nosso compromisso com a indisciplina, como sugere Sarmento. A sobrevivência dos Estudos Culturais depende da nossa capacidade de cultivar essa energia transgressora e inovadora, que os fundadores do campo imaginaram e que tantos autores aqui continuam a desenvolver.

A resposta parece residir na prática de uma interdisciplinaridade radical, que transcende limites institucionais e epistemológicos, e na construção de fusões entre a academia, as associações e as comunidades. É possível imaginarmos juntos uma academia que não seja apenas espaço de produção e reprodução, mas de risco, inovação e afeto compartilhado. Há trabalho a ser feito nos interstícios do que resta—nos *undercommons* da universidade (como defendem Fred Moten e Stefano Harney), nos espaços sub-, contra- e incomuns das nossas instituições de ensino. Mantém-se continuamente a necessidade de libertar a universidade da sua complacência para reencontrar a força transformadora de seu compromisso com as questões mais urgentes da vida coletiva e torná-la, mais uma vez, um lugar de renovação.

Mais do que nunca, as associações e universidades precisam não só reconhecer as tendências que emergem em resposta a desafios inéditos, mas também *situar-se radicalmente nelas*. Precisamos urgentemente de um pensamento que compreenda as transformações provocadas pela inteligência artificial e a ascensão dos algoritmos como mediadores culturais; o impacto das mudanças climáticas nas identidades e geografias culturais; a centralidade das plataformas digitais no redirecionamento dos discursos de poder (e na disseminação da desinformação); entre muitos outros temas. Precisamos entender os deslocamentos globais não apenas como ameaças, mas como convites a formas de cuidado e criatividade que transcendem o humano.

Se os Estudos Culturais têm futuro—como defendemos—não estará na repetição de velhos e cansados gestos, mas na abertura ao que ainda não sabemos fazer. Este livro, no entanto, encontra

o equilíbrio: olha para trás, para os fundamentos insurgentes do CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham), e para frente, para caminhos em potência. É, portanto, um ato de imaginação coletiva: um lembrete de que o futuro não está garantido, mas que ainda podemos escolhê-lo, moldá-lo, habitá-lo. Este projeto é, portanto, uma resistência ativa às forças que tentam disciplinar o pensamento e mercantilizar a educação. Os capítulos aqui reunidos refletem essa pluralidade, abordando desde a indisciplinaridade e a metadisciplinaridade como modos de resistir ao confinamento acadêmico, até explorações teóricas ousadas que dialogam com temas tão diversos como a teoria queer, o pós-modernismo na música e as pedagogias culturais do consumo.

Como justificar um projeto que nasceu para ser insurgente, para desafiar hierarquias e fronteiras disciplinares, mas que corre o risco de se acomodar nas margens das instituições que, paradoxalmente, tenta criticar? Os vários autores deste livro não oferecem respostas fáceis ou lineares a estas múltiplas interrogações; o livro não promete soluções. Em vez disso, perpassa-o uma insistência na *urgência de permanecer com as perguntas*. Só assim se torna possível imaginar futuros diferentes. A renovação das formas de pensar e de agir não pode ocorrer sem um reconhecimento profundo das dinâmicas de exclusão e precariedade que estruturam as crises dos tempos sombrios que vivemos. Ignorar aquelas dinâmicas é perpetuar condições de injustiça; reconhecê-las é o primeiro passo para imaginar alternativas.

Os Estudos Culturais nasceram da resistência, e se há algo que esta coletânea (e a História) demonstra, é que a crise não é o fim, mas o momento de maior urgência para a reinvenção. Num tempo em que as associações de estudos culturais enfrentam crises de comprometimento de seus membros, exacerbadas pelo avanço do neoliberalismo nas instituições de ensino superior, esta coletânea surge como um testemunho resiliente e um apelo à renovação. Na verdade, uma das preocupações centrais desta coletânea é a de como sustentar a relevância sociopolítica dos Estudos Culturais em tempos de crise.

O pensamento não é apenas uma ferramenta para analisar o mundo, mas um modo de nos tornarmos responsáveis por ele. Como Joanna Zylińska argumenta, o futuro é inevitavelmente especulativo: ele só será o que imaginarmos e praticarmos agora. Mais uma vez: este livro é mais do que uma coletânea de capítulos; é uma ecologia de gestos intelectuais que, juntos, se propõem a mapear tanto os limites quanto as promessas dos Estudos Culturais. É um contributo para a construção daquilo que Lauren Berlant designa por “infraestruturas transformacionais” — modos de convivialidade que nos permitam sobreviver às crises do presente através da imaginação e da criação de algo diferente. Como Zylińska nos lembra, viver é um processo criativo que exige a invenção contínua de modos éticos de existir e de coabitar. Este livro aponta caminhos—não um destino final, mas práticas transformadoras para trilhar caminhos; no fundo, um movimento.

De novo: este livro é mais do que uma coletânea de capítulos—é um ato de responsabilidade coletiva. Um lembrete de que no cerne do projeto político dos Estudos Culturais está a capacidade de dizer: não aceitamos o mundo como ele está. Não aceitamos os termos impostos pela academia neoliberal. E não aceitaremos menos do que do que a liberdade de imaginar e lutar por algo radicalmente diferente.

E, se não agora, quando?

Índice

Prefácio	5
Introdução	13
Secção 1. Novas Epistemologias.....	21
I. Inter e Transdisciplinaridade nos Estudos Culturais e Estudos Decoloniais.....	23
II. Indisciplinar os Estudos Culturais, Desconfinar Doutoramentos, Desafiar a Inovação	39
III. A Dimensão Metadisciplinar dos Estudos Culturais e o Espectro Filosófico	51
IV. O Incomensurável Infinito e a Imensa Liberdade de não ser Livre	59
V. Explorando Novas Perspetivas nas Humanidades Digitais Críticas: Uma revisão bibliográfica sobre grupos fechados e hierarquizados nos Estudos Culturais	65
VI. Explorar o Conceito de Alteridade: Os Estudos Interculturais enquanto lente crítica....	73
VII. Explorações sobre Método na Teoria Queer	85
VIII. Por uma História para além de Vencedores e de Perdedores.....	95
Secção 2. Práticas e Pedagogias.....	105
IX. Estudos Culturais e Educação para/pelas Mídias: Perspectivas transdisciplinares para a formação docente crítica	107
X. As Pedagogias Culturais do Consumo nas Narrativas Oraís Infantis em Contextos Escolares.....	115
XI. A Função Pedagógica da Ficção Seriada: Uma análise da produção crítica e criativa dos fãs de <i>As Five</i> no X.....	123
XII. Desinformação – A minha verdade é o que eu quero ouvir. Como o discurso falso se sobrepõe aos factos no consumo do conteúdo digital.	134
XIII. Memórias, Controvérsias e Identidades nos Legados de Franco e de Salazar	145
XIV. <i>Distorted and Wounded</i> : Pós-modernismo e neoliberalismo na obra dos Sepultura e nos fanzines sul-americanos.....	157
XV. Vida em Ruínas: A representação da ruína moderna em <i>The Walking Dead</i> e <i>The Last of Us</i>	167
XVI. <i>Pigeons Soundings</i> – Um Regresso Sonoro à Ruína	175
Secção 3. Intervenções e Resistências	185
XVII. Liberdade – A Invocação à Resistência em Idosos	187
XVIII. Música: Um catalisador para resistência, inclusão e mudança de mentalidades	195
XIX. Aborto em Portugal: Uma análise de argumentos (não) favoráveis à descriminalização da prática.....	205
XX. Entre Representações e Resistências: O papel das revistas chinesas na articulação das questões das mulheres na China.....	213
XXI. Género no Prémio Nobel de Química: A trajetória de vida das mulheres laureadas ...	222
XXII. Patriarcado: Uma bananeira no meio da sala.....	231

XXIII. Os Processos Teatrais podem ser Assuntos Culturais?	239
XXIV. “O Contrário é Branco”: Performatividade da raça em jogo.....	249
XXV. (Re)Articulando Imaginários sobre as Homossexualidades: Representações na publicação <i>Órbita Gay Macho</i>	257
XXVI. O Estatuto de Refugiado e outras Respostas da União Europeia.....	265
XXVII. A Proteção Internacional dos Direitos do Homem: Do âmbito universal ao nível regional	275
Pósfacio	286
Sobre os Autores	291
Índice Remissivo	297

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1:	Esquema pedagógico centrado no conceito de ‘alteridade’.....	79
Figura 2:	Relação entre obra literária e conceitos interculturais.	80
Figura 3:	Interpretação crítica e construtiva do conceito de ‘otherness’.....	82
Tabela 4:	Parâmetros de pesquisa para selecionar os artigos.	87
Tabela 5:	Diagrama de fluxo do método PRISMA (Moher et al., 2009).....	88
Tabela 6:	Meta-análise.	90
Figura 7:	Postagens no perfil do Instagram O Tarsila é Nosso.	112
Figura 8:	Sistematização do estado da arte.	126
Figura 9:	Sistematização do conceito “literacia do fã”.....	127
Figura 10:	Resultados do protocolo de abordagem.....	128
Figura 11:	Temas sociais abordados em As Five.	128
Figura 12:	Os fãs repercutem sobre o racismo.	129
Figura 13:	Os fãs repercutiam a importância da saúde mental no ambiente de trabalho.	129
Figura 14:	Os fãs comentam o arco narrativo de Keyla.	130
Figura 15:	A orientação sexual de Lica e Samantha analisada pelos fãs.....	131
Figura 16:	Os fãs comentam sobre o arco de Bene.	131
Figura 17:	Riscos globais classificados por gravidade a curto e longo prazo.	136
Figura 18:	Três categorias de desordem informacional.	137
Figura 19:	Dimensões e Indicadores de Competência Mediática.....	139
Figura 20:	Análise da Publicação 1.	139
Figura 21:	Análise da Publicação 2.	140
Figura 22:	Categorização dos 100 primeiros comentários.....	141
Figura 23:	Exemplos de comentários na publicação 1.....	141
Figura 24:	Exemplos de comentários na publicação 2.....	141
Figura 25:	Análise da produção e distribuição das publicações.....	142
Figura 26:	Análise das interações com as publicações.	142
Figura 27:	Ibsen Otoni, Esquizofrenia capa, 1987.	160
Figura 28:	Tira em “Disneylândia”.	163
Figura 29:	Ruína de São Columba, 1974.	176
Figura 30:	A capela construída nas ruínas da torre românica (arquiteto Gottfried Böhm).	177
Figura 31:	St. Kolumbia, planta baixa dos vários prédios da igreja.....	178
Figura 32:	Pombos agitando as asas ao voarem.....	179
Figura 33:	The Birth of Hip Hop 70's.....	197
Figura 34:	The Sex Pistols.....	198
Figura 35:	Performance da cantora Beyoncé nos MTV Video Music Awards, 2014.....	200
Figura 36:	Antônio Variações.	200
Figura 37:	Capa do álbum Afro Fado do artista Slow J.....	202
Figura 38:	I Ching.....	215
Tabela 39:	Dados das mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química.	226
Figura 40:	Árvore patriarcal conforme Allan Jonhson (2014).	234
Figura 41:	Rizoma patriarcal (Bananeira) conforme a autora.	236
Tabela 42:	Categorias Teóricas.	252
Figura 43:	Número 15 da publicação Órbita Gay Macho.	259

Introdução

Clara Sarmento

Diretora do Centro de Estudos Interculturais (CEI), ISCAP-P.PORTO

Estudos Culturais: Estudos Inter-Multi-Trans-Pan-Anti-In-Disciplinares explora as diversas vertentes dos Estudos Culturais à luz da interdisciplinaridade, numa afirmação da constante irreverência, pertinência e vitalidade da área. Pensar e praticar os Estudos Culturais enquanto área inter-, multi-, trans- e pan- disciplinar não significa trilhar um caminho vago e indefinido, numa anti-/in-disciplina aleatória, árida, alheada dos contextos que condicionam a academia contemporânea. Bem pelo contrário, os ensaios coligidos neste volume desafiam as fronteiras disciplinares que mais não fazem do que perpetuar as hierarquias do poder e reproduzir os discursos ideologicamente orientados sobre a vulnerabilidade das Ciências Sociais e Humanas. Essas fronteiras disciplinares anacrónicas contaminam a capacidade de intervenção intelectual, política e social dos Estudos Culturais. Por essa razão, a intervenção anti- e in-disciplinar dos Estudos Culturais torna-se ela própria num projeto académico orientado para a defesa de uma academia contemporânea e inclusiva, ciente das mudanças exigidas pela decolonização, pelos feminismos, por todas as identidades situadas algures no espectro inter-, multi-, trans- e pan-. Nesse sentido, os Estudos Culturais discutidos ao longo destas páginas são inter-, multi-, trans- e pan- disciplinares para se poderem anti- encerrar face aos confinamentos intelectuais e in-disciplinar face aos poderes hegemónicos, honrando o legado dos Estudos Culturais do Centre for Contemporary Cultural Studies de Birmingham e de Stuart Hall. Porque:

[Cultural studies] does have some stake in the choices it makes. It does matter whether cultural studies is this or that. It can't be just any old thing which chooses to march under a particular banner. It is a serious enterprise, or project, and that is inscribed in what is sometimes called the 'political' aspect of cultural studies. Not that there's one politics already inscribed in it. But there is something at stake in cultural studies, in a way that I think, and hope, is not exactly true of many other very important intellectual and critical practices. Here one registers the tension between a refusal to close the field, to police it and, at the same time, a determination to stake out some positions within it and argue for them.

Stuart Hall, "Cultural Studies and its Theoretical Legacies", 1992.

Os capítulos aqui compilados provêm de uma seleção dos trabalhos apresentados ao III Congresso da RNEC – Rede Nacional em Estudos Culturais, organizado pelo Centro de Estudos Interculturais (CEI) do Politécnico do Porto, nos dias 11 e 12 de julho de 2024, no ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. A Rede Nacional em Estudos Culturais representa uma comunidade de centros de investigação, instituições de ensino superior, licenciaturas, mestrados, doutoramentos e pós-graduações que tem vindo a expandir-se de forma assinalável ao longo dos últimos anos em Portugal. O seu III Congresso promoveu, uma vez mais, o reconhecimento desta comunidade construída em torno dos Estudos Culturais e potenciou diálogos articulados e densos por parte de académicos, investigadores e instituições nacionais e

internacionais, dos quais nasceram as três principais secções que estruturam este *Estudos Culturais: Estudos Inter-Multi-Trans-Pan-Anti-In-Disciplinares*: as “Novas Epistemologias”, as “Práticas e Pedagogias Críticas” e as “Intervenções e Resistências”.

Uma sustentação epistemológica em constante atualização é essencial à missão dos Estudos Culturais, na sua análise e interpretação crítica das complexidades dos fenómenos culturais contemporâneos. As “Novas Epistemologias” que dão o título à primeira secção deste livro procuram oferecer ferramentas conceptuais essenciais à abordagem das dinâmicas do poder, da formação das identidades e das mudanças sociais, nos mais diversos contextos culturais. Uma estrutura teórica em evolução garante a capacidade de resposta dos Estudos Culturais a questões globais emergentes, tais como a influência dos media digitais, a interculturalidade e o hibridismo cultural. Além disso, estas “Novas Epistemologias” promovem diálogos interdisciplinares, integrando contribuições da sociologia, da antropologia, da literatura e dos estudos dos media, renovando assim um campo interdisciplinar de saber, capaz de desafiar as narrativas dominantes e contribuir para a transformação social.

A secção abre com o capítulo “Inter e Transdisciplinaridade nos Estudos Culturais e Estudos Decoloniais”, que explora a intersecção dessas áreas convergentes e a sua capacidade de repensar as dinâmicas do poder, da produção de conhecimento e da representação cultural. Os Estudos Culturais, nascidos no contexto do trabalho de Stuart Hall e outros académicos da Universidade de Birmingham, concentram-se na crítica da cultura através das lentes do poder; as teorias decoloniais emergem principalmente na América Latina, enquanto crítica dos legados do colonialismo e da continuidade das suas estruturas de poder. A articulação destas duas perspetivas oferece novas abordagens para entender e transformar as condições socioculturais do mundo contemporâneo, global e intercultural.

À medida que a globalização e a interculturalidade redesenham o ensino superior, a necessidade de indisciplina, de liberdade académica, cocriação e adaptabilidade torna-se ainda mais relevante na conceção e prática de novos projetos de ensino e investigação em Estudos Culturais. “Indisciplinar os Estudos Culturais, Desconfinar Doutoramentos, Desafiar a Inovação” aborda precisamente a intervenção indisciplinar dos Estudos Culturais no ensino superior, através de projetos académicos que desafiam as hegemonias institucionais e os confinamentos disciplinares, honrando o legado do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham. Este apelo à indisciplina dos Estudos Culturais começa com uma reimaginação radical daquilo que será a lecionação de um doutoramento, o que permite explorar metodologias, epistemologias e ontologias para lá das limitações impostas pelo preconceito. O projeto descrito neste capítulo apoia-se em práticas cocriativas e na produção de teses sobre problemas identificados pelas comunidades, ao mesmo tempo que aplica os princípios de Birmingham à inovação na formação de terceiro ciclo. Desafia ainda a polarização entre a exploração das artes em benefício dos negócios e o estereótipo do artista subsídio-dependente porque, na realidade, as práticas culturais marginais podem gerar projetos inovadores e sustentáveis, quando os académicos adotam uma estratégia inclusiva, capaz de reconhecer recursos culturais tradicionalmente ignorados pelas instâncias de poder. Este processo acaba por replicar a evolução dos próprios Estudos Culturais, e a respetiva construção de um conceito abrangente e dinâmico de cultura, que inclui objetos, práticas e sujeitos silenciados, excluídos ou subordinados durante demasiado tempo.

Prosseguindo a interrogação crítica das epistemologias dos Estudos Culturais, e questionando a afirmação recorrente de que se trata de uma disciplina interdisciplinar, “A Dimensão Metadisciplinar dos Estudos Culturais e o Espectro Filosófico” propõe a inserção dos Estudos Culturais na tradição das Humanidades enquanto prática metadisciplinar. Esta tese é sustentada através da constatação da estreita afinidade entre a filosofia na sua versão retórico-argumentativa e os Estudos Culturais. Embora esta tese não seja expressamente enunciada por Stuart Hall, ela subjaz ao modo dialógico, aberto e não-disciplinar com que Hall concebe a prática dos Estudos Culturais.

A crítica epistemológica própria dos Estudos Culturais – com a sua multiplicidade e transdisciplinaridade – sustentam a análise fílmica do pensamento deleuzeano em *Lucy* de Luc Besson, no capítulo “O incomensurável infinito e a imensa liberdade de não ser livre”. A mundividência deleuziana motiva uma crítica desconstrutiva da arte cinematográfica que Besson constrói sobre a dimensão infinita do pensamento de Deleuze. A dimensão ética de *Lucy* questiona política e socialmente a possibilidade da liberdade plena, os fluxos desejantes, intemporais e adimensionais, bem como a transformação do lugar da existência no espaço e no tempo.

A integração das epistemologias das humanidades digitais críticas nos Estudos Culturais expande o potencial de análise de grupos fechados e hierarquizados, permitindo desvendar dinâmicas culturais em contextos cujo acesso é rigorosamente controlado. “Explorando Novas Perspetivas nas Humanidades Digitais Críticas: Uma revisão bibliográfica sobre grupos fechados e hierarquizados nos Estudos Culturais” analisa as contribuições de autores como Bruno Latour, Paul Feyerabend e Christine Hine, destacando a relevância da etnografia digital, da análise das redes sociais, da mineração de dados e da hermenêutica digital. A diferença entre metodologias tradicionais e digitais vai além da simples adaptação de ferramentas, pois a investigação revela que as metodologias digitais proporcionam uma compreensão acrescida das formas como o poder, a resistência e a identidade são negociados dentro da complexidade cultural contemporânea.

Enquanto construção social, a alteridade promove distinções com base em diferenças culturais, étnicas, raciais e ideológicas. No entanto, na complexidade cultural contemporânea, essa noção torna-se fluida e dependente das dinâmicas do poder e dos contextos sociais, pelo que os encontros interculturais são frequentemente marcados por desequilíbrios de poder e por conflitos decorrentes da essencialização de outras culturas. “Explorar o Conceito de ‘Alteridade’: Os Estudos Interculturais enquanto lente crítica” analisa as ligações entre alteridade, desconstrução e estudos interculturais, bem como a sua influência na compreensão do ‘eu’ e do ‘outro’. Tendo como inspiração o conto *Wakefield* de Nathaniel Hawthorne, este capítulo explora os limiares da alienação e da pertença, enquanto parábola da experiência de ser o ‘outro’. Nesta exploração há espaço para uma construção pedagógica no âmbito dos Estudos Culturais, na qual *Wakefield* ilustra os processos de marginalização, de exclusão e de assimilação cultural, ao mesmo tempo que desafia conceitos essencialistas de identidade, de pertença e de poder. O silêncio de *Wakefield* estimula a reflexão crítica sobre o modo como a linguagem – verbal e não-verbal – afeta identidades e perpetua estruturas sociais. À luz dos Estudos Culturais, *Wakefield* proporciona uma compreensão profunda das complexidades da alteridade e do sentido de pertença num mundo fragmentado.

A análise crítica das epistemologias dos Estudos Culturais envereda de seguida pela teoria queer, uma parte da teoria crítica pós-estruturalista que emergiu dos estudos queer e feministas e se tornou visível no início dos anos noventa. A teoria queer recorre aos Estudos Culturais, à sociologia, à

antropologia, à literatura e à comunicação para analisar as estruturas de poder e as normas socioculturais, recusando conformar-se com a pressão do status académico para que seja mantida a todo o custo a homogeneidade disciplinar. “Explorações sobre Método na Teoria Queer” traça uma diacronia da teoria queer, no seu distanciamento dos estudos gays e lésbicos ocidentais tradicionais e na sua preferência pela auto-narração, sem excluir identidades, disciplinas e métodos. O capítulo conclui pela inexistência de um método queer, ao invés de objetos queer e de abordagens queer, que desempenham um papel disruptivo na análise das relações de poder e dos múltiplos sentidos de pertença contemporâneos.

De igual modo, “Por uma História para além de Vencedores e de Perdedores” aborda as questões do poder e das reparações históricas sob uma perspetiva crítica, destacando o debate sobre a crise narrativa na modernidade e as suas implicações para os sujeitos, nomeadamente na sua capacidade de realizar lutos individuais e coletivos. O capítulo analisa criticamente as abordagens mais individualistas e também alguns modelos sociais e comunitaristas baseados na lógica acusatória, apresentando como alternativa o terceiro moral da psicologia relacional e o modelo testemunhal da filosofia moral.

A análise crítica das práticas e das pedagogias dos Estudos Culturais permite que investigadores, docentes e discentes desafiem as estruturas de poder e as ideologias dominantes. Os capítulos reunidos na secção “Práticas e Pedagogias Críticas” encorajam esses mesmos investigadores, docentes e discentes a questionarem o seu posicionamento e a sua responsabilidade na produção de conhecimento. Ao promoverem o envolvimento ativo nos textos e nas práticas dos Estudos Culturais, as pedagogias críticas cultivam as competências analíticas e o comprometimento social, criando espaços inclusivos para as vozes marginalizadas, ao mesmo tempo que desafiam as hierarquias tradicionais do discurso académico. Em última análise, as práticas e as pedagogias críticas garantem que os Estudos Culturais continuem a ser um campo de saber comprometido com a justiça social e a emancipação intelectual.

A intersecção entre os Estudos Culturais, as ciências da educação e os estudos dos media ressalta a premência da abordagem inter e transdisciplinar para a formação cidadã crítica e reflexiva. “Estudos Culturais e Educação para/pelas Mídias: Perspetivas transdisciplinares para a formação docente crítica” organiza-se a partir da necessidade de formar docentes para uma educação para e pelos media digitais, descritos enquanto linguagem com estruturas e estéticas muito próprias. Por conseguinte, os discentes serão preparados para uma cidadania ativa, pensante e crítica face às estruturas de poder que se manifestam nos recursos mediáticos, dentro e fora dos ambientes educacionais. O capítulo discute a relevância da produção de conteúdos mediáticos audiovisuais como ferramentas de democratização e redução das desigualdades socioculturais. Os Estudos Culturais, na sua abordagem transdisciplinar, propiciam o desenvolvimento de pedagogias críticas que capacitam tanto docentes como discentes a comprometerem-se política e socialmente, de forma reflexiva e emancipatória, preparando-os para uma intervenção ativa na sociedade contemporânea.

A articulação dos Estudos Culturais com as ciências da educação e os estudos sobre o consumo sustenta “As Pedagogias Culturais do Consumo nas Narrativas Oraís Infantis em Contextos Escolares”. O capítulo explora a forma como as crianças brasileiras em idade escolar compreendem, apropriam e reinventam a cultura do consumo nas suas narrativas orais, com base numa investigação desenvolvida em cinco turmas do primeiro ciclo do ensino básico. As narrativas

– ainda que imaginárias – destas crianças referiram experiências, práticas e objetos de consumo que contaminam o seu quotidiano e nelas o dinheiro emerge como objeto de desejo e de representação simbólica dos sujeitos. Depreende-se que as pedagogias do consumo exercem um poder efetivo sobre o imaginário das crianças em idade escolar, convocando-as a assumir identidades e práticas a partir da racionalidade do consumo, algo a que os Estudos Culturais, em articulação com as ciências da educação, devem estar atentos.

Como se conclui, a dramatização das questões sociais pode estimular a formação de sujeitos críticos, ampliando o modo como estes compreendem o mundo em que estão inseridos. Neste sentido, “A Função Pedagógica da Ficção Seriada: Uma análise da produção crítica e criativa dos fãs de *As Five* no X” analisa as questões sociais exploradas no universo ficcional da série brasileira *As Five* (Globoplay, 2020-2024) e a forma como esta estimula o debate de ideias e o pensamento crítico dos fãs na rede social X. As escolhas criativas e os enquadramentos técnico-estéticos de *As Five* pautaram as discussões dos telespetadores, reforçando o caráter potencialmente pedagógico da ficção televisiva. Com efeito, a mobilização dos fãs na rede social X levou à inclusão de temas como o combate ao preconceito, a representação das minorias e a diversidade sexual na agenda das políticas públicas brasileiras.

Contudo, o efeito pernicioso da produção e distribuição de conteúdos de desinformação nas redes sociais traz também para a agenda pública a necessidade de disseminar competências mediáticas cada vez mais críticas e atualizadas. “Desinformação – A minha verdade é o que eu quero ouvir: Como o discurso falso se sobrepõe aos factos no consumo do conteúdo digital” analisa posts de cariz político, publicados em perfis portugueses e brasileiros e reconhecidos como sendo conteúdos de desinformação. As interações dos utilizadores com estes conteúdos foram correlacionadas com indicadores de competência mediática, com conexões emocionais e com valores de cariz ideológico, que ajudaram a propagar o discurso da desinformação. O capítulo observa a resistência de alguns utilizadores à verificação da veracidade dos factos, numa atitude marcada pela negação e pela desconfiança em relação às instituições, o que ilustra a pertinência da inclusão de competências de literacia mediática nas agendas das “Práticas e Pedagogias Críticas”.

A construção da memória cultural é objeto de análise crítica e pedagógica em “Memórias, controvérsias e identidades nos legados de Franco e de Salazar”, sublinhando a importância da diversidade de perspetivas na compreensão das complexas heranças da história. Alicerçado nos Estudos Culturais, o capítulo explora as memórias dos ditadores Francisco Franco e António de Oliveira Salazar, centrando-se nas estratégias contrastantes de memorialização utilizadas em Espanha e em Portugal. A abordagem intercultural examina as dimensões transnacionais da memória e o seu impacto na consciência histórica, analisando ainda as suas implicações na construção das identidades portuguesa e espanhola contemporâneas.

A articulação entre memória histórica, valores culturais e música é analisada em “Distorted and Wounded: Pós-modernismo e neoliberalismo na obra dos Sepultura e nos fanzines sul-americanos”. A banda de metal brasileira Sepultura ganhou reconhecimento global com o seu álbum de 1987 *Schizophrenia*, que ressoou profundamente nas páginas dos fanzines da América Latina em geral, e do Brasil e do Chile em particular. O capítulo conclui que a ascensão do neoliberalismo e do pós-modernismo como lógica cultural criou um solo fértil para uma expressão musical enraizada em temas de violência, milenarismo e desespero. Este fenómeno foi

especialmente significativo na América Latina, onde a década de oitenta foi também marcada por regimes ditatoriais e pelo desejo de integração na produção cultural capitalista do Norte global.

Partindo da definição de Estudos Culturais enquanto disciplina que lê e interpreta diferentes textos para compreender os problemas com que se debate a sociedade contemporânea, “Vida em Ruínas: A representação da ruína moderna em *The Walking Dead* e *The Last of Us*” explora estas duas séries de televisão de ficção pós-apocalíptica – transmitidas respetivamente entre 2010 e 2022 e desde 2023 até ao presente – para refletir sobre a crise ambiental e o medo coletivo da finitude humana. O capítulo centra-se na imagem da ruína enquanto representação da vida interrompida pelo desastre, enquanto o planeta se regenera. Contudo, as ruínas não são obrigatoriamente sinónimo de fim, sendo antes formas inacabadas e mutáveis passíveis de simbolizar o recomeço da epopeia humana.

A imagem da ruína, associada ao som enquanto fonte de informação que afeta a perceção dos espaços arquitetónicos e da arte visual, é também estudado em “*Pigeons Soundings*: Um regresso sonoro à ruína“. Neste capítulo, as *Sound Sculptures* de Bill Fontana redescobrem o ambiente circundante através da utilização do som como instrumento escultórico. A instalação *Pigeon Soundings* atribui novos significados a um espaço em ruínas, num processo de tradução simbólica que acabou por conduzir à sua recuperação e reconversão em museu.

A intervenção política e a resistência às hegemonias são características fundamentais dos Estudos Culturais, em sintonia com o legado da escola de Birmingham. O desafio às estruturas de poder dominantes e às narrativas culturais opressivas permitem que investigadores e ativistas se envolvam criticamente com os sistemas da hegemonia, promovendo discursos alternativos e abrindo espaços para as vozes marginalizadas. Através dos mais diversos atos de resistência, os Estudos Culturais destacam a atuação dos indivíduos e das comunidades na reconstrução dos significados culturais e na evolução das sociedades. Os capítulos que constituem a secção “Intervenções e Resistências” conectam a investigação académica com o ativismo político, reforçando o comprometimento dos Estudos Culturais com a equidade, a liberdade do indivíduo e a transformação social.

“Liberdade – A invocação à resistência em idosos“ problematiza a palavra ‘liberdade’ através dos discursos e das práticas de indivíduos idosos que conviveram com o passado hegemónico do Estado Novo português. Também a música tem sido um poderoso meio de resistência, promoção da inclusão e mudança de mentalidades. Este é o título do capítulo seguinte, centrado no impacto sociocultural de diferentes exemplos de música, tanto no panorama internacional como no panorama nacional português. Em termos internacionais, são analisados os géneros musicais *Hip Hop* e *Punk Rock* em articulação com os movimentos feministas. O caso específico português dá especial relevo à Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974.

Por seu lado, “Aborto em Portugal: Uma análise de argumentos (não) favoráveis à descriminalização da prática” apoia-se nas teorias da comunicação para analisar as relações de poder subjacentes aos argumentos contra e a favor da descriminalização do aborto em Portugal. As diferentes barreiras que impedem ou dificultam o livre acesso das mulheres ao aborto afetam particularmente as imigrantes, as mulheres em situação económica precária e as jovens, algo que evidencia uma intersecção de desigualdades múltiplas.

A representação é uma parte essencial do processo através do qual essas desigualdades são produzidas e sustentadas numa cultura. Neste sentido, também as revistas chinesas têm

desempenhado um papel significativo na disseminação de representações sobre as mulheres e na construção de significados sociais ao longo dos anos. “Entre Representações e Resistências: O papel das revistas chinesas na articulação das questões das mulheres na China” utiliza abordagens semióticas e discursivas para estudar os sistemas de representação da mulher em dois momentos históricos fulcrais na China: o final da dinastia Qing e o início da Nova China.

A identidade, a representação e os constrangimentos que os papéis sociais exercem sobre as mulheres nas ciências exatas são investigados em “Gênero no Prêmio Nobel de Química: A trajetória de vida das mulheres laureadas”, sob a perspectiva teórica dos Estudos Culturais e de gênero. O capítulo analisa diversos artefactos culturais para observar todo um repertório de significados e relações socioculturais que contribuem para a construção das identidades dessas mulheres que ousaram destacar-se num campo ainda e sempre dominado pelo patriarcado.

Com efeito, o patriarcado atravessa os nossos tempos, territórios e contextos, continuando a sustentar assimetrias de poder que parecem resistir à compreensão, à desconstrução e à emergência de discursos alternativos. “Patriarcado: Uma bananeira no meio da sala” considera o patriarcado como sendo contingente, construído e mutável, analisando-o enquanto sistema múltiplo em rede, sob formas diversas, que não partem de um só centro de poder ou referência. Apoiado no modelo rizomático de Deleuze e Guattari (1995), o capítulo propõe a rutura com o modelo patriarcal linear de controlo, domínio, identificação e centralização masculinas, em favor de um sistema patriarcal rizomático, no qual a mudança, a diferença e a resistência só poderão ocorrer num dos múltiplos fluxos do modelo.

Na leitura destes capítulos torna-se evidente que as perspectivas inter-multi-trans-pan-anti-indisciplinares dos Estudos Culturais fazem emergir as mais inesperadas questões quando os objetos são enquadrados fora das fronteiras metodológicas e disciplinares conservadoras. Também a teoria teatral carece cada vez mais de uma rearticulação dos padrões performativos e de pensamento que suportam o *status quo*, algo que permitiria a afirmação de um teatro verdadeiramente democrático. Contudo, “Os Processos Teatrais podem ser assuntos culturais?” contrapõe que, num ímpeto de “dessacralização da teoria” (Grossberg, 2010), as práticas vigentes nas salas de ensaio e palcos europeus denotam um desfasamento entre o apelo teórico à criatividade, à liberdade e à renovação e uma realidade restritiva da performance e criatividade dos artistas. O capítulo designa esta relação dissonante entre teoria e prática como sendo uma dialética de tendências, assente no facto de os processos teatrais serem também eles fenómenos culturais imersos em estruturas de poder.

As apropriações, (des)articulações e resistências às relações do moderno poder colonial por parte dos praticantes de Capoeira Angola do “Cortiço do Abelha” na cidade do Porto, Portugal, são o ponto de partida da investigação intitulada “‘O Contrário é Branco’: Performatividade da raça em jogo”. A Capoeira Angola é uma performance situada na interseção de vários planos de rutura com o sistema colonial-moderno-generificador-racializante-capitalizante. Os Estudos Culturais enquadram a discussão destas questões, através de cruzamentos epistemológicos com os estudos de gênero, raça e performance, no intuito de questionar processos ligados ao corpo, à alteridade e à subjetivação.

Referências epistemológicas diversas são também convocadas a fim de compreender as estratégias de confronto do poder na publicação *Órbita Gay Macho*, enquanto ferramenta de contestação da marginalização histórica, cultural e política das pessoas LGBTI+ em Portugal. “(Re)articulando Imaginários sobre as Homossexualidades: Representações na publicação *Órbita Gay Macho*”

argumenta que publicações dissidentes como esta atuam enquanto espaços de criação, expressão e afirmação da comunidade LGBTI+, desempenhando um papel privilegiado na rearticulação de imaginários e na reconstrução de sujeitos questionadores das fronteiras impostas por uma sociedade que marginaliza o inconformismo.

A marginalização de indivíduos refugiados de situações de conflito armado face às políticas de controlo de entrada, residência e permanência de estrangeiros na União Europeia é analisada na interseção dos Estudos Culturais e jurídicos em “O Estatuto de Refugiado e outras Respostas da União Europeia”. Metodologia semelhante é seguida em “A Proteção Internacional dos Direitos do Homem: Do âmbito universal ao nível regional” pois, com o surgimento de uma nova ordem mundial marcada por fatores imprevisíveis de crise, tornou-se necessário reforçar a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos, enquanto destinatários dos direitos e deveres das normas internacionais.

Os Estudos Culturais inter-multi-trans-pan-anti-in-disciplinados compilados neste volume superam as fronteiras epistemológicas que historicamente têm fragmentado o conhecimento. Cientes da complexidade dos fenómenos culturais globais, convocam ferramentas epistemológicas híbridas e flexíveis para melhor compreender as dinâmicas interseccionais da cultura. A interdisciplinaridade adotada pelos autores promove o diálogo entre áreas só aparentemente distantes na sua multiplicidade, enquanto a transdisciplinaridade transcende limitações ontológicas e metodológicas. A perspetiva “pan” norteia visões abrangentes, mas sempre “anti”, no seu desafio às estruturas tradicionais do poder, tanto na sociedade em geral como no contexto académico em particular. A indisciplina comum a todos os autores evidencia a sua posição crítica face às hegemonias e às estruturas disciplinares conservadoras, propondo novas formas de pensar e agir nos Estudos Culturais contemporâneos.

Estudos Culturais: Estudos Inter-Multi-Trans-Pan-Anti-In-Disciplinados é o resultado do trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Interculturais (CEI) no ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do P.PORTO – Politécnico do Porto, em articulação com a RNEC – Rede Nacional em Estudos Culturais, os docentes e alunos do Mestrado em Intercultural Studies for Business do ISCAP-P.PORTO e a equipa de estagiários das licenciaturas em Assessoria e Tradução e em Criatividade e Inovação Empresarial do ISCAP-P.PORTO. Os conteúdos e grafias dos capítulos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O Centro de Estudos Interculturais exprime a sua sincera gratidão às Presidências e Vice-Presidências do ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e do P.PORTO – Politécnico do Porto pelo seu constante apoio e encorajamento, num inspirador exemplo de colaboração entre as estruturas do poder e os agentes dos Estudos Culturais.

Bibliografia

- Deleuze, G.; Guattari, F. (1995). *Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia* Vol. 1. Editora 34.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the Future Tense*. Duke University Press.
- Hall, S. (1992). *Cultural Studies and its Theoretical Legacies*. In Grossberg, L., Nelson, C. & Treichler, P. (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 277-294). Routledge.

Secção 1. Novas Epistemologias

I. Inter e Transdisciplinaridade nos Estudos Culturais e Estudos Decoloniais

Maria Manuel Baptista e Rita Himmel

Resumo

O artigo explora a intersecção entre Estudos Culturais e Teorias Decoloniais, destacando como essas áreas convergem de maneira inter e transdisciplinar para desafiar e repensar as dinâmicas de poder, produção de conhecimento e representação cultural no mundo contemporâneo. Os Estudos Culturais, nascidos no contexto do trabalho de Stuart Hall e outros na Universidade de Birmingham, concentram-se na crítica da cultura através da lente do poder, enquanto as Teorias Decoloniais emergem, principalmente na América Latina, como uma crítica aos legados do colonialismo e à continuidade das estruturas de poder coloniais. A articulação dessas perspectivas oferece novas abordagens para entender e transformar as condições sociais e culturais vigentes.

Palavras-chave: estudos culturais; teorias decoloniais; interdisciplinaridade; poder; colonialismo; representação cultural.

Abstract

This paper explores the intersection between Cultural Studies and Decolonial Theories, highlighting how these fields converge in an inter and transdisciplinary manner to challenge and rethink dynamics of power, knowledge production and cultural representation in the contemporary world. Originating from Stuart Hall's foundational work at the University of Birmingham, Cultural Studies focus on critiquing culture through a lens of power. Decolonial Theories, primarily emerging in Latin America, critique the legacies of colonialism and the continuity of colonial power structures. The articulation of these perspectives provides new approaches to understanding and transforming prevailing social and cultural conditions.

Keywords: cultural studies; decolonial theories; interdisciplinarity; power; colonialism; cultural representation.

Introdução

Esta reflexão explora as convergências inter e transdisciplinares entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais, campos críticos que emergiram para compreender e desafiar as dinâmicas de poder, produção de conhecimento e representação cultural no mundo contemporâneo. Apesar das suas origens distintas, as suas interseções tornaram-se cada vez mais significativas, enriquecendo ambos os campos e abrindo novos caminhos para a investigação crítica e a práxis.

Estudos Culturais: origens e características

Os Estudos Culturais são uma área do conhecimento transdisciplinar (ou até pós-disciplinar), politicamente comprometida, que se concentra na análise crítica da cultura, entendida em relação

à noção de poder, isto é, colocando a ênfase na análise de como o poder opera através das práticas e representações culturais.

Surgiram na década de 1960, tendo sido institucionalizados e fortalecidos com a criação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, principalmente, pelo trabalho de Stuart Hall.

Consideram-se uma área do conhecimento, mais do que uma disciplina, uma vez que se desenvolvem na intersecção de teorias, métodos e metodologias provenientes de diversas áreas das ciências sociais e humanas, tendo como elemento agregador o referido ponto de vista particular sobre a cultura, e estruturando-se em torno de alguns conceitos teóricos centrais.

Entre estes conceitos, salientam-se o de relações de poder, que segue uma abordagem neo-gramsciana e explora ideias como hegemonia e resistência; a noção de audiência ativa, que desafia modelos passivos de consumo mediático; e a análise contextual, que situa os fenómenos culturais nos seus contextos históricos, sociais e políticos específicos.

Quanto ao conceito de poder, os Estudos Culturais aprofundam, complexificam e “culturalizam” o conceito gramsciano de hegemonia. Fazem-no sublinhando a forma como as ideologias dominantes são perpetuadas por processos culturais e sociais mais amplos, com os media a desempenhar um papel central na reprodução destas ideologias que se tornam hegemónicas (Procter, 2004; Hall, 2016).

Também é no campo da análise dos media, e das representações culturais, que se destaca o contributo dos Estudos Culturais no que toca à forma como são encarados os públicos, ou audiências, destas representações. Os pressupostos dos Estudos dos Media, inicialmente centrados nos conceitos de media de massa e sociedade de massa, foram postos em causa pelos investigadores do Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham. Ao tradicional modelo de estímulo-resposta os Estudos Culturais responderam com propostas de abordagens críticas e mais complexas, que procuram demonstrar a função ideológica dos media (Hall, 1993).

Na perspetiva dos Estudos Culturais, a cultura:

is not, and can never be, outside of the structuring field of the central contradictions that give shape, pattern, and configuration to a social formation, that is, contradictions around class, ethnicity, and gender. It is not outside of them, but it is not reducible to them (Hall, 2016, p. 180).

Assim, a cultura é vista como operando em níveis diferentes e por vezes sobrepostos, tais como nações, classe, género, raça, sexualidade, idade, etnia, comunidade (Frow & Morris, 2006). Outro elemento diferenciador dos Estudos Culturais, que remonta à sua génese, é o estudo da cultura popular, das subculturas e das práticas quotidianas. Um dos grandes contributos do campo foi a inclusão da chamada “cultura popular” enquanto objeto de análise académica, rejeitando a ideia de que apenas a chamada “alta cultura” seria digna de atenção. A cultura popular, assim, é analisada não apenas como um produto de massa, mas como um terreno fértil para a disseminação, mas também negociação, de significados. A investigação das práticas quotidianas revela também como as ações diárias, frequentemente consideradas triviais, ou “ordinárias” (Williams, 2014/1958), refletem significados relacionados com o poder, a identidade e a resistência, e o quotidiano configura-se como um campo simbólico de batalha.

E, ainda, rejeitando uma visão positivista e pretensamente neutra do conhecimento, os Estudos Culturais reconhecem que a posicionalidade da produção do conhecimento é um fator incontornável. Esta posicionalidade a montante repercute-se no próprio processo de investigação e reflexão teórica, e, a jusante, reflete-se numa ideia de conhecimento politicamente engajado, até porque o próprio campo nasceu no contexto do surgimento da chamada New Left, no Reino Unido.

Evolução Histórica dos Estudos Culturais

A evolução histórica do campo dos Estudos Culturais pode ser dividida em três momentos principais, de acordo com as áreas de interesse que orientaram os estudos e a investigação. Entre as décadas de 1970 e 1980, assistiu-se à chamada “viragem linguística” nas humanidades, influenciada pelo estruturalismo, que colocou em destaque o papel da linguagem e do discurso. Esta fase trouxe uma nova perspectiva às ciências humanas e sociais, sublinhando a importância das narrativas e das estruturas simbólicas na construção do conhecimento. Na década de 1990, o foco foi deslocado para a questão da(s) identidade (s) (Hall, 1996), particularmente em torno das categorias de raça, género e sexualidade, propondo um conceito de identidade não essencialista, e processual, em vez de estático, em que certos recursos, como a história, a língua e a cultura, são utilizados “no processo de se tornar e não de ser” (Hall, 1996, p. 4).

O terceiro momento caracteriza-se pela globalização e pelo impacto da viragem digital. Temas como a hibridização cultural, a análise dos media digitais, e o papel da cultura digital tornaram-se centrais.

Metodologias dos Estudos Culturais

Para além dos conceitos teóricos, conteúdos e temáticas, os Estudos Culturais distinguem-se pela sua pluralidade metodológica, isto é, pela utilização de uma diversidade de abordagens incluindo análise textual, etnografia e análise de conteúdo crítica. Para além desta pluralidade vinda de diversos campos das Ciências Sociais e Humanas, o campo promove o próprio desenvolvimento de métodos inovadores.

A metodologia nos Estudos Culturais baseia-se igualmente numa conceção de reflexividade e posicionalidade da investigação, um paradigma que teve um impacto significativo nas ciências sociais e humanas, levando os investigadores refletir sobre qual é o seu ponto de vista, as suas próprias influências e a sua posicionalidade enquanto produtores de conhecimento, enquanto observadores críticos das sociedades, comunidades e indivíduos. Rejeitando, uma vez mais, uma ideia de pretensa neutralidade epistemológica, os Estudos Culturais obrigam o investigador a assumir conscientemente a sua posição.

Teorias Decoloniais

As Teorias Decoloniais emergem, principalmente, no contexto latino-americano. Desenvolvem-se como uma resposta crítica aos legados do colonialismo e às limitações dos estudos pós-coloniais,

procurando evidenciar as relações de poder e dominação que ainda persistem nas estruturas sociais, culturais e económicas, mesmo após o fim formal das colonizações. Estas teorias sublinham a importância de valorizar e integrar saberes e epistemologias locais, frequentemente marginalizados não só pelos discursos hegemónicos ocidentais, mas pela própria noção de conhecimento válido.

A adoção do termo “decolonial” em vez de “descolonial” serve um propósito específico:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento —una postura y actitud continua— de transgredir, intervenir, insurgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas (Walsh, 2009, pp. 14-15).

As Teorias Decoloniais, que têm como figuras proeminentes os intelectuais Aníbal Quijano, Walter Dignolo e María Lugones, abordam uma série de conceitos-chave que têm como objetivo questionar e desestabilizar as estruturas e narrativas históricas dominantes, com um foco particular nas persistentes relações de poder originadas do colonialismo.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano, um dos principais formuladores de uma teoria crítica da colonialidade, cunhou o conceito de “colonialidade do poder” (Quijano, 2000), que descreve a continuidade das relações de poder coloniais, mesmo após o fim formal do colonialismo:

Não é, pois, um acidente que tenhamos sido, por enquanto, derrotados em ambos os projetos revolucionários, na América e em todo o mundo. O que podemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Consequentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos. (Quijano, 2005, pp. 137-138).

Outro conceito fundamental é a ligação entre Modernidade e Colonialidade, que propõe que modernidade e colonialidade são dois aspectos inseparáveis de um mesmo processo histórico, isto é, as ideias de progresso e racionalidade da Modernidade, cujo universalismo é posto em causa, não podem ser dissociadas da imposição colonial de dominação e subordinação de povos e culturas não europeias:

De la misma manera, no obstante que el colonialismo político fue eliminado, la relación entre la cultura europea, amada también “occidental”, y las otras, sigue siendo una relación de dominación colonial. No se trata solamente de una subordinación de las otras culturas respecto de la europea, en una relación exterior. Se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda en diferente intensidad y profundidad según los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del

imaginario de los dominados. Es decir, activa en la interioridad de ese imaginario. En una medida, es parte de el. (Quijano, 1992, p. 12)

Dentro do campo das Teorias Decoloniais, surge ainda o conceito de opção decolonial (Mignolo, 2008), que propõe um projeto de desvinculação das matrizes coloniais de poder. A opção decolonial na política e na epistemologia surgiu como resposta ao imperialismo e colonialismo, defendendo a rejeição do conhecimento e do pensamento político eurocêntricos em favor de perspectivas autônomas e não europeias.

Neste contexto, o pensamento fronteiriço (Mignolo, 2003) também se destaca como uma abordagem crítica proveniente das perspectivas dos que, historicamente, ficaram à margem da produção de conhecimento ocidental. Este pensamento propõe uma visão alternativa da realidade, a partir de lugares e vivências que foram marginalizados.

Além dos conceitos centrais, as Teorias Decoloniais representam um desafio direto ao conhecimento eurocêntrico, concretizando-se por meio de três processos principais: a desobediência epistêmica (Mignolo, 2007), que se refere à recusa de aceitar o conhecimento abstrato universal e à busca por outras formas de saber que emergem fora da lógica eurocêntrica, baseada numa ideia de identidade na política (Mignolo, 2007, p. 13); a pluriversalidade (Escobar, 2020), que propõe a existência de múltiplas formas de conhecimento e de realidades possíveis, em contraste com a ideia de uma verdade única e universal; e a geopolítica do conhecimento, “que regionalize o legado europeu fundamental, localizando o pensamento na diferença colonial e criando as condições para a diversidade como projeto universal” (Mignolo, 2020, p. 219),

As Teorias Decoloniais não se limitam a criticar estruturas passadas e presentes, mas também oferecem caminhos para futuras transformações sociais. As ideias decoloniais são, portanto, não apenas críticas, mas também construtivas. Tiveram um impacto profundo e transformador em diversas áreas do conhecimento, desafiando as abordagens tradicionais e propondo novos horizontes para a análise das estruturas de poder e das dinâmicas sociais globais.

Na Sociologia, por exemplo, estas teorias incentivaram uma reflexão crítica sobre as relações sociais globais, destacando a persistência das hierarquias de poder e a perpetuação das desigualdades estruturais que ainda caracterizam as relações entre o chamado Norte e o Sul global. As Teorias Decoloniais, ao questionarem os pressupostos universais da modernidade e da racionalidade, abriram caminho para um entendimento mais complexo das relações sociais, considerando as experiências e as perspectivas das populações historicamente subjugadas e marginalizadas.

Na Antropologia, o movimento decolonial trouxe novas abordagens para o estudo da diferença cultural, desafiando as concepções essencialistas e etnocêntricas, que muitas vezes caracterizam a disciplina. Além disso, essas abordagens sublinham a necessidade de integrar saberes indígenas e locais, muitas vezes excluídos ou desvalorizados pelas correntes dominantes e eurocêntricas de conhecimento.

Na Filosofia, as Teorias Decoloniais contribuíram significativamente para o questionamento dos pressupostos ontológicos da modernidade, particularmente aqueles que sustentam a hierarquização epistemológica. Ao contestar a dicotomia entre sujeito e objeto, razão e emoção, e o pensamento ocidental e não ocidental, as Teorias Decoloniais propõem uma reinterpretação dos fundamentos da filosofia, desafiando os pilares do pensamento eurocêntrico.

Nos Estudos Literários, o impacto das Teorias Decoloniais manifestou-se numa análise crítica das representações coloniais e nas formas como estas foram naturalizadas e disseminadas através da literatura. Esta nova abordagem enfatiza a importância de colocar o foco em narrativas anteriormente marginalizadas, proporcionando uma valorização das histórias e das experiências daqueles que foram silenciados através da colonialidade.

Convergências e Perspetivas Futuras

A convergência entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais resulta numa reconfiguração significativa da compreensão da cultura, do poder e do conhecimento, especialmente num contexto globalizado. Este encontro entre campos do saber com origens e enfoques distintos não só reforça a importância de questionar as estruturas dominantes de poder, mas também propõe uma transformação radical nas formas de produção e circulação de conhecimento, desafiando os paradigmas estabelecidos pela tradição eurocêntrica.

Ambas as áreas partilham uma preocupação central: desestabilizar as narrativas hegemónicas que sustentam as estruturas de poder. Nos Estudos Culturais, a análise das representações culturais, das práticas sociais e das dinâmicas de poder que informam a produção cultural pode ser complementada pelas Teorias Decoloniais, que fornecem um referencial teórico e metodológico para questionar o eurocentrismo e a colonialidade, de forma mais explícita.

Em termos de perspetivas futuras, a confluência destes dois campos oferece um caminho promissor para o aprofundamento do debate sobre as dinâmicas de poder e as identidades culturais no mundo contemporâneo. Este movimento não se limita à academia, aliás, seguindo a tradição decolonial, deve até sair da academia, e envolver-se diretamente nas práticas culturais, políticas públicas e movimentos sociais e ativistas.

Interseções dos Estudos Culturais e do Pensamento Decolonial

A convergência dos Estudos Culturais e das Teorias Decoloniais tem levado a um diálogo produtivo e desafiante, remodelando ambos os campos e abrindo novos caminhos para a investigação crítica. Esta interseção resultou em vários desenvolvimentos-chave que têm enriquecido a análise cultural e desafiado as estruturas de poder existentes. Em seguida, exploraremos como esta convergência exemplifica abordagens inter e transdisciplinares à análise cultural.

As perspetivas decoloniais impulsionaram uma interrogação mais radical do próprio conceito de cultura, através de uma análise mais profunda das relações entre cultura, poder e conhecimento, questionando as hierarquias impostas pelas epistemologias dominantes. Este olhar crítico reinterpreta as dinâmicas atuais de opressão e desigualdade, com raízes na colonialidade, o que leva ao questionamento das próprias premissas do conhecimento hegemónico, abrindo caminho para uma renovação epistemológica, que reconhece a diversidade e complexidade das formas de saber que surgem de contextos não eurocentrados.

Este diálogo entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais tem fomentado um terreno fértil para a investigação crítica. A convergência entre essas duas áreas resultou em abordagens inovadoras que desafiam formas de produção de conhecimento dominantes, sendo especialmente evidentes na análise da cultura como um campo de contestação e resistência. Como salientado por Catherine Walsh¹, o contributo do pensamento decolonial é o sublinhar da “need to take seriously the epistemic force of local histories and the need to think theory through the political praxis of subaltern groups” (2007, p. 234). Assim:

What such argument points to is not the incorporation or inclusion of the histories, praxis, and ‘other’ thought of subaltern groups as new objects of study – a kind of critical cultural studies of the other. Rather and as I have argued here, it suggests the building of new places and new communities of thought, interpretation, and intervention that seek to generate and build intersections among critical forms of decolonial thought and political-epistemic projects grounded in the histories and lived experiences of coloniality – what we might instead refer to as cultural studies ‘others’ or a cultural studies of decolonial orientation. (Walsh, 2007, p. 234)

Para além das propostas de Walsh (2007), também, por exemplo, Raewyn Connell (2007), em *Southern Theory*², desenvolve uma crítica à teoria clássica, atualizando-a ao mostrar como as teorias sociológicas, bem como a teoria da globalização, são construídas a partir de perspetivas do Norte global e apresenta histórias de pensadores sociais provenientes de diversas regiões do mundo, incluindo a África Subsaariana, América Latina, Irão, Índia e Austrália.

A integração entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais resulta numa reconfiguração das categorias tradicionais de análise cultural. Ambas as abordagens, embora com origens e enfoques distintos, são potencialmente conciliáveis e compartilham um compromisso comum de questionar as estruturas de poder hegemónicas e explorar novas formas de produção de conhecimento.

As Teorias Decoloniais encorajaram os Estudos Culturais, um campo que nasceu no seio da metrópole de uma das maiores potências coloniais europeias, a considerar mais explicitamente as dimensões geopolíticas da produção de conhecimento. Embora sempre tivessem tido em conta as experiências, representações e práticas culturais de comunidades outrizadas dentro do contexto ocidental, nomeadamente experiências diaspóricas (Hall, 1990) e o seu impacto nos processos de identificação, o contributo das Teorias Decoloniais leva a uma maior atenção e valorização de perspetivas e conhecimentos não-ocidentais na análise cultural.

O encontro com o pensamento decolonial provocou, ainda, uma reconsideração do cânone dos Estudos Culturais. Obras de estudiosos do Sul Global, como Sylvia Wynter e Édouard Glissant, para além dos autores supramencionados, ganharam maior proeminência. A inclusão destes estudiosos enriqueceu o repertório teórico dos Estudos Culturais, trazendo novas perspetivas e abordagens para a análise cultural.

¹ Walsh, C. (2007). Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge: Decolonial thought and cultural studies ‘others’ in the Andes. *Cultural Studies*, 21(2–3), 224–239. <https://doi.org/10.1080/09502380601162530>

² Connell, R. (2007). *Southern Theory: The global dynamics of knowledge in social science* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003117346>

As perspectivas decoloniais têm encorajado um foco mais explícito na colonialidade do poder nos Estudos Culturais, promovendo a chamada viragem decolonial (Maldonado-Torres, 2011)³. Embora os Estudos Culturais não tenham ignorado a influência e impacto do colonialismo nas sociedades contemporâneas, a sua centralidade e configuração enquanto “colonialidade” são contributos das Teorias Decoloniais que têm o potencial para recentrar alguma da investigação feita no campo, o que levou a novas análises de como as práticas e representações culturais estão implicadas nas estruturas globais de dominação e exploração. Pensadores como Ramón Grosfoguel⁴ têm sido fundamentais nessa reconcetualização do poder, desafiando as narrativas dominantes sobre o poder e a cultura.

O encontro entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais tem gerado também inovações metodológicas significativas, decorrentes, nomeadamente, dos processos de desobediência epistémica, descentramento e rejeição de universalismos que estão na base do pensamento decolonial. A existência das Teorias Decoloniais traz, só por si, uma reconfiguração da própria ideia de metodologia e dos pressupostos de criação de conhecimento, investigação e teorização com as quais as disciplinas de tradição ocidentalizada estão habituadas a trabalhar. Estas inovações metodológicas têm vindo a ser aplicadas em diversos campos, desde a análise de arte até estudos de mídia e comunicação.

O conceito de “estética decolonial”, desenvolvido por teóricos como Walter D. Mignolo e Rolando Vázquez, exemplifica como a arte e a cultura podem ser analisadas como formas de resistência aos paradigmas coloniais de beleza e arte. Mignolo reflete, nomeadamente, sobre a “operación cognitiva de colonización de la aesthesis por la estética” (Mignolo, 2011). A este respeito, Mignolo e Vázquez propõem:

Decoloniality is at once the unveiling of the wound and the possibility of healing. It makes the wound visible, tangible; it voices the scream. And at the same time decolonial aestheSis moves towards the healing, the recognition, the dignity of those aesthetic practices that have been written out of the canon of modern aesthetics (2013)

As Teorias Decoloniais também têm incentivado uma maior atenção à complexidade das identidades culturais no mundo globalizado. O trabalho de Paul Gilroy (1993), que explora as dinâmicas culturais transnacionais e diaspóricas do Atlântico Negro, abordando as questões identitárias que emergem dessa confluência, exemplifica como as abordagens inter e transdisciplinares podem ser usadas para teorizar as identidades com um enfoque decolonial. Um dos principais contributos das Teorias Decoloniais, que decorre da análise do binómio modernidade/colonialidade, é a rejeição do pretensão universalismo abstrato do conhecimento colonialista eurocêntrico. Em contraposição, defende-se uma perspectiva de pensamento baseada

³ Maldonado-Torres, N. (2011). Thinking through the Decolonial Turn: Post-continental Interventions in Theory, Philosophy, and Critique—An Introduction. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2). <http://dx.doi.org/10.5070/T412011805> Retrieved from <https://escholarship.org/uc/item/59w8j02x>

⁴ Grosfoguel, R. (2007). *The Epistemic Decolonial Turn*. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223. Grosfoguel, R., & Georas, C. S. (2000). “Coloniality of power” and racial dynamics: Notes toward a reinterpretation of Latino Caribbeans in New York City. *Identities* 7(1), 85–125. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2000.9962660>

na pluriversalidade. É uma mudança de paradigma inevitável quando se parte do questionamento crítico e decolonial de conceitos como a racionalidade científica. A ênfase decolonial na pluriversalidade tem encorajado os Estudos Culturais a envolverem-se mais substancialmente com sistemas de conhecimento e práticas culturais locais.

Isto levou ao surgimento do que alguns estudiosos têm denominado “Estudos Culturais indígenas”, fruto de um processo de interação entre estudos indígenas e estudos culturais:

Indigenous academics are returning the gaze that historically was cast upon them and their communities, and non-Indigenous scholars are also striving to build work that reflects the challenges Indigenous people have made to the academic world (2014, p. 29).

Esta abordagem valoriza a diversidade de conhecimentos e práticas culturais, desafiando a hegemonia do conhecimento ocidental. As Teorias Decoloniais representam ainda um potencial contributo para pensar de forma mais crítica, complexa e anticolonial a cultura na era e no contexto digitais. O conceito de “colonialidade digital” emergiu para operacionalizar o fenómeno de perpetuação de dinâmicas de poder colonial na chamada era digital. Estudiosos como Nick Couldry e Ulises Mejías examinam como as práticas das empresas tecnológicas são uma continuação do colonialismo, propondo, ainda, formas de resistência colectiva.

Tensões e Diálogo Contínuo

Embora a convergência e o diálogo entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais tenha um enorme potencial, ela também tem gerado tensões. Alguns estudiosos próximos dos Estudos Culturais e da Teoria Crítica da Cultura, por exemplo, têm sido cautelosos quanto ao que percebem como tendências essencializantes dentro de algumas vertentes do pensamento decolonial (Geneciran, 2024; Naicker, 2023), enquanto alguns pensadores próximos das epistemologias decoloniais criticam os Estudos Culturais por não desafiarem suficientemente as epistemologias eurocêntricas (Savransky, 2017; De Araújo Pereira et al, 2022).

Apesar destas tensões - ou talvez por causa delas - o diálogo entre os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais continua a ser uma fonte de inovação teórica e visão crítica. A convergência dos Estudos Culturais e das Teorias Decoloniais tem fomentado abordagens transdisciplinares inovadoras. Estas abordagens vão além da integração de perspectivas académicas, estendendo-se para incluir outras formas de conhecimento e prática. Este novo paradigma desafia as fronteiras tradicionais da produção de conhecimento académico, buscando criar formas de análise cultural mais inclusivas e socialmente relevantes.

Investigação Decolonial

A interseção dos Estudos Culturais e do pensamento decolonial enfatiza a importância de uma erudição que estabeleça pontes entre a investigação académica, o conhecimento comunitário e os movimentos sociais. O trabalho de Catherine Walsh sobre “pedagogias decoloniais” na América Latina exemplifica esta abordagem:

Pedagogías entendidas como las metodologías producidas en los contextos de lucha, marginalización, resistencia y lo que Adolfo Albán ha llamado “re-existencia”; pedagogías como prácticas insurgentes que agrietan la modernidad/colonialidad y hacen posible maneras muy otras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir y vivir-con. (Walsh, 2013, p. 19)

Esta metodologia envolve a co-criação de investigação com comunidades, desafiando as hierarquias tradicionais de investigação. Representa uma abordagem transdisciplinar que ganhou proeminência na interseção dos Estudos Culturais e das Teorias Decoloniais. A perspectiva decolonial tem um impacto direto em diversos aspetos da investigação sobre temas da cultura, e dos Estudos Culturais, em particular. No que toca à investigação baseada nas artes, a viragem decolonial nos Estudos Culturais tem encorajado um maior envolvimento com práticas artísticas como formas de produção de conhecimento e crítica social. Isto levou a projetos transdisciplinares que combinam análise académica com criação artística.

A ênfase no pluralismo epistémico no pensamento decolonial levou também os estudiosos dos Estudos Culturais a envolverem-se mais profundamente com sistemas de conhecimento local e tradicional de várias comunidades ao redor do mundo. O conhecimento baseado na comunidade promove projetos que combinam geografia crítica, conhecimento tradicional local e tecnologias digitais para desafiar cartografias coloniais. Projetos estes que representam, também, uma forma de prática transdisciplinar emergente desta convergência.

É também esta perspectiva decolonial que leva a que estudiosos participem diretamente em processos de elaboração de políticas, trazendo perspectivas académicas para o diálogo com organizações governamentais e não-governamentais. O trabalho de Arturo Escobar sobre alternativas de desenvolvimento na América Latina é um exemplo deste envolvimento transdisciplinar. Escobar aplica uma perspectiva decolonial para repensar as abordagens do desenvolvimento, propondo alternativas à lógica de crescimento económico ocidental e integrando conhecimentos tradicionais, ou, como o próprio título da sua obra indica: decrescimento, pós-desenvolvimento e transições para um mundo pluriversal.

Assim, a confluência entre estas áreas, seguindo o paradigma crítico de rejeição do universalismo eurocêntrico político, cultural e epistemológico, representa uma oportunidade de maior acuidade na análise das sociedades contemporâneas. Vários desafios se colocam a este respeito, para os quais se delineiam perspectivas futuras.

Um dos principais desafios que se coloca é a resistência institucional. Ambas estas áreas do conhecimento desafiam paradigmas institucionais a diversos níveis, desde a rejeição de noções estanques de disciplinaridade, ao próprio questionamento epistemológico da validade do conhecimento. Sendo a investigação produzida, maioritariamente, no contexto de instituições desenhadas segundo o modelo eurocêntrico da modernidade racional e universal, o processo de implementação e fortalecimento destas perspectivas no meio académico enfrenta resistências, face às quais, todavia, se perspetiva uma maior aceitação de abordagens alternativas. Através da própria força das ideias e teorias propostas nos estudos críticos, incluindo os Estudos Culturais e as Teorias Decoloniais, os próprios ambientes e estruturas institucionais têm sido influenciados no sentido de uma maior autorreflexão crítica que permita a adoção de abordagens alternativas do ponto de vista teórico e epistemológico.

Quanto à complexidade metodológica exigida por paradigmas baseados na própria complexificação do olhar acadêmico, esta poderá ser enfrentada com o desenvolvimento de novas ferramentas de investigação. As barreiras disciplinares têm vindo a ser substituídas por uma crescente colaboração interdisciplinar, que leva também a um robustecimento e consolidação das propostas metodológicas nestes campos. A convergência dos Estudos Culturais e das Teorias Decoloniais tem fomentado um terreno rico de investigação inter e transdisciplinar. É necessário repensar a produção de conhecimento e o papel da investigação académica na abordagem de questões sociais e culturais contemporâneas. Em seguida apresentaremos alguns estudos de caso que exemplificam estas abordagens:

a) O Sistema Escolar Zapatista

Em Chiapas, México, o movimento Zapatista desenvolveu um sistema de educação autónomo, que combina o conhecimento maia local com a pedagogia crítica.

Desafia as fronteiras disciplinares tradicionais ao integrar história, agricultura, política e estudos culturais. Assim, representa uma aplicação prática do pensamento decolonial na educação das comunidades locais.

b) O Projeto Atlas Decolonial

Trata-se de uma iniciativa online fundada por Jordan Engel para desafiar as tradições cartográficas coloniais.

Reúne geógrafos, historiadores, artistas e membros da comunidade e produz mapas que centram perspetivas marginalizadas, ao questionar as relações com a terra, as pessoas e o Estado, destacando os vieses presentes na cartografia.

O projeto também promove a descolonização e a revitalização das línguas indígenas por meio da toponímia, sendo gerido por voluntários. É um exemplo paradigmático de como as humanidades digitais podem visualizar abordagens decoloniais do espaço e do lugar.

c) Afrofuturismo e Crítica Cultural

O Afrofuturismo influenciou a literatura, música, artes visuais e discurso académico, representando uma convergência entre os estudos culturais e o pensamento decolonial.

O Afrofuturismo é um género que combina ficção científica, análise histórica e visão futurista (Womack, 2013). Desafiando narrativas racistas e coloniais através de uma abordagem interdisciplinar, o Afrofuturismo, enquanto “mode of aesthetic expression [...] enables us to say yes to the possibility of new and better futures and thus to take back the global cultural imaginary today” (Yaszek, 2006, p. 59).

d) Buen Vivir e Alternativas de Desenvolvimento

O “Buen Vivir” (bem viver) é originário das comunidades andinas, e é descrito como um plural concept with two main entry points. On the one hand, it includes critical reactions to classical Western development theory. On the other hand, it refers to

alternatives to development emerging from indigenous traditions, and in this sense the concept explores possibilities beyond the modern Eurocentric tradition. (Gudynas, 2011, p. 441)

Acadêmicos como Eduardo Gudynas estudam-no como alternativa às noções ocidentais de desenvolvimento, estabelecendo pontes entre antropologia, economia e estudos ambientais para demonstrar como conceitos filosóficos locais podem informar críticas aos sistemas económicos globais. Gudynas argumenta que qualquer alternativa ao desenvolvimento deve ir além da cultura ocidental moderna, apresentando o “Buen Vivir” como uma oportunidade para caminhar nesse sentido.

e) Projeto de Estética Decolonial

Envolve académicos e artistas de várias partes do mundo e explora como a arte pode desafiar as estruturas de poder colonial. Demonstra como a arte pode ser tanto objeto de estudo como método de crítica decolonial.

f) Iniciativas de Decolonização Digital

Com o objetivo de abordar a falta de diversidade no conteúdo online, estas iniciativas reúnem tecnólogos, teóricos culturais e ativistas comunitários para aplicar abordagens decoloniais à cultura digital e produção de conhecimento. Assim, exemplifica como desafiar estruturas de poder na era digital (Koole et al, 2022; Risam, 2018; Cushman, 2013)

Conclusão

A convergência dos Estudos Culturais e das Teorias Decoloniais traz consigo um conjunto de implicações profundas que podem moldar ambos os campos mutuamente, e enriquecer e complexificar o olhar crítico sobre o conhecimento produzido dentro e fora do contexto académico.

Em primeiro lugar, a promoção da diversidade epistémica constitui um dos pilares mais significativos dessa convergência, uma vez que reconhece e valoriza formas alternativas de conhecimento que, historicamente, foram marginalizadas ou suprimidas pelas epistemologias dominantes ocidentais, da modernidade colonial. As propostas dos intelectuais decoloniais obrigam a uma reconfiguração dos pressupostos da produção de conhecimento através, nomeadamente, da expansão do cânone a autores não-ocidentais, da abertura aos saberes locais tradicionalmente marginalizados, de uma profunda autorreflexão sobre o próprio trabalho de investigação.

Em termos de inovação metodológica, a articulação dos Estudos Culturais com as Teorias Decoloniais apresenta novas possibilidades de investigação ética. Isso implica uma rutura com métodos tradicionais que muitas vezes desconsideram as desigualdades de poder e as dinâmicas coloniais no processo de produção de conhecimento. Embora os Estudos Culturais sempre tenham tido, na sua génese, o questionamento de dinâmicas de poder na produção de conhecimento, as abordagens decoloniais desafiam ainda mais a ideia de uma alegada objetividade científica, incentivando práticas que promovem uma investigação que é mais colaborativa e ativamente decolonial.

A convergência também resulta num alargamento da abordagem aos desafios globais prementes. A conjugação destes dois campos fornece uma base teórica sólida para repensar as soluções para problemas globais, adotando uma perspectiva mais descentrada, crítica e contextualizada, que seja epistemologicamente decolonial, procurando pontos de vista, soluções e propostas construtivas fora dos locais habituais em que se move grande parte do chamado “conhecimento académico”.

Além disso, a orientação para a Práxis, caracterizada pela ênfase na aplicação prática do conhecimento e na transformação social, assim como pela procura de eliminação das fronteiras entre a academia e a sociedade, é um outro aspeto fundamental dessa convergência. As Teorias Decoloniais privilegiam a ação concreta. A práxis decolonial visa não apenas compreender, mas também transformar as condições de opressão e desigualdade, colocando o conhecimento a serviço da justiça social.

Os Estudos Culturais nasceram, no contexto britânico, enquanto proposta académica, politicamente engajada, de análise da cultura, entendida de forma crítica, e atravessada por dinâmicas de poder, procurando olhar para múltiplas configurações deste poder nas sociedades, e incluindo, muitas vezes, de forma indireta (através, por exemplo, da questão identitária racial ou diaspórica), o (pós-)colonialismo como um dos elementos de análise. As Teorias Decoloniais trazem uma proposta que centraliza e aprofunda a questão colonial, procurando ativamente alternativas decoloniais à produção de conhecimento eurocêntrico, herdeiro das ideias da modernidade colonialista. A convergência destes campos abre a possibilidade de reimaginar a Academia de uma forma inovadora e crítica, ao desafiar as estruturas académicas tradicionais, frequentemente ancoradas em modelos hierárquicos, eurocêntricos e excludentes. Este novo modelo de Academia nasce do próprio questionamento da instituição académica e obriga a uma reconfiguração da sua função e da sua relação com o conhecimento que ela gera e difunde.

Bibliografia

- Arnez, M. (2022). Environmental Protest Aesthetics as Decolonial Worliding. *European Journal of East Asian Studies*. <https://doi.org/10.1163/15700615-02102011>.
- Connell, R. (2007). *Southern Theory: The global dynamics of knowledge in social science*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003117346>
- Cushman, E. (2013). Wampum, Sequoyan, and Story: Decolonizing the Digital Archive. *College English*. <https://doi.org/10.58680/ce201324269>.
- De Araújo Pereira, E., Lima, N., Dantas, S., Ramos, R., Sampaio, A., Lima, P., Da Silva, I., Da Silva, M., Oliveira, A., & Façanha, L. (2022). *The Decolonial Perspective Of The Theory Of Culture From The Black Feminist Study Of Lélia*.
- Escobar, A. (2018). Degrowth, Post-Development, and Transitions to a Pluriversal World. *Futures*, 92, 21-32.
- Escobar, A. (2020). Another Possible Is Possible. *Pluriversal Politics: The Real and the Possible*. Duke University Press.
- Frow, J., & Morris, M. (2006). Estudos Culturais. N. K. Denzin, Y. S. Lincoln, & S. R. Netz, *O planeamento da pesquisa qualitativa teorias e abordagens*, 315-343. Artmed.

- Geneciran, J. (2024). Global historical materialism and decoloniality. *Review of African Political Economy*. <https://doi.org/10.62191/roape-2024-0035>.
- Gilroy, P. (1993). *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Harvard University Press.
- Gonzalez. *International Journal for Innovation Education and Research*. <https://doi.org/10.31686/ijer.vol10.iss4.3739>.
- Grosfoguel, R. (2007). *The Epistemic Decolonial Turn*. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223.
- Grosfoguel, R., & Georas, C. S. (2000). "Coloniality of power" and racial dynamics: Notes toward a reinterpretation of Latino Caribbeans in New York City. *Identities*, 7(1), 85–125. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2000.9962660>
- Gudynas, E. (2011) Buen Vivir: Today's tomorrow. *Development* 54, 441–447. <https://doi.org/10.1057/dev.2011.86>
- Hall, S. (1990). Cultural Identity and Diaspora. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*, 222-237. Lawrence & Wishart.
- Hall, S. (1993). Encoding, decoding. Em S. D. (Ed.), *The Cultural Studies Reader*, 90-103. Routledge.
- Hall, S. (1996). Introduction: who needs 'Identity'? S. Hall, & P. du Gay, *Questions of Cultural Identity*, 1-17. Sage.
- Hall, S. (2016). *Cultural Studies 1983: A Theoretical History*. (J. D. Slack, & L. Grossberg, Eds.) Duke University Press.
- Koole, M., Traxler, J., & Footring, S. (2022). Decolonization of Digital Learning Spaces: It's Not About Knowing More but Knowing Better. *The Open/Technology in Education, Society, and Scholarship Association Conference*. <https://doi.org/10.18357/otessac.2022.1.1.85>.
- Maldonado-Torres, N. (2011). Thinking through the Decolonial Turn: Post-continental Interventions in Theory, Philosophy, and Critique—An Introduction. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2). <http://dx.doi.org/10.5070/T412011805>
- Mamani, F. H. (2010) *Vivir Bien/Buen Vivir: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias de los pueblos ancestrales*, Instituto Internacional de Integración.
- Mejias, U & Couldry, N. (2024) *Data Grab: The New Colonialism of Big Tech and How to Fight It*. Penguin/ W. H. Allen.
- Mhurchú, A. (2024). Decolonising and the Aesthetic Turn in International Studies: Border Thinking, Co-creation and Voice. *Millennium: Journal of International Studies*. <https://doi.org/10.1177/03058298241234219>.
- Mignolo, W. D. & Vázquez, R. (2013). Decolonial AestheSis: Colonial Wounds/Decolonial Healings, *Social Text/Periscope*. https://socialtextjournal.org/periscope_article/decolonial-aesthetics-colonial-woundsdecolonial-healings
- Mignolo, W. D. (2003). *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*, Akal.

- Mignolo, W. D. (2007). 'Epistemic Disobedience': the de-colonial option and the meaning of identity in politics. *Gragoatá*, 12(22), 11-41.
- Mignolo, W. D. (2008). The decolonial option: detachment and opening - a manifest and a case study. *Tabula Rasa*, 243-282.
- Mignolo, W. D. (2011). Aesthesis decolonial. *Calle 14 revista de investigación en el campo del arte*, 4(4), 10-25. <https://doi.org/10.14483/21450706.1224>
- Mignolo, W. D. (2020). A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 187-224. doi: 10.24140
- Naicker, V. (2023). The problem of epistemological critique in contemporary Decolonial theory. *Social Dynamics*, 49 220 - 241. <https://doi.org/10.1080/02533952.2023.2226497>.
- Neale, T., McKinnon, C., & Vincent, E. (Eds.). (2014). *History, Power, Text: Cultural Studies and Indigenous Studies (Vol. 1)*. UTS ePRESS. <http://www.jstor.org/stable/j.ctv1w36pd7>
- Procter, J. (2004). *Stuart Hall*. Routledge.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad Y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South* 1.3, 533-580. Duke University Press.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, 117-142. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 168-178, <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>
- Risam, R. (2018). Decolonizing the Digital Humanities in Theory and Practice. 78-86. <https://doi.org/10.4324/9781315730479-8>.
- Savransky, M. (2017). A Decolonial Imagination: Sociology, Anthropology and the Politics of Reality. *Sociology*, 51, 11 - 26. <https://doi.org/10.1177/0038038516656983>.
- Walsh, C. (2007). Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge: Decolonial thought and cultural studies 'others' in the Andes. *Cultural Studies*, 21(2-3), 224-239. <https://doi.org/10.1080/09502380601162530>
- Walsh, C. (2009). Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala.
- Walsh, C. (2013). Introducción: Lo Pedagógico y lo Decolonial: Entretejiendo caminos. *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I*. Ediciones Abya-Yala, 23-68.
- Williams on Culture & Society: Essential Writings*. SAGE.
- Williams, R. (2014/1958). Culture is ordinary. In McGuigan, J. (Ed.) (2014). *Raymond*
- Womack, Y. L. (2013) *Afrofuturism: the world of black sci-fi and fantasy culture*. Lawrence Hill Books.
- Yaszek, L. (2006) Afrofuturism, science fiction, and the history of the future. *Socialism and Democracy*, 20:3, 41-60. doi: 10.1080/08854300600950236

II. Indisciplinar os Estudos Culturais, Desconfinar Doutoramentos, Desafiar a Inovação

Clara Sarmento

Resumo

Este capítulo aborda a intervenção indisciplinar dos Estudos Culturais no ensino superior através de projetos académicos que desafiam as hegemonias institucionais e os confinamentos disciplinares, honrando o legado do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS) de Birmingham. À medida que a globalização e a interculturalidade redesenham o ensino superior, a necessidade de indisciplina, liberdade académica, cocriação e adaptabilidade torna-se ainda mais relevante na conceção e prática de novos projetos de ensino e investigação em Estudos Culturais, como os que são aqui abordados. Este apelo à indisciplina dos Estudos Culturais equaciona uma reimaginação radical da formação a nível de doutoramento, desafiando o status quo institucional e incentivando a colaboração interdisciplinar. Ao desconstruir estruturas disciplinares e institucionais rígidas, esta abordagem permite aos doutorandos explorar diversas metodologias, epistemologias e ontologias, transcendendo as limitações impostas pelo preconceito e pelas perspetivas rígidas. Além disso, argumenta que, ao assumirem a indisciplina e o legado do CCCS, os Estudos Culturais podem confrontar questões sociais prementes com renovado vigor e relevância, desconfinando assim o ensino superior português e impulsionando mudanças transformadoras tanto na academia como na sociedade.

Palavras-chave: estudos culturais, indisciplina, liberdade académica, colaboração, inovação.

Abstract

This chapter addresses the in-disciplinary intervention of Cultural Studies in higher education through the lens of academic projects that challenge institutional hegemonies and disciplinary confinements, honouring the legacy of the Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) in Birmingham. As globalization and interculturality redesign higher education, the need for indiscipline, academic freedom, co-creation and adaptability becomes even more relevant in the design and practice of new teaching and research projects on Cultural Studies, like the ones here addressed. This call for the indiscipline of Cultural Studies starts with a radical reimagining of doctoral education, challenging institutional status quo and encouraging interdisciplinary collaboration. By dismantling rigid disciplinary and institutional structures, this approach empowers doctoral candidates to explore diverse methodologies, epistemologies and ontologies, transcending the limitations imposed by prejudice and rigid perspectives. Furthermore, it argues that by embracing in-disciplinarity and the legacy of the CCCS, Cultural Studies can confront pressing societal issues with renewed vigour and relevance, thus deconfining Portuguese higher education and driving transformative change in both academia and society.

Keywords: Cultural Studies, Indiscipline, Academic Freedom, Collaboration, Innovation.

Os Estudos Culturais nasceram numa universidade distante das elites britânicas da década de sessenta, desafiando hierarquias de classe, cor e género, num discurso contra-hegemónico que confrontou – e continua a confrontar – poderes e tradições. Talvez por isso, os Estudos Culturais tenham demorado a encontrar o seu espaço no ensino superior português, tão cioso dos seus feudos e poderes que necessita ainda e sempre de hierarquizar-se em universitário e politécnico, sob a capa da missão específica de cada um dos subsistemas, mas com os doutoramentos cuidadosamente entregues a uns e não a outros até 2023. Com efeito, até esse ano, com mais de três décadas de atraso em relação ao Reino Unido⁵, a divisão binária do ensino superior português não permitia ao politécnico conceder doutoramentos de forma autónoma. Mas a nova legislação está longe de ser paritária e de seguir o modelo britânico: os politécnicos portugueses só podem ser designados como “university” para efeitos de revisão sistemática da literatura internacional, a designação “universidade” não pode ainda ser utilizada no contexto nacional e as condições impostas para a concessão de doutoramentos estão sujeitas a interpretações legais tão ambíguas quanto restritivas. Urge, por isso, indisciplinar a academia portuguesa em geral e os Estudos Culturais em particular, apelando à liberdade intelectual de investigar, ensinar e disseminar resultados de investigação sem fronteiras disciplinares, hegemonias institucionais ou exclusões tácitas.

Neste capítulo, o apelo à indisciplina dos Estudos Culturais materializa-se através da análise de uma experiência de reimaginação radical da formação a nível de 3º ciclo que desafia o status institucional, desconfinando os doutoramentos portugueses e incentiva a colaboração interdisciplinar. Esta abordagem aos Estudos Culturais no 3º ciclo permite explorar metodologias, epistemologias e ontologias que transcendem as limitações impostas pelas perspetivas rígidas de uma academia que tem ainda muitas portas, mas poucas entradas. Para tal, urge evocar os princípios fundadores do pioneiro e indisciplinado Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS) da Universidade de Birmingham, onde, em 1964, a jornada dos Estudos Culturais de Richard Hoggart, Raymond Williams, Stuart Hall e tantos outros teve início:

1. Interdisciplinaridade: adotar métodos e teorias da sociologia, antropologia, estudos literários, estudos dos media e outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, de modo a analisar a cultura contemporânea de forma abrangente.
2. Compromisso crítico com a cultura: estudar a cultura no seu sentido mais amplo, incluindo as práticas quotidianas, os media e as subculturas e reconhecendo a importância da cultura na formação das experiências sociais e das identidades.
3. Focalização no poder e nas ideologias: examinar criticamente o modo como as práticas culturais estão incorporadas nas relações de poder e nas ideologias vigentes na sociedade.
4. Estudo da cultura popular: valorizar o estudo da cultura popular, desafiando a focalização académica tradicional na cultura erudita e legitimando o estudo dos media e das práticas culturais quotidianas.

⁵ Optou-se pela comparação com o Reino Unido pela razão evidente de ser este o berço fundador dos Estudos Culturais. Contudo, legislação semelhante à do Reino Unido – em que o *Further and Higher Education Act* de 1992 eliminou a divisão binária e permitiu aos politécnicos adquirir o título universitário e o poder de conceder autonomamente os seus próprios graus – está em vigor por toda a Europa, nomeadamente na Alemanha, Finlândia, Noruega e Países Baixos, apenas para dar alguns exemplos de ensino superior de excelência.

5. Relevância sociopolítica: compreender as desigualdades sociais e as questões políticas, estabelecendo um compromisso com a justiça e a evolução sociais.
6. Integração de teoria e prática: conectar referenciais teóricos e análise prática, visando um trabalho ao mesmo tempo intelectualmente rigoroso e socialmente relevante.

Estes princípios moldaram coletivamente o CCCS como instituição precursora dos Estudos Culturais, influenciando as gerações futuras de investigadores. Entre estas, encontrar-se-á, seis décadas mais tarde, no Centro de Estudos Interculturais (CEI) da Escola de Negócios do Politécnico do Porto (ISCAP-P. PORTO), Portugal, a equipa de docentes e investigadores que concebeu a referida experiência de reimaginação radical da formação a nível de 3º ciclo: o doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação. Procurou-se neste doutoramento uma interdisciplinaridade intelectual e não a interdisciplinaridade de mercado que as agências de financiamento promovem nos consórcios de investigação internacional de larga escala. Neste curso, a interdisciplinaridade funciona através das disciplinas, de forma interseccional, de modo a reconstruí-las criticamente, inspirando-se nos movimentos de investigação sobre decolonização e feminismo e aproveitando a rara oportunidade de se sustentar num centro de investigação integrado numa Escola de Negócios.

O doutoramento é lecionado em inglês e movimenta-se na zona de contacto (Pratt, 1991) dos Estudos Culturais com as Ciências Empresariais. Assim, os dois semestres curriculares do doutoramento incluem as unidades curriculares de Metodologias de Estudos Culturais e Interculturais; Inovação, Cocriação e Sustentabilidade; Impactos Orientados para os Negócios e a Sociedade e Projeto de Tese. Nos semestres seguintes, a produção da tese constitui uma extensa reflexão de investigação teórica e aplicada, que pode incluir a análise crítica da criação de uma patente, empresa ou ONG, ou a resolução de problemas e necessidades sugeridos pela comunidade, empresas e outros atores sociais. Dada a magnitude das atuais questões da economia e da sociedade, a formação dos investigadores e profissionais implica a obtenção de capacidades interdisciplinares baseadas em equipas direcionadas para a solução de problemas reais. A dificuldade destes problemas requer um trabalho de equipa colaborativo e cocreativo, ciente dos elementos especializados que constituem os sistemas complexos e capaz de comunicar eficazmente através das fronteiras disciplinares (Nilsa et al., 2016). Face a estas exigências, os objetivos gerais traçados para o doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação foram:

1. Estimular o desenvolvimento de ecossistemas colaborativos entre a comunidade, as empresas e as instituições de ensino superior.
2. Disseminar junto das comunidades o conhecimento sobre culturas, interculturalidade⁶ e inovação.
3. Transferir o conhecimento gerado pela investigação para a inclusão, a inovação e o desenvolvimento socioeconómico.
4. Criar capacidades diferenciadas que entendam a cultura como valor complementar das políticas de inclusão e de regeneração, como motor de desenvolvimento e como fator de valorização de territórios e produtos.

⁶ O conceito de “interculturalidade” é aqui entendido enquanto movimento, encontro, comunicação e dinâmica entre culturas (Abdallah-Pretceille, 2006; Ibanez e Saenz, 2006; Sarmento, 2010, 2014 e 2016; Dervin, Gajardo e Lavanchy, 2011; Holliday, 2011 e 2013; Dervin, 2017, 2022 e 2023).

5. Potenciar a investigação aplicada e a elaboração de teses sobre problemas identificados pelas empresas e comunidades.

Ao colocar em ação estes objetivos, o doutoramento está a aplicar simultaneamente os princípios fundadores do CCCS à formação de 3º ciclo no ensino superior politécnico português. Esses princípios fundadores são evidentes no caráter interdisciplinar do curso, na atenção à cultura popular e na integração de teoria e prática. Contudo, será também de interesse analisar mais profundamente um talvez não tão claro compromisso crítico com a cultura, bem como a sua focalização no poder e nas ideologias e a relevância sociopolítica do projeto. Para tal, este capítulo apoiar-se-á agora no pensamento de Dina Kiwan, expresso no seu inquietante *Academic Freedom and the Transnational Production of Knowledge* (Cambridge University Press, 2024), em articulação com o contexto no qual se posiciona a criação do doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação.

A internacionalização das universidades, os currículos em língua inglesa, as forças do mercado, bem como a legislação nacional e internacional trazem novos desafios à liberdade académica e à produção de conhecimento para lá das estruturas e fronteiras tradicionais (Kiwan, 2024: 4). Com efeito, como referido, até 2023, a lei portuguesa limitava a liberdade de as instituições de ensino superior politécnico lecionarem autonomamente cursos de terceiro ciclo, com todas as restrições à produção, disseminação e financiamento da ciência que tal implica. Contudo, os princípios da paridade e da inclusão complementam – ao invés de comprometerem – os princípios da liberdade académica e da produção de conhecimento (Ben-Porath, 2017; Callan, 2016), o que obriga as instituições de ensino superior a manterem-se atentas às ideologias vigentes e a confrontarem as hegemonias sempre que necessário, cumprindo um papel com relevância sociopolítica, na senda dos princípios fundadores do CCCS.

O conhecimento pode ser visto como algo separado dos sujeitos que o produzem, algo que pode ser acumulado, como um capital cultural (Bourdieu, 1977) mercantilizável. Mas o conhecimento pode ser igualmente concebido enquanto algo que é construído, negociado, criado em colaboração. O primeiro modelo compreende o ensino como transmissão, ao passo que o segundo modelo compreende o ensino como inter-relacional e interpretativo (Kiwan, 2024: 9). No seu compromisso crítico com a cultura, inspirado pelo CCCS, o doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação envereda pelo modelo de conhecimento construído, negociado, cocriado, ao propor um ensino inter-relacional e interpretativo através de seminários, tutoriais e orientações individuais e em grupo. O modelo implica a identificação de questões de investigação, seguida de revisão de fundamentos teóricos, realização de workshops para consolidação de equipas, envolvimento com empresas e comunidade e trabalho em equipas interdisciplinares para a análise de questões complexas.

O compromisso crítico associado à relevância sociopolítica dos Estudos Culturais de Birmingham está também presente nas práticas pedagógicas do doutoramento, que assentam em atividades como a análise de case-studies, problem- e project-based learning, image boards, entrevistas, focus groups, questionários, diários, “thinking out loud” (Svensson et al., 2010), investigação contextual, técnica de why-why-why, “cultural inquiry” (Gaver et al., 2004), “dialogue café” (Halas, 2021), walkshops, brainstorming, “6-3-5 brain-writing”, protótipos, concursos de ideias, imersão em ambientes reais (empresas, instituições, ONGs e centros de I&D nacionais e internacionais),

criação colaborativa, currículos personalizados, avaliação por portfólios e por pares, e produção de teses sobre problemas reais, identificados pelas comunidades e empresas⁷.

A história intelectual do ensino superior construiu-se em redor da missão de formar cidadãos instruídos e críticos e de promover sociedades democráticas, no contexto da emergência dos modernos estados-nação. Atualmente, a internacionalização e a massificação do ensino superior são tendências globais, que se confrontam paradoxalmente com cada vez mais desigualdades sociais e económicas, também a nível global. Este paradoxo ilustra a transição de uma conceção da educação enquanto bem público para uma conceção neoliberal da educação enquanto produto privado (Kiwari, 2024: 10). Se levarmos a cabo uma meta-análise radical das expectativas traçadas para o doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação – pondo em prática o compromisso crítico do CCCS com a cultura e a sua focalização no poder e nas ideologias – torna-se necessário reconhecer que o discurso neoliberal das *skills*, da aplicabilidade, do impacto e da atração de clientes-alunos contamina os resultados de aprendizagem visados para o curso, sintetizáveis da seguinte forma:

1. Formar profissionais capazes de transferir conhecimento estratégico para as empresas, entidades públicas e do setor sociocultural, de modo a apoiá-las em processos de inovação sustentável no âmbito da economia global.
2. Conhecer e compreender teorias culturais aplicáveis aos negócios globais, com perceção dos temas atuais da investigação em Estudos Culturais, interculturalidade e inovação no meio académico, na indústria e na sociedade.
3. Analisar os impactos dos Estudos Culturais numa perspetiva de mudança, inovação e internacionalização dos negócios e de integração e coesão sociais.
4. Compreender as potenciais abordagens das empresas à inovação sustentável e praticar ferramentas de cocriação para o impacto social e económico da investigação científica.
5. Reconhecer e desenvolver os elementos positivos da interculturalidade empresarial; otimizar os benefícios da cultura e da produção cultural; enfatizar os ativos culturais como fatores de sucesso empresarial e de sustentabilidade.

Tal constatação advém do facto de a prática dos Estudos Culturais estar – também ela – situada dentro de contextos histórico-políticos e de estruturas de poder e ideologias, que se materializam em avaliações institucionais, parcerias e consórcios, sistemas de acreditação nacionais e internacionais, atração de alunos e financiamento, rankings, métricas, políticas de publicação e citação, entre outros, aos quais a produção de conhecimento não é alheia. Como se constata, a produção de conhecimento assenta em práticas sociais de consenso situadas dentro da comunidade académica e validadas por essa mesma comunidade académica, com as suas dinâmicas e relações

⁷ Várias destas atividades pedagógicas e de produção de conhecimento estão já em prática no Mestrado em Intercultural Studies for Business, igualmente sustentado na investigação e na equipa do Centro de Estudos Interculturais do Politécnico do Porto. O Mestrado, lecionado em inglês, funciona ininterruptamente desde 2016 e foi já sujeito a dois processos de avaliação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3Es), tendo sido em ambos aprovado sem condições pelo máximo possível de seis anos. Consultar: <https://www.iscap.ipp.pt/cursos/mestrado/583>

de poder que, em última instância, decidem que tipo de conhecimento é aceitável, validável, por quem pode ser produzido, a quem pode ser disseminado, onde, como e quando (Kiwari, 2024: 13).

O pensamento fundador de Raymond Williams emerge aqui como argumento contra os extremos de mercantilização do ensino superior, onde o marketing da instituição e da sua marca toma muitas vezes precedência sobre a liberdade intelectual dos investigadores: “education is not a product like cars and bread, but a selection and organisation from the available knowledge at a particular time which involves conscious and unconscious choices” (Williams em Young, 1971: 18). Existiram, com efeito, “escolhas conscientes e inconscientes” feitas durante a “seleção e organização” dos conhecimentos inerentes ao doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação, que tiveram assumidamente em conta as oportunidades e as contingências do “momento específico” que é a prática dos Estudos Culturais numa Escola de Negócios do ensino superior politécnico português contemporâneo. Algumas dessas oportunidades e circunstâncias contextuais foram:

1. Oportunidades:
 - a) contexto atual de expansão internacional da economia portuguesa;
 - b) atração de cooperações, redes e estudantes internacionais devido à lecionação em inglês;
 - c) contexto favorável à atração e fixação de estudantes para atividades de investigação na área do Grande Porto;
 - d) intensa atividade empresarial na região Norte de Portugal, em especial de pequenas e médias empresas;
 - e) premência da inclusão intercultural nas empresas, tendo em conta a atual mobilidade internacional de profissionais qualificados.
2. Circunstâncias:
 - a) eventual falta de sensibilidade das empresas para a relevância das questões culturais e sociais;
 - b) resistência atávica à contratação de doutorados por parte de algumas pequenas e médias empresas;
 - c) persistente identificação da cultura com as elites, a subsidiodependência, a subversão e demais representações essencialistas;
 - d) receios em relação à interculturalidade causados pelas recentes vagas migratórias e conflitos internacionais.

Neste momento e contexto, afigura-se então possível associar os Estudos Culturais aos estudos sobre o mundo empresarial e os negócios de forma crítica e criativa, sem hierarquias nem dicotomias entre áreas de investigação. Para aprofundar esta associação, este capítulo evocará agora o trabalho desafiante de Deborah Care, Marcello Smarrelli e Chiara Paolino, em *Innovating Business with Art: The Fondazione Ermano Casoli Method* (Bocconi University Press, 2021). O prefácio de Ariane Berthoin Antal chama a atenção para a polarização das perspetivas que versam apenas a forma como as artes e a cultura podem servir as empresas – sem reciprocidade – ou aquelas que, pelo contrário e numa visão estanque, deploram toda a aproximação contaminadora entre artes, cultura, negócios e empresas. Entre estas duas posições extremas, *Innovating Business with Art* conceptualiza modos alternativos de as artes, a cultura e as empresas se relacionarem entre si, recorrendo a diferentes perspetivas teóricas e diversos graus de riqueza empírica.

Na realidade, o estudo das culturas situadas nas margens dos cânones (e as culturas artísticas não estão propriamente situadas no centro do cânone empresarial) pode gerar projetos inovadores e sustentáveis, quando se adota uma estratégia inclusiva, intercultural, capaz de reconhecer recursos culturais tradicionalmente ignorados pelas instâncias de poder. De novo, este processo replica a evolução dos Estudos Culturais no CCCS e a sua construção de um conceito abrangente e dinâmico de cultura, que inclui objetos, práticas e sujeitos tradicionalmente silenciados, excluídos ou subordinados devido à sua identificação com as práticas do quotidiano comum, os media e a cultura popular:

Culture is ordinary: that is the first fact. Every human society has its own shape, its own purposes, its own meanings. Every human society expresses these, in institutions, and in arts and learning. [...] We use the word culture in two senses: to mean a whole way of life – the common meanings; to mean the arts and learning – the special processes of discovery and creative effort. Some writers reserve the word for one or other of these senses; I insist on both, and on the significance of their conjunction. [...] Culture is ordinary, in every society and in every mind. (Williams, 1993 [1958])

Estudar a cultura numa perspetiva intercultural inclusiva e transferi-la para as ciências empresariais é também uma forma de intervenção política de combate a preconceitos e de neutralização de conflitos. O contexto interpretativo da narrativa empresarial deve, por isso, tomar em consideração as epistemologias dos Estudos Culturais, a fim de compreender a lógica da diversidade e assim incluir as narrativas emergentes da atualidade, que criam toda uma sinergia de pluralidades – e de oportunidades – quando combinadas com as narrativas tradicionais.

O pensamento de Care, Smarrelli e Paolino torna-se relevante para decisores políticos, gestores, artistas e académicos em igual modo. Os decisores políticos pretendem avaliar se é proveitoso financiar iniciativas ligadas às artes, à cultura e às Humanidades em geral. Os gestores querem saber se podem alcançar lucros para as suas empresas de uma forma mais eficiente através da colaboração com artistas. Os artistas ambicionam novas perspetivas, públicos e benefícios para as suas atividades criativas. Os académicos buscam outras abordagens possíveis aos processos organizacionais e aos efeitos da inovação nas práticas empresariais. Deste modo, a própria inovação – conceito chave do doutoramento aqui em análise – é conceptualizada num sentido lato, não técnico, procurando compreender como é que as artes, a cultura e o seu estudo podem conduzir não só a diferentes formas de processar e comunicar a informação da empresa, mas também a novos modos de perspetivar e conceber produtos, espaços e processos.

A inovação e a criatividade são áreas complexas, nas quais as artes, a cultura e os negócios podem encontrar-se e gerar benefícios para todos os intervenientes. Care, Smarrelli e Paolino elencam algumas dessas vantagens, que são aqui relacionadas com os objetivos e as práticas do doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação, no contexto de fronteira que é a investigação em Estudos Culturais numa Escola de Negócios:

1. A recomposição do relacionamento entre empresas, colaboradores e sociedade.
2. A criação e experimentação de novos processos e produtos.
3. A renovação do pensamento empresarial.
4. A reconstrução do sentido de identidade profissional, relacionável com o conceito de performatividade crítica e respetiva interpretação dos artefactos culturais como forma

de representação da identidade, num desafio às perspetivas estritamente teóricas (Ulldemolins, 2020).

5. A formação cultural de indivíduos, equipas e empresas, de modo a:
 - i. valorizar esteticamente os espaços e os tempos do trabalho;
 - ii. transferir competências culturais para as tarefas quotidianas;
 - iii. desenvolver perspetivas críticas, abstratas e conceptuais.
6. O apoio à gestão da incerteza e à criação de relações humanas de longa duração.
7. A integração de diferentes áreas epistemológicas, ou seja, de novo a prática da interdisciplinaridade do CCCS.
8. A humanização das relações interpessoais através da validação das expressões estéticas e subjetivas.

Recorrendo de novo a uma meta-análise radical das expetativas traçadas para esta inovação dos negócios através das artes e da cultura, comum ao doutoramento em análise e ao trabalho de Care, Smarrelli e Paolino, e sempre em linha com os princípios fundadores do CCCS, também os autores se mostram cientes dos poderes e das ideologias atuantes na globalização neoliberal. A inovação nos negócios através das artes e da cultura pode ser vista como algo subestimável, ambíguo, financeiramente inviável e gerador de meras distrações estetizantes. Contudo, o dilema da mensurabilidade da produção de resultados tangíveis e da obtenção de lucro, onnipresente na crítica às Humanidades em geral e no presente contexto de colaboração entre cultura e negócios, em particular, pode ser solucionado se for tomado em conta que:

1. A valorização dos colaboradores através das artes e da cultura é uma vantagem competitiva com resultados mensuráveis.
2. O contributo da empresa para a comunidade, a sociedade e a sustentabilidade é mensurável.
3. A qualidade da imagem e a reputação da empresa são mensuráveis.
4. O desempenho da empresa em termos de capacidade de inovação e satisfação dos clientes é mensurável.
5. A qualidade do ambiente organizacional é mensurável.
6. A qualidade da formação é mensurável.
7. O impacto das artes e da cultura na comunicação empresarial, em eventos, comercialização de obras, residências artísticas e ações de formação é mensurável.

Esta reflexão encerra-se retomando a indisciplina, o desconfinamento e o desafio do título. Desde a sua fundação no CCCS em Birmingham, os Estudos Culturais são uma disciplina de interseções, de reinterpretações, de reposicionamento nas hierarquias existentes. Funcionam como um terceiro espaço de hibridismo, de subversão e transgressão, para citar Homi Bhabha (1994). O hibridismo é o espaço onde todas as divisões binárias e antagonismos, típicos de conceções políticas e académicas conservadoras, deixam de ter efeito, incluindo a clássica oposição entre teoria e prática, entre ciências e humanidades, entre cultura e negócios ou entre universidades e politécnicos. Para Bhabha, o potencial para a mudança reside nas periferias, caracterizadas pelo hibridismo, onde os ‘recém-chegados’ – como os politécnicos, os grupos de investigação inconventionais, os jovens, as artes e as minorias em geral – podem recorrer à inovação para confrontar as estratégias do poder. Estas ações, levadas a cabo nas periferias, podem ser designadas de forma algo metafórica como “zonas de contacto” (Pratt, 1991), como “limiars” (Davcheva, Byram e Fay, 2011) ou “campos

discursivos em intersecção” (Tsing, 1993), refletindo a natureza múltipla e dialógica dos Estudos Culturais.

Para Judith Butler (1996; 2000), os universais hegemónicos só podem ser conceptualizados em articulação com as suas próprias periferias, as tais “zonas de contacto”, “limiares” e demais metáforas. Deste modo, aquilo que foi excluído do conceito de universalidade leva esse mesmo conceito – a partir de fora, das margens – a aceitá-lo e a incluí-lo novamente, o que só pode acontecer quando ele tiver evoluído o suficiente para incluir os seus próprios excluídos, rearticulando o conceito de universalidade e seu poder. Este “retorno dos excluídos”, similar ao hibridismo de Bhabha, é uma força atuante não só na democracia contemporânea, mas também no campo académico e científico. Por isso, este capítulo procurou demonstrar como, ao indisciplinar os Estudos Culturais através de cruzamentos interdisciplinares e da sua prática num doutoramento do ensino superior politécnico, as instituições podem promover a liberdade intelectual e desenvolver projetos sustentáveis que ultrapassam fronteiras e estereótipos. Defende-se assim uma inclusividade radical (Mehan, 2020), que assume o potencial infinito do universo intelectual, a evolução constante e também o desafio às hegemonias. Como prática crítica, esta inclusividade radical nos Estudos Culturais oferece uma oportunidade única para produzir encontros e trazer para o debate diferentes identidades, objetos, ideias e práticas, funcionando de forma plurívoca, polissémica e multimodal. Aquilo que Mikhail Bakhtin (1999 [1984]) considerou ser uma relação polifónica ou dialógica com a linguagem através da representação de múltiplas vozes é, nesta inclusividade radical proposta aos Estudos Culturais, um princípio de análise e composição simultânea das diferentes narrativas disponíveis – embora nem sempre evidentes – em qualquer cultura.

Ao adotarem a indisciplina e o legado do CCCS, os Estudos Culturais contemporâneos adquirem o poder de confrontar questões globais prementes com renovado vigor e relevância, desconfinando os minifúndios do ensino superior português e impulsionando a transformação tanto na academia como na sociedade. O doutoramento em Estudos Interculturais para a Inovação tenta ser disso exemplo, não como mera imitação de modelos preexistentes, mas sim como “an act by which the very idea of a model or privileged position is challenged and overturned” (Deleuze, 1994: 69).

Bibliografia

Abdallah-Pretceille, M. (2006). Interculturalism as a paradigm for thinking about diversity. *Intercultural Education* 17(5): 475-483.

Aitchison, C.; Lee, A. (eds.). (2018). *Research writing: Breaking the barriers*. Springer.

Ansell, C.; Sørensen, E.; Torfing, J. (2022). *Co-creation for sustainability*. Emerald.

Bakhtin, M. (1999 [1984]). *Problems of Dostoevsky's Poetics*, ed. C. Emerson. *Theory and History of Literature*, vol. 8. University of Minnesota Press.

Ben-Porath, S. (2016). Safety, Dignity and the Quest for a Democratic Campus Culture. *Philosophical Inquiry in Education*, 24:1, 79-85.

Ben-Porath, S. (2017). *Free Speech on Campus*. Routledge and Keegan Paul.

- Bhabha, H. (1994). *The Location of Culture*. Routledge.
- Blackmore, P.; Howson, C. (eds.). (2018). *Critical perspectives on the doctoral research process*. Routledge.
- Bourdieu, P.; Passeron J.C. (1977). *Reproduction in Education, Society and Culture*, transl. Richard Nice. Sage.
- Butler, J. (1996). *Universality in Culture*. In: Cohen, J. (ed.) *For Love of Country: Debating the Limits of Patriotisms*. Beacon Press.
- Butler, J.; Laclau, E.; Zizek, S. (2000). *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. Verso.
- Callan, E. (2016). Education in Safe and Unsafe Places. *Philosophical Inquiry in Education*, 24:1, 64-78.
- Care, D; Smarrelli, M.; Paolino, C. (2021). *Innovating Business with Art: The Fondazione Ermano Casoli Method*. Bocconi University Press.
- Davcheva, L.; Byram, M.; Fay, R. (2011). Zones of Interculturality in Postgraduate Doctorate Supervision. In: Dervin, F.; Gajardo, A.; Lavanchy, A. (eds.) *Politics of Interculturality*. Cambridge Scholars Publishing.
- Deleuze, G. (1994). *Difference and Repetition*. Columbia University Press.
- Dervin, F. (2017). *Critical Interculturality: Lectures and Notes*. Cambridge Scholars Publishing.
- Dervin, F. (2022). *Interculturality in Fragments: A Reflexive Approach*. Springer.
- Dervin, F. (2023). *Interculturality, Criticality and Reflexivity*. Cambridge University Press.
- Deserti, A.; Real, M.; Schmittinger, F. (2022). *Co-creation for Responsible Research and Innovation: Experimenting with Design Methods and Tools*. Springer.
- Gaver, W.; Boucher, A.; Pennington, S.; Walker, B. (2004). Cultural Probes and the Value of Uncertainty. *Interactions* 11, 53-56.
- Golde, C.; Walker, G. (2020). *Envisioning the future of doctoral education*. Jossey-Bass.
- Green, D. (2018). From theory to practice: Teaching for transfer of learning in doctoral education. *Journal of University Teaching & Learning Practice*, 15:1.
- Halås, C.T. (2021). The Dialogue Café as a Participatory Method in Research. In: Wulf-Andersen, T.,
- Holliday, A. (2011). *Intercultural Communication and Ideology*. Sage.
- Holliday, A. (2013). *Understanding Intercultural Communication*. Routledge.
- Ibanez, B.; Lopez Saenz, C. (eds.). (2006). *Interculturalism: Between Identity and Diversity*. Peter Lang.

- Kiwan, D. (2024). *Academic Freedom and the Transnational Production of Knowledge*. Cambridge University Press.
- Lee, A. (2019). The doctorate as an original contribution to knowledge: Considering relationships between originality, creativity, and innovation. *International Journal of Doctoral Studies*, 14, 271-286.
- Mann, S. J. (2018). Developing a theoretical-practical framework for doctoral education. *Higher Education*, 76:2, 265-283.
- Mehan, A. (2020). "Radical inclusivity". In: Havik, K.; Pint, K.; Riesto, S.; Steiner, H. (eds.) *Vademecum: 77 Minor Terms for Writing Urban Places*. EU COST Action CA18126, nai010 publishers, 124-125.
- Nilsa, A. et al. (2016). A Pedagogical Model for Team-Based, Problem-Focused Interdisciplinary Doctoral Education. *BioScience* 66:6, 477-488.
- Pratt, M. L. (1991). Arts of the Contact Zone. *Profession*, 33-40.
- Sarmiento, C. (2014). Interculturalism, Multiculturalism and Intercultural Studies: Questioning Definitions, Repositioning Strategies. *Intercultural Pragmatics* 11(4): 603-18.
- Sarmiento, C. (2016). Intercultural Polyphonies against the 'Death of Multiculturalism': an Essay on Concepts, Practices and Dialogues. In: Dervin, F.; Gross, Z. (eds.) *Intercultural Competence: Alternative approaches for different times*. Palgrave MacMillan, 121-141.
- Sarmiento, C. (ed.). (2010). *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues*. Cambridge Scholars Publishing.
- Svensson, J.; Eriksson, C.; Ebbesson, E. (2010). User Contribution in Innovation Processes. 43rd Hawaii International Conference on System Sciences, 1-10.
- Taylor, S.; Beasley, N.; Swabey, K. (2019). Scaffolding the doctoral journey: A transformative pedagogical approach to doctoral research education. *Innovations in Education and Teaching International*, 56:5, 639-648.
- Tsing, A. (1993). *In the Realm of the Diamond Queen: Marginality in an Out-of-the-Way Place*. Princeton University Press.
- Ulldemolins, M. (2020). Critical Performativity. In: Havik, K.; Pint, K.; Riesto, S.; Steiner, H. (eds.) *Vademecum: 77 Minor Terms for Writing Urban Places*. COST Action CA18126, nai010 publishers, 56-57.
- Williams, R. (1993 [1958]). Culture is Ordinary. In: Gray, A.; McGuigan, F. (eds.) *Studying Culture: An Introductory Reader*. Edward Arnold, 5-14.
- Young, M. (1971). *Knowledge and Control: New Directions for Sociology of Education*. Collier MacMillan.

III. A Dimensão Metadisciplinar dos Estudos Culturais e o Espectro Filosófico

Rui Grácio

Resumo

Interrogando o estatuto dos Estudos Culturais e analisando a recorrente afirmação de que são estudos interdisciplinares, propomos classificar os Estudos Culturais como estando inseridos na tradição das Humanidades e como sendo metadisciplinares. Esta tese é sustentada através da afirmação de que existe uma estreita afinidade entre a na sua versão retórico-argumentativa e os Estudos Culturais. E, embora esta tese não seja enunciada por Stuart Hall, uma das figuras maiores dos Estudos Culturais, ela está presente nas suas ideias e no modo dialógico, aberto e não disciplinar com que concebe a prática dos Estudos Culturais.

Palavras-chave: estudos culturais; humanidades; filosofia; metadisciplinar; retórica-argumentativa.

Abstract

Questioning the status of Cultural Studies and analyzing the repeated assertion that they are interdisciplinary studies, we propose to classify Cultural Studies as being within the tradition of Humanities and as being metadisciplinary. This thesis is supported by the assertion that there is a close affinity between philosophy in its rhetorical-argumentative version and Cultural Studies. And although this thesis is not stated by Stuart Hall, one of the major figures of Cultural Studies, it is present in his ideas and in the dialogical, open, and non-disciplinary way in which he conceives the practice of Cultural Studies.

Keywords: Cultural Studies; Humanities; philosophy; metadisciplinary; rhetorical-argumentative.

Introdução

No livro *Um ensaio sobre os Estudos Culturais*, que publiquei em 2023, ensaiei articular algumas questões de largo espectro, começando pelo lugar das Humanidades — um lugar de crise e, como tal, de transformação —, continuando pelos aspetos sempre polémicos da transição da modernidade para a modernidade tardia e procurando, depois, situar a emergência dos Estudos Culturais quer no contexto das Humanidades, quer no quadro da imagem de pensamento metafísico cujas categorias e ambições vão, aparente e progressivamente, perdendo a sua força a partir do século XX e sendo substituídas por outras formas de pensar e de olhar para o próprio alcance da teoria.

Não satisfeito com a abrangência de tal tarefa, e crente que à filosofia metafísica sucede um paradigma retórico-argumentativo de racionalidade — aliás sempre marginalizado pelos monismos e absolutismos filosóficos, que veem a retórica como “mera” retórica e a argumentação como um

parente pobre do raciocínio demonstrativo —, ensaiei também mostrar que há uma cumplicidade entre filosofia e Estudos Culturais, cumplicidade sem a qual dificilmente podemos compreender as características destes últimos. Esta é, em certa medida, a tese que aqui irei desenvolver.

Na caracterização que faço do filosofar contemporâneo através do recurso ao paradigma retórico-argumentativo, assinalo não só a importância da passagem de uma visão mais restritiva e fechada da epistemologia rumo ao seu alargamento para um quadro de considerações epistémicas, como tento propor a substituição da tradicional dicotomia entre sujeito e objeto pela ideia de um pensamento metadisciplinar que parte da consideração e da tematização de assuntos em questão para a construção do conhecimento. Neste sentido, afasto-me de vias que dão o primado a procedimentos metodológicos e aproximo-me das que não separam a questão do conhecimento da questão do pensamento e da responsabilidade social e ética.

Interrogações sobre as Humanidades e os Estudos Culturais

Enfim, como se pode ver por esta síntese algo densa, trata-se de um ensaio que convocou não só todo um percurso de aprendizagens, como persistiu nessa tarefa de articular as leituras e as referências pelas quais fui passando com alguma dose de contingência, de modo a criar um quadro que fizesse sentido e apresentasse potencialidades heurísticas para lidar com perguntas como:

Perceberemos nós a importância das Humanidades? E compreendemos os desafios que a migração para a vida digital lhes coloca? Que, como salienta D. Barry (2014, p. 12) estamos numa “transição de uma epistemologia jurídica racional para uma epistemologia autoritária-computacional”?

Poderemos nós compreender os Estudos Culturais como um quadro em que a articulação entre teoria e prática recebem um novo enquadramento e, com ele, a teoria é percebida de outro modo?

Poderemos perceber que a maldição que vem pesando sobre a filosofia numa era de domínio do pensamento científico e tecnológico é um equívoco e um perigo que vai abrindo para uma época de não-pensamento e de impensar, uma vez que cada vez mais delegamos nas máquinas a capacidade de pensar e de decidir?

Não estamos nós sob a necessidade — que pulsa na própria transformação disciplinar que se vai dando no sentido do multidisciplinar, do interdisciplinar, do transdisciplinar e do metadisciplinar — de regressar a um filosofar que, valorizando a problematicidade da colocação “em questão”, convoca a ponderação e procura a aliança entre conhecimento e pensamento?

Será que não urge um pensamento menos refém da produção de conhecimento, não aprisionado pela estrutura disciplinar da academia e mais atento às incontornáveis relações entre produção de sentido, persuasão e organização do poder?

Não nos mostram os tempos que a sobranceria pragmática que guiou a epistemologia de matriz europeia — a qual objetivou o mundo como reserva a explorar e vocacionou o homem como conquistador e dominador — não foi capaz de ver o mundo como casa nem, mesmo antecipando o desastre ecológico, deixa de se alimentar dum predatório ideal competitivo característico do capitalismo neoliberal?

E não persistem os ideais metafísicos na chamada “migração” para o digital, na plataformização da sociedade e nas esperanças depositadas na “revolução do algoritmo mestre” (Domingos, 2017), uma espécie de construção algorítmica desse Deus por alguns proclamado como morto?

A cumplicidade entre filosofar e os Estudos Culturais

Por tudo que já referi, e pelas perguntas acabadas de formular, já deve estar claro, por esta altura, que valorizo muito a filosofia enquanto pensamento crítico e criativo; penso, aliás, que os Estudos Culturais precisam de perceber o quanto integram da atitude crítica da filosofia para equacionarem a questão da sua própria identidade, a sua reivindicação de prática transdisciplinar e mesmo, como eu prefiro, da sua dimensão metadisciplinar.

A este respeito, a minha tese é a de que os Estudos Culturais são um rosto cúmplice da filosofia depois da falência da Filosofia com maiúscula, ou seja, depois da filosofia como metafísica e da respetiva imagem metafísica de pensamento que alimentou, com o seu primado da Unidade, com a sua paixão pelas ultimidades, pelo absoluto e pelas essências e com as suas ambições totalizadoras.

Ora esta é uma imagem de pensamento à qual os Estudos Culturais reagem, acentuando a historicidade, a contextualidade, a pluralidade e a situacionalidade de uma teoria que não pode dispensar a sua articulação com a prática. No entanto, mantêm da filosofia a dimensão metadisciplinar que a caracteriza desde as suas origens e que só foi esbatida quando o impulso do pensamento espantado, crítico, curioso e inquieto cedeu ao primado do conhecimento disciplinado, ameahável e útil.

Dito de outra maneira, quando, na modernidade, se começou a dar uma suposta emancipação das ciências relativamente à filosofia, quando esta foi condenada a tornar-se residual e, finalmente, quando passou, num gesto contranatura, a figurar como uma disciplina entre outras no arranjo disciplinar do conhecimento.

No entanto, hoje vivemos numa época em que, por várias razões — que vão da globalização e das questões ecológicas, à penetração do digital na cultura e nas práticas culturais —, a tendência é assinalar as limitações do conhecimento disciplinar (sem, com isso, lhe retirar as suas virtudes e poderes) e clamar por multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Isso mesmo acontece com os Estudos Culturais que, nas palavras da maior parte das pessoas que a eles se dedicam, são desde logo classificados como interdisciplinares.

Mas, como disse — em função da estreita ligação que considero terem com o filosofar depois da Filosofia com letra maiúscula — prefiro utilizar a palavra metadisciplinar, pois esta palavra põe em primeiro lugar o despertar da atividade do pensamento e só depois valoriza a dimensão disciplinar do conhecimento, ou seja, parte da emergência estratégica de assuntos em questão, que tematiza na sua problematicidade, antes do primado conferido a metodologias pré-estabelecidas e a procedimentos característicos das delimitações disciplinares.

Perspetivas sob a dimensão extradisciplinar dos Estudos Culturais

Numa passagem de uma entrevista a Stuart Hall, as palavras de David Scott vão ao encontro da ideia de que, para o pensador jamaicano, se verifica a presença de uma crítica à tradição filosófica do pensamento como metafísica e uma abertura a uma forma de pensar mais consonante com a tradição retórica, aliás sempre recalcada e excomungada pela filosofia arvorada em produzir o discurso da Verdade ou discurso do Mestre.

Com efeito, são traços da retórica duas focalizações decisivas: por um lado, a ideia de pensamento em situação e de comunicação contextual; por outro, a dimensão da oportunidade justa, que liga o pensamento ao seu valor estratégico e aos seus efeitos práticos e contingenciais⁸. Com isto em mente, vejamos então as palavras de David Scott sobre Stuart Hall:

Para mim, um dos aspetos mais instrutivos do pensamento cultural-político de Hall é a centralidade do conceito de estratégia. Hall é eminentemente um intelectual estratégico. Porque ele abandonou a preocupação epistemológica com Primeiros Princípios, com a busca por um Fundamento Filosófico Final do Verdadeiro Conhecimento, a sua abordagem às questões políticas depende crucialmente de conceitos como “contingência” e “conjuntura”. Isso significa que depende da leitura, em qualquer momento histórico dado, do jogo das forças sociais e hegemonias discursivas, e de identificar o movimento que produzirá uma mudança na configuração cognitivo-política. (Hall, 2019, p. 235)⁹.

Voltando à questão da dimensão metadisciplinar da filosofia que, na minha perspectiva, insufla os Estudos Culturais, vale a pena recordar que Gilles Granger (1986, p. 113) afirmava de uma forma decidida que “[...] a filosofia é, por excelência, metadisciplina”. Ela não possuiu objetos de estudo predefinidos. E, acrescenta Granger (1986, p. 113):

assim, por mais que se queira reter um significado algo preciso para esta palavra, a filosofia é um conhecimento sem objetos. É, por excelência, a metadisciplina, cujo tema é o conjunto, constantemente renovado, mas também preservado na memória dos homens, das obras onde organizam a sua experiência através de todo o tipo de signos.

Dito talvez de uma forma mais clara, o pensamento metadisciplinar não parte do método para a construção do conhecimento no quadro de um paradigma disciplinar, mas sim da deteção e da

⁸ Lembre-se aliás a definição aristotélica de retórica como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (1998: 1355b). Salientou ainda, pondo a tónica na selectividade dos recursos, mais tarde designada por inventio, que “é também evidente que ela [a retórica] é útil e que a sua função não é persuadir, mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes para cada caso” (*ibidem*).

⁹ “To my mind, one of the most instructive aspects of Hall’s cultural-political thought is the centrality to it of a concept of strategy. Hall is preeminently a strategic intellectual. Because he has given up the epistemological preoccupation with First Principles, with the search for a Final Philosophical Ground of True Knowledge, his approach to political questions depends crucially on such concepts as “contingency” and “conjuncture.” That is to say, it depends on reading, at any given historical moment, the play of social forces and discursive hegemonies, and on identifying the move that will produce a shift in the cognitive-political configuration.”

formulação de problemas e problemáticas, ensaiando encontrar os melhores caminhos e metodologias para lhes dar uma resposta, que é também sempre uma proposta.

E enfatizo esta ideia de “uma resposta que é também sempre uma proposta” porque a tematização dos assuntos em questão, levada a cabo pelos Estudos Culturais, tem sempre uma incontornável, e assumida, dimensão propositiva político-argumentativa.

Com efeito, a articulação entre o cultural e o político está no coração dos Estudos Culturais, tal como já estava — insisto nas afinidades — numa das matrizes do pensamento ocidental, ou seja, na filosofia metafísica de Platão, ilustrada aliás com a conhecida figura do rei-filósofo que aparece na obra *A República*.

Julgo que uma das consequências do carácter metadisciplinar dos Estudos Culturais é a de que eles não elaboram os seus estudos e ensaios em termos da tradicional dicotomia entre sujeito e objeto. Repito: lidam com assuntos em questão que tematizam, organizam, estudam e relativamente aos quais tomam posições argumentadas.

Estudar e investigar, pensamento e conhecimento

Aliás, a favor da ideia de “estudo”, que está presente na designação “Estudos Culturais“, queria convocar um excerto de Giorgio Agamben onde, a propósito da condição de estudante, este pensador procura assinalar a superioridade do estudo relativamente à investigação:

Ao contrário do termo “investigação” [ricerca], que remete para um girar em círculo sem que se tenha encontrado ainda o próprio objecto (circare), o estudo, que significa etimologicamente o grau extremo de um desejo (studium), encontrou já e sempre o seu objecto. Nas ciências humanas, a investigação é apenas uma fase temporária do estudo, que cessa uma vez identificado o seu objecto. O estudo é, pelo contrário, uma condição permanente. Aliás, pode-se definir o estudo como o ponto em que um desejo de conhecimento atinge a sua máxima intensidade e se torna uma forma de vida: a vida do estudante – ou melhor, do estudioso. Por isso – ao contrário do que está implícito na terminologia académica, onde o estudante se situa um grau abaixo do investigador – o estudo é um paradigma cognitivo hierarquicamente superior à investigação, no sentido em que esta não pode atingir o seu objectivo se não for animada por um desejo, que uma vez atingido só pode conviver estudiosamente com este, transformar-se em estudo.

Com este excerto enfatizo novamente a afinidade entre o filosofar e os Estudos Culturais que, mais do que partirem de paradigmas de investigação vigentes, procuram formular e identificar a problematidade dos problemas a partir de preocupações de vida, da forma como os poderes e a dimensão política se repercute na moldagem de modos de viver e da tensionalidade de forças múltiplas que atravessam a dimensão cultural que sempre nos trespassa.

Nessa mesma linha, Edgar Morin afirma que:

a filosofia não é uma disciplina, mas uma força de interrogação e de reflexão dirigida não apenas aos conhecimentos e à condição humana, mas também aos grandes

problemas da vida. Nesse sentido, o filósofo deveria estimular, em tudo, a aptidão crítica e autocrítica, insubstituíveis fermentos da lucidez, e exortar à compreensão humana, tarefa fundamental da cultura. (Morin, 2003, p. 54).

Assinale-se, também, que a perspectiva dos Estudos Culturais relativamente à teoria não se reveste de uma ambição totalizadora, antes opta por uma organização pensante em termos de complexidade. Eles nutrem-se da abertura à variedade de linhas compreensivas e explicativas a que é preciso recorrer para densificar as problemáticas, evitando acantonamentos epistemológicos, simplificações mutilantes e compartimentações que não permitem lidar com as dinâmicas e com os interstícios do poder e com a dimensão cultural dos fenómenos.

Assim, afirma Lawrence Grossberg (2015, p. 15) “os estudos culturais não transformam contextos em objetos novos, fixos e estáveis, mas os tratam como construções sempre abertas, mutáveis e porosas, estratégicas e temporárias”.

Da mesma forma, Stuart Hall afirmou que “os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspetos culturais da sociedade. O complexo particular de disciplinas envolvidas, e os tipos de abordagens adotadas, diferem naturalmente de lugar para lugar”. (Hall et al., 2005, p. Vi. *Itálico meu*).

A resistência do político ao quantitativo

E, no que diz respeito ao poder e ao político, é bom lembrar — nesta época de quantificação da vida pela via digital — que nem mesmo a operação de quantificar é algo que lhe escape. Com efeito, como nota Vinck (2017, pp. 45-46) a propósito de categorizações que estabelecem equivalências, e que são anteriores à quantificação dos fenómenos, o

(...) trabalho prévio à contagem é eminentemente qualitativo e, neste caso, a quantificação pressupõe um ato político. Portanto, não é surpreendente ver que a quantificação tem sido frequentemente objeto de controvérsia. Isto deve-se ao facto de a construção de convenções de equivalência envolver geralmente negociações e compromissos¹⁰.

Refira-se também que as abordagens interseccionais e a centralidade que o conceito de articulação tem em alguns teóricos dos Estudos Culturais apontam justamente para uma viragem do epistemológico para o epistémico, entendendo este último como uma reflexão sobre a produção do conhecimento enquanto fenómeno que tem uma dimensão social e política. Porque a política vive nos interstícios da vida, das pequenas coisas e da sociabilidade cidadã.

¹⁰ “Ce travail préalable au comptage est éminemment qualitatif et, dans le cas présent, la quantification suppose un acte politique. Il n’est alors pas surprenant de voir que la quantification a souvent fait l’objet de controverses. Celles-ci tiennent au fait que la construction de conventions d’équivalences engage généralement des négociations et des compromis. (...) La traduction de quelque chose en nombres ne va jamais de soi ; dans tous les cas, elle revient à négliger quelque chose de l’objet, de la personne ou du phénomène ainsi quantifié. Il convient alors de se souvenir de ce qui est perdu au cours du processus de quantification.”

Espero que, com isto, tenha conseguido explicitar porque é que julgo que os Estudos Culturais têm uma dimensão metadisciplinar que vem da incorporação da dimensão filosófica que neles está presente. Nesse sentido, podemos dizer, como Russell dizia da filosofia, que os Estudos Culturais são uma terra sem dono, um terreno fértil para o pensamento crítico. Ou que, como enfatiza Chris Barker (2004, p. XIV) “os estudos culturais não são uma coisa que possa ser representada com precisão, antes são constituídos por uma quantidade de formas de olhar para o mundo motivadas por diferentes valores e propósitos”.

Ora, é para este filosofar trazido ao mundo, para um pensamento que articula sempre a teoria e a prática e que reconhece as exigências que a prática exerce sobre o pensamento, é para este filosofar não disciplinar e emergente de uma organicidade inerente à vida e que atravessa a esfera pública, que parece apontar a perspectiva de Stuart Hall (2019, pp. 261-262), — que aqui cito para finalizar — quando fala de

(...) uma oportunidade para um tipo muito mais amplo de intercâmbio e diálogo sem fronteiras consiste em reconstituir uma esfera pública (...) Penso numa esfera pública muito diferente, que seja menos baseada numa concepção tradicional das disciplinas, das profissões e das instituições; que seja mais aberta a uma espécie de noção porosa da sociedade civil, mais aberta à função intelectual orgânica; que corresponda ao tipo de chamamento de Lloyd Best para um pensamento não disciplinar, extradisciplinar. Muitas dessas coisas contribuem para constituir um novo espaço de diálogo no qual, é claro, as pessoas se envolveriam em discussões umas com as outras até se cansarem¹¹.

Em suma, julgo que a afinidade entre filosofar e Estudos Culturais é não só uma forma de resistir a uma ideia de conhecimento cada vez mais apartada do pensamento crítico, como, também uma forma de manter acesa a resistência de um humano pautado pelas potências problematizadoras face às forças que as aspiram a subjugar e a dominar hegemonicamente.

Bibliografia

Agamben, G. (2017) Estudantes. Punkto. revistapunkto.com/2017/05/estudantes-giorgio-agamben_17.html

Aristóteles (1998). Retórica. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Barker, C. (2004). The SAGE Dictionary of Cultural Studies. SAGE Publications.

Berry, D. (2014). Critical theory and the digital. Bloomsbury Academic.

¹¹ “...an opportunity for a much wider kind of frontierless exchange and dialogue is to reconstitute a public sphere, which was, after all, insofar as it existed, the product of a very specific set of historical and political circumstances. And was very narrow. And I think that a very different public sphere which is less grounded in a traditional conception of the disciplines and the professions and the institutions; which is more open to a kind of porous notion of civil society, more open to the organic intellectual function; which is responsive to a kind of Lloyd Best call for nondisciplinary, extradisciplinary thinking. A lot of those things are to constitute a new space of dialogue in which, of course, people would harangue one another till the cows come home”.

Domingos, P. (2017). A revolução do Algoritmo Mestre. Manuscrito.

Granger, G. G. (1986). ¿Qué es una Metadisciplina?. *Diánoia*, 32 (32) 103-117. Acessível em <https://dianoia.filosoficas.unam.mx/index.php/dianoia/article/view/712/717>

Grácio, R. A. (2023). Um ensaio sobre os Estudos Culturais. Grácio Editor.

Grossberg, L. (2015). Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. *MATRIZES*, 9(2), 13-46. <https://doi.org/10.11606/issn.19828160.v9i2p13-46>

Hall, S.; Hobson, D.; Lowe, A. e Willis, P. (Ed.) (2005/1980). Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies, 1972-79. Routledge / Centre for Contemporary Cultural Studies University of Birmingham.

Hall, S. (2019). Essential essays. Identity and diaspora. Duke University Press.

Morin, E. (2003). A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand Brasil.

Vinck, D. (2016). Humanités Numériques. La culture face aux nouvelles technologies. Le Chevalier Bleu Éditions.

IV. O Incomensurável Infinito e a Imensa Liberdade de não ser Livre

Miguel Babo

Resumo

Este capítulo parte da análise fílmica de *Lucy* de Luc Besson e do pensamento deleuzeano expresso no filme. Entregamo-nos a uma liberdade e imaginação teóricas próprias dos Estudos Culturais e à sua multiplicidade e transdisciplinaridade, para irmos ao encontro do que o filme tem para nos dizer do universo deleuzeano. Através de uma metodologia esquizoanalítica procuramo-nos contagiar, sermos capazes de um olhar profundo, e de uma vidência capaz de acrescentar, capaz de uma capacidade pós-crítica, (des)construtiva e criativa que nos permita deixar falar os fluxos desejantes e darmos conta dessa capacidade cubista da arte cinematográfica e do que Besson constrói sobre a dimensão infinita do pensamento deleuzeano em *Lucy*. Falamos das aberturas, das fissuras capazes de nos revelar as “sombras” de um universo adimensional e de potência e intensidades infinitas pois, sempre que o conhecimento o consegue, sempre que damos um passo, por mais pequeno que seja, no infinitamente grande ou no infinitamente pequeno, o mundo integra uma nova temporalidade, o homem transforma-se e a existência ganha contornos hoje totalmente impercetíveis ao ser humano. A dimensão ética de *Lucy*, suscita, por sua vez, pensamentos de ordem ética, política e social, à liberdade plena e pura deleuzeana, aos fluxos desejantes, intemporais e adimensionais reclama-se a transformação do lugar da existência no espaço-tempo.

Palavras-chave: Deleuze, estudos culturais; plano de imanência, cinema

Abstract

This chapter is based on a filmic analysis of Luc Besson's *Lucy* and on Deleuzian thought as expressed in the film. We engage with a theoretical freedom and imagination inherent to Cultural Studies, embracing its multiplicity and transdisciplinarity, in order to explore what the film has to convey about the Deleuzian universe. Through a schizoanalytic methodology, we strive to be infected by it, to cultivate a profound gaze, and to develop a clairvoyance capable of contributing with a post-critical, (de)constructive, and creative capacity that allows us to let the desiring flows speak, thereby acknowledging the cubist capacity of cinematic art and what Besson constructs regarding the infinite dimension of Deleuzian thought in *Lucy*. We address the openings, the fissures capable of revealing the “shadows” of an adimensional universe and of infinite potency and intensities, as, whenever knowledge attains this state—whenever we take a step, however small, into the infinitely large or the infinitely small—the world integrates itself into a new temporality, man transforms, and existence acquires contours that are today completely imperceptible to the human being. The ethical dimension of *Lucy*, in turn, evokes thoughts of ethical, political, and social nature, calling for the transformation of the place of existence within space-time, the right to be here and now, aligned with the full and pure Deleuzian freedom and desiring, timeless, and adimensional flows.

Keywords: Deleuze, Cultural Studies; Plane of Immanence, Cinema.

Este capítulo parte da análise fílmica do filme *Lucy*, de Luc Besson (Besson, 2014), e do pensamento deleuzeano expresso no filme. Procuramos ir ao encontro do que o filme tem para nos dizer e, mais propriamente, do que tem a revelar sobre o universo deleuzeano. Este encontro com o que o filme transmite é muito característico da metodologia interdisciplinar e transdisciplinar adotada pelos Estudos Culturais e da sua linha fundamental, que se liberta da procura obsessiva e antropomórfica da verdade, presa a uma narrativa de causalidade geral.

Na verdade, se há algum “método” nos Estudos Culturais, ele consiste na contestação dos limites socialmente construídos (por exemplo, de classe, género, raça, etc.) nas mais diversas realidades humanas. A ‘naturalização’ dessas categorias tem sido precisamente objeto de grande contestação a partir dos Estudos Culturais (Baptista, 2009).

Lucy é um bom exemplo da razão pela qual Deleuze se encantou pelo cinema e lhe dedicou grande parte do seu trabalho. Para Deleuze, o cinema possui essa capacidade de pensamento para além do humano, para além dos sujeitos, para além dos centros preceptivos. É capaz de uma prática que contém uma metafísica que percebe, sente e intui mundos inteiros.

O filme de Luc Besson está, de facto, em sintonia com os conteúdos e metodologias dos Estudos Culturais e com o seu lugar na academia, pois apela precisamente aos fluxos móveis do conhecimento. Não faz uso de uma construção determinística e positivista de certezas matemáticas e científicas. Pelo contrário, apela ao que está para além do saber e, na linha de Nietzsche, questiona a construção de uma verdade, enfatizando outras realidades que se escondem e que são ignoradas e reprimidas pelas narrativas estruturalistas que postulam a homogeneidade humana e as interpretações antropomórficas e axiomáticas do mundo. Este filme apela precisamente à libertação do ego, do antropomorfismo, do transcendental e do existencial, de Deus e do Homem, libertando-se de todas as estruturas e codificações, libertando-se do tempo e do espaço, planando em todas as direcções, inventando novas formas de entender o mundo e questionando, precisamente, a construção da “verdade” e procurando outra realidade que se esconde.

Filmemos um carro a descer uma rua em alta velocidade. Aumentemos a velocidade da imagem infinitamente e o carro desaparece. Que provas temos da sua existência? O tempo dá legitimidade à sua existência. O tempo é a única verdadeira unidade de medida. Dá provas da existência da matéria. Sem o tempo, não existimos (Besson, 2014, min 69).

Se não são estas leis por onde se rege a existência, o que rege tudo isto? O que está para além desta existência? Segundo Deleuze, é o lugar da “imanência absoluta”. Gilles Deleuze vai ao encontro do “Plano de Imanência” de Henry Bergson: um plano universal incomensurável, um plano plasmático de potência infinita, onde tudo é movimento, pura luz, irradiação total, temperatura infinita, velocidade infinita e onde o tempo deixa de existir. Para Deleuze, é por isso necessário resgataremos a intuição do pensamento, capaz de superar as condições humanas do pensamento e de penetrar nesse supra-humano, liberto do tempo, de toda a subjetivação e de toda a materialidade. Quando *Lucy*, a personagem do filme de Luc Besson, afirma “sem o tempo deixamos de existir” (Besson, 2014, min 69) não se trata de uma negação da imanência, da negação da vida, mas da negação da obrigatoriedade de uma subjetivação ou materialização. Pelo contrário, afirma a Vida, a imanência como Vida. “Dizemos da imanência pura que é Vida, nada mais do que isso. Não é

uma imanência para a vida, mas a imanência que não é mais nada do que ser ela própria vida” (Deleuze, 2001, p.27).

Elevada à potência infinita, a consciência desmaterializa-se e passa a estar em todo o lado. Passa a uma dimensão supra-humana desmaterializada: “Enquanto a consciência atravessar o campo transcendental, difundida por todo o lado numa velocidade infinita, nada a pode revelar (Deleuze, 2001, p.26).” A consciência não deixa de existir, de ser imanente às coisas, mas não pode ser percebida porque está elevada ao estado infinito de potência, a um sublime que ultrapassa o sublime de Kant (Kant, 2000), pois já não há só uma incapacidade de a imaginar, mas também de a pensar — um sublime que é imensamente incompreensível e do qual nem a imaginação, nem uma nova dimensão do pensamento, são capazes de dar conta. O plano de imanência é o plano onde tudo está elevado à máxima potência, a esse sublime superior, onde o amor é tão intenso que deixa de ser possível amar, o ódio tão intenso que deixa de ser possível odiar, a dor tão intensa que deixa de ser possível sentir. Lucy foi hiper-potenciada com CPH4, uma droga fictícia que no filme é descrita como uma substância natural produzida pelo corpo humano em pequenas quantidades durante a gravidez. A enorme quantidade ingerida por Lucy levou-a à vivência de um passo além a caminho do plano de Imanência de Deleuze e Bergson: “Não sinto dor, medo, desejo. É como se tudo o que nos torna humanos desaparecesse” (Besson, 2014, min 45).

Na dimensão do infinito, do tudo e do nada, do infinitamente grande e do infinitamente pequeno, há um nada que nos permite ser tudo. No plano de imanência, onde tudo é luz e aceleração infinita, afastamo-nos de toda a subjetividade. É nesse nada em criação que abandonamos o tempo a caminho de UMA VIDA sem vida, pois o tempo sem tempo é o lugar da Pura Vida e o tempo é o lugar da vida.

Esta ideia expressa no filme, na linha de Deleuze e Henry Bergson, está influenciada pelo pensamento do filósofo irlandês do início do século XVIII George Berkeley. A ideia de Berkeley é que ser é ser percebido, “esse est percipi (Berkeley, 2009) “ou seja, a noção de que aquilo que existe deve coincidir com o que é percebido. Berkeley dá um sentido completamente novo e diferente à ideia do dualismo cartesiano nesse ato de perceber e ser percebido, pois, para Berkeley, matéria e representação são a mesma coisa. Ele nega a existência de uma substância independente das coisas, atribuindo, assim, um novo sentido à interioridade, muito diferente da interioridade idealista. Para Berkeley, as ideias e as consciências que estabelecem as condições da percepção são, elas próprias, matéria composta de qualidades sensíveis. Ainda assim, para Berkeley, é necessário que exista uma consciência que vá além da própria percepção humana, que garanta a existência de todas as coisas, incluindo o “eu”. Para Berkeley, essa consciência é Deus.

Em *Matéria e Memória*, publicada em 1896, Bergson ultrapassa essa necessidade de transcendência, a necessidade desse olhar onnipresente e onipotente, afirmando a percepção na imanência das próprias coisas, negando a necessidade da subjetivação, da percepção centrada, para dar lugar à imagem que, segundo ele, é a representação do movimento, da mudança, do devir e parte ativa e participante nesse plano de imanência de potência infinita, de um tempo para além do tempo, onde todas as coisas já são percepção de si mesmas (Bergson, 1939).

Em relação à filosofia de Berkeley, Bergson introduz o tempo, no seio do qual ocorre a contingência da criação, que provém de um caminho de retorno desse plano de imanência, desse lugar do infinito. Para fazer esse percurso e retornar ao tempo cronológico, ao tempo em que as coisas existem, Bergson introduz a noção de intervalo, um delay, como um super-slow motion

desta velocidade infinita, onde se infiltra a subjetividade, os afetos e a existência de que fala Lucy. Há no intervalo bergsoniano uma indeterminação criativa, um tempo gerador e criador. Em resumo, a diferença entre Bergson e Berkeley é que Bergson não precisa de um Deus para perceber todas as coisas. Para Bergson, através do intervalo, difunde-se uma consciência espiritual imanente às coisas e, assim, ele afirma a percepção na imanência das próprias coisas.

No filme de Besson, Lucy é potenciada pela ingestão de uma sobredose de CPH4, que a leva a esse estágio de libertação material, de (des)subjetivação. Deleuze e Guattari introduzem a noção de desejo como meio pelo qual seremos capazes desse efeito. O desejo é tido como excesso, como transbordamento, um desejo que não se define pela supressão de uma necessidade ou de uma escassez, mas sim como a capacidade de se libertar de todas as classificações axiomáticas e antropocêntricas, capaz de tocar a virtualidade, livre de certas formas de poder social e humano, livre de toda identidade. Deleuze segue a esteira do pensamento de Espinosa (2020, 1 ed. 1677), afirmando que o desejo escapa às “amarras” linguísticas e à “prisão” da moral. Ele segue, em particular, a linha do pensamento de Nietzsche (2011), vendo o desejo como “vontade de potência”, catalisador da existência, a tensão que provoca o novo, o devir. Há uma essência revolucionária, um questionamento do poder nesta procura permanente de quebrar toda a estabilização social e todo o poder dominante, em virtude deste imenso poder de libertação da materialidade.

Como diz a música de Beth Carvalho: “De que me serve um saco cheio de dinheiro para comprar um quilo de feijão (Santana, 1977, letra da música Saco de Feijão)?” De que serve o mundo capitalista neoliberal se me libertar da necessidade? Será o conhecimento uma libertação? “Todo esse conhecimento que a Lucy adquiriu... Não tenho certeza se a humanidade está preparada para ele. Estamos tão famintos de poder para proveito próprio, devido à natureza humana, que pode acabar por nos trazer apenas instabilidade e caos” (Besson, 2014, min 71).

Aí reside o conflito, o paradoxo, a encruzilhada entre a vida e UMA VIDA. Lucy, ao (des)subjetivar-se, deixa de ter afetos, sentimentos, ética. Está fazendo de sentimentos, é uma espécie de narcisismo frígido imensamente intensificado, cheio de si, um “eu” altamente potenciado, totalmente isento do outro. Lucy e os caminhos narcísicos que se afastam das relações da necessidade da união, do “outro”, levam, perigosamente, à distopia, à ausência de toda a afetividade, de toda a fraternidade, à Agonia de Eros, como apelida Han (2012), à ausência do sentimento de classe. O eu narcísico neoliberal é apenas um pequeno esboço desta falência das classes em desunião. Essa falência não reflete a ausência de opressão e exploração pelas minorias dominantes sobre o proletariado, mas a falência da união proletária e majoritária que, nessa desvalorização da existência em detrimento do outro por UMA VIDA, passa a pensar e a agir como a minoria dominante que a oprime.

“As minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo aceite: por exemplo, o europeu mediano, adulto, masculino, residente em cidades...” (Deleuze & Negri, 1990, p. 70). À liberdade plena e pura, libertada de toda a unicidade, reclama-se o direito a pensar no “nós” em detrimento do “eu”, o direito a “ser” no aqui e no agora, o direito a sofrer, a amar, o direito a não ser nada, o direito a viver.

À metafísica revolucionária deleuzeana, precisamos acrescentar uma ética revolucionária, pois este caminho para os interstícios do tempo potencia esta doença do eu narcísico que toma conta do

sujeito desprovido de sentido fraterno e de união. Faz com que a imensa luz ofusque a contingência da liberdade no tempo — o intervalo — que revela a existência, que revela cada uma e todas as coisas, que volta a abrir trilhos, caminhos, fluxos e lugares em que se dá a contingência e a vida. É na liberdade do tempo que se dá a reconstrução do eu, capaz das sombras que o abrigam da luz do infinito, que ofusca os rostos, os odores, o amor, enfim, as sensações, os afetos, a atopia do outro. É preciso proteger-nos da luz ofuscante, sem que nos deixemos cair no obscurantismo, sendo capazes de ir iluminando os cenários desta ética revolucionária.

Apontamos para este paradoxo: a aporia do infinito e a imanência do absoluto remetem-nos ao nada limitado que seremos sempre, enquanto, simultaneamente, nos abrimos à noção deleuzeana de que somos tudo, um eu sem tamanho: “O abismo é o muro que tenho/ Ser eu não tem um tamanho” (Pessoa, 1956).

Segundo Bergson e Deleuze, só há caminhos, não há Telos, não há pontos de chegada. Por isso, Deleuze valoriza os contextos e afirma que as respostas só podem ser fruto de um caminho que se percorreu. Um lugar sem caminho percorrido é um lugar perdido, sem relação, sem integração, sem percepção — não existe. Por isso, os Estudos Culturais são tão próximos do pensamento deleuzeano: pela multi e transdisciplinaridade que formula perguntas em contexto, mais do que respostas, e que marca os caminhos por onde passa, embora não tenha nenhum lugar de chegada. Faz do conhecimento, da epistemologia, um processo nómada, um processo de vivência dos fluxos, descobrindo sempre novas e renovadas formas que se cruzam e se afastam ao sabor da criação e da contingência, pois não há nenhum lugar para ir, uma vez que estamos em toda a parte.

À pergunta: “Para onde é que tudo isto nos leva?”, podemos responder: “A lugar nenhum”, o que nos indica inúmeros caminhos. O lugar nenhum, que não é nada por ser nada, mas é nada porque pode ser tudo, abandona os olhares monoanalíticos, as meganarrativas, as certezas, e dá valor a todas as diferenças, a todas as formas de saber, afirmando que não há apenas o processo científico positivista destituído de metafísica ou a teologia destituída de mundo. Nos lugares dos buracos de saber, todas as formas são válidas: Deus ou os deuses, os santos e os demónios, os padres, as bruxas, os feiticeiros, os crentes e os céticos, os letrados e os iletrados. Todos, sem exceção, irão percorrer caminhos que levam a novos e renovados encontros, algumas vezes a becos de luz sombria, outras vezes a vales de luz intensa e luminosa. E aqui estaremos para questionar, para colocar perguntas: onde estamos, para onde vamos, como vamos, com quem vamos, por que vamos, como queremos percorrer estes caminhos? Como nos vamos relacionar e o que vamos deixar aos que vêm depois de nós? Quem nos obriga? Quem nos oprime? Quem oprimimos para aqui chegar? Só a contingência no tempo da existência representada nos conduz à liberdade de escolher o aqui e o agora, o modo, o “eu”, o “outro” e o “nós”, de dizer sim e dizer não, de acreditarmos, de sabermos que entre o homem de hoje e o homem que viverá mil anos não há diferença nenhuma, pois continuamos a ser um nada em relação ao sublime do imensamente grande e do imensamente pequeno. E nesse nada que se dá no tempo, reside a liberdade de subirmos a esse muro que temos e, daí, sermos capazes de chegar a toda a parte.

Bibliografia

- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. <http://journals.openedition.org/carnets>, Première Série-1 Numéro Spécial, 451–461. <http://journals.openedition.org/carnets/4382>
- Bergson, H. (1939). *Matière et Mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit*. Presses Universitaires de France.
- Berkeley, G. (2009). *Berkeley: Philosophical Writings* (D. M. Clarke, Ed.). Cambridge University Press.
- Besson, L. (2014). *Lucy* [Video recording]. Universal Pictures.
- Deleuze, G. (2001). *Pure Immanence: Essays on a Life*. Zone Books.
- Deleuze, G., & Negri, T. (1990). O devir revolucionário e as criações políticas. *Novos Estudos*, 28, 67–73.
- Espinosa, B. (2020). *Ética. Relógio D'Água*.
- Han, B.-C. (2012). *A Agonia de Eros. Relógio D'Água*.
- Kant, I. (2000). *Critique of the Power of Judgment*. Cambridge University Press.
- Nietzsche, F. W. (2011). *A Vontade de Poder. Contraponto*.
- Pessoa. (1956). *Poesias Inéditas* (V. Nemésio & J. Nemésio, Eds.). Ática.
- Santana, F. (1977). *Saco de Feijão*.

V. Explorando Novas Perspetivas nas Humanidades Digitais Críticas: Uma revisão bibliográfica sobre grupos fechados e hierarquizados nos Estudos Culturais

Beatriz Yaunner

Resumo

Os Estudos Culturais, desde sua emergência no final do século XX, têm se afirmado como um campo transdisciplinar que ultrapassa as barreiras convencionais das disciplinas acadêmicas. Esta abordagem inovadora visa analisar as interações complexas entre cultura, poder, identidade e representação em contextos sociais específicos. A integração das metodologias das Humanidades Digitais Críticas pode expandir os horizontes das investigações na área do Estudos Culturais, oferecendo novas possibilidades para estudar grupos fechados e hierarquizados, como as . Este artigo investiga como essas metodologias podem ser aplicadas para desvendar as dinâmicas culturais em contextos onde o acesso e a comunicação são rigorosamente controlados. Por meio de uma revisão bibliográfica crítica, analisamos as contribuições de autores como Bruno Latour, Paul Feyerabend e Christine Hine, destacando a relevância da etnografia digital, análise de redes sociais, mineração de dados e hermenêutica digital. Cabe ressaltar que a diferença entre metodologias tradicionais e digitais vai além da simples adaptação de ferramentas; trata-se de uma transformação fundamental na abordagem dos objetos de estudo. A pesquisa revela que essas metodologias digitais não só permitem a coleta e análise de dados em ambientes restritos, mas também proporcionam apontamentos mais profundos sobre como o poder, a resistência e a identidade são negociados. Concluímos que a integração das Humanidades Digitais Críticas nos Estudos Culturais é fundamental para compreender as complexidades culturais contemporâneas. As ferramentas digitais oferecem novas perspectivas, alargando as oportunidades de investigação e proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas culturais presentes em grupos fechados e hierarquizados.

Palavras-chave: humanidades digitais críticas, metodologias, grupos fechados, estudos culturais, instituições militares.

Abstract

Cultural Studies, since their emergence in the late 20th century, have established themselves as a transdisciplinary field that transcends conventional academic boundaries. This innovative approach seeks to analyse the complex interactions between culture, power, identity, and representation within specific social contexts. The integration of methodologies from Critical Digital Humanities broadens the horizons of cultural research, offering new possibilities for studying closed and hierarchical groups, such as military institutions. This article investigates how these methodologies can be applied to uncover cultural dynamics in contexts where access and communication are tightly controlled. Through a critical literature review, we explore the contributions of scholars such as Bruno Latour, Paul Feyerabend, and Christine Hine, highlighting the relevance of digital

ethnography, social network analysis, data mining, and digital hermeneutics. We emphasise that the difference between traditional and digital methodologies extends beyond mere tool adaptation; it represents a fundamental transformation in approaching study objects. The research reveals that these digital methodologies not only facilitate data collection and analysis in restricted environments but also offer deeper insights into how power, resistance, and identity are negotiated. We conclude that integrating Critical Digital Humanities into Cultural Studies is crucial for understanding contemporary cultural complexities. Digital tools provide new perspectives, expanding investigative possibilities and contributing to a richer analysis of cultural dynamics in closed and hierarchical groups.

Keywords: critical digital humanities; methodologies; closed groups; military institutions.

Introdução

Este capítulo integra-se numa investigação de doutoramento em curso, focada na participação das mulheres em bandas militares, com o trabalho de campo realizado em colaboração com a Banda da Armada Portuguesa. Este estudo é apoiado pelo financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito de uma parceria entre a universidade e instituições não académicas. A pesquisa procura compreender como as questões de género e a performance musical se interligam num ambiente militar, conhecido pela sua estrutura hierárquica e rígida. Este contexto proporciona uma oportunidade valiosa para explorar as dinâmicas de poder e as manifestações de resistência cultural que surgem em sistemas fechados e altamente controlados.

A abordagem oferecida pelos Estudos Culturais, apoiadas das Humanidades Digitais Críticas, tem por objetivo permitir que este trabalho explore as intrincadas relações de género e práticas culturais presentes na Banda da Armada. Através da aplicação de metodologias como a etnografia digital, a análise de redes sociais e a hermenêutica digital, iremos examinar como as mulheres interagem com as rígidas hierarquias militares e de que forma as tecnologias digitais podem atuar como mediadoras ou impulsionadoras de transformação. Por esta razão, o artigo propõe uma reflexão sobre o papel das metodologias digitais na investigação de ambientes fechados.

Transdisciplinaridade nos Estudos Culturais

Os Estudos Culturais emergiram como um campo de investigação académica no final do século XX, marcando uma significativa rutura com as abordagens tradicionais de análise cultural. Este campo distingue-se pela sua natureza intrinsecamente interdisciplinar e pelo compromisso com a análise das relações entre cultura, poder e identidade em contextos sociais específicos. A sua génese, tradicionalmente associada à Escola de Birmingham e a académicos como Richard Hoggart, Raymond Williams e, posteriormente, Stuart Hall, estabeleceu as bases para uma nova forma de compreender as dinâmicas culturais contemporâneas.

Martín-Barbero (2008) amplia esta discussão ao propor o conceito de “mediações culturais”, enfatizando como as práticas culturais são constantemente reconfiguradas pelas tecnologias digitais e processos de globalização. Na mesma linha, García Canclini (1990) desenvolve o conceito de “culturas híbridas”, argumentando que as fronteiras entre cultura popular, erudita e massiva são

cada vez mais fluidas. Esta hibridização cultural, teorizada pelo autor, torna-se ainda mais evidente e intensificada no contexto das tecnologias digitais, onde as fronteiras entre diferentes expressões culturais se mostram cada vez mais porosas e interligadas.

A constante expansão e reconfiguração no campo dos Estudos Culturais, sobretudo em termos teóricos e metodológicos, é impulsionada pela necessidade de um olhar que extrapole as fronteiras de uma única disciplina. Baptista (2009) sublinha a importância da transdisciplinaridade, que permite o diálogo com abordagens da antropologia, literatura, história, sociologia e comunicação, enriquecendo o campo e permitindo uma compreensão mais complexa dos fenómenos culturais. Neste sentido, Couldry e Hepp (2021) introduzem o conceito de “deep mediatization” para descrever como a digitalização profunda da sociedade reconfigura as práticas culturais e sociais, enfatizando o papel central das mediações digitais nos processos culturais.

Stuart Hall (2013) deu um contributo essencial aos Estudos Culturais ao propor que a cultura é, essencialmente, um espaço de confronto e negociação, onde múltiplas vozes e perspetivas se encontram e se entrelaçam num constante jogo de forças e diálogos. Esta visão reforça que, para captar a complexidade das questões culturais, é necessário transcender os limites de uma única disciplina e adoptar uma abordagem transdisciplinar que permita analisar as interconexões entre diversos campos do saber (Baptista & Grácio, 2022). Hall enfatiza também a necessidade de investigar as relações de poder e os processos de construção de identidade, especialmente num mundo cada vez mais interligado.

A transdisciplinaridade nos Estudos Culturais representa, portanto, um avanço na epistemologia — a área dedicada ao entendimento dos processos de produção de conhecimento. Esta abordagem cria uma espécie de ambiente rico e propício para a integração de metodologias das humanidades digitais críticas, ampliando o escopo teórico e metodológico para uma análise mais abrangente das dinâmicas culturais recentes. Em síntese, o desenvolvimento epistemológico impulsionado pelos Estudos Culturais oferece uma base sólida para investigações que valorizem a interdependência de saberes e perspetivas, enriquecendo a leitura e compreensão dos fenómenos culturais na actualidade.

Humanidades Digitais Críticas

As Humanidades Digitais Críticas representam uma evolução significativa das humanidades tradicionais, ao integrarem métodos e ferramentas digitais na análise e compreensão dos fenómenos culturais. Esta área surge como resposta às profundas transformações tecnológicas e sociais do século XXI, propondo formas de investigação que combinam o pensamento crítico das humanidades com as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais. Mais do que uma extensão das abordagens convencionais, as Humanidades Digitais Críticas constituem um novo paradigma epistemológico, com metodologias próprias que possibilitam uma reflexão crítica e aprofundada sobre o papel das tecnologias na sociedade (Berry & Fagerjord, 2017).

Ao ir além da mera utilização prática dos recursos digitais, as Humanidades Digitais Críticas questionam os sistemas de poder, as estruturas de exclusão e as mudanças nas práticas culturais impulsionadas pela tecnologia. Neste sentido, conseguem fazer uma espécie de ponte importante entre os Estudos Culturais e as práticas digitais. Através desta perspetiva, o campo reafirma a

relevância das humanidades na era digital, demonstrando que a tecnologia não é apenas um meio, mas uma força que reconfigura identidades, relações e formas de conhecimento.

A abordagem crítica das Humanidades Digitais distingue-se pela ênfase na reflexividade metodológica e no questionamento das próprias ferramentas digitais utilizadas na investigação. Como sublinham Baptista & Grácio (2022), esta perspectiva parte do pressuposto de que as tecnologias digitais não são neutras; antes, elas carregam pressupostos e vieses que podem influenciar a construção do conhecimento. Assim, a crítica digital desafia os investigadores a avaliar não só o conteúdo analisado, mas também as infraestruturas e os algoritmos subjacentes, explorando as implicações éticas e políticas das tecnologias aplicadas. A reflexão sobre os próprios métodos utilizados permite um estudo mais consciente e rigoroso, que reconhece a influência das ferramentas digitais na interpretação dos dados culturais e nas dinâmicas sociais.

A análise de contextos culturalmente sensíveis e complexos, como os ambientes fechados onde o acesso direto é restrito, beneficia amplamente do uso de tecnologias digitais como ferramentas de investigação. Roopika Risam (2019) argumenta que as tecnologias digitais possuem o poder de tanto perpetuar quanto desafiar hierarquias de poder, o que as torna especialmente valiosas para estudar instituições onde o controlo sobre a informação é rigoroso, como as forças armadas. Estas tecnologias permitem aos investigadores explorar dinâmicas internas dessas organizações, identificando padrões de adaptação ou resistência às estruturas de autoridade. Através dessa perspectiva digital crítica, os Estudos Culturais encontram uma oportunidade única de ampliar o entendimento sobre o impacto das mediações digitais na construção de identidades e nas relações de poder em contextos fechados, oferecendo novas camadas de análise e reflexão sobre as dinâmicas culturais.

Ao mapear essas abordagens, esta análise não apenas amplia a compreensão dos possíveis caminhos metodológicos, mas também encoraja uma reflexão profunda sobre o impacto ético do estudo de ambientes sensíveis. Desta forma, o trabalho visa contribuir para um campo de investigação que valorize a integridade e a responsabilidade na produção do conhecimento, alinhando-se ao compromisso dos Estudos Culturais com a análise das estruturas de poder e os processos de representação. No fundo, este esforço pretende enriquecer as metodologias digitais, trazendo uma perspectiva crítica que respeite a complexidade dos contextos estudados e que ofereça uma leitura mais holística das dinâmicas sociais e culturais.

Concluimos, então, que a abordagem das Humanidades Digitais Críticas, ao incorporar uma diversidade de metodologias adaptadas ao estudo das tecnologias digitais, abre novas possibilidades para uma análise mais detalhada e aprofundada das dinâmicas culturais. Esta variedade de métodos permite captar as múltiplas facetas da cultura no meio digital e, ao mesmo tempo, oferece ferramentas preciosas para compreender as manifestações e transformações das relações de poder nesses espaços. Na secção seguinte, exploraremos algumas dessas metodologias – como a análise de redes, a etnografia digital, a análise crítica de discurso e a visualização de dados –, analisando como cada uma contribui, de forma única, para observar as subtilezas da cultura e do poder no contexto digital.

Metodologias das Humanidades Digitais Críticas

No centro dos debates metodológicos contemporâneos, autores como Bruno Latour (1987) e Paul Feyerabend (1975) ressignificaram a ciência e sua prática, contestando a noção de um método unificador e inflexível. Ciência em Ação, de Latour, revela a ciência como uma prática social profundamente imbricada e política, argumentando que o conhecimento científico é uma confusa rede de atores humanos e não humanos. Por outro lado, Feyerabend em Contra o Método recusa-se dogmatismo metodológico argumentando que a ciência ascende de maneira mais inovadora e eficaz com a exploração irrestrita de todas as abordagens. Essa metáfora metodológica de abertura se conecta com a análise de Michel Foucault (1969) em a Arqueologia do Saber sobre como o conhecimento – no caso dele a forma escrita – é configurado e validado por meio de práticas discursivas e relações de poder. Latour, em conjunto com Michel e Feyerabend, incentiva-nos a pensar a ciência e as humanidades não como disciplinas distintas, mas como áreas entrelaçadas que requerem metodologias críticas e adaptáveis para lidar com a relação complicada e precária entre conhecimento, ciência poder e sociedade.

Seguindo estes teóricos, as metodologias das Humanidades Digitais Críticas adquirem destaque ao oferecerem ferramentas renovadas para explorar os fenômenos culturais. Christine Hine (2000), em Virtual Ethnography, adapta a etnografia ao ambiente digital, o que é a ferramenta para uma pesquisa aprofundada das práticas e interações online. Manuel Castells (1996), em The Rise of the Network Society, por sua vez, definiu a análise das redes sociais, que é fundamental para fazer um mapa das estruturas de poder e comunicação nos corpos sociais contemporâneos. Além disso, Ian Milligan (2019), em History in the Age of Abundance?, descreve o poder da mineração de dados para analisar campos semânticos extensos dos dados digitais e Johanna Drucker (2014), em Graphesis, mostra como a visualização de dados transforma informações complexas em representações de fácil entendimento. Por fim, Norman Fairclough (1992), em Discourse and Social Change, utiliza a análise crítica o discurso para revelar relações de poder embutidas em textos e narrativas. Estes autores não apenas reimaginam o conhecimento científico, mas também oferecem metodologias flexíveis e robustas que criam oportunidades para uma exploração mais coerente das dinâmicas culturais e sociais. A seguir, vamos ver como estas metodologias se aplicam à investigação de contextos fechados e hierárquicos.

Investigação de Grupos Fechados e Hierarquizados: Estratégias Metodológicas

Os grupos fechados e hierarquizados, como as instituições militares, representam um desafio singular para os Estudos Culturais e as Humanidades Digitais Críticas. Estas instituições são definidas por estruturas rígidas de poder, normas culturais profundamente enraizadas e uma resistência intrínseca à mudança. Compreender as dinâmicas culturais nesses ambientes exige metodologias que respeitem suas particularidades e revelem as complexidades ocultas de suas interações e práticas (Castells, 1996; Hine, 2000).

As instituições militares, como exemplos paradigmáticos de grupos fechados e hierarquizados, possuem sistemas claramente definidos de comando e controle que moldam tanto as relações internas quanto a transmissão cultural. São permeadas por códigos de conduta rigorosos e formas específicas de socialização que reforçam a hierarquia e a disciplina. As dinâmicas de poder, nesse

contexto, estruturam não apenas as relações entre os membros, mas também influenciam como as identidades e as resistências culturais são construídas e negociadas (Milligan, 2019; Ricoeur, 1990).

A etnografia digital, como detalhada por Christine Hine em *Virtual Ethnography* (2000), permite uma investigação inovadora das práticas culturais e interações em ambientes digitais. Hine explora como a etnografia pode ser adaptada para contextos digitais, permitindo que os pesquisadores observem práticas e interações em plataformas virtuais. No ambiente militar, onde o acesso direto pode ser limitado, essa abordagem revela como os indivíduos se adaptam às estruturas hierárquicas ou criam espaços de resistência e negociação.

Manuel Castells, em *The Rise of the Network Society* (1996), oferece uma análise abrangente das redes sociais como estruturas fundamentais das sociedades modernas. Castells argumenta que o poder e a comunicação são estruturados em redes, uma ideia particularmente útil para entender como a informação e a influência fluem em organizações hierárquicas como o exército. No contexto militar, mapear essas redes permite identificar as relações formais e informais e como estas podem reforçar ou desafiar as estruturas de comando.

A hermenêutica digital, inspirada pelos trabalhos de Paul Ricoeur, especialmente em *Soi-même comme un autre* (1990), oferece uma abordagem interpretativa profunda. Ricoeur investiga como os textos e discursos são estruturados e interpretados, enfatizando a importância do contexto e das múltiplas camadas de significado. Aplicada ao ambiente militar, essa metodologia ajuda a desvendar os discursos e narrativas internas, revelando as ideologias subjacentes e as estratégias de poder nas comunicações oficiais e informais.

Ian Milligan, em *History in the Age of Abundance?* (2019), destaca a importância da mineração de dados como uma ferramenta vital para historiadores na era digital. Ele argumenta que, com o enorme volume de dados disponíveis, novas técnicas são necessárias para identificar padrões, tendências e insights significativos. No contexto militar, a mineração de dados permite analisar comunicações digitais em grande escala, identificando mudanças na linguagem e nos temas abordados que podem indicar transformações nas prioridades institucionais ou nas dinâmicas culturais.

Essas distinções metodológicas são fundamentais. A etnografia digital desloca a observação participante para o espaço virtual, lidando com interações mediadas e dinâmicas mutáveis. A análise de redes sociais digitais utiliza algoritmos para mapear conexões em tempo real, algo que seria impossível com métodos tradicionais. Por fim, a hermenêutica digital enfrenta a fluidez dos dados digitais, exigindo novas formas de interpretação. Integrar essas metodologias aos Estudos Culturais permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, resistência e identidade em ambientes fechados e hierarquizados, oferecendo uma visão matizada das complexidades culturais contemporâneas.

Em outras palavras, a distinção entre as metodologias tradicionais e digitais vai além da simples adaptação de ferramentas; é uma mudança fundamental na maneira como nós abordamos e entendemos nossos objetos de estudo. As metodologias digitais não estão apenas para ampliar nossas capacidades analíticas, mas também reconfiguram os paradigmas de pesquisa. No núcleo de muitas abordagens tradicionais está a imersão direta e a observação contextual dos ambientes físicos, enquanto as metodologias digitais podem lidar com as vastas quantidades de dados, a interatividade e a fluidez das interações online. Como resultado, a transformação

fundamentalmente metodológica que mencionei acima não apenas enriquece nossa análise de fenômenos culturais contemporâneos; acaba por nos forçar a reconsiderar as próprias barreiras disciplinares e a natureza do conhecimento. A introdução de metodologias digitais nos Estudos Culturais não substitui abordagens tradicionais; em vez disso, cria uma abordagem híbrida: crítica e ágil. Esta combinação é crucial para desvendar as interações complexas de poder, identidade e cultura num mundo mediado por tecnologias digitais. Assim, as Humanidades Digitais Críticas não são apenas novas ferramentas analíticas; em vez disso, promovem uma radical autoavaliação das práticas científicas.

Considerações Finais

Este estudo destacou alguns aspetos da integração das Humanidades Digitais Críticas nos Estudos Culturais, especialmente no contexto de grupos fechados e hierarquizados, como as instituições militares. Ao aplicar metodologias como a etnografia digital, a análise de redes sociais e a hermenêutica digital, poderemos observar por exemplo nuances nas dinâmicas de género e nas práticas culturais que tradicionalmente permaneceriam ocultas. Estas ferramentas digitais não só facilitam a coleta e análise de dados em ambientes de difícil acesso, mas também oferecem novas perspetivas sobre como o poder, a resistência e as identidades são continuamente negociados e transformados.

Para futuras pesquisas, seria valioso explorar como outras metodologias digitais podem ser adaptadas para contextos culturais distintos, além do militar. Investigação adicional poderia focar-se em como as narrativas de resistência emergem em diferentes contextos de opressão ou em ambientes corporativos fechados.

Por fim, este estudo reforça a importância das Humanidades Digitais Críticas como um avanço significativo no campo epistemológico. Ao possibilitar análises mais diversificadas, estas metodologias contribuem para uma compreensão mais ampla e profunda das complexidades culturais atuais. No entanto, é importante reconhecer as limitações do próprio estudo. Este capítulo, sendo um estudo exploratório, oferece uma visão inicial e não exaustiva sobre a aplicação destas metodologias para pesquisa em grupos fechados, como a Banda da Armada Portuguesa. A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e se concentra na fase teórica e metodológica, não incluindo, neste momento, dados empíricos detalhados ou análises extensivas. Além disso, as reflexões apresentadas são baseadas em uma revisão bibliográfica e em hipóteses que necessitam ser testadas no campo. Portanto, as conclusões devem ser entendidas como preliminares, servindo mais como ponto de partida para futuras investigações do que como resultados definitivos. Ainda assim, as metodologias e apontamentos aqui discutidos oferecem uma base sólida para novas investigações, ampliando os horizontes da pesquisa no campo dos Estudos Culturais na era digital.

Bibliografia

Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets. Revue électronique d'études françaises de l'APEF*, (Première Série-1 Numéro Spécial), 451-461.

- Baptista, M. M., & Grácio, R. A. (2022). As palavras, as práticas e as perspectivas: Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In M. M. Baptista, A. R. de Almeida, & R. A. Grácio (Orgs.), *Estudos Culturais em Portugal*.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Blackwell Publishers.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2018). *The mediated construction of reality*. John Wiley & Sons.
- Drucker, J. (2014). *Graphesis: Visual forms of knowledge production*. Harvard University Press.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.
- Feyerabend, P. (2011). *Contra o método: Esboço de uma teoria anarquista do conhecimento* (O. S. Mota, Trad.). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Editora Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1969)
- García Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.
- Hall, S. (2013). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.
- Hine, C. (2000). *Virtual ethnography*. SAGE Publications.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*
- Milligan, I. (2019). *History in the age of abundance? How the web is transforming historical research*. McGill-Queen's University Press.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Éditions du Seuil.

VI. Explorar o Conceito de Alteridade: Os Estudos Interculturais enquanto lente crítica

Carina Cerqueira

Resumo

A noção de “alteridade” é uma ferramenta crucial para compreender o funcionamento das relações interculturais e a formação da identidade. Neste capítulo, exploro as ligações entre alteridade, desconstrução e estudos interculturais, analisando como estas ideias interagem e influenciam a nossa compreensão de nós próprios e das outras pessoas.

Enquanto construção social, a alteridade delimita as fronteiras entre “nós” e “eles”, promovendo distinções com base em diferenças culturais, étnicas, raciais ou ideológicas. No entanto, a noção de alteridade não é estática; é fluida e depende das dinâmicas de poder e dos contextos sociais. Os estudos interculturais examinam as interações entre diferentes culturas, promovendo o diálogo e a compreensão entre diferenças. Contudo, os encontros interculturais são frequentemente marcados por ansiedade, desequilíbrios de poder e mal-entendidos decorrentes da essencialização das “outras” culturas.

Tendo como inspiração o conto “Wakefield” de Nathaniel Hawthorne, este capítulo explora as complexidades da alteridade, destacando a sua relevância no discurso contemporâneo. O conto retrata a jornada inquietante de um homem que se afasta voluntariamente da sua família e comunidade, optando por observar a sua vida anterior à distância. Visto que Wakefield vive numa condição de liminaridade, ou seja, no limiar da alienação e da pertença, esta história serve como uma parábola interessante para a experiência de ser o “outro”. Nessa experiência, há espaço para uma construção pedagógica, com o objetivo de explorar os conceitos prévios dentro da obra literária e promover a interpretação crítica dos alunos.

No âmbito dos estudos culturais, “Wakefield” ilumina as complexidades da identidade cultural e do sentido de ‘pertença’. A escolha de Wakefield de se retirar da sociedade evidencia como a alienação cultural leva a um sentimento generalizado de distanciamento. A sua história, semelhante à de pessoas marginalizadas que navegam pelos desafios da exclusão e assimilação cultural, pode ser analisada pelos estudos culturais, que procuram desafiar conceitos essencialistas de identidade e pertença ao explorar os processos de poder subjacentes à formação de “nós” versus “eles”.

O silêncio de Wakefield representa os obstáculos à empatia e à compreensão que surgem da falta de comunicação. A sua incapacidade de expressar as suas intenções sublinha a inadequação da linguagem em ultrapassar o fosso entre o eu e o outro. No campo dos estudos de comunicação, Wakefield estimula a reflexão crítica sobre como a linguagem, verbal ou não-verbal, afeta as identidades e perpetua estruturas sociais.

Essencialmente, Wakefield de Hawthorne estimula a compreensão mais profunda das complexidades da conexão humana e da procura pelo sentido de ‘pertença’ num mundo cada vez mais fragmentado. A história de Hawthorne serve como uma lembrança pungente do papel crucial

que a empatia, a compreensão e a comunicação desempenham na promoção de sociedades inclusivas e compassivas, à medida que negociamos as complexidades da alteridade.

Palavras-chave: alteridade, interculturalidade, identidade, comunicação, pertença

Abstract

The notion of ‘otherness’ is crucial for understanding the workings of intercultural relations and identity formation. In this chapter, I explore the links between alterity, deconstruction and intercultural studies, analysing how these ideas interact and influence our understanding of ourselves and others.

Otherness delimits the boundaries between ‘us’ and ‘them’ as a social construct, promoting distinctions based on cultural, ethnic, racial or ideological differences. However, the notion of otherness is not static; it is fluid and depends on power dynamics and social contexts. Intercultural studies examine the interactions between different cultures, promoting dialogue and understanding between differences. However, intercultural encounters are often marked by anxiety, power imbalances and misunderstandings arising from the essentialisation of ‘other’ cultures.

Inspired by Nathaniel Hawthorne's short story ‘Wakefield’, this article explores the complexities of otherness, highlighting its relevance in contemporary discourse. The short story portrays the unsettling journey of a man who voluntarily moves away from his family and community, choosing to observe his former life from a distance. Since Wakefield lives in a condition of liminality, that is, on the threshold of alienation and belonging, this story serves as an interesting parable for the experience of being the ‘other’. In this experience, there is room for a pedagogical construction, to explore previous concepts within the literary work and promote the students' critical interpretation.

In the context of cultural studies, ‘Wakefield’ sheds light on the complexities of cultural identity and the sense of ‘belonging’. Wakefield's choice to withdraw from society highlights how cultural alienation leads to a generalised sense of estrangement. His story, similar to that of marginalised people navigating the challenges of cultural exclusion and assimilation, can be analysed by cultural studies, which seek to challenge essentialist concepts of identity and belonging by exploring the power processes underlying the formation of ‘us’ versus ‘them’.

Wakefield's silence represents the obstacles to empathy and understanding that arise from a lack of communication. His inability to express his intentions emphasises the inadequacy of language in bridging the gap between self and others. In the field of communication studies, Wakefield encourages critical reflection on how language, verbal or non-verbal, affects identities and perpetuates social structures.

Essentially, Hawthorne's Wakefield encourages a deeper understanding of the complexities of human connection and the search for a sense of ‘belonging’ in an increasingly fragmented world. Hawthorne's story serves as a poignant reminder of the crucial role that empathy, understanding and communication play in fostering inclusive and compassionate societies as we negotiate the complexities of otherness.

Keywords: otherness, intercultural, identity, communication, belonging

Introdução

O conto de Nathaniel Hawthorne *Wakefield* (publicado pela primeira vez em 1835 na coletânea *Twice-Told Tales*) aborda temas como identidade, alienação e a dicotomia entre o “eu” e o “outro”, sendo especialmente relevante para os estudos interculturais. A narrativa centra-se num homem, Wakefield, que abandona a sua esposa e o seu lar, de forma inexplicável, para viver anonimamente no mesmo bairro, observando a sua vida antiga à distância. Este ato, aparentemente banal, ganha profundidade e significado ao longo da história, transformando-se numa metáfora poderosa para a alienação social e cultural que muitos indivíduos experimentam. O protagonista, como Hawthorne descreve, “dissocia-se do mundo dos vivos sem, contudo, juntar-se aos mortos” (Hawthorne, 1835), encapsulando assim o limiar entre pertença e separação.

A decisão de Wakefield de se afastar, sem cortar completamente os laços com o seu antigo mundo, coloca-o numa posição de liminaridade, uma zona fronteira entre presença e ausência, entre pertença e isolamento: “[o] marido, a pretexto de ter de partir em viagem, foi morar numa rua contígua à da sua própria casa, e aí, sem que a mulher e os amigos o soubessem e sem sobra de uma justificação capaz de explicar esse exílio voluntário, permaneceu mais de vinte anos.” (Hawthorne, 1935, p. 8)

Este estado liminar é frequentemente vivido por aqueles que se encontram deslocados dos seus contextos culturais familiares, sendo vistos como “outros” pelas sociedades onde se inserem. Hawthorne explora a desconexão emocional que caracteriza essa experiência de alienação, reforçando que o protagonista surge fragmentado enquanto é figura ‘presente’, que acompanha a vida da sua esposa, mantendo-se, no entanto, ‘ausente’ enquanto figura fora do contexto realista. Ao permanecer fisicamente próximo, mas emocional e socialmente distante, Wakefield encarna essa separação, refletindo a dificuldade de integração que marca muitas experiências interculturais.

Assim, o conto serve como uma base privilegiada para a reflexão crítica sobre o conceito de alteridade e sobre como as identidades são constantemente construídas e reconstruídas à medida que os indivíduos transitam por contextos que lhes são familiares e, ao mesmo tempo, estranhos. A observação de Wakefield da sua vida anterior, sem intervir, é uma representação vívida de como a alteridade pode ser experienciada – como uma existência “entre mundos”. Aqui, a identidade é constantemente renegociada e reinterpretada. Dessa forma, Wakefield oferece uma rica plataforma para analisar a alienação cultural, a fluidez da identidade e a interação complexa entre o “eu” e o “outro” em contextos de afastamento cultural.

Neste capítulo, proponho explorar a triangulação temática entre três eixos principais: (1) o conto *Wakefield*, como metáfora e base reflexiva; (2) o conceito de alteridade, incluindo a alienação cultural e social; e (3) a reconstrução de um pensamento crítico sobre identidade, considerando-o um recurso intercultural essencial para entender a fluidez e o hibridismo das experiências contemporâneas.

Ao utilizar *Wakefield* como ponto de partida, examino como a narrativa encapsula as complexidades associadas à identidade e à alienação. A trajetória do protagonista, que se distancia da sua vida sem nunca a abandonar completamente, reflete as tensões de indivíduos que, nas sociedades atuais, vivem entre culturas e papéis sociais diversos. Este afastamento de Wakefield

simboliza a alteridade – um estado onde o sujeito simultaneamente habita e se distancia de um contexto, olhando para a sua própria vida como um “outro”. Essa dualidade é capturada na sua introspecção, uma ideia que representa a desconexão com a sua identidade anterior e a sua transição para um novo modo de ser: “Wakefield é outro homem.” (Hawthorne, 1935, p. 20)

A alienação cultural e social, que emerge desse estado liminar, constitui um ponto de análise central. Wakefield, tal como muitos indivíduos contemporâneos que transitam entre culturas, vive uma desconexão que é tanto geográfica quanto profundamente identitária. Ao afastar-se do seu mundo familiar, o protagonista experimenta uma forma de exclusão, refletindo as vivências de quem, por motivos culturais, raciais ou ideológicos, se vê marginalizado ou exotizado em relação ao princípio social.

Por fim, este capítulo propõe uma reconstrução crítica da noção de identidade, desafiando perspectivas fixas e essencialistas. Em vez disso, sugiro que a identidade deve ser vista como um processo intercultural dinâmico e contínuo. Tal como a jornada de Wakefield, que oscila entre a pertença e a alienação, também a identidade contemporânea é caracterizada pela fluidez, pelo hibridismo e pela negociação constante de significados. Esta abordagem é essencial para compreender as vivências modernas, onde a identidade é simultaneamente moldada e desafiada pela alteridade.

Estudos interculturais e o conceito de diálogo: uma relação

Uma das metodologias centrais nos estudos interculturais é o diálogo – uma forma de comunicação estruturada e respeitosa, cujo objetivo é promover a compreensão e a colaboração mútua entre diferentes culturas e perspectivas. No contexto intercultural, o diálogo vai além da mera troca de palavras, implicando uma abertura genuína à alteridade e a possibilidade de transformação mútua. Martin Buber propõe que o diálogo verdadeiro envolve um encontro autêntico no “entre” (Buber, 1958), um espaço de interação onde os indivíduos, quando se deparam com o “outro”, abrem a experiência da sua própria transformação. Este “entre” possibilita que, ao escutar o outro, o indivíduo também se escute, criando uma ponte que transcende os limites pessoais e culturais.

Para Buber, o diálogo é mais do que uma simples troca de ideias; é uma relação onde os participantes se encontram de forma autêntica e profunda, comprometendo-se a ouvir tanto as palavras quanto as intenções e os contextos culturais subjacentes (Buber, 1958). Esse “entre” é um espaço onde a verdadeira compreensão e transformação se tornam possíveis, e é nesse sentido que o diálogo ultrapassa o nível de uma conversa superficial, sendo essencial para os estudos interculturais ao atuar em várias dimensões fundamentais.

O diálogo é, também, essencial para a resolução de conflitos que frequentemente surgem de mal-entendidos culturais e percepções erradas. Em ambientes onde as diferenças culturais geram tensões, o diálogo permite que os envolvidos expressem as suas opiniões, compreendam perspectivas divergentes e trabalhem juntos para encontrar soluções comuns. Milton J. Bennett enfatiza que a comunicação intercultural eficaz depende da capacidade de envolvimento em diálogos que permitam múltiplas perspectivas, facilitando, assim, a mediação e a construção de consensos que valorizam a identidade de todas as partes envolvidas (Bennett, 1993). Este tipo de interação abre

espaço para a reconciliação de diferenças culturais, permitindo que o diálogo funcione como um processo de mediação que valoriza a identidade e as necessidades de todas as partes.

O diálogo intercultural também facilita a troca de conhecimentos, valores e práticas culturais entre indivíduos de diferentes origens. Edward T. Hall, pioneiro nos estudos interculturais, afirma que “a comunicação é cultura e a cultura é comunicação” (Hall, 1976). Através do diálogo, os participantes partilham tradições e costumes, promovendo uma compreensão mais profunda e uma maior valorização da diversidade cultural. Essa troca não só reduz preconceitos e estereótipos, como também promove uma apreciação pela complexidade das culturas e dos valores humanos, transformando o diálogo numa experiência de crescimento mútuo.

Em ambientes multiculturais, o diálogo é crucial para que os indivíduos possam negociar e reafirmar as suas identidades culturais. Mary Louise Pratt, ao introduzir o conceito de “zonas de contacto”, descreve esses espaços como locais onde culturas se encontram, muitas vezes resultando em conflitos e adaptações (Pratt, 1991). Nestas zonas de contacto, o diálogo possibilita a expressão e integração das identidades culturais, promovendo um sentido de pertença. Esse processo é fundamental em sociedades que acolhem indivíduos de diferentes origens, pois permite que todos encontrem um espaço de expressão autêntica, enquanto participam numa comunidade diversificada.

No contexto educacional, o diálogo é uma prática essencial para preparar indivíduos a navegar ambientes multiculturais. A competência intercultural, como proposta por Darla K. Deardorff, engloba a capacidade de comunicar de forma eficaz e apropriada em situações interculturais, baseando-se nos conhecimentos, habilidades e atitudes dos indivíduos (Deardorff, 2009). O diálogo educa e capacita os participantes para se envolverem em diálogos interculturais respeitosos, promovendo o desenvolvimento de empatia, compreensão e flexibilidade. Assim, através de práticas pedagógicas que incentivem o diálogo, os estudantes aprendem a enfrentar e valorizar a diversidade cultural, compreendendo que a verdadeira competência intercultural vai além do conhecimento superficial sobre outras culturas, exigindo um compromisso contínuo com o entendimento e a valorização das diferenças.

O conceito de diálogo, portanto, é um dos pilares fundamentais dos estudos interculturais, promovendo a compreensão mútua e a colaboração entre culturas. Seja na resolução de conflitos, na troca cultural, na consolidação de identidade e pertença ou na educação, o diálogo cria um espaço onde as diferenças podem ser valorizadas e integradas. Este compromisso com o diálogo genuíno permite que os indivíduos transcendam preconceitos, desenvolvendo uma visão mais inclusiva e intercultural. Em tempos de globalização e diversidade crescente, o diálogo torna-se mais do que uma metodologia; ele é uma necessidade para promover sociedades mais harmoniosas e integradas.

Para além do diálogo, a alteridade e a relação dicotômica entre ‘eu’ e o ‘outro’ são conceitos essenciais. Ao refletirmos sobre Wakefield, de Nathaniel Hawthorne, podemos observar como o protagonista se encontra numa posição de “outro”, mantendo-se próximo do seu contexto, mas distanciado emocionalmente. A presença de Wakefield espelha a desconexão vivida em contextos interculturais. Tal como na história, o diálogo e a interculturalidade ajudam a desconstruir preconceitos e promovem uma interação mais inclusiva e empática.

Desconstrução da Alteridade: Wakefield e a Experiência de Ser o ‘Outro’

A alteridade implica frequentemente a criação de oposições binárias, como “eu/outro” ou “nós/eles”, que reforçam divisões entre indivíduos ou grupos com base em diferenças culturais, étnicas ou sociais. Estas divisões, ao invés de serem meras distinções, tendem a gerar estereótipos, discriminação e marginalização, uma vez que o “outro” é frequentemente associado a traços negativos ou redutores, sendo visto como exótico, inferior ou até ameaçador. Said, em *Orientalismo* (1978), discute como essas divisões não são apenas uma construção cultural, mas uma ferramenta de poder e dominação. O Ocidente, ao construir o Oriente como “Outro”, reafirma a sua identidade e superioridade, atribuindo ao “Oriente” uma imagem exotizada e estereotipada. Said argumenta que o “Outro” é uma projeção dos medos e desejos do Ocidente, servindo como um oposto necessário para valorizar a identidade ocidental (Said, 1978). Esse tipo de polarização alimenta desigualdades, reforçando preconceitos que impedem a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e o respeito mútuo.

A desconstrução da alteridade torna-se, assim, essencial para fomentar interações interculturais mais inclusivas e equitativas. Homi Bhabha, em *The Location of Culture* (1994), introduz o conceito de “Terceiro Espaço” como uma perspectiva dinâmica e fluida da identidade, onde as noções rígidas de alteridade podem ser desconstruídas. No Terceiro Espaço, as identidades culturais não são fixas; elas são constantemente renegociadas e hibridizadas através da interação intercultural. Bhabha sugere que, nesse espaço, as culturas interpenetram-se, criam formas de pertença e de identificação que não se baseiam em binários simplistas, mas em significados híbridos e pluralistas (Bhabha, 1994). Esse espaço de negociação cultural desafia as fronteiras que normalmente separam o “eu” do “outro”.

O conto Wakefield, de Nathaniel Hawthorne, oferece uma representação literária poderosa desse processo de alienação e desconstrução da alteridade. O protagonista, ao abandonar a sua esposa e o seu lar sem uma explicação clara, cria para si uma existência liminar, numa zona de fronteira entre a pertença e o afastamento, onde observa a sua própria vida de fora (posicionamento fragmentário), como um “outro”. Esse distanciamento voluntário espelha a experiência de indivíduos que, ao se afastarem dos seus contextos familiares ou culturais, são percebidos como “outros” em novos ambientes sociais. Wakefield torna-se, assim, uma figura de alteridade que, mesmo próximo do seu antigo mundo, vive a alienação do observador, experimentando o que é estar entre dois mundos – o de onde veio e o novo contexto que agora ocupa de forma quase fantasmagórica.

A existência de Wakefield, nesse estado liminar, exemplifica a fluidez da identidade e a possibilidade de transcender definições fixas de pertença. Tal como o conceito de Terceiro Espaço de Bhabha, a história de Wakefield sugere que o “Outro” pode existir num espaço onde as fronteiras identitárias não são absolutas, mas sim constantemente negociadas. A alienação que ele vivencia não é apenas uma ausência física, mas um processo de redefinição pessoal e identitária que desafia as estruturas de identidade preestabelecidas. Esse processo permite que a alteridade seja vista não como uma condição de exclusão, mas como uma possibilidade de transformação, onde a identidade é fluida, mutável e em constante diálogo com o “Outro”.

Essa abordagem literária e teórica da alteridade abre portas para uma compreensão mais inclusiva e dinâmica da identidade, onde o “eu” e o “outro” coexistem num espaço de negociação e hibridização cultural. Ao invés de reforçar estereótipos ou barreiras, a desconstrução da alteridade

e a exploração do Terceiro Espaço permitem o surgimento de uma visão intercultural mais ampla, que valoriza a diversidade e desafia as narrativas de dominação e marginalização.

Tomando uma perspectiva visual, podemos enquadrar a reflexão do conceito de ‘outro’ sob as seguintes ligações:

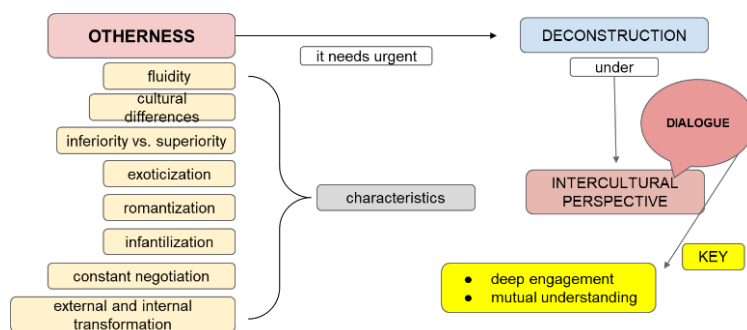


Figura 1: Esquema pedagógico centrado na identificação, desconstrução e promoção de soluções para a reedificação do conceito de ‘alteridade’.

O esquema segue no recurso da Língua Inglesa, língua utilizada no ensino do Mestrado de Estudos Interculturais, espaço para o qual foi criado e onde é utilizado enquanto ferramenta pedagógica. Construção pedagógica da autora.

O recurso a este esquema pedagógico ilustra uma análise do conceito de alteridade e o seu papel na perspetiva intercultural, destacando a importância do diálogo como meio de desconstrução e compreensão mútua entre diferentes culturas. A apresentação está dividida em três partes principais: Alteridade, Desconstrução, e Perspetiva Intercultural.

A alteridade é descrita como um conceito fluido, onde as identidades e fronteiras culturais não são fixas, mas sim flexíveis e em constante negociação. A alteridade resulta frequentemente de diferenças culturais que separam grupos, e essas distinções geram uma série de dinâmicas de poder, como a criação de hierarquias de inferioridade e superioridade. Além disso, a alteridade leva à exotização, ou seja, o “outro” é visto como algo distante e estranho, muitas vezes romantizado ou simplificado de forma irrealista. A romantização da alteridade pode, em muitos casos, reduzir culturas e identidades a ideias estereotipadas, desvalorizando a sua complexidade. Em paralelo, ocorre também a infantilização, onde o “outro” é tratado de forma paternalista, como menos maduro ou até desenvolvido. Assim, a alteridade envolve uma negociação constante das identidades, onde as transformações acontecem tanto no nível interno quanto no externo do indivíduo ou do grupo envolvido.

Para superar as divisões impostas pela alteridade, é necessário um processo de desconstrução, que neste esquema é visto como urgente. A desconstrução da alteridade é essencial para promover interações mais equitativas e inclusivas entre culturas, dismantelando os estereótipos e as hierarquias construídas. Essa desconstrução ocorre dentro de uma perspetiva intercultural, que valoriza a multiplicidade e o diálogo entre culturas.

O diálogo é a chave para a compreensão intercultural e para o processo de desconstrução da alteridade. Neste contexto, o diálogo envolve um envolvimento profundo e uma compreensão mútua. Não se trata apenas de trocar palavras, mas de um esforço genuíno para compreender o “outro”, procurando ouvir de maneira ativa e aberta. O diálogo intercultural permite a construção

de pontes entre identidades e culturas, abrindo caminho para uma interação mais inclusiva e equitativa, onde as diferenças são valorizadas e integradas.

Em resumo, este esquema destaca a importância de desconstruir as divisões criadas pela alteridade através do diálogo e da interação intercultural, promovendo assim uma compreensão mais profunda e mútua entre diferentes culturas.

Wakefield como ferramenta pedagógica: Alienação Cultural e Desprendimento

O conto Wakefield, de Nathaniel Hawthorne, pode ser utilizado como uma interessante ferramenta pedagógica para explorar a alienação cultural e o sentido de desprendimento que muitos indivíduos experienciam em contextos interculturais. A história do protagonista, que se afasta voluntariamente da sua família e da sua comunidade, oferece uma metáfora rica para compreender as dinâmicas de alienação que surgem quando os indivíduos se encontram deslocados culturalmente, numa vivência constante entre o familiar e o desconhecido. O esquema apresentado ajuda a ilustrar esse processo, destacando quatro dimensões centrais: silêncio, alienação cultural, vivência entre mundos e vivência voyeurística, todos eles relacionados com a ideia de tradução permanente entre cultura e linguagem.

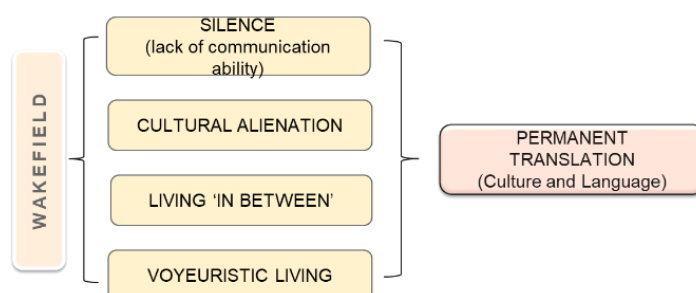


Figura 2: Esquema pedagógico centrado na relação entre obra literária e conceitos interculturais. Acresce a relevância interpretativa da ‘permanent translation’ enquanto discurso teórico-cultural de ligação entre os vários elementos observados. O esquema segue no recurso da Língua Inglesa, língua utilizada no ensino do Mestrado de Estudos Interculturais, espaço para o qual foi criado e onde é utilizado enquanto ferramenta pedagógica. Construção pedagógica da autora.

No conto de Hawthorne, o silêncio de Wakefield, tanto literal quanto metafórico, representa a incapacidade de comunicar e de se conectar efetivamente com o seu ambiente. Este silêncio pode ser entendido como uma metáfora para a barreira linguística e cultural que muitos indivíduos experienciam em contextos interculturais. A incapacidade de articular pensamentos e sentimentos num idioma ou contexto cultural diferente cria um afastamento, contribuindo para o sentimento de alienação. Edward Said (1978), na sua análise da alteridade em *Orientalismo*, explora como o silêncio do “outro” é frequentemente imposto pelas narrativas dominantes, que o distanciam a uma posição de inferioridade e marginalização.

O conceito de alienação cultural refere-se ao distanciamento que Wakefield sente em relação à sua própria vida, que ele observa à distância. Esta alienação reflete a experiência daqueles que, ao viverem entre diferentes culturas, perdem o sentido de pertença a qualquer uma delas. Homi Bhabha (1994), ao introduzir o conceito do “Terceiro Espaço”, argumenta que indivíduos deslocados vivem entre fronteiras culturais, experimentando uma sensação de “não-lugar”. Este

espaço liminar faz com que o indivíduo se sinta desligado tanto da cultura de origem quanto da nova, o que gera um estado de alienação e deslocamento contínuos.

O estado de viver “entre mundos”, ou num espaço liminar, está no núcleo da experiência de Wakefield. Ele habita um estado intermediário, nem totalmente afastado da sua antiga vida, nem integrado num novo contexto. Isso reflete a experiência de muitos migrantes e expatriados, que permanecem entre culturas, sem se sentirem completamente inseridos em nenhuma delas. Stuart Hall (1990), na sua reflexão sobre a identidade cultural, destaca que a identidade é um processo contínuo de negociação e transformação, nunca fixo. Esse “estar entre” remete ao conceito de hibridismo cultural, onde o indivíduo não se define completamente nem por uma cultura nem por outra, mas por uma combinação dinâmica de ambas.

Além disso, a vivência voyeurística de Wakefield, que observa a sua antiga vida sem nela intervir, reflete a passividade forçada daqueles que se sentem como “outros” em novas culturas. Eles observam, mas não participam plenamente, seja por barreiras linguísticas, sociais ou culturais. Esta observação à distância enfatiza a desconexão emocional e social que surge em contextos de alienação, algo que Frantz Fanon (1967) explora em *Black Skin, White Masks*, ao descrever como os indivíduos colonizados observam a sociedade dominante sem nunca se sentirem verdadeiramente parte dela.

O conceito de tradução permanente liga as diferentes formas de alienação em que Wakefield vive. Os indivíduos deslocados culturalmente encontram-se em constante tradução – não apenas da língua, mas também dos costumes, normas e valores culturais. A tradução torna-se uma prática permanente e invisível que define a vida intercultural, onde o indivíduo tenta fazer sentido do novo ambiente ao mesmo tempo que tenta manter a sua própria identidade. Como argumenta Bhabha (1994), a tradução entre culturas não é um processo de transferência literal, mas uma negociação constante, onde o significado e a identidade são continuamente redefinidos.

O afastamento voluntário de Wakefield pode ser interpretado como uma metáfora para a alienação cultural. Nos estudos interculturais, a alienação cultural ocorre quando os indivíduos se sentem desconectados das suas raízes culturais, frequentemente devido à migração ou marginalização. O conceito de “não lar” de Bhabha (1994) ressoa com esta experiência, sugerindo um estado de afastamento onde as fronteiras que delimitam o lar e o mundo se tornam indistintas.

Em suma, Wakefield oferece uma narrativa rica para discutir a alienação cultural, a barreira linguística, e o estado de viver “entre mundos”. Estas dinâmicas estão no centro da experiência intercultural contemporânea, e o conto serve como uma ferramenta pedagógica eficaz para ilustrar essas complexas interações. Ao desconstruir as experiências do protagonista, podemos ajudar os estudantes a compreender melhor as dinâmicas de alienação e tradução cultural que caracterizam as vivências de muitos indivíduos em sociedades multiculturais.

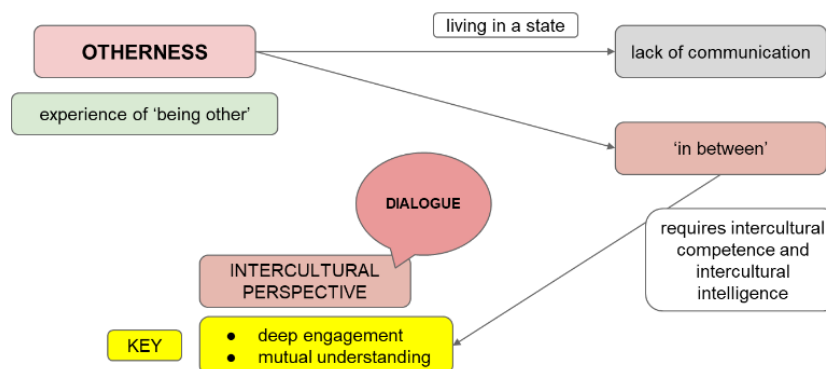


Figura 3: Esquema pedagógico centrado na apresentação de soluções que conduzem à interpretação crítica e construtiva do conceito de 'otherness'.

Salienta ainda o papel fundamental da comunicação, enquanto espaço para a aquisição de conhecimentos e ferramentas que promovem uma interação eficaz. O esquema apresentado tem como recurso a Língua Inglesa, língua utilizada no ensino do Mestrado de Estudos Interculturais, espaço para o qual foi criado e onde é utilizado enquanto ferramenta pedagógica. Construção pedagógica da autora.

Este esquema pedagógico explora a alteridade e a perspectiva intercultural como conceitos interligados, enfatizando a importância do diálogo para fomentar um entendimento profundo e a competência intercultural. A estrutura apresenta uma visão integrada das experiências de “ser o outro” e os desafios que surgem em contextos de comunicação intercultural.

O conceito de alteridade (“otherness”) é central ao esquema, representando a experiência de “ser o outro” e o desafio de viver num estado de constante afastamento cultural. Este estado, descrito como “living in a state” (viver num estado), refere-se ao sentimento de estar entre diferentes contextos culturais e identitários, sem um completo senso de pertença em qualquer um deles. Aqueles que vivem neste estado enfrentam frequentemente um déficit de comunicação (“lack of communication”), uma vez que a barreira linguística e cultural dificulta a expressão e o entendimento mútuo.

A experiência de estar “entre mundos” (“in between”) sugere que o indivíduo se encontra num espaço de fronteira, sem uma identidade fixa, o que exige uma capacidade de adaptação e de navegação entre diferentes referências culturais. Esse estado liminar, ou intermediário, é complexo e exige capacidades especiais para lidar com as ambiguidades e tensões associadas à alteridade. Viver “entre mundos” requer o desenvolvimento de competência intercultural e inteligência intercultural, que permitem ao indivíduo compreender e adaptar-se às normas e valores de outras culturas, mantendo ao mesmo tempo a sua própria identidade.

No centro do esquema está o diálogo, que atua como um processo fundamental para a interação intercultural. O diálogo promove um envolvimento profundo (“deep engagement”) e um entendimento mútuo (“mutual understanding”), servindo como a chave (“key”) para superar as barreiras da alteridade. Inspirado nos conceitos de Martin Buber, o diálogo vai além de uma simples troca de palavras e envolve um compromisso genuíno em ouvir e compreender o outro. Esta abordagem não apenas facilita a comunicação, mas também contribui para a criação de um ambiente de respeito e cooperação mútua.

O diálogo alimenta a perspectiva intercultural, uma abordagem que valoriza a diversidade e incentiva o entendimento entre diferentes culturas. A perspectiva intercultural reconhece a importância de

integrar as experiências e pontos de vista de outros, promovendo uma visão inclusiva e adaptável da identidade e da pertença. Ao enfatizar o diálogo como ferramenta, o esquema procura destacar que a verdadeira competência intercultural não se limita ao conhecimento sobre outras culturas, mas envolve um envolvimento ativo e empático com o “outro”.

Esta construção visual e pedagógica enfatiza que a alteridade e o estado de “ser o outro” são complexos, mas, através do diálogo e da perspectiva intercultural, é possível alcançar uma compreensão mútua e uma convivência harmoniosa. Viver “entre mundos” não precisa de ser uma experiência de alienação; com as competências interculturais certas, torna-se uma oportunidade de crescimento e enriquecimento pessoal.

Reflexões Finais

O conto Wakefield, de Nathaniel Hawthorne, oferece uma exploração profunda e significativa do conceito de alteridade, tornando-se uma referência valiosa nos estudos interculturais. A trajetória do protagonista, que opta por se afastar voluntariamente da sua vida e observar, de fora, aquilo que antes constituía a sua identidade, permite refletir sobre a fluidez e complexidade das identidades culturais em contextos de alienação e afastamento. Wakefield ilustra as tensões que emergem entre o sentido de pertença e a separação, bem como os desafios de comunicação que surgem quando o “eu” se torna o “outro”.

A análise deste conto sob a lente da interculturalidade permite uma compreensão mais profunda de como as identidades são constantemente negociadas e redefinidas em função das interações sociais e dos contextos culturais. Tal como discutido ao longo do artigo, o diálogo e a desconstrução de binarismos, como “eu/outro” ou “nós/eles”, são essenciais para uma prática intercultural que valorize a inclusão e a equidade. Ao desconstruir as fronteiras da alteridade, é possível promover uma sociedade mais compreensiva, atenta e preparada para um diálogo efetivo, onde o entendimento mútuo é construído através da empatia e da valorização das diferenças.

Por fim, a história de Wakefield serve como um poderoso catalisador da importância da competência intercultural e da capacidade de adaptação num mundo cada vez mais globalizado. Ela sublinha que, para além do conhecimento sobre outras culturas, é necessário um compromisso genuíno com a comunicação empática e a compreensão mútua. Como recurso pedagógico, Wakefield pode ajudar os estudantes a desenvolver uma visão mais crítica e inclusiva sobre a alteridade, promovendo a construção de pontes entre culturas e estimulando a desconstrução de preconceitos enraizados. Desta forma, este estudo procura contribuir para uma abordagem mais rica e sensível das complexidades que caracterizam as relações interculturais na contemporaneidade.

Bibliografia

Appiah, Kwame Anthony. *The Lies That Bind: Rethinking Identity*. Liveright Publishing Corporation, 2020.

- Bennett, Milton J. "Towards Ethnorelativism: A Developmental Model of Intercultural Sensitivity." In *Education for the Intercultural Experience*, edited by R. M. Paige, 21-71. Intercultural Press, 1993.
- Bennett, Milton J. *Basic Concepts of Intercultural Communication: Selected Readings*. Intercultural Press, 1998.
- Bhabha, Homi K. *The Location of Culture*. Routledge, 1994.
- Buber, Martin. *I and Thou*. Scribner, 1958.
- Deardorff, Darla K. *The SAGE Handbook of Intercultural Competence*. SAGE Publications, 2009.
- Hall, Edward T. *Beyond Culture*. Anchor Books, 1976.
- Hall, Stuart. "Cultural Identity and Diaspora." In *Identity: Community, Culture, Difference*, edited by Jonathan Rutherford, 222-237. Lawrence & Wishart, 1990.
- Hawthorne, Nathaniel. *Wakefield*. Relógio D'Água, tradução de Ana Falcão Bastos, 1835/2024.
- Hawthorne, Nathaniel. "Wakefield." In *The Celestial Railroad and Other Stories*. Dover Publications, 1993.
- hooks, bell. *Belonging: A Culture of Place*. Routledge, 2020.
- Hua, Linh Dich. *Debating Otherness: Philosophy and Art in the Contemporary World*. Lexington Books, 2021.
- Liu, Ming. *Otherness and Being: A Critical Phenomenology of Human Social Life*. SUNY Press, 2021.
- Masullo, Lorenzo. *Otherness and Asymmetry: Images of Power in Politics, Aesthetics, and Ethics*. Routledge, 2022.
- May, Stephen, Tariq Modood, and Judith Squires, editors. *Secularism, Racism, and the Politics of Belonging*. Oxford University Press, 2020.
- Mistry, Kaushik. *Belonging across Divides: Identity in a Globalizing World*. University of Toronto Press, 2020.
- Pratt, Mary Louise. "Arts of the Contact Zone." *Profession*, 1991, pp. 33-40.
- Said, Edward. *Orientalism*. Pantheon Books, 1978.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" In *Marxism and the Interpretation of Culture*, edited by Cary Nelson and Lawrence Grossberg, 271-313. University of Illinois Press, 1988.

VII. Explorações sobre Método na Teoria Queer

Rodolfo Gomes Pereira, Güven Kimençe

Resumo

O objetivo deste capítulo é explorar diferentes perspectivas sobre método no contexto da teoria queer. A teoria queer é uma parte da teoria crítica pós-estruturalista (Ranjan, 2019), que se tornou evidente no início dos anos 1990 e emergiu dos estudos queer e feministas (Chandler & Munday, 2011). A teoria queer recorre a vários campos, como estudos culturais, sociologia, antropologia, literatura e comunicação, para analisar as estruturas de poder e as normas culturais e sociais que moldam a sociedade e tudo o que é definido como abjeto. Ela se recusa a se conformar com a “compulsão acadêmica em direção à coerência disciplinar” (Halberstam, 2018, p. 12), posicionando-se como algo diferente dentro da academia, um tanto indisciplinada. Em uma perspectiva histórica, a teoria queer se forma a partir de um esforço para se distanciar dos estudos gays e lésbicos ocidentais tradicionais e, talvez por isso, demonstra uma desconfiança em relação ao método e um gosto predominante pela auto-narração. A teoria queer tenta realizar algo novo, algo mais livre: “investigar sem restrições de identidades, disciplinas e métodos tradicionais” (Brim & Ghaziani, 2016, p. 16). Por vezes recusando métodos, outras vezes tentando encontrar métodos próprios. Para explorar ideias recentes sobre o que um método queer pode ser dentro das novas mídias, realizamos uma revisão sistemática da literatura utilizando o método PRISMA. Concluímos que frequentemente várias metodologias diferentes são aplicadas, não havendo um padrão específico para o campo. Não há assim ainda um método queer, mas sim objetos queer e uma abordagem queer para analisar as relações de poder.

Palavras-Chave: revisão sistemática de literatura, novos média, queer, teoria queer

Abstract

The objective of this research is to explore different perspectives on method in the context of queer theory. Queer theory is a part of post-structuralist critical theory (Ranjan, 2019) which became evident in the early 1990s and emerged from queer and women's studies (Chandler & Munday, 2011). Queer theory scavengers from several fields such as cultural studies, sociology, anthropology, literature, and communication to analyze the power structures and the cultural and social norms that shape society and all that is defined as abject. It refuses to comply into the “academic compulsion towards disciplinary coherence” (Halberstam, 2018, p. 12), positioning itself as something else inside academia, somewhat undisciplined. In a historical perspective, queer theory is form from an effort to distance itself from Western gay and lesbian studies and, maybe because of that, shows a distrust of method and a preeminent taste for self-narration. Queer theory attempts to perform something new, something freer: “work unrestrained by identities, disciplinaries, and traditional methods” (Brim & Ghaziani, 2016, p. 16). Sometimes refusing method, sometimes trying to find a method of its own. To explore recent ideas of what a queer method can be, a systematic literature review is performed using the PRISMA method. It is found

that often several methodologies are applied, without a standard to the field. There isn't much a queer method but rather queer objects and a queer eye to analyze power relations.

Keywords: Systematic Literature Review, New Media, Queer, Queer Theory

Introdução

A teoria queer é um ramo relativamente novo de estudo, emergiu no início dos anos 90 questionando a ideia de que a sexualidade é uma categoria essencialista determinada pela biologia ou por padrões morais eternos. Em vez disso, vê a sexualidade como uma complexa variedade de códigos sociais e forças que interagem para moldar as ideias do que é normativo e desviado em um determinado momento. A teoria queer foca em todas as formas de sexualidade que são “queer” e nos comportamentos e identidades normativas que definem o que é “queer”. Mas afinal o que é queer?

O termo queer, de origem inglesa com raízes germânicas, era inicialmente usado para definir pessoas ou coisas que divergiam da norma, estranhas, transviadas. Segundo Bernini (2021), queer é um termo polissêmico, sem um significado definido, ganhando sentido sempre em contraste com outro termo. Queer é o oposto de “normal”, o contrário de “correto”.

A teoria queer então rejeita a ideia de que a sexualidade e gênero são categorias essencialistas, mas também é possível pensar o queer para além da simples oposição a cisheterossexualidade e sim um modo de questionar categorias normativas hegemônicas. A teoria queer emergiu da oposição com os estudos gays/lésbicos tradicionais e se afirma através de um questionamento a disciplinaridade e métodos tradicionais.

Para Jack Halberstam (2018) em seu livro *Female Masculinity*, “Uma metodologia queer, de certa forma, é uma metodologia “coletora” que usa métodos diferentes para coletar e produzir informações sobre assuntos que foram deliberada ou acidentalmente excluídos dos estudos tradicionais do comportamento humano. A metodologia queer tenta combinar métodos que muitas vezes são considerados conflitantes entre si e recusa a compulsão acadêmica pela coerência disciplinar.”

Se em seus primeiros anos os teóricos queer mostram uma espécie de rejeição ao método, nos últimos 10 anos acontece uma espécie de renascimento metodológico e cresce a quantidade de trabalhos que se dedicam a tentar explorar o que afinal seria um método queer.

Guiados pela curiosidade de entender o que se diz sobre métodos queer, especialmente em nossa área, as ciências humanas e as novas mídias, conduzimos uma revisão sistemática de literatura utilizando o método PRISMA (Moher et al., 2009) explorando as perspectivas de método em diversos trabalhos.

Primeiro, apresentamos o processo de elaboração da nossa chave de pesquisa, em seguida realizamos uma meta-análise dos resultados e, por fim, acrescentamos nossas reflexões sobre o tema. Combinamos o método rígido do PRISMA, oriundo das ciências biológicas, e a abordagem subversiva da teoria queer para explorar nosso desconforto epistemológico diante do conflito entre a crítica aos padrões hegemônicos e a rigidez do método científico. Buscamos as respostas de

outros pesquisadores para essas questões. Afinal, se o queer questiona o normativo, como ele se relaciona com métodos de pesquisa que são, por natureza, estruturados e normativos?

Pesquisa exploratória e palavras-chave

Considerando o tema do estudo, o processo de revisão sistemática da literatura começou com a exploração dos repositórios. Nessa fase, utilizamos as plataformas JSTOR, Web of Science e Scopus para a pesquisa básica, onde as palavras-chave e temas de busca foram testados, permitindo encontrar conceitos similares e avaliar a probabilidade de localizar artigos relacionados e outros tipos de trabalhos.

O processo de pesquisa exploratória começou com a busca por “métodos queer“, mas percebemos que os resultados eram amplos demais, abrangendo registros em diversos campos. Em seguida, decidimos usar “Métodos Queer“ e “digital” para restringir os resultados àqueles que discutiam o uso de métodos queer na mídia digital ou novas mídias. Observamos também que um número significativo de autores utilizava “Metodologia Queer“ no lugar (ou junto) de “Métodos Queer“. A equação final de pesquisa foi: “Métodos Queer“ ou “Metodologia Queer“ E “Digital”. A pesquisa foi realizada nas plataformas JSTOR, Scopus e Web of Science, resultando em um total de 101 entradas somando as três bases de dados.

Chaves de Pesquisa
“queer methods”
“Queer Methods” and “digital”
“Queer Methods” OR “Queer Methodology” AND “Digital”

Tabela 4: Parâmetros de pesquisa para selecionar os artigos.

A chave de pesquisa final abrange tanto “queer methods” quanto “queer methodology”, para além de ter um foco nas mídias digitais, que é o objeto da nossa investigação.

Processo da revisão sistemática de literatura

Utilizamos como base para a revisão sistemática de literatura o modelo PRISMA (Moher et al., 2009). Selecionamos e analisamos os registros encontrados, como pode ser visto nas Tabelas 2 e 3. A pesquisa não foi limitada a artigos com uma aplicação específica ou com dados quantitativos, longe disso. Permanecemos abertos inclusive a ensaios, visto que não há um consenso ou uma ideia estabelecida sobre o que constitui um método queer. Por esse motivo, o PRISMA será usado de forma flexível, considerando o que é importante na análise.

A fase de triagem começou limitando os resultados por tempo e considerando apenas os publicados a partir de 2013, o que reduziu os registros encontrados de 101 para 92 resultados. Esse limite de 10 anos foi escolhido porque a maioria dos artigos encontrados foi produzida entre 2014 e 2016.

A escolha de um intervalo de tempo mais amplo é útil para observar mudanças na forma como os métodos queer são imaginados ao longo dos anos, já que se trata de um tema em desenvolvimento.

Em seguida, a pesquisa foi limitada por áreas. No JSTOR, foram escolhidas as áreas de Estudos da Comunicação, Estudos Culturais, Estudos Feministas, Estudos de Cinema e Estudos de Gênero. No SCOPUS, Ciências Sociais e Comunicação. E, por fim, na Web of Science, Ciências Sociais Interdisciplinares, Comunicação, Aplicações Interdisciplinares de Ciências da Computação, Cinema Rádio Televisão e Humanidades Multidisciplinares. Isso excluiu mais da metade dos resultados, levando a 42 registros.

Na sequência, foram excluídos os artigos indisponíveis e um artigo que estava em linguas que não dominamos. Com exceção de um artigo em alemão, todos os demais artigos estavam escritos em inglês. Após isso, foi realizada a fase de elegibilidade. Os resultados que não abordavam efetivamente métodos queer, mas apenas os mencionavam brevemente, foram excluídos após leitura cuidadosa de seus resumos e palavras-chave. Alguns também foram excluídos por focarem em áreas que não eram o alvo deste estudo, como a geografia. Ao final, 9 registros foram analisados: 5 do JSTOR, 1 da Web of Science e 3 do Scopus.

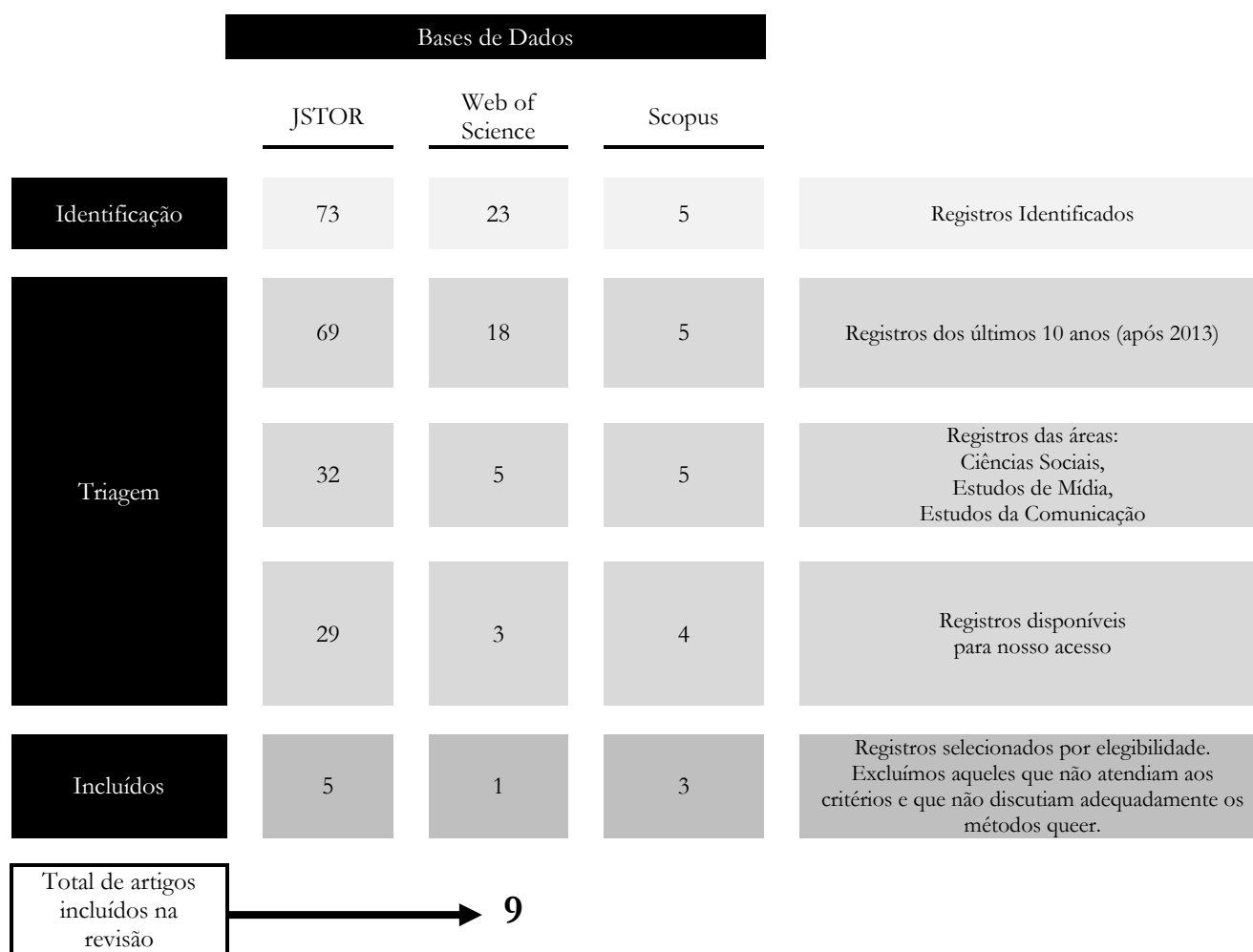


Tabela 5: Diagrama de fluxo do método PRISMA (Moher et al., 2009).

Pseudo Meta-Análise

Dos 9 registros identificados, a maioria focava em estudos de mídias digitais (n=7), também existem registros sobre mídias sociais (n=5), jogos (n=1) e cinema (n=1). Um registro discutia a história e importância dos métodos queer para a teoria queer e um propunha um sistema para queerizar os métodos digitais. Todos os registros mencionam o queer como uma crítica ao que é percebido como hegemônico. A maioria dos registros é sobre pesquisa qualitativa (n=7), apenas um fala sobre quantitativa. A maioria dos registros relaciona métodos queer à auto-narração ou autoetnografia (n=6). Vimos também uma tendência a adotar o que alguns autores chamam de métodos “bagunçados” – abordagens que rejeitam a rigidez metodológica em favor de uma flexibilidade que melhor captura a fluidez das realidades queer.

	Título do Registro	Tipo de Texto	Descrição Curta	Ideias principais sobre métodos queer	Áreas
1	Introduction: Queer Methods (Brim & Ghaziani, 2016)	Artigo de Revista	Introduz a história da teoria queer, sua desconfiança em relação aos métodos e defende maneiras queer de fazer pesquisa.	Auto-narração; empirismo queer que abraça multiplicidades, rejeita a sexualidade e o gênero como categorias definidas; interdisciplinaridade / antidisciplinaridade.	Ciências Sociais; Estudos de Gênero
2	Manifesto as method for a queer screen production practice (Taylor et al., 2023)	Artigo de Revista	Descreve um manifesto de 14 etapas para <i>queerizar</i> produções audiovisuais.	Retratar personagens queer não é suficiente para definir uma produção como queer; a Pesquisa Queer é mais do que fazer perguntas, mas questionar as histórias que contamos e o que elas nos dizem; estrutura não linear, auto-narração, práticas colaborativas.	Estudos de Cinema; Estudos de Mídia
3	Getting Too Close: Portal, “Anal Rope,” and the Perils of Queer Interpretation (Ruberg, 2019)	Capítulo de Livro	Toma emprestado dos Estudos de Cinema para propor uma “leitura excessivamente atenta” de videogames; realiza essa leitura com Portal (2007)	A leitura excessivamente atenta é um método queer na medida em que leva em consideração os significados que são conotados, permitindo que pessoas queer se vejam nos jogos; a super-análise da mídia implica ver além dos significados hegemônicos, aqueles que são considerados “normais”.	Estudos de Jogos; Estudos de Mídia
4	XM<LGBT/>: A Schema for Encoding Queer Identities in Qualitative Research (Levesque DeCamp, 2020)	Artigo de Revista	Propõe uma forma de <i>queerizar</i> ferramentas de análise digital para pesquisa qualitativa por meio de XML.	Auto-narração de uma maneira que promove a autoproteção; atrito ao construir uma forma de acomodar a queerness em um sistema que não foi projetado para isso; Leitura Atenta.	Humanidades Digitais
5	TikTok’s Queer Potential: Identity, Methods, Movements (Duguay, 2023)	Artigo de Revista	Artigo de opinião sobre como o TikTok facilita e limita os movimentos queer.	A metodologia queer é composta pela escolha de múltiplos métodos para retratar o que é esquecido pelo hegemônico; o método precisa acomodar sujeitos fluidos.	Estudos de Mídia
6	Messy Methods: Queer Methodological Approaches to Researching Social Media (Dadas, 2016)	Artigo de Revista	Propõe um método queer para pesquisar mídias sociais de forma ética; maneiras de abordar temas de minorias.	Auto-narração; métodos “bagunçados” com resultados bagunçados (bagunçado como algo que está fora da norma); encontrar múltiplos métodos para aplicar a uma realidade fluida.	Estudos de Mídia
7	The Queer Ontology of Digital Method (Haber, 2016)	Artigo de Revista	O artigo critica a distinção entre qualitativo e quantitativo e a desconfiança em relação ao quantitativo; propõe experimentos com redes digitais, utilizando-as para aprofundar nossos estudos sobre a teoria queer.	Não acredita que um método queer seja possível; geralmente, ao discutir métodos queer, os pesquisadores tentam trazer o queer para os métodos; ele defende que essa ordem deveria ser invertida; o método queer como testemunha da violência enquanto ajuda na criação de novos mundos.	Humanidades Digitais
8	Sex Work and Social Media: Policy, Identity, and Privacy in Networked	Artigo de Revista	Investiga como diferentes mídias sociais têm contextos distintos, explorando como os trabalhadores	Questionar o normativo; a transparência ajuda a criar uma relação	Estudos Culturais

	Publics and Counterpublics (Nelson, 2019)		do sexo dividem suas personas online.	ética entre o pesquisador e os participantes; autoetnografia.	
9	CompuQueer: Protocolological Constraints, Algorithmic Streamlining, and the Search for Queer Methods Online (Tsika, 2016)	Artigo de Revista	Levanta várias questões sobre como os métodos queer estão se tornando populares, especialmente em relação às mídias digitais, mas também propõe o uso de métodos digitais quantitativos para estudar o queer.	Defende o uso da Leitura por Máquina, um método que utiliza ferramentas digitais e algoritmos para identificar e, ao mesmo tempo, desafiar suposições sobre pessoas queer online.	Estudos de Mídia, Humanidades Digitais

Tabela 6: Meta-análise.

O que identificamos então como características metodológicas comuns aos artigos são principalmente a auto-narração, processo que desafia métodos tradicionais da ciência positivista e que permite levar em consideração perspectivas muito pessoais e diversas.

Essa validação de perspectivas pessoas pode ser vista também nos registros que falam de uma “leitura atenta” de produtos culturais. Diversos autores falam sobre como pessoas queer se permitem leituras além da superfície, leituras que mergulham nas obras para poder identificar temas e representações que fogem do padrão heteronormativo, leituras que os permitem se ver representados. Exemplos disso são o que Sedgwick (2020) define como leitura reparadora e Rich (2013) como sugestões e vislumbres.

Um ponto interessante que emergiu foi a tensão entre métodos qualitativos e quantitativos. Enquanto a maioria dos trabalhos privilegiava abordagens qualitativas, alguns autores defendiam a importância de não abandonar completamente os métodos quantitativos, propondo formas de modificá-los de forma a abraçar existências queer.

Os registros encontrados são muito diferentes entre si e quase nenhum tinha resultados que pudéssemos quantificar e meta-analisar como manda o método PRISMA, por isso escolhemos chamar essa parte do trabalho de pseudo meta-análise, recusando a noção de que se deve cumprir uma ideia particular e hegemônica de objetividade. Fracassamos.

Inconclusões

Halberstam (2020), em “The Queer Art of Failure”, defende que o sucesso em uma sociedade heteronormativa e capitalista é um conceito limitado à acumulação de renda e à maturidade reprodutiva. Falhar nessa sociedade abre espaço para possibilidades de existência e pensamento que habitam um espaço que tenta estar além desses conceitos. Para imaginar novos futuros, é preciso falhar no presente que é dado como certo, correto. É preciso exercitar um pensamento utópico de se desprender do convencional.

Os métodos queer então, também rejeitam a objetividade, assim como a “compulsão acadêmica por coerência disciplinar” (Halberstam, 2018, p. 12). Este artigo abraça o queer em não encontrar uma conclusão, vendo isso como uma marca heteronormativa de sucesso, limitante por ser final. O fracasso permite novas possibilidades.

Love (2016) fala sobre como muitos teóricos queer evocam o que diz Audre Lorde (1984), “As ferramentas do senhor nunca irão dismantelar a casa do senhor” a casa-grande, como forma de defender sua desconfiança do método.

Love (2016, p. 348) adiciona: “Do ponto de vista de uma tradição queer radical, se voltar para o método pode parecer uma rendição, o capítulo final para uma retornada a normatividade, business as usual. Mas declarar nosso lugar como acadêmicos pode ser paradoxalmente necessário para reconhecer o que no mundo não é acadêmico: as lutas contínuas pela sobrevivência que excedem nossos métodos, nossos contramétodos e nossos antimétodos”.

Love toca em algo fundamental da experiência de vida queer: a assimilação. Ser absorvido por um modelo heteronormativo. Casar, dois filhos, um cachorro. Sufocar o que nos torna abjetos em favor de uma emulação de um ideal falido.

Seria então o medo do método o medo de ser assimilado?

José Esteban Muñoz (2019, p. 22) começa seu livro *Cruising Utopia* dizendo que “a forma de viver queer ainda não chegou. Queer é um ideal. Em outras palavras, ainda não somos queer. Talvez nunca cheguemos perto de ser queer, mas podemos sentir o queer como a iluminação quente de um horizonte imbuído de potencialidades. Nunca fomos queer, mas o queer existe para nós como um ideal que pode ser destilado do passado e usada para imaginar um futuro. O futuro é o domínio do queer. O queer é um modo estruturante e educado de desejar que nos permite ver e sentir além do lamaçal do presente. O aqui e o agora é uma prisão. Devemos nos esforçar, diante da representação totalizante da realidade do aqui e agora, para pensar e sentir um ‘lá’, um ‘depois’”.

Imaginar um método queer não é o objetivo, até porque não conseguimos ser queer, quem dirá fazer uma academia queer. Não conseguiremos resolver as dicotomias. Talvez o método queer seja justamente a provocação, expor os buracos na narrativa da ciência tradicional. Demonstrar que ela é também mole. E as vezes usar dos métodos para conseguir entrar mais em campos onde não somos bem-vindos.

Com base nesses 9 registros, podemos identificar que uma forma de métodos queer é a justaposição de diferentes métodos de uma maneira que se adequa a uma realidade plural e fluida. A maioria dos registros também menciona métodos queer como formas de olhar de perto para o que está sendo pesquisado. Não visa ser geral, mas específico.

No entanto, há também uma noção de que nunca pode haver um método queer, pelo menos não da forma como a pesquisa é vista tradicionalmente. Um método queer é também uma forma de questionar as ideias de “rigor” e “objetividade” que regem a pesquisa acadêmica convencional. Seu objetivo não pode ser definir um novo cânone, mas sempre questionar o cânone existente. Assim como a teoria queer questiona as categorias de “normal”, os métodos queer desafiam as noções estabelecidas de como a pesquisa deve ser conduzida.

Concluimos que a relação entre teoria queer e método é necessariamente tensa e produtivamente contraditória. O desafio não é resolver essa tensão, mas trabalhar dentro dela, usando-a como uma fonte de criatividade e inovação metodológica. A teoria queer nos ensina a valorizar a incerteza, a ambiguidade e o questionamento contínuo. Nesse sentido, uma conclusão aberta, que convida a mais exploração e debate, pode ser a mais adequada para um trabalho sobre métodos queer.

Ao fim deste trabalho, nos vemos diante de mais perguntas do que respostas. Mas talvez seja esse o ponto. Fazer perguntas sem resposta. A teoria queer nos ensina a abraçar a incerteza, o fracasso, a valorizar a ambiguidade e a manter um questionamento contínuo. Nesse sentido, terminar com perguntas em aberto, com convites para mais exploração e debate, pode ser a conclusão mais apropriada para um trabalho sobre métodos queer.

Bibliografia

Bernini, L. (2021). *Queer theories: An introduction: from Mario Mieli to the antisocial turn*. Routledge, Taylor & Francis Group.

Brim, M., & Ghaziani, A. (2016). Introduction: Queer Methods. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, 44(3–4), 14–27. <https://doi.org/10.1353/wsqs.2016.0033>

Chandler, D., & Munday, R. (2011). *Queer Theory*. Em *Dictionary of Media and Communication*. Oxford.

Dadas, C. (2016). Messy Methods: Queer Methodological Approaches to Researching Social Media. *Computers and Composition*, 40, 60–72. Scopus. <https://doi.org/10.1016/j.compcom.2016.03.007>

Duguay, S. (2023). TikTok's Queer Potential: Identity, Methods, Movements. *Social Media and Society*, 9(1). Scopus. <https://doi.org/10.1177/20563051231157594>

Haber, B. (2016). The Queer Ontology of Digital Method. *Women's Studies Quarterly*, 44(3/4), 150–169.

Halberstam, J. (2018). *Female Masculinity*. Duke University Press.

Halberstam, J. (2020). *The Queer Art of Failure*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822394358>

Levesque DeCamp, A. (2020). XMLGBTQ: A Schema for Encoding Queer Identities in Qualitative Research. *Computers and Composition*, 55. Scopus. <https://doi.org/10.1016/j.compcom.2020.102553>

Lorde, A. (1984). *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press.

Love, H. (2016). Queer Messes. *Women's Studies Quarterly*, 44(3/4), 345–349.

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *BMJ*, 339, b2535. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>

Muñoz, J. E. (2019). *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity* (2nd (10th Anniversary Edition)). NYU Press.

Nelson, S. L. (2019). Sex Work and Social Media: Policy, Identity, and Privacy in Networked Publics and Counterpublics. *Lateral*, 8(1).

Ranjan, R. (2019). Queer Theory: A Critical Analysis Of Its Implication In Art Historical Readings. *International Journal Of Creative and Innovative Research In All Studies*, 2(2).

Rich, B. R. (2013). *New Queer Cinema: The Director's Cut*. Duke University Press.

Ruberg, B. (2019). Getting Too Close: Portal, "Anal Rope," and the Perils of Queer Interpretation. *Em Video Games Have Always Been Queer* (Vol. 16, p. 56–83). NYU Press.

Sedgwick, E. K., Ruggieri, M., Nogueira, C., Romão, L., Saldanha, F., Natali, M., & Melo, R. (2020). Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. *Remate de Males*, 40(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.20396/remate.v40i1.8658630>

Taylor, S., Black, A., Kelly, P., & Munro, K. (2023). Manifesto as method for a queer screen production practice. *Studies in Australasian Cinema*, 17(1–2), 50–67. <https://doi.org/10.1080/17503175.2023.2224618>

Tsika, N. (2016). CompuQueer: Protocological Constraints, Algorithmic Streamlining, and the Search for Queer Methods Online. *Women's Studies Quarterly*, 44(3/4), 111–130.

VIII. Por uma História para Além de Vencedores e de Perdedores

Matthias Ammann

Resumo

O presente trabalho pretende abordar a temática das reparações históricas sob uma perspectiva crítica e inovadora. Inicialmente será destacada a discussão sobre a crise narrativa na modernidade e as suas implicações para os sujeitos. Implicações diversas inclusive para a capacidade de realização de trabalhos de luto em nível individual e coletivo. Ademais, distintas abordagens morais do tema podem contribuir de diversas formas para a temática, sendo que no presente trabalho será feita uma crítica às abordagens mais individualistas e também a alguns modelos sociais e comunitaristas baseados na lógica acusatória. Como alternativa, é introduzido o terceiro moral da psicologia relacional e o modelo testemunhal da filosofia moral.

Palavras-chave: reparação histórica, crise narrativa, culpa, terceiro moral, atestação

Abstract

This work aims to address the topic of historical reparations from a critical and innovative perspective. Initially, the discussion will focus on the narrative crisis in modernity and its implications for the subjects. Implications which include the ability to work through individual and collective mourning processes. Furthermore, diverse moral approaches to the topic can contribute in different ways to the theme, and in this work there will be a critique of more individualistic approaches and also of some the social and communitarian models based on the accusatory logic. As an alternative, there will be introduced the idea of the moral third from the relational psychology and the testimonial model from moral philosophy.

Keywords: historical reparation, narrative crisis, guilt, moral third, attestation.

*“O narrador é a figura na qual o justo se encontra
consigo mesmo.”
(Walter Benjamin, 1987, p. 221)*

Introdução

O presente trabalho busca enveredar pelo caminho da teoria crítica, da psicanálise e da filosofia moral para refletir sobre caminhos capazes de promoverem uma transformação em direção à dignidade, ao respeito, à equidade e à possibilidade de reparações injustiças históricas.

Walter Benjamin (1987), em suas teses “Sobre o conceito de história”, recorda-nos que a história costuma ser escrita pelos vencedores e que os monumentos históricos muitas vezes são monumentos de barbárie. Porém, o autor também enfatiza que é possível criar historiografias que

considerem os múltiplos significados históricos com as suas ruturas e os seus desvios. Algo capaz de dar voz aos oprimidos e gerar uma memória coletiva mais diversa, inclusiva e justa.

Em outro texto, “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (Benjamin, 1987), o autor também adianta outro problema central da modernidade: a crise da narrativa. Anteriormente, o narrador conseguia agregar um rico acumulado de experiências e as transmitir, de modo significativo, para o coletivo. Infelizmente, com o surgimento da modernidade e do capitalismo, a experiência torna-se individual e isolada, rompendo a capacidade de narrar o tempo e de narrar a história coletiva.

A crise narrativa apontada acima tem implicações na transmissão da experiência (*Erfahrung*) e, também, na recomposição mais plural da historiografia e da memória coletiva, à medida que é atrofiada a base simbólica sobre a qual os paradigmas morais poderiam narrar/testemunhar, ajuizar e agir, visando uma sociedade mais equitativa.

Diante da crise narrativa, a tónica moral normalmente se limita à atomização ou à circunspeção da experiência moral ao individualismo. Pouco espaço existe para uma etapa posterior mais amparada no descentramento do eu e na abertura ao outro. E, quando há alguma abertura psíquica e ética aos arranjos morais mais sociais, a lógica acusatória prevalece, havendo pouco espaço para a atestação capaz de promover a rendição, o arrebatamento e o cuidado autêntico.

Mudanças recentes na capacidade narrativa

Antes de avançar para as implicações da crise narrativa nos diversos modelos morais e as suas consequências práticas para o tecido social, convém qualificar melhor alguns traços da capacidade narrativa contemporânea.

Se pensarmos que os seres humanos são seres contadores de histórias e que contar histórias é fundamental para criar sentido, pertencimento e estabelecer a identidade pessoal e coletiva; as mudanças que ocorrem na forma e no conteúdo dessas histórias afetam profundamente as diversas organizações subjetivas.

Benjamin (1987) já nos adiantou que a nossa capacidade de narrar a vida mudou profundamente no seio da modernidade. Tornou-se mais fragmentada e incapaz de acolher a continuidade passado-presente. Todavia, desde a publicação original do texto do frankfurtiano em 1936, a conjuntura política e psíquica sofreu algumas alterações.

O fenómeno da globalização, antes limitado, ganhou proporções amplas. Movido por um discurso de desregulação das fronteiras e de dissolução dos limites nacionais, foi promovida uma grande reconfiguração económica e social. Movimento crítico às narrativas protecionistas e que reforçou uma dimensão internacionalista, apesar de muitas vezes ser basicamente um ardil para favorecer os interesses de conglomerados económicos. De qualquer modo, amplo poder de persuasão estética e emocional reforçou a narrativa de que é possível e prazeroso viver uma vida em contante movimento. Um bom exemplo seriam os nómadas digitais. Vida desligada daquilo que é mais vernacular e local, bem como dos seus valores e paradigmas éticos. Em seu lugar, surge uma fluidez cosmopolita muitas vezes mais superficial, anónima e descontextualizada. É certo que nas últimas décadas, a despeito da ideia de fim da história (Fukuyama, 1992), houve um certo declínio do

consenso ao redor da democracia liberal e um ressurgimento de movimentos nacionalistas e de maior atenção ao nacional e ao local. Porém, os efeitos de descontextualização e de deslocalização facilitados pelas tecnologias e pela migração tornaram o mundo amplamente fragmentado. Do estilhaçamento do tecido social, narrativas utilitaristas centradas na ideia de sucesso económico individual ganharam destaque e, conseqüentemente, promoveram certa indiferença ao social.

Em paralelo, também ocorreu uma exacerbação narcísica. O capitalismo, além de um grande modelo de produção de bens e serviços, organiza e mobiliza constantemente as relações intersubjetivas, visando promover o engajamento económico. Nessa necessidade constante são arregimentados traços afetivos e emocionais regredidos como o medo, o desamparo, a necessidade de pertencer e de ser reconhecido. Traços que muitas vezes ainda estão na esfera do narcisismo e que, à medida que são reforçados, geram grande fragilidade identitária e utilização de recursos defensivos primitivos e extremados. As redes sociais são um bom exemplo. Com a difusão ampla do sistema das redes sociais digitais, a fragilidade psíquica é explorada e torna-se difícil ou mesmo impossível criar uma sensação de suficiência e saciedade diante da promessa constante de delícias infinitas e ausência de sofrimento. Ademais, a incapacidade de forjar lentamente um lugar interno e externo de estabilidade e sentido torna as dificuldades, as diferenças e as contrariedades inerentes à vinculação algo próximo de uma afronta ou mesmo da sensação de poder vir a ser aniquilado, portanto, mais vale o refúgio no isolamento.

Soma-se ao desenraizamento geográfico e cultural e à exacerbação narcísica, uma prática narrativa solipsista e ensimesmada. Grande volume de pessoas narra para a internet, mas sem realmente ter diante de si alguém que sente e reage. Em resumo, criou-se uma série de práticas “narrativas” severamente atrofiadas e repelentes à contextualização, à responsabilização e à possibilidade de trabalhar coletivamente a história.

Trabalho histórico

O trabalho ou a necessidade de ser feito algum trabalho histórico ocorre quando, a partir da elaboração narrativa, a consciência reconhece problemas, incoerências, injustiças e necessidade de reparos.

De algum modo, há algum estranhamento entre algum aspeto da realidade e uma instância ética. Diferença atenta, por exemplo, ao sofrimento e aos benefícios de indivíduos e de grupos.

Estranhamento que surge normalmente quando diversos fatos e as suas qualidades são organizados em uma trama narrativa. Prática de situar diversos elementos singulares e coletivos em um fio discursivo que consolida a memória singular e coletiva, bem como pode fazer surgir elementos conflituosos, divergentes e ruídos. Processo interminável e que diante do novo ou daquilo que foi ignorado até então terá de refazer ou retrabalhar aquilo que estava organizado e pacífico.

Trabalho em nível individual e também trabalho em nível mais amplo podendo incluir dimensões sociais, espaciais, temporais e naturais alargadas. Problemas, por vezes, intergeracionais que decorrem da ação de sujeitos passados, mas que deixaram as suas marcas e sequelas no presente.

Aqui surge o desafio de criar narrativas, entendimentos e ações concretas capazes de perceberem, de integrarem e de recompor os equívocos sociais e ambientais. Solução que muitas vezes não cabe no fluxo narrativo estreito do eu.

Nos últimos anos, mais e mais atenção vem sendo conferida ao redor do fluxo narrativo do eu - o eu do LinkedIn; o eu do Tinder; ou o eu de outros espaços privados de criação e mediação de uma biografia e uma história de si-mesmo. Histórias normalmente positivas e de sucesso que visam a sedução, a aprovação e o interesse do outro.

Narrativa que apresenta evidências e que visa criar um mosaico animado capaz de confirmar ou obter algum valor e alguma validação do tecido económico e social. Por outro lado, teme-se vividamente a exclusão económica e social.

Infelizmente, o hábito incessante de apenas narrar o si-mesmo parece ter reforçado o esquecimento de partes significativas que transcendem o eu, havendo apanhados que não se resumem às vontades e às escolhas singulares dos agentes. E, também, responsabilidades que não se limitam às decisões do eu.

Há, por exemplo, heranças – boas ou más, que trazemos e com as quais temos de lidar. Um exemplo recorrente no debate sobre a herança intergeracional é a história alemã. A Alemanha carrega em sua história muitos elementos de orgulho e feitos gratiosos. Feitos realizados por teólogos, filósofos, cientistas, artistas e por diversos segmentos da população. Contudo, também é inegável a mácula do Nazismo e do Holocausto.

Um jovem alemão, quando veste a camisa do seu país e rejubila nos jogos da seleção alemã de futebol, veste também a camisa do seu país quando passa diante de uma sinagoga.

Aqui estamos no complexo espaço da criação de uma identidade pessoal que é necessariamente situada histórica e coletivamente. Situada em meio a uma trama simbólica e narrativa com os seus motivos de orgulho e de vergonha.

Porém, não é apenas a Alemanha que carrega em sua história uma série de contradições: a África do Sul possui o Apartheid; Japão realizou o Massacre de Nanquim; Portugal tem a sua história com os judeus e o seu passado colonial, etc.

Um caminho para lidar com a história é selecionar apenas as partes positivas e que são motivo de orgulho. Seleção que nega, omite e recalca tudo o que foi menos simpático. Nesse caso, cria-se uma história parcial, incompleta e provavelmente com muitas partes sub-representadas.

Por outro lado, resgatar narrativas ignoradas conduz a um grande desafio ético e moral. De repente, parte da identidade é posta em questão e aquilo que antes era bom e organizado torna-se complexo, difícil ou mesmo abjeto.

Aceitar completamente a nossa biografia é um desafio. Um desafio que necessita de trabalho. Freud (1996a, 1996b, 1996c) em sua obra aponta para a necessidade de *Bearbeitung*, isto é, elaboração ou trabalho psíquico. Trabalho para tornar conteúdos latentes em conteúdos manifestos, trabalho para tentar processar e integrar traumas e experiências desagradáveis, trabalho para tentar lidar com a ansiedade e com os conflitos.

Neiman (2020) nos mostra como a língua alemã é interessante à medida que cria palavras compostas como *Vergangenheitsaufarbeitung*, isto é, trabalho (*Arbeit*) sobre o passado (*Vergangenheit*). E como o povo alemão tem gradualmente feito um belo trabalho sobre a sua herança histórica reconhecendo o Holocausto e elaborando um amplo e continuado trabalho coletivo sobre a triste faceta histórica do Nazismo.

Trabalho que pode ser amparado e estimulado em modelos sociais e éticos que valorizem uma apreensão mais ampla da história ou que, por outro lado, dificultam ou inibem completamente qualquer tipo de reflexão e assim a possibilidade de realizar um trabalho sobre a cultura.

Individualismo moral

Entre os diferentes arranjos morais possíveis, dois campos parecem ser dominantes: um mais individualista e um outro mais amparado em teorias sociais, comunitaristas ou holistas.

O apanhado mais individualista ou atomista defende a prioridade do indivíduo e dos seus direitos sobre a sociedade e também sobre qualquer ideia de bem. Haveria neste grupo utilitaristas e também perspectivas instrumentalistas da sociedade. O objetivo social último para esse grupo seria normalmente o preenchimento de objetivos individuais.

Taylor (2012) recorda que essa doutrina se inspirou em grande medida em Hobbes e Locke e que se baseia na primazia dos direitos do homem em detrimento do pertencimento e das obrigações. Em outras palavras, toda a forma de pensar deriva do eu. Modelo que atualmente tem grande força, mas que em outros tempos e em outras sociedades não era dominante.

Nesse paradigma, é dada importância central à liberdade de escolha própria do modo de vida e teme-se que a afirmação de quaisquer obrigações ofereça um pretexto para a restrição da liberdade.

Liberdade de escolha que pressupõe um indivíduo autoconsciente, autônomo e imune aos medos, à preguiça, à ignorância ou à superstição, assim como capaz de se distanciar de quaisquer códigos e ideologias advindas da tradição.

Capacidade de escolha que seria um dado e não um potencial desenvolvido com muito custo no decorrer da vida.

Sandel (2022) mostra como é reproduzida uma perspectiva que acredita que toda agência moral advém do voluntarismo baseado apenas na reciprocidade e no consentimento individual em um mundo neutro e ahistórico. Forma de pensar que ignora uma série de elementos passados e presentes que transcende os indivíduos e os afeta positivamente ou negativamente a despeito das suas vontades e escolhas.

Aqui, encontramos-nos no lugar paradoxal da tese da autossuficiência. Lugar que confere pouca importância ou ignora completamente toda dimensão formativa e a interdependência material e institucional dos sujeitos históricos.

Negligencia-se também a importância das posições sociais e das matrizes morais naquilo que habitualmente chamamos de busca por realização social, obtenção de reconhecimento e sentido de vida.

Assumir que uma parte singular e individual pode existir nas escolhas e nos desejos não seria um problema. Contudo, esvaziar completamente as partes relacionais e históricas torna esse paradigma ético manco e demasiado simplificado.

Ademais, mais recentemente com o reforço narcísico produzido nas últimas décadas, parece que perspectivas ultraliberais baseadas em um sobrevivencialismo e leituras frágeis da psicologia evolutiva têm reduzido a existência a um espaço de competição e de disputa. Movimento incapaz de sustentar a cooperação e de elaborar e realizar trabalhos coletivos. Acrescenta-se ainda, obviamente, a grande solidão e a falta de sentido social que esse paradigma fomenta.

Perspetiva social, comunitarista ou holista

As alternativas mais habituais à visão exposta acima pontuam que o homem – animal social - apenas se constitui e organiza sentido em organizações coletivas.

Nesse quadro, a solidariedade, a lealdade e a gratidão seriam elementos diretamente ligados à herança sociocultural que carregamos e que, de um modo ou de outro, seriam elementos que devem ser organizados em uma matriz normativa à volta da noção de dever. Isto é, dever de serem cuidadas, mantidas, preservadas e melhoradas.

Visão que considera a sorte ou o acaso como elementos importantes para a contingência formativa do eu e que o situa de modo diferenciado no mundo. Em outras palavras, o local onde nascemos e a forma como vemos e interagimos com o mundo já vem em grande medida determinadas por elementos que transcendem a vontade e a escolha individual. E podem, quando muito, gradualmente serem refletidas e trabalhadas em direção a um ideal ou a uma forma de conceber o mundo.

Trabalho sobre o mundo que reitera ou altera práticas narrativas com os seus sistemas valorativos e morais. Trabalho que tem consequências diretas na formação das gerações presentes e futuras, bem como pode alterar o sentido e as práticas sociais de reconhecimento e de pertencimento.

Ideia endossada por movimentos idealistas, mas também por filósofos pragmáticos como Rorty (1995) que acreditam na necessidade de uma visão normativa capaz de melhorar o mundo, por exemplo, por meio da solidariedade, gerando uma sociedade mais justa e compassiva.

Se formos para além da abordagem atomista, haverá o outro, a linguagem, as contingências e a possibilidade de mudança intencional para algo melhor. Movimento realizado por uma parte da existência que muitas vezes é chamada de consciência. Movimento que percebe e julga as circunstâncias históricas e que também julga a mim. Em outras palavras, julga se sou culpado/endividado (Schuldig) ou sem culpa/dívida.

Aqui facilmente alguma atitude normatividade pode ser integrada na consciência de forma imperativa e promotora de má consciência (Nietzsche, 1998) ou do mal-estar (Freud, 1996).

Ajuizamento que visa completar, restaurar ou alterar algo em nível social, económico ou linguístico. Porém, que também pode, facilmente, se perder em dimensões acusatórias e extremistas.

Modelo em grande medida helénico e judaico-cristão amparado na ideia da virtude – no fazer o bem, e que obteve eco na modernidade na sua busca por melhorar e retificar a sociedade e o eu em direção a algo melhor. Algo muitas vezes associado à ideia de progresso.

Porém, o modelo acima também traz consequências negativas. Entre elas, o mal-estar e a má consciência, uma busca performativa em fazer o bem – síndrome do bom moço/boa moça, a reprodução de dinâmicas de gozo sadomasoquistas, a incapacidade de agir autêntica e espontaneamente e finalmente uma constante divisão entre o ser e o dever ser. Divisão ou conflito que estaria no cerne da neurose moderna.

Divisão conflituosa que, tanto na neurose moderna como nas patologias mais extremas e narcísicas da atualidade, promove um sofrimento constante muitas vezes organizado ao redor da cristalização de díades eu-outro (ignorância completa do outro ou adesão completa ao outro), eu-instância moral (ignorância completa da instância moral ou adesão completa da instância moral), reduzindo a existência a duas posições: rebeldia/alienação ou subserviência.

Será possível um caminho distinto do apontado acima?

A psicanalista feminista Jessica Benjamin tem desenvolvido amplo trabalho no sentido de expandir as possibilidades relacionais para além do sistema de dominação. Em seu livro “Beyond doer and done to” (Benjamin, 2018), busca desvendar o processo paradoxal de formação de um espaço intersubjetivo – o Terceiro (thirdness). Espaço de reconhecimento mútuo que não se refugia em posições extremadas e que mantém uma tensão entre as partes sem reduzi-la a uma posição hierárquica fechada.

O terceiro ou terceiro rítmico seria uma cocriação das partes. Algo dialógico e sentido, uma dinâmica que pode acolher acomodações assimétricas à medida que há uma rendição ou uma entrega à necessidade. Entrega que se diferencia, por exemplo, do masoquismo. Em outras palavras, há uma diferença entre submissão à obrigação e rendição ao terceiro diferenciador.

Rendição implica uma transformação em ambos. Algo distinto da submissão inautêntica. Algo que demanda uma intenção de conexão, a consequente auto-observação e a aceitação do que é lícito (lawful). Desse lugar pode surgir o espaço moral do terceiro (moral Third) e toda uma orientação para um princípio mais amplo de legalidade, necessidade, retidão ou bondade (Benjamin, 2018).

Algo que ocorre por meio da rendição ou do simplesmente estar/ser. Infelizmente, muitas vezes há confusão entre a entrega e uma ideia de fusão ou unidade que tende à inautenticidade e à negação de si mesmo, conduzindo, em última análise, à alternativa complementar de “comer ou ser comido” - “eat or be eaten” (Benjamin, 2018, p. 37).

É importante ressaltar que o engajamento na tarefa de criação de um espaço “Terceiro” demanda abertura à vulnerabilidade e alguma continuidade relacional. Estar em conjunto, interagir, realizar tarefas e comunicar repetitivamente. Atividades que podem ser mediadas ou não, mas que servirão de espaço para duas ou mais pessoas estarem, interagirem de modo livre e interessado e, com o passar do tempo, começarem a narrarem/testemunharem as suas vidas. E também narrarem a história da dupla ou do coletivo.

O filósofo Paul Ricoeur (2019) de modo semelhante, mas com pressupostos distintos, também é capaz de oferecer uma visão alternativa. Em acordo com o autor, haveria o primado da atestação sobre a acusação no fenômeno da consciência.

Após uma breve discordância da perspectiva heidigeriana, Ricoeur (2019) confere centralidade à atestação de poder ser o si próprio. Na atestação haveria a possibilidade – capacidade e exigência – de distinguir o bem do mal. Uma forma de culpa (Schuld) que poderia preceder a má consciência. Nas palavras do autor,

Talvez seja este o sentido da Schuld que precede a “má” consciência. Esta não é enquanto tal “má” consciência, mas possibilidade de “má” consciência, enraizamento na capacidade da crise. Neste sentido, o estar-em-dívida, sem ser já culpa, é abertura prévia à alternativa à qual toda a ação está submetida, a de ser ou boa, ou má. Esta abertura à alternativa não quer dizer neutralidade; mas, muito pelo contrário, obrigação de decidir da avaliação entre uma e outra através do juízo. O que a consciência atesta é que posso aquilo que devo neste sentido puramente formal - a saber distinguir o bem do mal - e que, do mesmo modo que eu, todo o homem o pode. Eis uma das significações que é possível atribuímos a este versículo do prólogo do Evangelho de João: “O Verbo era a luz verdadeira que ilumina todo o homem”. (Ricoeur, 2019, p. 103)

Posição descrita acima que se encontra para além da autonomia e da heteronomia. Um local espontâneo, quase impulsivo, em que há uma experiência de não domínio de si mesmo. Algo anterior ou ulterior que sela a condição do homem como ser de cuidado. Algo quase banal e sem grande importância, algo impensado.

Nota-se como a consciência atestada não é mobilizada, quando muito, facilitada. Ela faz algo que é trivial, espontâneo e irrefletido. Movimento que se precipita diante de circunstâncias de necessidade.

Movimento que na junção narrativa/testemunho mútuo cocria tramas narrativas em que a luz tênue da narração consome “completamente a mecha de sua vida” (Benjamin, 1987, p. 221) e toca naturalmente na consciência atestada. Local em que “o justo se encontra consigo mesmo” (p. 221).

Bibliografia

Benjamin, J. (2018). *Beyond Doer and Done to. Recognition Theory, Intersubjectivity and the Third*. London and New York: Routledge.

Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Freud, S. (1996a). *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. 4). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1996b). *Além do Princípio de Prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1996c). Inibições, sintomas e ansiedades. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1996d). Mal-estar na civilização. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago.

Fukuyama, F. (1992). O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco.

Neiman, S. (2020). Justice and History. *Philosophy*, 95(2), 211-225.

Nietzsche, F. (1998). Genealogia da Moral. São Paulo: Companhia das Letras.

Ricouer, P. (2019). Amor e justiça. Lisboa: Edições 70.

Rorty, R. (1995). Contingency, irony, and solidarity. Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor C. (2012) Atomism. *Philosophical Papers*. Cambridge University Press; 1985:187-210.

Secção 2. Práticas e Pedagogias

IX. Estudos Culturais e Educação para/pelas Mídias: Perspectivas transdisciplinares para a formação docente crítica

Erika Kraychete Alves

Resumo

Este capítulo aborda a intersecção entre as áreas dos Estudos Culturais, da Educação e das Mídias, ressaltando a importância de uma abordagem inter e transdisciplinar para uma formação cidadã crítica e reflexiva. O enfoque deste capítulo se organiza a partir da necessidade de formar professores e professoras para uma educação para e pelas mídias digitais percebendo-as como uma linguagem com estruturas e estéticas próprias, preparando assim, os/as estudantes para serem cidadãos/ãs ativos/as, pensantes e críticos/as diante das estruturas de poder que se manifestam a partir dos recursos midiáticos, dentro e fora dos ambientes educacionais. Além disso, discutimos a importância de uma abordagem crítica no uso das tecnologias digitais, visando compreender os valores e ideologias subjacentes aos discursos midiáticos, assim como, destacamos a relevância da produção de conteúdo midiático audiovisual como ferramenta para promover a democratização e reduzir as desigualdades sociais e culturais. Argumentamos que os Estudos Culturais oferecem uma perspectiva transdisciplinar única para analisar os aspectos culturais da sociedade, permitindo a integração de diferentes prismas para uma compreensão mais abrangente e crítica do mundo contemporâneo, particularmente no contexto das mídias digitais. Essa abordagem transdisciplinar propicia o desenvolvimento de uma pedagogia crítica que capacita os educadores e educadoras a engajarem política-socialmente, em conjunto com os/as discentes, de maneira reflexiva e emancipatória, preparando-se para uma participação significativa na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: estudos culturais; educação; mídias; formação docente; transdisciplinaridade

Abstract

This chapter addresses the intersection of Cultural Studies, Education, and Media, emphasizing the importance of an interdisciplinary and transdisciplinary approach to critical and reflective citizenship education. The focus of this chapter revolves around the need to train teachers for education through and about digital media, perceiving them as a language with its own structures and aesthetics, thus preparing students to be active, thoughtful, and critical citizens in the face of power structures manifested through media resources, both within and outside educational environments. Additionally, we discuss the importance of a critical approach to the use of digital technologies, aiming to understand the values and ideologies underlying media discourses, as well as highlighting the relevance of producing audiovisual media content as a tool to promote democratization and reduce social and cultural inequalities. We argue that Cultural Studies offer a unique transdisciplinary perspective to analyze the cultural aspects of society, allowing the integration of different lenses for a more comprehensive and critical understanding of the contemporary world, particularly in the context of digital media. This transdisciplinary approach facilitates the development of a critical pedagogy that empowers educators to engage politically and socially, alongside students, in a reflective and emancipatory manner, preparing them for significant participation in contemporary society.

Keywords: Cultural Studies; Education; Media; Teacher Training; Transdisciplinarity

Introdução

A intersecção entre os campos dos Estudos Culturais, da Educação e das Mídias apresenta-se como um terreno fértil para o desenvolvimento de abordagens críticas e reflexivas na formação cidadã. Este capítulo propõe-se a analisar a importância de uma perspectiva inter e transdisciplinar na formação de docentes, com foco na educação para e pelas mídias digitais, deslocando-se da posição de funcionários das tecnologias digitais para jogadores com esta. Argumenta-se que essa abordagem é fundamental para preparar educadores e estudantes para serem cidadãos e cidadãs ativos/as, pensantes e críticos/as diante das estruturas de poder que se manifestam através dos recursos midiáticos, tanto dentro quanto fora dos ambientes educacionais.

No contexto atual, marcado pela crescente influência das tecnologias digitais e pela plataformização da educação, torna-se essencial desenvolver uma compreensão aprofundada dos valores e ideologias subjacentes aos discursos midiáticos. Além disso, destaca-se a relevância da produção de conteúdo midiático audiovisual como ferramenta para promover a democratização e reduzir as desigualdades sociais e culturais.

Esta pesquisa está a ser desenvolvida no âmbito das escolas públicas do estado do Paraná, Brasil, com professores e professoras que lecionem cadeiras nas seguintes áreas: Artes, Linguagens, Pensamento Computacional (disciplina recém inserida no currículo de escolas estaduais do Paraná) e Ciências Humanas.

O Avanço Neoliberal e a Plataformização da Educação no Paraná

O cenário educacional contemporâneo, particularmente no contexto das escolas públicas do estado do Paraná, Brasil, tem sido marcado por um avanço significativo de políticas neoliberais. Um exemplo emblemático é o recentemente aprovado Projeto Parceiro da Escola, que propõe a contratação de empresas privadas para assumir cargos administrativos, como os de direção e gestão, em instituições públicas de ensino. Essa iniciativa reflete uma tendência mais ampla de submeter a educação à lógica econômica, como apontado por Laval (2004), que argumenta que a educação é um dos braços mais fortes do capital, sendo cada vez mais compreendida como um fator cujas condições de produção devem ser plenamente submetidas à lógica econômica.

Neste cenário, a educação é reduzida a um instrumento para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mercado de trabalho, seguindo uma lógica de classificação e hierarquização meritocrática. As escolas, nessa perspectiva, se deslocam da posição de um direito da população e tornam-se empresas que produzem e fornecem serviços educacionais sob a égide da competição e da eficiência burocrática, valorizando mais o produto do que o processo pedagógico.

Um aspecto crucial dessa trajetória, para atingir os objetivos de uma escola baseada em um pragmatismo instrumental tecnicista que se analisa a eficácia da educação por meio dos resultados de avaliação em larga escala, é a crescente plataformização da educação.

No Paraná, observa-se a implementação compulsória de diversas plataformas educacionais digitais, como Leia Paraná, Redação Paraná, Edutech (Alura), entre outras. Essa implementação ocorre frequentemente sem a devida formação dos professores sobre como e por que utilizá-las, revelando um mecanismo de gestão, monitoramento e controle do trabalho docente e discente.

Destaca-se que, apesar da compulsoriedade das plataformas não estarem em um decreto estatal específico, há diversos decretos e ofícios internos que ditam a utilização das plataformas, podendo haver destituição de diretores e professores que não as utilizam. Uma outra técnica para o uso forçoso das plataformas em ambiente escolar é uma resolução estatal que estabelece que no mínimo 85% dos/das estudantes realizem e concluam as redações das disciplinas de Língua Portuguesa pela Plataforma Redação Paraná, por exemplo.

Assim, como afirma Tarlau Baileiro et al (2023), considerando que as Políticas Educacionais Públicas são orientadas pelos princípios da economia neoliberal, baseados na competitividade e no avanço do capitalismo através da plataformização, torna-se essencial refletir continuamente sobre maneiras de desconstruir posturas conservadoras, radicais e prejudiciais à educação de perto e de dentro destes processos nos ambientes educacionais. A conscientização e atualização constante de todos os agentes que vivenciam a escola e os processos educativos é imprescindível nesse processo.

Estudos Culturais e Educação para/pelas Mídias

Diante desse panorama, os Estudos Culturais emergem como uma perspectiva transdisciplinar crucial para analisar os aspectos culturais da sociedade contemporânea, particularmente no contexto das mídias digitais. Esta abordagem propicia o desenvolvimento de uma pedagogia crítica que capacita educadores e estudantes a engajarem-se política e socialmente de maneira reflexiva e emancipatória.

A educação para/pelas mídias, fundamentada nos Estudos Culturais, visa desenvolver um olhar crítico, problematizando narrativas que servem à cultura do consumo capitalista. Teruya (2009) enfatiza a importância de educar para a mídia, adotando uma pedagogia dos meios que favoreça a compreensão dos diferentes modos de apropriação dos produtos culturais, sem superestimar ou subestimar os produtores e receptores desses meios.

No âmbito educacional contemporâneo, observa-se ainda uma tendência a considerar as informações veiculadas pela mídia, seja ela eletrônica ou impressa, como fontes incontestáveis da verdade. Esta perspectiva persiste mesmo diante do crescente potencial de manipulação dos conteúdos midiáticos com estratégias como deep fakes, modulações de voz, edições de imagens estáticas e em movimento, entre outros. Neste contexto, os Estudos Culturais emergem como uma abordagem transversal essencial para repensar a formação docente, não apenas no que tange à utilização da mídia como recurso didático, mas principalmente no sentido de fomentar uma análise crítica das narrativas que sustentam a cultura do consumo e atendem aos interesses da produção capitalista.

A inserção desta reflexão crítica sobre as mídias no ambiente escolar propicia a criação de um espaço favorável tanto para a formação de uma recepção crítica quanto para a produção consciente de conteúdos midiáticos.

Deste modo, torna-se imprescindível que as intrincadas relações entre produção, mensagem, recepção e resposta sejam objeto de debate entre educadores e educandos, identificando que o consumo midiático é permeado por lentes culturais que estão intrinsecamente relacionadas a variáveis como: classe social, gênero, etnia, religião, afiliação política e estrutura familiar.

Esta compreensão evidencia que o processo de mediação não ocorre de forma neutra ou espontânea, demandando, portanto, que os processos pedagógicos deem suporte para identificação e, também, criação para/pela as mídias digitais, como nos afirma Teruya (2009, p. 156) “o conhecimento das potencialidades das mídias pode formar uma geração mais crítica em relação à mídia. A educação para mídia pressupõe um envolvimento no processo de elaboração e produção de conhecimento na mídia digital”.

Diante deste cenário, torna-se premente a adoção de estratégias pedagógicas que potencializem e desenvolvam mediações capazes de promover uma recepção crítica e uma interpretação acurada das contradições presentes nas narrativas midiáticas.

O objetivo é transformar tanto a recepção quanto a produção midiática em espaços de interação e negociação de sentidos. A gradual integração dos recursos midiáticos no ambiente escolar sublinha a necessidade evidente de formar educadores e educadoras capacitados/as a desenvolver uma educação para a mídia, visando à formação de uma nova geração de cidadãos e cidadãs ativos/as, reflexivos/as, criativos/as e críticos/as.

A produção de conteúdo midiático audiovisual surge como uma ferramenta potente para essas reflexões. Ao envolver-se no processo de elaboração e produção de conhecimentos nas mídias digitais, docentes e estudantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda das potencialidades e limitações desses meios, como nos afirma Kraychete Alves (2022), ao adotarmos essa perspectiva da integração e da manualidade na educação para mídia digital, podemos formar uma geração mais crítica e consciente, fazendo com que os/as estudantes não apenas consumam conteúdos, mas compreendam intimamente como ele é criado, suas nuances e implicações.

Deste modo, em que posição estão os professores e professoras das escolas públicas do estado do Paraná em relação as tecnologias digitais, jogam com ela e as desvencilham, ou são apenas funcionários de suas regras?

Funcionários da ou Jogadores com as Tecnologias Digitais?

Compreendendo este complexo contexto em que ocorre a educação pública paranaense a qual me refiro, cito aqui, um modo possível de pensar a formação docente. Uma formação que pode se apropriar das mídias e tecnologias digitais e, de algum modo, ser o campo para diálogo sobre estes mesmos temas, para escapar da lógica da plataformização como a gerente do processo educativo, e compreender, de perto e de dentro, como estes aparatos e instrumentos funcionam e se desenvolvem, pois, se:

Por sua falta de consciência dos modelos operados no âmbito do aparato, o sujeito que toma o aparato técnico como instrumento passa a proceder automaticamente de

acordo com os programas do aparelho e acaba por se tornar o próprio objeto de tais modelos. (Baio, 2015, p. 65)

Dessa maneira, ao não compreendermos de que modo e por que utilizamos tecnologias digitais, no contexto de uma sociedade tecnocrática, corremos o risco de nos submetermos constantemente às lógicas, representações e discursos que nela são veiculados.

Neste ponto, a produção crítica assume um papel fundamental ao recusar sistematicamente a submissão à lógica instrumental das mídias digitais e plataformas, este posicionamento visa reinventar as funções e finalidades desses instrumentos, transcendendo as normas e os modos padronizados de comunicação e criação.

A verdadeira criação reside na capacidade de reinventar a forma de apropriação de uma tecnologia, de um aparato ou de uma mídia. É importante ressaltar que estes conceitos não são sinônimos, mas processos distintos com diversas camadas de atuação. O engajamento com um aparato técnico implica, primeiramente, em desvendar as dimensões codificadas pelas tecnologias, para então interagir com elas de maneira a operar efetivamente no nível dos fenômenos que são projetados para o mundo.

Deste modo, é imperativo compreender as tecnologias para além de meras ferramentas, reconhecendo-as como dispositivos sociais dotados de linhas de força, tensão e potencial de manipulação. Sem essa compreensão, corre-se o risco de ser utilizado pelo viés implantado em seus códigos, em vez de ser o/a utilizador/a consciente.

No âmbito educacional, a falta de apropriação crítica das tecnologias, aparatos, programas e aplicativos por parte dos docentes pode resultar em uma reflexão insuficiente sobre essas ferramentas. Consequentemente, os educadores e educadoras podem se tornar meros funcionários/as dessas tecnologias, utilizando-as não como uma linguagem, mas como instrumentos para lidar com as demandas cotidianas, seja pela plataformização da educação, pela obrigatoriedade de uso ou pela falta de domínio da dimensão técnica.

Em contraste, emerge a figura do/da docente jogador/a que explora os aparatos, recusando-se a utilizar a tecnologia como mero instrumento. Estes profissionais, em vez de se vincular aos modelos conceituais estabelecidos, opera por meio da criação de seus próprios aparatos, programando sua visão de mundo de modo a estabelecer um diálogo com os paradigmas formalizados por outros aparatos presentes nos contextos em que sua proposta é inserida.

A exploração aprofundada dos aparatos e programas tecnológicos possibilita a construção de sentidos outros e de variados modelos conceituais para essas tecnologias, expandindo as possibilidades de uso para além do seu script inicial. O objetivo do/da jogador/a com a tecnologia, seja ele discente, docente ou qualquer outro ator social, é superar o aspecto funcionalista da tecnologia, fazendo emergir diálogos que questionem a existência desses aparatos e a forma como os experienciamos.

Neste contexto, é crucial reconhecer que todo aparato esconde atrás de si a sedimentação de uma série de camadas, de ordem social, econômica, epistemológica, ética, cognitiva, entre numerosas outras. O papel dos/das docentes e alunos/as, como jogadores ativos nesse cenário, é remexer essas camadas, buscando tornar visíveis certas tensões e revelar os discursos codificados na mídia, na tecnologia e nas instituições. Esta ação quase arqueológica, de escavação e análise crítica permite

uma compreensão mais profunda dos sistemas tecnológicos e midiáticos que permeiam o ambiente educacional e seus discursos.

Professores/as e alunos/as, ao se aprofundarem nas dimensões codificadas pelas tecnologias digitais, podem utilizá-las para operar efetivamente no mundo, compreendendo-as como dispositivos sociais, éticos, estéticos e políticos. Esta apropriação crítica das mídias e tecnologias digitais é fundamental para evitar o risco de se tornar mero objeto dos instrumentos e narrativas, situando-se na dimensão técnica sem refletir sobre seu impacto.

Em suma, o objetivo central desta abordagem é retirar o aspecto puramente funcionalista da tecnologia, promovendo diálogos sobre os 'porquês' e 'comos' dessas tecnologias e mídias em nossa experiência educacional e social.

Uma ilustração prática do uso crítico das mídias digitais pela comunidade escolar é a página do Instagram da escola Tarsila do Amaral de São José dos Pinhais, Paraná, intitulada O Tarsila é Nosso (@otarsilaenosso). Esta criação coletiva de docentes e discentes desta escola tem como objetivo disseminar informações sobre o Projeto Parceiro da Escola e sobre a plataformização da escola pública paranaense.

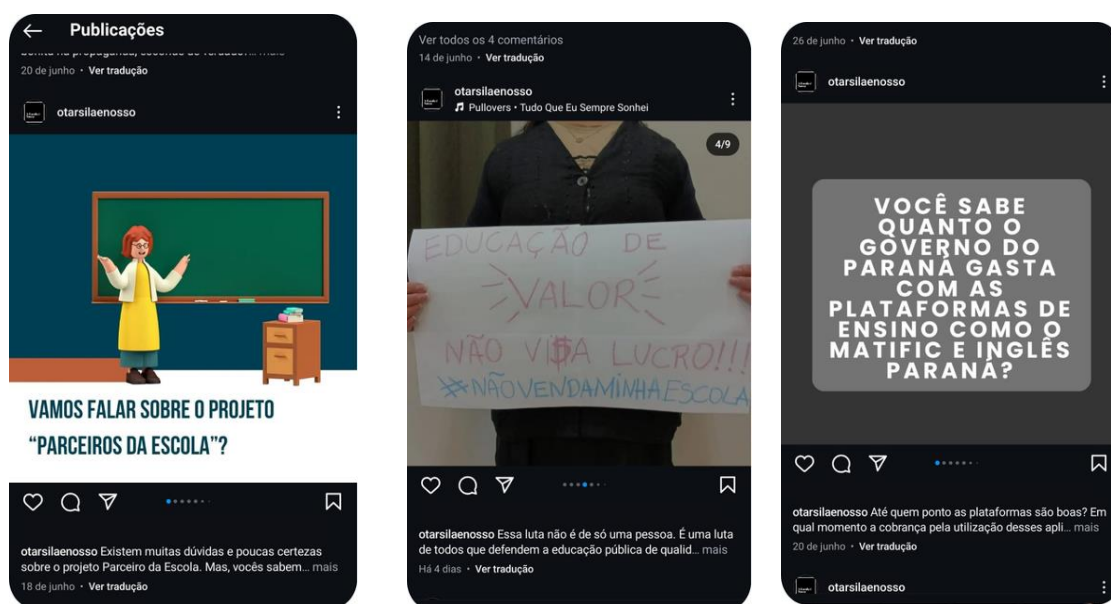


Figura 7: Postagens no perfil do Instagram O Tarsila é Nosso.
Fonte: Página do Instagram @otarsilaenosso (2024).

Esta iniciativa visa promover o engajamento da comunidade escolar por meio da produção e disseminação de conteúdo digital, com o objetivo de fomentar uma reflexão crítica acerca da implementação e utilização de plataformas tecnológicas na educação pública.

Ademais, esta página propõe-se a examinar minuciosamente a proposta de vinculação desta instituição de ensino ao Projeto Parceiro da Escola, buscando elucidar aspectos que possivelmente não estejam sendo adequadamente abordados nas comunicações oficiais direcionadas aos pais, alunos e demais membros da comunidade escolar. O propósito fundamental é assegurar que, no

momento de deliberação sobre a adesão ou não ao referido projeto, os envolvidos estejam plenamente cientes das diversas perspectivas existentes, incluindo aquelas oriundas do cotidiano escolar, as quais podem divergir significativamente da narrativa governamental.

Desta forma, a página O Tarsila é Nosso promove um ambiente de diálogo decisório, informado, digital e democrático, baseado em uma compreensão abrangente das implicações e desafios associados à iniciativa em questão.

Considerações Finais

A perspectiva transdisciplinar dos Estudos Culturais na Educação oferece uma compreensão situada e crítica da sociedade contemporânea e seus fenômenos, desenvolvendo uma pedagogia que capacita educadores/as e estudantes a participarem de maneira emancipatória em suas comunidades. É essencial formar professores e professoras para uma educação que não apenas utilize as mídias e tecnologias digitais, mas que também encontre espaço para refletir sobre elas e criticá-las, preparando os/as estudantes para serem críticos/as frente às estruturas de poder hegemônicas nas mídias.

A criação de material audiovisual surge como uma via potencial para debater e enfrentar as dinâmicas neoliberais capitalistas no ambiente educacional. Ao incentivar uma utilização crítica das plataformas midiáticas e das ferramentas digitais, professores/as e alunos/as podem ir além do aspecto puramente técnico, reconhecendo-as como instrumentos que envolvem questões sociais, éticas, estéticas e políticas.

Neste cenário de avanço neoliberal e plataformização da educação, é urgente que a formação docente incorpore essas reflexões críticas, capacitando os educadores e educadoras a serem jogadores/as com a tecnologia, e não meros funcionários/as dela. Somente assim poderemos formar uma geração capaz de questionar, reinventar e transformar as estruturas midiáticas e educacionais vigentes, promovendo uma educação verdadeiramente emancipatória e democrática.

Bibliografia

Baio, Cesar. (2015). *Máquinas de Imagem: Arte, tecnologia e pós-virtualidade*. São Paulo: Annablume. Acesso em 3 jul. 2024.

Governo do Paraná. (2023). *Projeto Parceiro da Escola*. Paraná. <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola>. Acesso em 3 jul. 2024.

Kraychete Alves, Erika. (2022). *Entre Telas e Janelas: Um olhar ressignificado para o uso da Videodança como metodologia no ensino-aprendizagem em Dança* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Disponível em <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/432>. Acesso em 2 jul. 2024.

Mendes, Ademir Aparecido Pinhelli, & Oliveira, Márcia Maria Fernandes de. (2023). *O uso compulsório de plataformas digitais de aprendizagem em sala de aula na educação básica pública*

do estado do Paraná - Brasil. *Revista Interacções*, 19(64), 1–25. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30676>. Acesso em 2 jul. 2024.

Mendes, Ademir Aparecido Pinhelli, Horn, Geraldo Balduino, & Rezende, Edson Teixeira de. (2020). As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. *Roteiro*, 45, 1-24. Disponível em <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22393>. Acesso em 2 jul. 2024.

O Tarsila É Nosso. (2024). Página criada por membros da comunidade do Colégio Estadual Tarsila do Amaral, São José dos Pinhais. Paraná. Instagram. <https://www.instagram.com/otarsilaenosso/>. Acesso em 3 jul. 2024.

Slack, Jennifer Daryl, & Wise, J. Macgregor. (2005). *Culture and technology: A primer* (2nd ed.). New York, NY: Peter Lang.

Tarlau Balieiro, Luan, Nabão Lopes Ferreira, Fernando, & Luiz Neves de Azevedo, Mário. (2023). O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação? *Revista Cocar*, 19(37). Disponível em <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7615>. Acesso em 2 jul. 2024.

Teruya, Teresa Kazuko. (2009). Sobre mídia, educação e Estudos Culturais. In. Maciel, Lizete Shizue Bomura; Mori, Nerli Nonato Ribeiro (Org.) *Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares*. Maringá: Eduem. p. 151-165.

X. As Pedagogias Culturais do Consumo nas Narrativas Orais Infantis em Contextos Escolares

Patricia Ignacio, Mariangela Momo

Resumo

Nos últimos anos, os Estudos da Infância têm destacado a importância das narrativas e da cultura produzidas por crianças, reconhecidas como agentes sociais e sujeitos ativos nas sociedades contemporâneas. Na esteira desse entendimento, articulando-o aos Estudos Culturais em Educação e aos Estudos sobre o Consumo, esta investigação, recorte de uma pesquisa de pós-doutorado, busca dar visibilidade ao que as crianças escolares brasileiras conhecem, entendem e reinterpretem da cultura do consumo por meio de suas narrativas orais. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem interpretativa, foi desenvolvida em cinco turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, durante o ano de 2022. O arcabouço teórico-metodológico foi constituído a partir dos estudos de Bauman (2008), Sarlo (2006), Lazzarato (2017), Lipovetsky (2007), Rocha (2005), Steinberg & Kincheloe (2004), Larrosa (1994; 2003), Costa (2009), Hall (1997), Momo (2007), Camozzato & Ignácio (2023) e Corsaro (2011), entre outros. Para a produção dos dados, foram realizados três encontros em cada turma, dos quais selecionamos um para a análise. Como estratégia disparadora, inspiramo-nos na proposta de diálogo das crianças com um boneco-personagem alienígena recém-chegado ao planeta Terra (Passeggi et al., 2014). O registro das atividades deu-se por meio de diário de campo e gravações de áudio. As análises apontam um conjunto de experiências, práticas e objetos do consumo que compõem o dia a dia dos sujeitos-crianças escolares, ainda que apenas no âmbito do imaginário e de narrativas, como ir ao shopping, viajar, virar youtuber, arrumar um emprego para ganhar dinheiro e comprar uma empregada. Ademais, o dinheiro emergiu como objeto de desejo e representação simbólica dos sujeitos. Logo, nota-se que as pedagogias do consumo têm operado sobre as experiências de si das crianças escolares, capturando-as e convocando-as a assumir determinados modos de ser e viver a infância a partir da racionalidade do consumo.

Palavras-chave: estudos culturais em educação; estudos da infância; cultura do consumo; narrativas.

Abstract

In recent years, Childhood Studies have emphasized the importance of narratives and culture produced by children, who are recognized as social agents and active subjects in contemporary societies. In agreement with this understanding, and in conjunction with Cultural Studies in Education and Consumer Studies, this research, as part of a postdoctoral research project, attempts to give visibility to what Brazilian schoolchildren know, understand and reinterpret in terms of consumer culture through their oral narratives. This qualitative research, through an interpretative approach, was carried out in five groups of children attending the early grades of Elementary School, in 2022. Its theoretical-methodological framework comprised studies by Bauman (2008),

Sarlo (2006), Lazzarato (2017), Lipovetsky (2007), Rocha (2005), Steinberg & Kincheloe (2004), Larrosa (1994; 2003), Costa (2009), Hall (1997), Momo (2007), Camozzato & Ignácio (2023) and Corsaro (2011), among others. Data was produced in three meetings with each group, of which one was selected for analysis. As a triggering strategy, we were inspired by the proposal of dialogue between children and an alien doll that had just arrived on planet Earth (Passeggi et al., 2014). The activities were recorded using a field diary and audio recordings. The analysis pointed out a set of experiences, practices and objects of consumption that are part of the daily lives of the schoolchildren subjects, even if only in the realm of imagination and narratives, such as going to the mall, traveling, becoming a youtuber, getting a job to earn money and buying a maid. In addition, money emerged as an object of desire and symbolic representation of the subjects. Hence, it was noted that pedagogies of consumption have operated on the experiences of the self of schoolchildren, by capturing them and calling them to take on certain ways of being and living their childhood based on the rationality of consumption.

Keywords: Cultural Studies in Education; Childhood Studies; Consumer Culture; Narratives

Pedagogias Culturais do Consumo

Há algum tempo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, grandes transformações ocorreram no que Du Gay et al. (1997) denominaram como circuito da cultura – composto por produção, representação, identidade, consumo e regulação. Essas mudanças aconteceram em função de um conjunto de fatores, incluindo avanços nas tecnologias de produção, de informação e de comunicação, o que colocou a cultura no centro das sociedades contemporâneas (Hall, 1997). Logo, em uma sociedade marcada pelas premissas de um Estado neoliberal, o consumo torna-se um elemento proeminente da cultura. Diversos autores, dentre eles, Bauman (2008), Lazzarato (2017), Lipovetsky (2007), Rocha (2005) e Sarlo (2006), enfatizam o consumo como um dos principais eixos organizadores das sociedades atuais. Dada a centralidade da cultura e da cultura do consumo, ficou cada vez mais inviável desconsiderá-las em pesquisas na esfera da educação.

No campo dos Estudos Culturais em Educação, assim como em outros campos teóricos, vem sendo desenvolvido um conjunto de pesquisas em que o consumo é considerado tanto objeto de estudo quanto ferramenta analítica para a compreensão dos fenômenos investigados. No Brasil, exemplos notáveis incluem os livros *A educação na cultura da mídia e consumo* (Costa, 2009) e os dois volumes intitulados *Cultura, Consumo e Educação*, um de Rocha e Orofino (2012) e outro organizado por Ignácio, Momo e Aucar (2024). Essas pesquisas têm contribuído não somente para a compreensão e conceitualização do consumo, mas também para o tensionamento e alargamento do que se entende por educação. É, inclusive, no âmbito desses estudos que Ignácio e Camozzato (2023) formularam o conceito de Pedagogias Culturais do Consumo. As autoras argumentam que as lógicas das sociedades do consumo inventam e colocam em operação um conjunto de pedagogias culturais que ensinam comportamentos, sentimentos e identidades “dentro” e “fora” do ambiente escolar (Camozzato e Ignácio, 2023). Essas pedagogias culturais atuam na formação dos sujeitos de maneira sutil, mas persistente, e assim estabelecem padrões e normas culturais que influenciam profundamente a forma como as pessoas veem a si mesmas, os outros e o mundo ao seu redor.

Antes da formulação do conceito de Pedagogias Culturais do Consumo (Ignácio e Camozzato, 2023), Ignácio (2020) desenvolveu a tese de que “o consumo, em tempos presentes, se constitui em um discurso que opera no campo da educação, estabelecendo uma grade de inteligibilidade acerca da forma adequada de consumir, promovendo a racionalidade dos sujeitos escolares para a sociedade de consumo”. (Ignácio, 2020, p. 19). Essa tese é precursora no Brasil, junto a outros estudos, como os de Costa (2012), Momo (2007) e Ignácio (2007), para a formulação do entendimento das Pedagogias Culturais do Consumo.

Por exemplo, a tese de Momo (2007), ao evidenciar o consumo não só enquanto atividade econômica, mas também enquanto processo cultural na produção das identidades e subjetividades das crianças que frequentavam algumas escolas públicas na cidade de Porto Alegre, no Brasil, no início do século XXI, colabora na compreensão do consumo como um campo pedagógico – um campo em que se ensinam, se produzem e se reproduzem valores culturais, modos de ser e expectativas sobre o que significa ser criança em uma sociedade de consumo. O consumo, assim, torna-se um eixo articulador da infância, nomeada pela autora como pós-moderna, e oferece gramáticas culturais e recursos simbólicos que ajudam a forjar os modos de ser, estar e relacionar-se das crianças.

Na formulação do conceito de Pedagogias Culturais do Consumo, Ignácio e Camozzato (2023) afirmam que “as pedagogias do consumo têm operado de forma contundente sobre as experiências de si dos sujeitos infantis escolares, produzindo determinadas formas e posições-de-sujeito a partir das quais as crianças são convocadas a atuar.” (Ignácio e Camozzato, 2023, p. 250). Assim, partimos do entendimento de que a atuação das crianças escolares na produção da cultura infantil está intimamente atrelada às Pedagogias Culturais do Consumo.

Cultura infantil e narrativas orais produzidas pelas crianças

Nos últimos anos, os Estudos da Infância têm ganhado destaque ao evidenciar a cultura produzida pelas crianças e ao reconhecê-las como sujeitos capazes de agir e colaborar na criação das instâncias sociais e culturais das quais participam. Corsaro (2008) argumenta que a cultura infantil não é somente uma imitação do mundo adulto, mas também uma construção social única, criada, desenvolvida e interpretada pelas próprias crianças. Ele sugere que, em grupos, as crianças desenvolvem suas próprias normas, valores e práticas culturais, formando um sistema de significados que é distinto daquele dos adultos. Em outras palavras, a cultura infantil é uma construção coletiva, que se dá a partir das interações sociais entre as crianças e entre elas e os adultos. Esse processo de construção envolve a apropriação, a negociação e a reinvenção de elementos culturais apresentados às crianças. Desse modo, as crianças consomem cultura, reinterpretem-na e ressignificam-na, criando suas próprias formas de expressão e de entendimento do mundo.

Pode-se dizer que a produção da cultura infantil depende dos contextos culturais em que as crianças estão inseridas. Para compreender as crianças, é necessário compreender também a cultura. Segundo Hall (1997), um dos precursores do campo dos Estudos Culturais, a cultura é central na organização das sociedades contemporâneas. Para o autor, cultura, identidade, representação e poder são ferramentas analíticas primordiais para examinar as complexidades da experiência humana e as dinâmicas sociais, em constante mudança. No âmbito dos Estudos Culturais em

Educação, os trabalhos de Steinberg e Kincheloe (2014), nos Estados Unidos da América, e os de Costa (2009), Momo (2007) e Ignácio (2007; 2020), dentre outros, no Brasil, evidenciam como a cultura – especialmente da mídia, das tecnologias e do consumo – tem produzido a infância e as experiências das crianças nas sociedades contemporâneas. Esses estudos contribuem para compreendermos as identidades e subjetividades infantis da atualidade, além de fornecerem pistas sobre como a produção cultural pelas crianças é construída e circunstanciada por elementos culturais disponíveis em seu entorno que fazem parte de seu mundo e de suas experiências. A interação das crianças com a cultura ao seu redor concorre para a produção das suas identidades e permite-lhes reinterpretar essa cultura e expressá-la de maneiras únicas.

Nesse contexto, as narrativas infantis podem ser vistas tanto como uma forma de cultura infantil quanto como um meio de construção de identidade. De acordo com a afirmação de Larrosa (1994, p. 69), “é contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nós damos a nós próprios uma identidade no tempo”. O processo de criação narrativa não é apenas uma forma de expressão, mas também um meio pelo qual as crianças se posicionam, estabelecem identidades e podem reivindicar espaços de fala e de representação. Assim, as narrativas que as crianças criam – a partir de suas experiências com a arte, a literatura, as brincadeiras ou a cultura da mídia e do consumo – podem oferecer informações valiosas sobre suas identidades, pensamentos e percepções.

Silva (2022) compreende as narrativas infantis enquanto histórias que as crianças contam, seja por meio da fala e da escrita, seja por outras formas de expressão, entre as quais desenhos e brincadeiras. Essas narrativas refletem o modo como as crianças percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Silva (2022) argumenta, ainda, que as narrativas desempenham um papel fundamental na construção da identidade das crianças. Segundo a autora, ao contarem suas histórias, as crianças exploram e afirmam quem são, o que cria um senso de pertencimento e de individualidade. Corsaro (2008) complementa essa visão, explicitando que as narrativas ajudam as crianças a darem sentido ao seu mundo ao permitirem que compartilhem suas vivências e se conectem com os outros. Logo, as histórias que as crianças contam e compartilham são fundamentais para a formação de suas identidades individuais e coletivas.

As narrativas orais infantis também podem ser compreendidas, segundo Ignácio e Camozzato (2023), como uma das dimensões dos dispositivos pedagógicos que produzem e medeiam determinadas experiências de si. De acordo com as autoras, “a narrativa se constitui em um dispositivo pedagógico, que produz e transforma a experiência de si, suscitando ao sujeito aprender e/ou transformar suas relações consigo, com os outros e com o mundo”. Ou seja, é na trama narrativa de sua vida, ao narrar-se para si, para os outros e para o mundo, que as crianças produzem, adjetivam, significam, (re)interpretam, constituem e modificam a experiência de si (Larrosa, 1994; 2003). Esse foi um dos motivos que orientaram a escolha metodológica de Patrícia Ignácio, uma das autoras deste artigo, em sua pesquisa de pós-doutorado, da qual resulta este texto. A investigação teve por objetivo dar visibilidade ao que as crianças escolares conhecem, entendem e reinterpretam da cultura do consumo; por isso, optou-se por ouvi-las e registrar e analisar suas narrativas orais.

Metodologia

Realizar uma escuta atenta e sensível das crianças-estudantes, de modo a dar visibilidade ao que dizem, pensam e sentem em uma sociedade onde o consumo ocupa posição central, não foi uma tarefa realizada de maneira irrefletida. Para adotar um olhar menos inclinado a concepções e preconceitos, especialmente aqueles oriundos de uma perspectiva adultocêntrica, tornou-se crucial recorrer aos Estudos da Infância e estabelecer algumas premissas. Essas premissas permitiriam propor temáticas e práticas que favorecessem o surgimento de narrativas orais infantis em meio a diálogos, de forma coletiva ou individual. A esse respeito, estudiosos como Passeggi et al. (2014) e Martins Filho e Barbosa (2010) destacam a importância de: estabelecer uma relação próxima das crianças; criar maneiras eficazes de ouvi-las; manter rigor na escuta de sua visão de mundo; evitar que preocupações teóricas comprometam os modos de pensar das crianças participantes; e adotar uma postura adequada de adulto-pesquisador em relação às crianças.

Com base nesses princípios, foi desenvolvido um estudo qualitativo, de caráter descritivo-explicativo (Gil, 2008), em duas escolas públicas da Região Metropolitana de Natal (RN), durante o primeiro semestre de 2022. Participaram do estudo cinco turmas (duas do 4º ano e três do 5º ano do Ensino Fundamental), com uma média de 25 estudantes por sala. Destaca-se que todas as professoras, pais e estudantes envolvidos no estudo assinaram os Termos de Consentimento e Assentimento, garantindo a participação voluntária e informada, e que, para preservar a confidencialidade dos participantes, foram escolhidos nomes fictícios. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o protocolo CAC 58580622.8.0000.5292.

Para criar formas de escutar as crianças e permitir que suas narrativas orais sobre o consumo revelassem indícios das pedagogias do presente, a pesquisadora pós-doutora, com o auxílio de sua supervisora, selecionou estratégias lúdicas com base em temáticas disparadoras. Entre elas, salientamos para este artigo a atividade O ET que veio à Terra – Descrição do que se precisa para ser feliz e viver em sociedade, escolhida como foco de análise. A atividade foi desenvolvida com as cinco turmas participantes do estudo, no horário regular das aulas, com duração aproximada de uma hora em cada classe. O registro das atividades deu-se por meio de diário de campo e gravações de áudio.

Inspirada na proposta de Passeggi et al. (2014), que envolve o diálogo das crianças com um boneco-personagem alienígena recém-chegado ao planeta Terra, a estratégia tinha por objetivo estimular as crianças a explicarem ao ET como ele poderia sobreviver, o que é essencial para a vida, como administrar sua vida, o que fazer para ser feliz e o que não pode faltar em nosso planeta. Essas reflexões e narrativas são exploradas na próxima seção deste artigo.

Resultados/Análises

A escuta atenta e sensível das crianças participantes do estudo revelou uma cultura infantil do e para o consumo, expressa por meio de vocábulos, concepções e práticas culturais e curriculares. Nas narrativas resultantes da estratégia “O ET que veio à Terra”, fica evidente a importância do acesso aos bens e às práticas de consumo, pelas crianças, como elementos essenciais para o trânsito, a permanência e a felicidade na sociedade em que vivem. Suas narrativas orais fazem reverberar uma

gramática social articulada a certos temas, dentre os quais destacamos mídias, tecnologias, jogos, shopping center, dinheiro, viagens.

Imersas em um contexto social marcado pelo consumo e pelas expectativas da sociedade contemporânea, as crianças manifestaram desejo e interesse por dispositivos, como celulares, PlayStation, placas de vídeo, televisores, videogames, PC Gamers, entre outros artefatos culturais considerados por elas como essenciais para que as vidas sejam vividas em plenitude (Larissa, 2020; João, 2020). Os celulares, por exemplo, são vistos como ferramentas para jogar, trabalhar, se comunicar, acessar redes sociais, namorar e expressar identidades. Para isso, é preciso estar atento às incessantes atualizações, (re)criações e novos usos das tecnologias postos constantemente em circulação nas tramas do mercado, como se pode observar na fala de Renan (2020): “Que Iphone 13, o quê? 15! 15! Compra o 15! Compra o Iphone 20!”

Cabe destacar que, nas conversas em duplas e trios, emergiu o desejo por dinheiro. Conforme observa Lazzarato (2017), “o dinheiro não é apenas o grande igualador, mas antes e sobretudo o grande diferenciador” (p. 137), refletindo e legitimando relações de poder. Na percepção das crianças-estudantes, o dinheiro representa status e possibilidade de viver plenamente na sociedade atual. Além disso, é visto como um meio de ajudar suas famílias e de adquirir bens e experiências que consideram essenciais, como se percebe nas falas: “Porque, sem dinheiro, você (ET) quase não sobrevive” (João, 2022); “Ele (ET) pega dinheiro pra não dormir no chão” (BBB, 2022); “O ET também precisa de dinheiro pra comprar as coisas” (Felipe, 2022); “pra comprar casa” (Naruto, 2022); “senão, a gente morre de fome” (Robson, 2022). Assim, o dinheiro surge nas narrativas infantis tanto como objeto de desejo quanto como símbolo cultural, funcionando como um acessório significativo que “tem o poder de nos conferir certos sentidos” (Sarlo, 2006, p. 28). Ao adjetivar vidas, corpos e relações, contribui para a construção de identidades contemporâneas ligadas ao consumo e exerce a função de “atestados de identidade” (Bauman, 2009, p. 113).

Segundo as narrativas orais infantis, viajar para diferentes localidades do Brasil (Beto Carrero, Gramado) e do mundo (Japão, Disney, Maldivas...) e consumir suas culturas também se enquadram no conjunto de ações que objetivam e representam a felicidade a ser desejada pelo personagem alienígena. De acordo com Bauman (2008), “a sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a promover a felicidade na vida terrena, aqui e agora, e a cada 'agora' sucessivo” (p. 60, grifo do autor).

Em linhas gerais, observa-se um domínio recontextualizado da cultura do consumo (Bauman, 2008), implicado em processos sofisticados, intensos e cotidianos de colonização dos desejos, dos saberes e das práticas, os quais acionam e operam sobre as experiências de identidade das crianças e, assim, produzem determinados modos de ser e estar em sociedade.

Considerações finais

Adotando uma perspectiva pós-estruturalista de análise cultural, buscamos demonstrar como o uso das palavras em narrativas cria configurações de mundo ao mesmo tempo em que molda e produz posições específicas de sujeito. Nesse contexto, as Pedagogias do Consumo identificadas nas narrativas orais infantis revelam a presença de racionalidades e subjetividades que interpelam, incitam e orientam as crianças a ocuparem determinadas posições. Logo, nota-se que as Pedagogias

do Consumo têm operado sobre as experiências de si das crianças escolares, capturando-as e convocando-as a assumir determinados modos de ser e viver a infância a partir da racionalidade do consumo, o que contribui para a produção de suas subjetividades. Os dados da pesquisa asseveram a importância da temática para o debate acadêmico. Mais ainda, assinalam a urgência da produção de investigações sobre como tem se dado a formação/produção/conformação dos sujeitos escolares em sociedades que tomam as práticas do consumo como conhecimento social a ser ensinado, em detrimento de questões éticas, políticas e sociais.

Bibliografia

- Bauman, Z. (2008). Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Zahar.
- Camozzato, V. C., & Ignácio, P. (Orgs.). (2023). Pedagogias fora e dentro da escola. São Paulo: Pimenta Cultural. <http://10.31560/pimentacultural/2023.96641>.
- Corsaro, W. A. (2011). Sociologia da Infância (2nd ed.). Artmed.
- Costa, M. V. (Org.). (2009). A educação na cultura da mídia e consumo. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Costa, M. V. (2012). Imagens do consumismo na escola: A produtividade da cultura visual. Instrumento (Juiz de Fora), 14, 263-272.
- Du Gay, P., Hall, S., Janes, L., Mackay, H., & Negus, K. (1997). Doing cultural studies: The story of the Sony Walkman. Sage.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). Atlas.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, 22 (2), 15-46.
- Ignácio, P. (2007). Aprendendo a consumir com “Três Espiãs Demais” [Dissertação de Mestrado, Universidade Luterana do Brasil].
- Ignácio, P. (2020). A pedagogização do discurso do consumo nas práticas discursivas escolares e o governo dos sujeitos escolares para o consumo. Editora UFPE.
- Ignácio, P., & Camozzato, V. C. (2023). Pedagogias do consumo e narrativas orais: O que pensam, dizem e sentem os sujeitos infantis escolares. Textura-Revista de Educação e Letras, 25(64), 223-251.
- Ignácio, P., Momo, M., & Aucar, B. (Orgs.). (2024). Cultura, consumo e educação. Rio Grande: Editora da FURG.
- Larrosa, J. (1994). Tecnologias do eu e educação. In T. T. Silva (Ed.), O sujeito da educação (pp. 35-86). Petrópolis: Vozes.
- Larrosa, J. (2003). La experiencia de la lectura. Fondo de Cultura Económica.
- Lazzarato, M. (2017). O governo do homem endividado. n- 1 Edições.

- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Companhia das Letras.
- Martins Filho, A. J. M. F., & Barbosa, M. C. S. (2010). Metodologias de pesquisas com crianças. *Reflexão e Ação*, 18(2), 8–28.
- Momo, M. (2007). *Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <http://hdl.handle.net/10183/12185>.
- Passeggi, M. da C., Furlanetto, E. C., Conti, L. de, Chaves, I. E. M., Gomes, M. de O., Gabriel, G. L., & Rocha, S. M. da. (2014). Narrativas de crianças sobre as escolas da infância: cenários e desafios da pesquisa (auto)biográfica. *Educação*, 39(1), 85–104. <https://doi.org/10.5902/1984644411345>.
- Rocha, E. P. G., & Orofino, M. I. (Orgs.). (2012). *Cultura, consumo e educação* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Sarlo, B. (2006). *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina* (3ª ed.). UFRJ.
- Silva, S. de M. da. (2022). *Narrativas orais infantis: O processo de historicizar-se na educação infantil em ambiente virtual* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Steinberg, S. R., & Kincheloe, J. L. (2004). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância* (2ª ed.). Civilização Brasileira.

XI. A Função Pedagógica da Ficção Seriada: Uma análise da produção crítica e criativa dos fãs de *As Five* no X

Daiana Sigiliano, Gabriela Borges

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar de modo as pautas sociais exploradas no universo ficcional de *As Five* (Globoplay, 2020 - 2024) estimulam o pensamento crítico e o debate de ideias dos fãs da série brasileira na rede social X. Para a discussão desta questão realizamos um monitoramento das postagens dos telespectadores interagentes durante as três temporadas da produção do Globoplay. Conforme pontuam Lopes (2009), Baccega (2003) e Fischer (2017) e Borges e Sigiliano (2020) a dramatização de questões sociais estimula a formação de sujeitos críticos, ampliando o modo como percebem e compreendem o mundo em que estão inseridos. Conclui-se que as escolhas criativas e enquadramentos técnico-estéticos de *As Five* pautam as discussões dos telespectadores interagentes, reforçando o caráter pedagógico da ficção seriada. A mobilização dos fãs no X se desdobra também na inserção desses temas na agenda das políticas públicas, tais como o combate ao preconceito, a ampliação da representação de grupos minoritários, e no aprofundamento do debate sobre o espectro da sexualidade.

Palavras-chave: literacia midiática; cultura de fãs; ficção seriada; literacia do fã; *As Five*

Abstract

This article aims to analyze how the social issues explored in the fictional universe of *As Five* (Globoplay, 2020-2024) stimulate critical thinking and the exchange of ideas among the fans of the Brazilian series on the social network X. To discuss this matter, we monitored the posts of interacting viewers throughout the three seasons of the Globoplay production. As pointed out by Lopes (2009), Baccega (2003), Fischer (2017), and Borges and Sigiliano (2020), the dramatization of social issues encourages the formation of critical subjects, broadening how they perceive and understand the world they are part of. It is concluded that the creative choices and technical-aesthetic framing of *As Five* guide the discussions of interacting viewers, reinforcing the pedagogical nature of serialized fiction. The mobilization of fans on X also extends to the inclusion of these themes in public policy agendas, such as combating prejudice, expanding the representation of minority groups, and deepening the debate on the spectrum of sexuality.

Keywords: Media literacy; Fan culture; Fan literacy; Serial Fiction; *As Five*

Introdução

De acordo com Estrela (1992), Reia Baptista (2002) e Ghiraldelli Jr. (2006) as discussões epistemológicas sobre a pedagogia são amplas e complexas, não se restringindo apenas ao âmbito

escolar. O conceito apresenta mudanças significativas ao longo dos anos, principalmente a partir das associações com às utopias educacionais, à ciência da educação e à filosofia educacional (Ghiraldelli Jr., 2006; Portilho, 2011). Desse modo, a pedagogia abarca o estudo de práticas educacionais em distintos contextos sociais, culturais e políticos, englobando tanto a educação formal nas escolas quanto às práticas educacionais informais presentes na sociedade contemporânea (Estrela 1992; Reia Baptista, 2002; Ghiraldelli Jr., 2006; Portilho, 2011). É a partir deste viés multifacetado e não formal da ciência da educação que se inserem as discussões sobre a função pedagógica da ficção seriada brasileira.

Para Fischer (2017) o papel pedagógico da televisão é vasto e abarca vários materiais audiovisuais como, por exemplo, os comerciais, a ficção seriada e os filmes. De acordo com a autora, o meio desempenha um importante papel na sociedade e cabe aos educadores explorarem o seu potencial como ferramenta pedagógica. Ao promover a compreensão crítica da televisão os educadores propiciam aos alunos ferramentas para distinguir não só diferentes tipos de conteúdo, mas contribuem para o desenvolvimento de habilidades analíticas relacionadas aos propósitos e objetivos das mensagens veiculadas.

Entre os formatos e gêneros populares no cenário audiovisual brasileiro Baccega (2003) afirma que a telenovela ocupa um lugar central na função pedagógica da televisão. Segundo a autora, o estímulo à leitura crítica fomentado pelas telenovelas se configura, principalmente, a partir de duas características norteadoras: a narrativa e a obra aberta. Assim como a televisão, a telenovela é norteadora pela narrativa, o recurso faz com que os telespectadores se identifiquem com a história. À medida em que os capítulos vão ao ar o público estabelece uma relação parassocial com os personagens, se envolvendo de forma lúdica e profícua com o mundo ficcional. O segundo ponto destacado por Baccega (2003) está relacionado a capacidade da telenovela de incorporar assuntos do cotidiano e recuperar mitos presentes em diferentes culturas. Isto é, por se tratar de uma obra aberta, as tramas conseguem agregar, muitas vezes de maneira até factual, as pautas sociais, culturais e políticas que integram a sociedade.

A partir deste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar de que modo as pautas sociais exploradas no universo ficcional de *As Five* estimulam o pensamento crítico e o debate de ideias dos fãs da série brasileira na rede social X (antigo Twitter). Para a discussão desta questão realizamos um monitoramento das postagens dos fãs da série durante as três temporadas, exibidas entre 2020 e 2024.

A função pedagógica de *As Five*: a ficção seriada como recurso comunicativo

De acordo com Lopes (2009) o recurso comunicativo se configura a partir da imbricação histórica da telenovela com as mudanças da sociedade brasileira. De acordo com a autora, a telenovela se constitui como um recurso comunicativo ao atuar como “componente de políticas de comunicação/cultura que perseguem o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos na sociedade” (Lopes, 2009, p. 32). Deste modo, “[...] abordar a telenovela como recurso comunicativo é identificá-la como narrativa na qual se conjugam ações pedagógicas tanto implícitas quanto deliberadas que passam a institucionalizar-se em políticas de comunicação e cultura no país”. (Lopes, 2009, p. 32).

A ação pedagógica da ficção discutida por Lopes (2009) se configura como um ponto norteador da 25ª temporada da telenovela *Malhação*. Entretanto, antes de discutirmos sobre o universo de *Malhação: Viva a Diferença* (2017-2018) e do seu spin-off *As Five*, é importante contextualizarmos a criação e a produção de *Malhação*. A telenovela foi criada em 1995 por Andréa Maltarolli e Emanuel Jacobina e teve sua última temporada exibida em 2020. Um dos pontos centrais da telenovela, principalmente nas temporadas exibidas a partir dos anos 2000, é o merchandising social. De acordo com Lopes (2009, p. 32) o termo “[...] pode ser definido como um recurso comunicativo que consiste na veiculação em tramas e nos enredos das produções de teledramaturgia de mensagens socioeducativas explícitas, de conteúdo ficcional ou real”. Isto é, as mensagens socioeducativas vão além da mera inserção de um fato no mundo ficcional. Para que ocorra é necessário que o arco narrativo perpassasse por questões ligadas a medidas de prevenção, proteção, reparação ou punição; a atenção para as causas e consequências relacionadas a comportamentos e hábitos inadequados dos personagens; e a valorização da diversidade perspectivas sobre a temática (Lopes, 2009; Fachine et al, 2020).

Conforme pontuam Fachine et al (2020) os temas abordados durante as temporadas de *Malhação*, abarcam temas sociais pertinentes ao público jovem. Entretanto, é importante ressaltar que por ser composta por temporadas independentes, desenvolvidas por equipes criativas distintas, o recurso comunicativo varia de acordo com o mundo ficcional proposto pelos autores. Criada por Cao Hamburger, *Malhação: Viva a Diferença* foi marcada pelo protagonismo feminino, primeira vez, em 25 anos de exibição, a novela infantojuvenil foi protagonizada por cinco mulheres, e por abordar de forma profícua temas como o racismo, a diversidade, a síndrome de Asperger, o feminismo, o assédio sexual e a homofobia (Borges et al., 2019). O principal arco narrativo de *Malhação: Viva a Diferença* se desdobra após as adolescentes Keyla (Gabriela Medvedovski), Benê (Daphne Bozaski), Tina (Ana Hikari), Lica e Ellen (Heslaine Vieira), de origens e personalidades diferentes, ficarem presas no mesmo vagão de metrô durante uma pane elétrica. Ao longo de seus 222 capítulos, a telenovela mobilizou fãs de todo o país nas redes sociais e alcançou índices de audiência de em média 20,43 pontos (Borges et al., 2019).

A campanha dos fãs para que a emissora produzisse um spin off da telenovela mobilizou as redes sociais, especialmente o X, nas semanas que antecederam a exibição do último, em março de 2018. Em abril de 2019 a Globo anunciou a produção do spin-off para a plataforma Globoplay. Exibidas entre 2020 e 2024, *As Five* foi protagonizada por Keyla, Ellen, Lica, Tina e Benê, que se reencontram após seis anos sem se verem. As personagens estão no começo da vida adulta e enfrentam conflitos comuns à Geração Z.

A literacia do fã: discussões iniciais

Conforme define Livingstone (2007, p.27) a literacia midiática se refere “[...] à capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens através de uma variedade de contextos diferentes”¹² (tradução nossa). Deste modo, ao englobar os processos de produção, consumo e distribuição dos conteúdos midiáticos a literacia midiática “[...] deve habilitar os cidadãos para o pensamento crítico e a resolução criativa de problemas a fim de que possam ser consumidores sensatos e produtores de informação” (Borges, 2014, p. 183). Um dos principais pontos de interseção entre a ação

¹² “the ability to access, analyze, evaluate and create messages across a variety of contexts”.

pedagógica da ficção seriada contemporânea e a literacia midiática pode ser observada nos estudos da cultura de fãs. A partir de um breve levantamento¹³ do estado da arte realizado no Publish or Perish observa-se que pesquisas sobre as práticas da cultura de fãs e a literacia midiática começam a ser publicadas em 2003, os trabalhos refletem sobre a capacidade crítica e criativa do público ávido a partir do estudo de diferentes objetos empíricos. Dos 246 trabalhos levantados, 7% analisam como as dinâmicas das comunidades dos fãs e a produção coletiva de conteúdo estimula a aprendizagem informal, entre as amostras estão fóruns, Wikis e grupos de fansubbers. Já 10% trabalhos investigam os conteúdos pautados pela estética do remix, a partir de vídeos e memes os fãs exploram novas camadas interpretativas do universo canônico. 13% dos trabalhos são voltados para o estudo das mobilizações e ações em rede organizadas pelos fandoms, os pesquisadores analisam a relação da cultura pop com questões sociais e políticas. Por fim, 70% dos trabalhos refletem sobre as histórias, criadas pelos fãs, inspiradas em universos fictícios de séries de TV, filmes, livros, quadrinhos, games e outros conteúdos midiáticos. Apesar de ganhar novos desdobramentos no ambiente da cultura da convergência, a fanfic é uma das práticas mais antigas no âmbito da cultura de fãs e abrange habilidades literárias, lúdicas, linguísticas e multimodais.

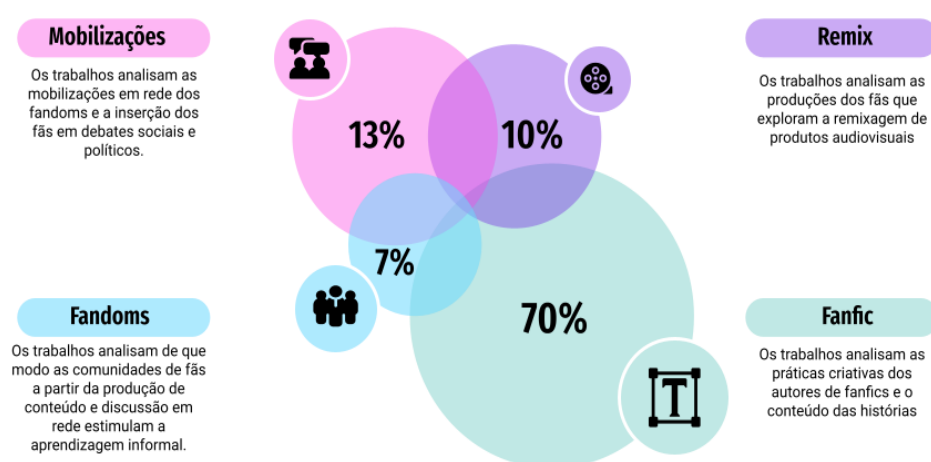


Figura 8: Sistematização do estado da arte.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Conforme pontuamos em trabalhos anteriores (Sigiliano; Borges, 2021; Borges et al, 2019), ao analisarmos as práticas da cultura de fãs podemos observar uma multiplicidade de competências em operação como, por exemplo, a produção de conteúdos, o ativismo, a sistematização e a curadoria de informações, a ressignificação das tramas, a edição de imagens, entre outras.

Para Jenkins (2015) às atividades críticas e criativas dos fãs “[...] envolve níveis de atenção diversos e convoca competências diversas de espectador, diferente de quando se assiste ao mesmo conteúdo de forma causal” (Jenkins, 2015, p. 73). O autor afirma que (2015, p.70) a leitura fã é “[...] um processo, um movimento que vai da recepção inicial da transmissão televisiva a uma elaboração gradual dos episódios e sua remodelagem em termos alternativos”. Deste modo, para Jenkins

¹³ Termos buscados: “fan literacy”, “fan media literacy”, “fã e literacia midiática”, “fã e letramento midiático”, “fã e competência midiática”

(2015) o fã dominaria dois modos de leitura: a textual e a intertextual, isto é, ao ler textualmente o público ávido estabelece uma relação íntima com o universo ficcional, reconhecendo cada detalhe do metatexto. Já o segundo modo de leitura é a intertextual e vai além da trama, nela o fã consegue identificar múltiplas redes intertextuais entre o paratexto em questão e os elementos externos, formando amarrações interpretativas. Com base nesse contexto, neste trabalho definimos a literacia do fã como um conjunto de habilidades críticas e criativas envolvendo a capacidade de avaliar, produzir, participar, ressignificar e distribuir um conteúdo midiático a partir do seu universo de referência.



Figura 9: Sistematização do conceito “literacia do fã”.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Deste modo, a literacia do fã abrange as competências multissensoriais por meio da repercussão do conteúdo midiático, da ampliação dos desdobramentos da trama e do aprofundamento e da ressignificação da história, além do domínio da arquitetura operacional e/ou informacional das plataformas digitais.

Análise da produção crítica e criativa dos fãs de As Five no X

A primeira etapa foi realizada em novembro de 2020 e consistiu na exploração sistemática dos perfis para a definição dos perfis de fãs que seriam monitorados. Para isso, inserimos na barra de busca do próprio X, vinculada à sua API, os termos relacionados ao mundo ficcional de As Five. Com base nos resultados¹⁴ os perfis foram selecionados a partir dos recursos de individualização e das camadas estruturais de informação (Sigliano, 2024). A partir dessa filtragem chegamos ao recorte de 85 perfis ativos relacionados a série, que foram monitorados durante as três temporadas.

A segunda etapa foi focada no monitoramento e na extração de conteúdos publicados. Os tweets são extraídos a partir da linguagem de programação Python por intermédio do pacote Tweepy e da biblioteca Pandas. A terceira etapa consistiu na codificação dos tweets extraídos durante o monitoramento (Sigliano, 2024).

¹⁴ Nessa fase foram encontrados 317 perfis ativos no X.



Figura 10: Resultados do protocolo de abordagem.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Inicialmente, na macrocodificação categorizamos as postagens a partir do tema central do comentário feito pelo público, já na microcodificação a categorização é norteadas pelas especificidades destas postagens. Ao todo foram extraídos 562.218 mil tweets referentes a 165 contextos conversacionais de 85 perfis de fãs.

Ao longo das três temporadas de *As Five* foram abordadas diversas questões sociais a partir dos arcos narrativos das personagens. As temáticas davam continuidade aos recursos comunicativos de *Malhação*: Viva a Diferença, mas também aprofundavam assuntos ligados, principalmente, ao início da vida adulta. No X os fãs repercutiam os desdobramentos do mundo ficcional e correlacionavam a ficção com a realidade a partir de acontecimentos factuais e de experiências pessoais.

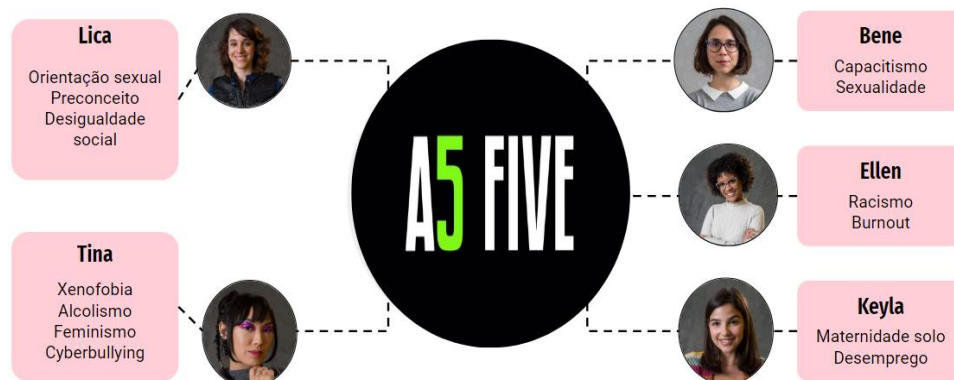


Figura 11: Temas sociais abordados em *As Five*.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Neste trabalho iremos analisar os contextos conversacionais do X relacionados aos seguintes temas: racismo, burnout, maternidade solo, orientação sexual e sexualidade. Desde a exibição de *Malhação*, as discussões sobre o racismo integram o arco narrativo de Ellen, ao longo da telenovela a personagem protagonizou várias cenas em que pontuava didaticamente para o público as discriminações que sofria no ambiente escolar. Em *As Five*, a jovem quebra estereótipos recorrentes na TV ao ocupar um posto de liderança no trabalho e ser altamente qualificada como profissional.

Nos tweets compartilhados pelos fãs no X os telespectadores interagentes ressaltavam o modo como a personagem era construída, indo além das discussões sobre o racismo. O público pontuava

que Ellen integrava narrativas que no contexto da televisão brasileira são raramente culpadas por atrizes pretas. Outro ponto repercutido pelos fãs na rede social era a relação parassocial com a personagem, a partir dos desdobramentos dos episódios o público compartilhava suas histórias, destacando a verossimilhança da trama e a forma como se identificavam com as situações vividas pela jovem na série.

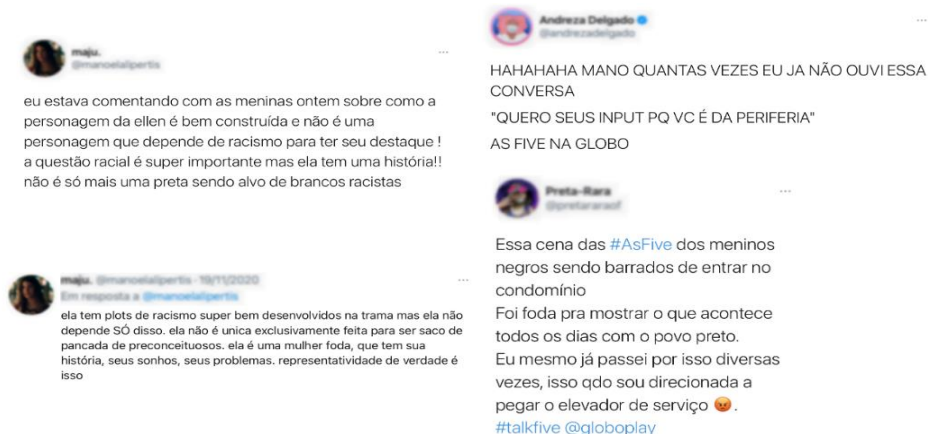


Figura 12: Os fãs repercutem sobre o racismo.
Fonte: X (2024).

O arco narrativo de Ellen também fomentou debates entre os fãs em torno da exaustão profissional. No plot a personagem é hospitalizada após tomar remédios e estimulantes para cumprir um deadline do mestrado. Os telespectadores interagentes refletiram sobre a importância de estabelecer um limite entre o trabalho e vida pessoal, a partir de capturas da cena o público pontuava que estava em choque com o estado da personagem. As publicações também destacavam como os sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico podem muitas vezes passar despercebidos.



Figura 13: Os fãs repercutiam a importância da saúde mental no ambiente de trabalho.
Fonte: X (2024).

A maternidade solo é um dos principais temas sociais de Malhação, a temática é o ponto de partida para o encontro de Lica, Tina, Bene, Ellen e Keyla no primeiro capítulo da telenovela. Com o nascimento de Tônico, a discussão avança abordando diversas questões que tangem o assunto tais

como a romantização, a culpabilização, a rede de apoio, a disparidade na divisão de cuidados, etc. Em *As Five* o arco narrativo de Keyla é ampliado, discutindo principalmente as dificuldades financeiras e para equilibrar o trabalho e as responsabilidades de cuidado com o filho. No X os fãs repercutiam o preconceito e os julgamentos sociais sofridos pela personagem, que muitas vezes tem que omitir a existência de Tônico para ter oportunidades profissionais. Os telespectadores interagentes discutiam na rede social como a condição financeira e desigualdades de gênero no que diz respeito à distribuição de responsabilidades parentais são pontos importantes no arco da personagem. A partir de capturas das cenas e publicação dos diálogos o público ampliava as discussões propostas pela série.

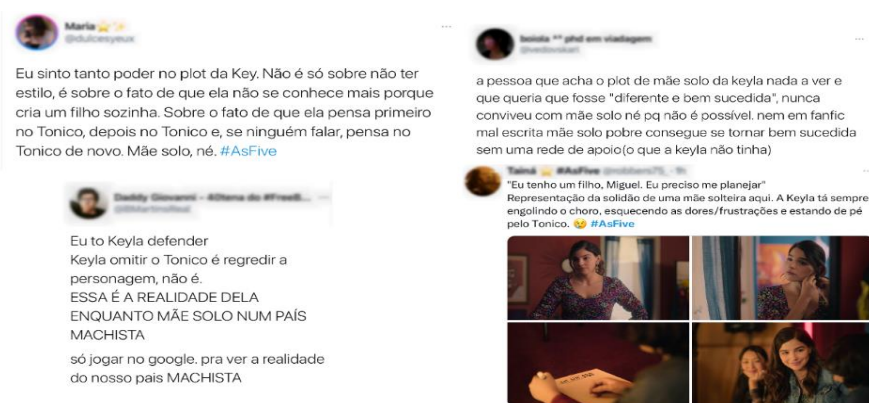


Figura 14: Os fãs comentam o arco narrativo de Keyla.
Fonte: X (2024).

O recurso comunicativo em torno de grupos minoritários, principalmente ligados às pessoas LGBTQIA+, se configura como um fator norteador no engajamento dos fãs da trama. Conforme analisamos em trabalhos anteriores (Sigiliano & Borges, 2021; Borges et al, 2019) o casal Limantha, formado por Lica e Samantha, foi repercutido por fãs no Brasil e de outros países, sendo um dos responsáveis pela produção do spin off. Neste sentido, os contextos conversacionais codificados ressaltam as discussões dos telespectadores em torno da representatividade. Os tweets repercutiam que a abordagem narrativa de Limantha se distanciava de estereótipos e arquétipos, não reduzindo as jovens a umas representações simplistas e estigmatizadas. O público também contrapunha o modo como o casal foi desenvolvido em *Malhação em As Five*, destacando que na telenovela, por conta da faixa de horário, as personagens não trocavam carícias e/ou beijos como os casais heterossexuais. Elementos como a fotografia, a composição imagética, o enquadramento e a trilha sonora eram detalhados pelos fãs, os tweets analisavam como os recursos contribuíam para o desenvolvimento do arco.



Figura 15: A orientação sexual de Lica e Samantha foi analisada pelos fãs em diversos momentos de As Five.
Fonte: X (2024).

Por fim, a partir do arco narrativo de Bene os fãs debateram sobre a educação sexual. Os tweets elogiavam a forma como o tema foi abordado na série, contribuindo para a quebra de tabus em torno da sexualidade, explorando uma visão mais aberta e responsável sobre o corpo, além de encorajar uma relação saudável com o próprio prazer.



Figura 16: Os fãs comentam sobre o arco de Bene.
Fonte: X (2024).

Os fãs também ressaltavam a participação de profissionais mulheres nas equipes criativas da trama contribuindo positivamente para a abordagem do assunto, distanciando as sequências de um viés sexista e fetichista.

Considerações Finais

Conclui-se que as escolhas criativas e os enquadramentos técnico-estéticos de As Five desempenham um papel significativo nas discussões dos fãs no X. A série, ao abordar temáticas

contemporâneas e sociais, reforça o caráter pedagógico da ficção seriada contemporânea. Ao apresentar narrativas de qualidade sobre juventude, diversidade e questões de gênero, a produção contribui para a reflexão crítica do público, que passa a debater e interpretar essas temáticas sob diferentes perspectivas na rede social.

Deste modo, assuntos como o combate ao preconceito, a inclusão de grupos minoritários na mídia e o aprofundamento do debate sobre o espectro da sexualidade ganham mais visibilidade entre os fãs. O engajamento dos telespectadores interagentes, ao amplificar essas pautas, fomenta discussões que podem influenciar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à representatividade e à defesa dos direitos de minorias sociais. Conforme analisamos anteriormente, a partir dos temas discutidos no mundo ficcional criado por Cao Hamburger o público não só estabelece uma correlação entre a ficção e a realidade, como também aplica as temáticas da trama em outros contextos sociais, culturais e políticos (Borges; Sigiliano, 2020).

Ao refletir as realidades vividas por muitos jovens da Geração Z, *As Five* vai além do entretenimento, desempenhando uma ação pedagógica relevante e corroborando com o conceito de recurso comunicativo proposto por Lopes (2009). Nesse sentido, a trama engendra um espaço de debate entre os fãs no X. Em que a timeline da rede social se torna um espaço para questionar normas estabelecidas e abrir diálogos sobre questões como a sexualidade, a maternidade solo e preconceito.

As Five exemplifica o papel da ficção seriada de qualidade em atuar como um vetor pedagógico, mobilizando fãs a não apenas discutir sobre os episódios distribuídos pelo Globoplay, mas também a utilizarem dos arcos narrativos das personagens para promover diálogos em esferas mais amplas. Para futuros trabalhos pretendemos aprofundar as discussões epistemológicas envolvendo a literacia do fã, reforçando a reflexão sobre a cultura pop e a literacia midiática.

Bibliografia

- Baccega, M. A. (2003). Narrativa ficcional de televisão: encontro com os temas sociais. *Comunicação & Educação*, (26), 7-16.
- Borges, G. (2014). Qualidade na TV pública portuguesa: Análise dos programas do canal 2. Editora da UFJF.
- Borges, G., & Sigiliano, D. (2020). Malhação-Viva a diferença: ampliação e ressignificação do shipp Limantha no Twitter. *RuMoRes*, 14(28), 77-102.
- Borges, G., et al. (2019). Construção de mundos ficcionais pelo fandom Limantha, de Malhação – Viva a diferença. In M. I. V. Lopes (Org.), *A construção de mundos na ficção televisiva brasileira* (v. 6). Porto Alegre: Sulina.
- Estrela, A. (1992). *Pedagogia, ciência da educação?*. Porto Editora
- Fechine, Y. et al (2020). Merchandising social transmídia na Rede Globo: uma análise da temática LGBTQIA+ em Malhação. *RuMoRes*, 14(28), 103-125.
- Fischer, R. M. B. (2017). *Televisão & educação-fruir e pensar a TV*. Autêntica.

- Ghiraldelli Jr. (2006). *O que é Pedagogia*. Editora Brasiliense
- Jenkins, H. (2015). *Invasores do texto: fãs e cultura participativa*. Marsupial.
- Livingstone, S. (2007). *Making sense of television – The psychology of audience interpretation* (2^a ed.). Nova York: Routledge.
- Lopes, M. I. V. de (2009). Telenovela como recurso comunicativo. *Matrizes*, 3(1), 21-47.
- Portilho, E. (2009). *Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição*. Wak
- Reia Baptista, V. M. (2002) *A pedagogia dos media - a dimensão pedagógica dos media na pedagogia da comunicação: o caso do cinema e das linguagens fílmicas*. [Unpublished doctoral dissertation]. Universidade do Algarve.
- Sigiliano, D. *Literacia midiática: a compreensão crítica e a produção criativa no universo ficcional de Euphoria*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal de Juiz de Fora - Programa de Pós-graduação em Comunicação. <https://bit.ly/3zZ0gdk>
- Sigiliano, D., & Borges, G. (2021). Creative production of Brazilian telenovela fans on Twitter. *Transformative Works & Cultures*, 35.

XII. Desinformação - A minha Verdade é o que eu Quero Ouvir. Como o discurso falso se sobrepõe aos factos no consumo do conteúdo digital

Sandra Cerqueira

Resumo

O presente capítulo tem como principal objetivo analisar características de produção e distribuição de conteúdo de desinformação nas mídias sociais, bem como observar os aspetos da interação da audiência, correlacionando os dados obtidos com as dimensões e indicadores propostos por Ferrés e Piscitelli (2012) para definição da nova competência mediática. A pesquisa baseou-se na análise qualitativa e pormenorizada de uma amostra de postagens com viés eminentemente político, selecionadas entre publicações que foram objeto de checagem de factos e declaradas como conteúdo de desinformação, sendo uma delas publicada em perfil português e outra em perfil brasileiro. Foram selecionadas as 100 primeiras interações, conforme ordem de relevância definida pelo algoritmo da plataforma em cada uma das postagens e, a seguir, foram catalogados dados relativos a técnicas de produção e difusão (emissão), bem como relativos à interação da audiência com os conteúdos (receção). Referidos aspetos foram, posteriormente, correlacionados com os indicadores de competência mediática. Parte-se do pressuposto de que tanto no aspeto da produção e distribuição quanto no da interação da audiência estão envolvidas características relacionadas a vínculos ou conexões emocionais, de crenças e valores, com forte viés ideológico, que reforçam o discurso de desinformação e fortalecem sua sustentação e propagabilidade. Foi possível observar a predominância de manifestações favoráveis, grande alcance das publicações (compartilhamentos), além da resistência de algumas pessoas em aceitar a checagem de factos que reconheceu as publicações como desinformação, em atitude de negação e desconfiança em relação a instituições. O nível de correspondência de indicadores relativos à produção e difusão das publicações (emissão) demonstra claro desequilíbrio em termos de competência mediática quando comparado às interações da audiência (receção).

Palavras-chave: desinformação, notícias falsas, redes sociais, checagem de factos, competência mediática.

Abstract

The main objective of this chapter is to analyse the characteristics of the production and distribution of disinformation content on social media, as well as to observe aspects of audience interaction, correlating the data obtained with the dimensions and indicators proposed by Ferrés and Piscitelli (2012) to define the new media competence. The research was based on the qualitative and detailed analysis of a sample of posts with an eminently political bias, selected from publications that were subject to fact-checking and declared as disinformation content, one of which was published on a Portuguese profile and the other on a Brazilian profile. The first 100 interactions were selected, according to the order of relevance defined by the platform's algorithm in each of the posts, and then data was catalogued relating to production and dissemination

techniques (broadcast), as well as the audience's interaction with the content (reception). These aspects were then correlated with indicators of media competence. It is assumed that both production and distribution and audience interaction involve characteristics related to emotional bonds or connections, beliefs and values, with a strong ideological bias, which reinforces the discourse of disinformation and strengthen its sustainability and propagability. It was possible to observe the predominance of favourable manifestations, the wide reach of the publications (shares), as well as the resistance of some people to accept the fact-checking that recognised the publications as disinformation, in an attitude of denial and distrust towards institutions. The level of correspondence of indicators relating to the production and dissemination of publications (emission) shows a clear imbalance in terms of media competence when compared to audience interactions (reception).

Keywords: Disinformation, Fake News, social media, Fact-checking, Media Literacy.

Introdução

No início de 2024, registou-se que mais de cinco bilhões de pessoas no mundo utilizam a Internet, cerca de 66,2% da população mundial. Cada vez mais pessoas utilizam as redes sociais como fonte de informação noticiosa. Em 2023, 30% dos utilizadores as utilizavam como fonte exclusiva ou prioritária, em detrimento de 22% que acediam diretamente a websites ou apps de veículos de noticiosos (Reuters Institute, 2023).

As novas conexões que se têm formado entre os utilizadores das redes sociais estão a desenvolver novos espaços de discussão e de compartilhamento de ideias. É a materialização daquilo que Henry Jenkins (2009) denominou Cultura da Convergência, desenvolvida a partir de três fenômenos distintos e interligados: a cultura participativa (característica visível no atual sistema mediático, ante o papel ativo do utilizador, motivado a interagir com as publicações e expressar-se a partir delas); a inteligência coletiva (expressão utilizada pelo ciberteórico francês Pierre Lévy, para caracterizar uma fonte alternativa de poder midiático, composta pela reunião do conhecimento dos indivíduos – recursos – que resulta numa produção coletiva de significados); e a convergência mediática.

Esta última, revelada por Jenkins (2013) como a circulação de conteúdos de forma livre entre as diversas plataformas de mídia, aliada à cooperação dos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos utilizadores entre os média em busca de entretenimento. Inclui todas as transformações tecnológicas e mercadológicas, mas não só, alberga também as transformações culturais e sociais advindas desse novo espaço de circulação de informações. No dizer de Jenkins, a cultura da convergência trata daquilo que acontece “dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (Jenkins, 2013).

É justamente esse aspeto que interessa mais particularmente ao presente estudo. A complexa ligação que se estabelece entre o consumo da informação no mundo digital e o passo seguinte, a partir do qual, dentro do próprio ambiente virtual, o utilizador passa a se expressar sobre o que consumiu, a registar suas percepções, sentimentos, opiniões, conclusões, a descortinar a era do prosumidor (Ferrés & Piscitelli, 2012), na qual as pessoas, além de consumirem as mensagens alheias, produzem e distribuem suas próprias mensagens.

Algoritmos e Desinformação

Ao mesmo tempo em que se verifica o crescimento exponencial das interações dos utilizadores das redes sociais a partir de canais e perfis pessoais, há a distribuição de conteúdo digital em larga escala, especialmente engendrada por meio de produção organizada e devidamente setorizada para melhor eficiência da comunicação com os públicos.

Diante do excesso de informações, os algoritmos têm sido utilizados para permitir que a distribuição de conteúdo esteja mais ajustada ao perfil do utilizador e àquilo que, em tese, melhor atende às suas necessidades.

O perfilamento dos usuários, via algoritmos, tem favorecido o surgimento daquilo que Pariser (2012) denominou bolha dos filtros, permitindo que as pessoas usufruam de conteúdos mais consentâneos com seus gostos, enquanto traz novas dinâmicas como o isolamento do indivíduo, a invisibilidade da bolha e a ausência do poder de escolha. Imersos nesse ambiente, os usuários passam a partilhar informações com uma rede de contactos afins, a reforçar interesses e valores, numa reiteração do discurso, que o torna mais credível e, em última medida, irrefutável.

Esta produção de conteúdo ultrapassa o simples anseio de comunicar, atendendo a pautas ideológicas a direcionar as discussões e, até mesmo, a conturbar todo o sistema informacional. Como afirma Claire Wardle (2019), há pessoas e organizações a projetar conteúdo para causar irritação ou excitação nas audiências, de modo que este público passe a se tornar mensageiro.

Na atualidade, a disseminação de informações falsas tem se mostrado um fator de grande preocupação. Na Pesquisa de Percepção de Riscos Globais 2023-2024 (GRPS), a desinformação foi apontada pelos especialistas entrevistados como o principal risco global para os próximos dois anos (World Economic Forum, 2024).



Figura 17: Riscos globais classificados por gravidade a curto e longo prazo.
Fonte: World Economic Forum Global Risks 2024. Perception Survey 2023-2024.

Embora a produção e o compartilhamento on-line de informações falsas não sejam fenômenos recentes, com registos desde meados da década de 1990 (Wardle, 2019), há que se reconhecer que a atual estrutura tecnológica possibilita a distribuição em tempo e alcance inéditos na história.

De acordo com estudo publicado na revista Science e realizado por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as informações falsas se espalham 70% mais rápido que as verdadeiras e alcançam muito mais pessoas (Exame, 2018).

Nesse aspeto, a fim de melhor compreender o fenómeno, cumpre trazer os conceitos relacionados às diferentes categorias de desordem informacional, conforme mapeamento publicado por Derakshan e Wardle (2017).

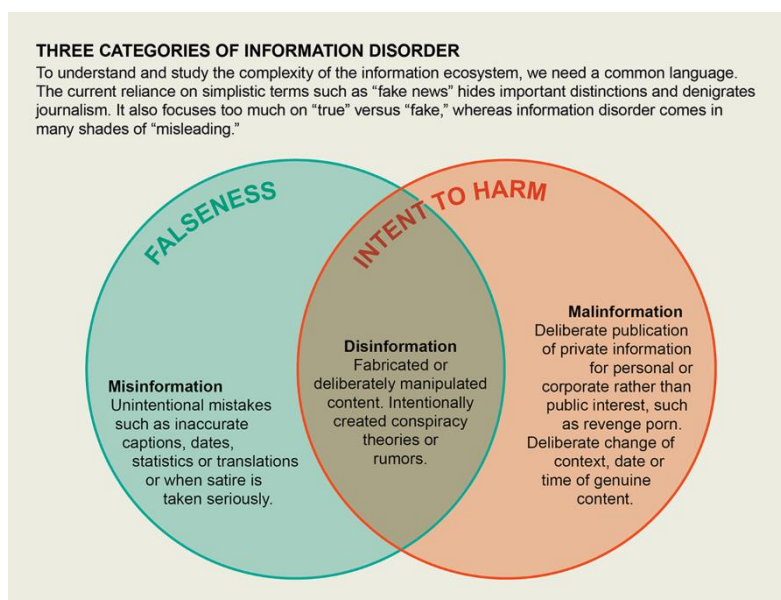


Figura 18:Três categorias de desordem informacional.

Fonte: "Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking", por Claire Wardle e Hossein Derakshan, Conselho de Europa, outubro de 2017.

De acordo com os autores, a informação falsa (misinformation) corresponde ao conteúdo falso compartilhado essencialmente sem que se perceba que é falso ou enganoso. Geralmente está associado a vínculo ou conexão emocional com o discurso, referido pelos autores como fatores sociopsicológicos.

Já o termo má informação (malinformation) é definido pelos autores como a informação verdadeira que é compartilhada com a intenção de causar danos, como, por exemplo, quando informações confidenciais sobre investigações são divulgadas ou quando factos são retirados de contexto ou com omissão de datas ou circunstâncias.

Como visto na figura acima, a desinformação (disinformation) situa-se numa intersecção entre a informação falsa e a má informação, é conteúdo intencionalmente falso e criado para causar danos ou é informação originalmente verdadeira, mas que foi manipulada para lhe atribuir sentido diverso do contexto original.

Armas contra a desinformação

Nos idos de 2007, Mark Zuckerberg, cofundador da rede social Facebook, que atualmente incorpora o conglomerado tecnológico Meta Platforms, afirmou que o Facebook então produzia

mais notícias num único dia para os seus 19 milhões de utilizadores do que qualquer outro meio de comunicação já produzira até então (PARISER, 2012). Segundo dados divulgados recentemente pela empresa, até o início de 2024, mais de três bilhões de pessoas utilizam pelo menos um de seus serviços diariamente (BBC, 2024).

A se considerar a quantidade de acessos diários, não há dúvidas do quão desafiador é para as plataformas de redes sociais e para as instituições moderar e filtrar conteúdos falsos.

É nesse contexto que se mostra relevante o papel das agências de checagem de factos (fact-checking), instituições essenciais para um balizamento da qualidade das publicações, trazendo luz à recente crise de confiabilidade das informações divulgadas pela Internet.

De acordo com o Obercom (2020), a checagem dos factos assegura a transmissão de confiança, segurança e credibilidade, características essenciais para a sobrevivência do macrossistema noticioso enquanto fonte de informação. O papel das agências não está adstrito à verificação de notícias e publicações, mas também se situa no sentido de educar e estimular o pensamento crítico dos consumidores (Obercom, 2020).

Em Portugal, fazem parte da International Fact-Checking Network (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do Poynter Institute, nos Estados Unidos, o Observador e o Polígrafo (Obercom, 2020). O Brasil está representado na IFCN pela Agência Lupa. O conteúdo analisado no presente estudo foi objeto de checagem pelas referidas agências.

Análise

O presente capítulo tem como principal objetivo observar características de produção e distribuição, bem como de interação da audiência, a fim de identificar possíveis padrões na validação e distribuição de publicações que foram objeto de checagem de factos e reconhecidas como conteúdo de desinformação.

Dentro deste escopo, as etapas seguidas foram: seleção de publicações consideradas como desinformação, por agências de fact-checking portuguesas e brasileiras, observada a atualidade do tema, a extensão da propagação da publicação e da presença no debate público.

Parte-se da análise qualitativa e pormenorizada de uma amostra de postagens com viés eminentemente político e da interação entre os usuários. Foram selecionadas as 100 primeiras interações, conforme ordem de relevância definida pelo algoritmo da plataforma, em cada uma das postagens. A partir do ponto de vista do utilizador, buscou-se ampliar a compreensão sobre a receção dos conteúdos e a consequente interação com a mensagens.

Dentro dessa perspetiva, optou-se por se utilizar indicadores que pudessem dar conta de correlacionar as estratégias de produção e distribuição dos conteúdos, por um lado, com o teor das interações, por outro, com foco nas competências mediáticas.

Nesse sentido, a proposta de Ferres e Piscitelli (2012) mostrou-se adequada à análise pretendida, vez que se estrutura em dois âmbitos de trabalho, o da produção das próprias mensagens e o da interação com as mensagens alheias. Estes dois aspetos são analisados pelos autores a partir de seis grandes dimensões, conforme se vê na Figura 19.



Figura 19: Dimensões e Indicadores de Competência Mediática.

Fonte: “Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores”. Por: Ferrés, J., & Piscitelli, 2012.

Diante do escopo definido nessa fase inicial e exploratória do estudo, foram utilizadas quatro das seis dimensões estabelecidas, sendo que, na análise da criação das publicações objeto da presente investigação, foram exploradas as dimensões processos de produção e difusão e linguagem; enquanto na análise do consumo e das interações da audiência com essas publicações, trabalhou-se com as dimensões ideologia e valores e processos de interação.

A análise permitiu utilizar os indicadores em correlação com o mapeamento de padrões de produção (emissão) de interação (recepção) com as mensagens.

O primeiro conteúdo selecionado foi um vídeo, publicado pelo político e atual parlamentar português André Ventura, com acusação de que o Governo brasileiro não quer receber doações de Portugal. Trata-se de uma publicação que teve grande repercussão, com 1,4 milhões de visualizações, 54.642 curtidas, 6.962 comentários e 8.105 compartilhamentos.



Figura 20: Análise da Publicação 1.

Os aspetos destacados possibilitaram o grande alcance da publicação, bem assim facilitaram a manipulação do conteúdo, potencializando a desinformação, já que, ao chegar no Brasil, foram produzidos novos conteúdos a partir do vídeo original, informando que se tratava do Presidente de Portugal que afirmava que o Governo brasileiro evitava a ajuda internacional.

A publicação foi objeto de verificação em várias agências de fact-checking, tanto no Brasil como em Portugal, tendo sido esclarecido tratar-se de desinformação, tanto a alegação de que o governo brasileiro tenha recusado doações vindas de Portugal quanto que se tratava de uma afirmação do presidente daquele país.

A segunda publicação analisada afirmava que o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro havia realizado a doação de 17 milhões de reais (o equivalente a cerca de 2,7 milhões de euros), que foi arrecadado em seu favor por apoiadores numa campanha realizada pela Internet. O vídeo, que viralizou nas plataformas Threads, TikTok e Facebook, tratou-se, em verdade, de um recorte de um vídeo maior, com cerca de dez minutos de duração, no qual um professor brasileiro de Direito Constitucional e Ciência Política faz uma espécie de sátira. A publicação alcançou 361,7 mil visualizações, mais de 22 mil curtidas, 3.307 comentários e mais de dez mil compartilhamentos.



Figura 21: Análise da Publicação 2.

A publicação também foi objeto de verificação em várias agências de fact-checking no Brasil em Portugal, tendo sido esclarecido tratar-se de desinformação.

Em que pese não se tratar de um perfil jornalístico, pôde-se perceber, ainda, a utilização do hashtag #notícia, numa apropriação que, indubitavelmente teve a intenção de reforçar a credibilidade da informação.

Na análise do consumo e das interações com essas publicações, foi realizada a identificação e categorização dos comentários, nos dois principais tipos de manifestações (apoiadores e críticos do conteúdo), além da categoria outros, o que revelou os seguintes dados em relação às publicações analisadas:

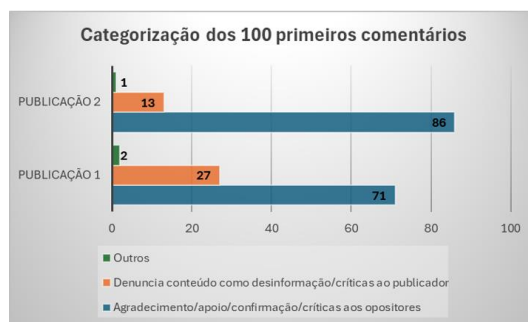


Figura 22: Categorização dos 100 primeiros comentários.

Observou-se a predominância das manifestações de apoio e aceitação das publicações com desinformação. Exemplos de comentários na publicação 1: Governo brasileiro não quer receber doações de Portugal.



Figura 23: Exemplos de comentários na publicação 1.

Exemplos de comentários na publicação 2: Bolsonaro doou 17 milhões de reais para o povo gaúcho.



Figura 24: Exemplos de comentários na publicação 2.

A partir dos aspetos catalogados, passou-se à análise das dimensões e indicadores propostos por Ferres e Piscitelli (2012). No que diz respeito à análise da produção e da distribuição das publicações:

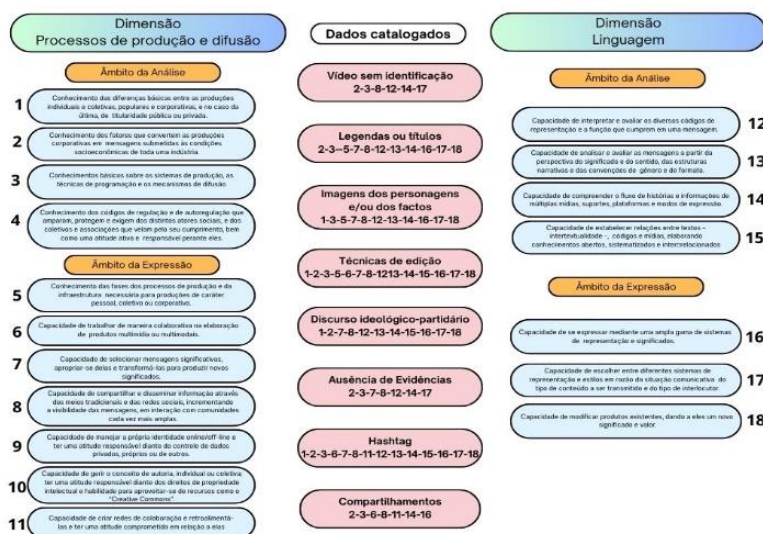


Figura 25: Análise da produção e da distribuição das publicações.

No que se refere à análise das interações com as publicações:

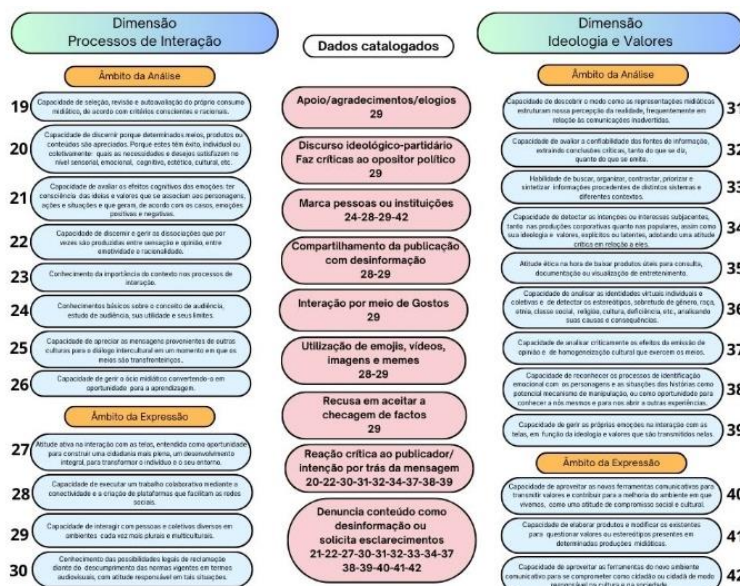


Figura 26: Análise das interações com as publicações.

Conclusão

Conforme se observa da análise na Figura 25, vários indicadores de competência mediática podem ser associados aos criadores de desinformação. Efeito adverso, uma vez que um dos objetivos da competência mediática é o desenvolvimento da autonomia pessoal (Ferrés & Piscitelli, 2012), a fim de assegurar o exercício da cidadania plena, livre, esclarecida. No entanto, como costuma ocorrer

com as habilidades, as competências podem servir a diversos propósitos, dentre os quais a propagação da desinformação.

Por outro lado, da análise das interações na Figura 26, observa-se o intenso envolvimento da maioria dos utilizadores com o conteúdo falso e pouca correlação com os indicadores de competência midiática. Os resultados demonstram ser possível constatar uma grande maioria de mensagens relacionadas à admiração das personagens objeto da publicação.

Quando pessoas do mesmo círculo social (e aqui se acresce o círculo construído no espaço digital) afirmam que algo está a acontecer (suposto facto), a narrativa torna-se bastante credível, mesmo porque é desejável que assim seja. À medida em que um comentário após outro traz a confirmação da informação, produz-se um viés de veracidade, que traz conforto e segurança, pois atende a memórias, sentimentos, crenças e anseios. Mais do que confiar no conteúdo em si, vê-se que esses utilizadores parecem confiar em fontes personificadas, a confirmar o entendimento de que repetição e familiaridade são mecanismos que se mostram eficazes para enraizar narrativas enganosas (Wardle, 2019).

Verificou-se intenso grau de aceitação e envolvimento da audiência com o conteúdo das publicações, em que pese, em alguns casos, o fato de terem conhecimento de que estas já foram classificadas como informações falsas. Nesse ponto, a descredibilização das instituições públicas e científicas contribui para reforçar o discurso enganoso.

Assim é que, mesmo com aviso da plataforma acerca da inveracidade do conteúdo, o utilizador manifesta-se pela ratificação do discurso, colocando em xeque a verificação do fato e o parecer da plataforma.

Da primeira publicação, extrai-se um caso emblemático da utilizadora que comentou: “Andre, enviei um direct pra ti, sobre essa publicação. Compartilhei (sic) e o instagran menciona a sua publicação como falsa acredita? O governo do brasil com certeza agindo contra a verdade! Escondendo a verdade.” (comentário extraído da Publicação 1).

Observe-se que, no caso, tem-se conhecimento de que o conteúdo divulgado foi verificado e declarado como falso, mas atribui-se tal classificação do conteúdo como uma espécie de conspiração do governo brasileiro, que estaria a esconder a verdade.

Do exemplo citado, ao qual podem se somar outros nas duas publicações, observa-se certa acriticidade dos utilizadores, aliada à tendência de duvidar do fact-checking e das instituições oficiais, sempre que os resultados da checagem vão de encontro às suas crenças e anseios.

Nesse sentido, é relevante voltar-se aos estudos da neurociência, tendo em vista os processos emocionais envolvidos, na comunicação de um modo geral, e de forma mais particular, nas novas formas de comunicar num mundo altamente conectado, multimídia e com excesso de informação circulante.

Como afirmam Ferres e Piscitelli (2012), “nunca poderá ser eficaz uma educação midiática que não advirta que as tecnologias apenas promovem a cultura participativa e a autonomia pessoal se forem colocadas a serviço de uma gestão adequada do capital emocional dos indivíduos”.

A ampliação do acesso ao conhecimento foi fator preponderante na história da civilização, permitindo-nos transformar sociedades inteiras. O momento atual tem sugerido a existência de certo desequilíbrio de conhecimento, habilidades e competências entre quem produz e quem consome conteúdo no espaço digital. Assim, urge a necessidade de que se possa ampliar a competência midiática dos cidadãos e cidadãs, de modo a assegurar o sentido de humanidade, de comunidade e de cidadania, para além dos recursos tecnológicos.

Bibliografia

BBC. (2024, fevereiro 3). Facebook, 20 anos: 4 formas como rede social mudou o mundo. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx7l6yq7lypo>

Exame. (2018, março 8). Fake news circulam mais rápido do que notícias reais, diz estudo. Acesso em 26 de maio de 2024, disponível em <https://exame.com/tecnologia/fake-news-circulam-mais-rapido-do-noticias-reais-diz-estudo/>

Ferrés, J., & Piscitelli, A. (2012). Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*.

Globo, O. (2015, maio 14). Tempo de concentração das pessoas na era digital é menor que o de um peixe. Acesso em 26 de setembro de 2024, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/tempo-de-concentracao-das-pessoas-na-era-digital-menor-que-de-um-peixe-16153807>

Jenkins, H. (2013). *Cultura da convergência*. Aleph.

Obercom. (2020). Agência de notícias em reconversão: novas agências para novas oportunidades. Lisboa. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/01/Agencias_noticias_final.pdf

Obercom. (2020, novembro 23). Agências de notícias e fact-checking: Meta-análise de estratégias de integração da verificação de factos no jornalismo de agência. Acesso em 4 de julho de 2024, disponível em <https://obercom.pt/agencias-de-noticias-e-fact-checking/>

Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Zahar.

Raposo, J. (2017). Algoritmos, personalização e filtragem do conteúdo. In Saad-Corrêa et al. (Eds.), *Tendências em comunicação digital II*. Acesso em julho de 2024.

Reuters Institute. (2023). *Reuters Institute Digital News Report 2023*. Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>

Wardle, C. (2019, setembro 1). Misinformation has created a new world disorder. *Scientific American Magazine*, 321, 88. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0919-88>

World Economic Forum. (2024). *The Global Risks Report 2024*. Acesso em 4 de julho de 2024, disponível em <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>

XIII. Memórias, Controvérsias e Identidades nos Legados de Franco e de Salazar

Sara Pascoal e Laura Tallone

Resumo

Este capítulo, alicerçado nos estudos culturais, explora a complexa memória dos ditadores Francisco Franco e António de Oliveira Salazar, centrando-se no seu legado e nas estratégias contrastantes de memorialização utilizadas em Espanha e Portugal. Examina as implicações sociopolíticas e a ressonância histórica destas iniciativas, analisando o Valle de los Caídos de Franco e a controvérsia em torno do projeto de criação do Museu Salazar, em Santa Comba Dão, Portugal. O capítulo analisa também o impacto do projeto proposto na memória do regime autoritário de Salazar e as suas implicações para a identidade portuguesa contemporânea. Adotou-se uma abordagem intercultural e uma análise de conteúdo qualitativa, de forma a examinar os aspetos comuns e distintos dos legados de Franco e Salazar, destacando as dimensões transnacionais da memória e o seu impacto na consciência histórica. O capítulo contribui para o discurso em curso sobre os estudos da memória, sublinhando a importância de perspetivas diversas na compreensão e reconciliação com uma herança difícil.

Palavras-chave: estudos culturais; herança dissonante; estudos da memória; memorialização; património difícil

Abstract

This chapter, grounded on cultural studies, explores the intricate memory of dictators Francisco Franco and António de Oliveira Salazar, focusing on their legacy and contrasting memorialization strategies used in Spain and Portugal. It examines the socio-political implications and historical resonance of these initiatives, analyzing Franco's Valle de los Caídos and the controversy surrounding the project to create a Salazar Museum in Santa Comba Dão, Portugal. The paper also analyzes the impact of the proposed project on the remembrance of Salazar's authoritarian rule and its implications for contemporary Portuguese identity. The chapter uses an intercultural approach and a qualitative content analysis, to examine the shared and distinct aspects of Franco and Salazar's legacies, highlighting the transnational dimensions of memory and its impact on historical consciousness. The chapter contributes to the ongoing discourse on memory studies, emphasizing the importance of diverse perspectives in understanding and reconciling with difficult heritage.

Keywords: Cultural Studies; Dissonant Heritage; Memory Studies; Memorialisation; Difficult Heritage

Introdução

Em setembro de 2020, uns meses após o traslado dos restos mortais de Francisco Franco, um post na plataforma Tripadvisor protestava contra a possível destruição da cruz do Valle de los Caídos (hoje Valle de Cuelgamuros) e a pretendida ressignificação de todo o complexo. “Pessoas ignorantes, que não sabem que os monumentos não têm ideologia - apenas mostram a história” (elenacW9566NU, 2020; tradução nossa).

Se necessário fosse demonstrar a ingenuidade dessa afirmação, o próprio Valle de Cuelgamuros é provavelmente um dos melhores exemplos de como a ideologia tinge a leitura de qualquer monumento. Como argumenta Henry Lefebvre (1991), as estruturas construídas, e o espaço em geral, não são nunca uma realidade clara e evidente, que possa ser observada e apreendida sem interpretação ou mediação.

Entre todos os monumentos, os túmulos dos ditadores e as estruturas que lhes servem (ou serviram) de suporte assumem-se como lugares de memória por excelência, sujeitos a permanentes interpretações e reconstruções, de acordo com a noção de verdade imperante num determinado momento histórico (Goldenberg, 2022). Assim, este capítulo aborda o Valle de Cuelgamuros, em Espanha, e o projeto de criação do Museu Salazar, também conhecido como Centro Interpretativo do Estado Novo, em Santa Comba Dão, Portugal, como forma de compreender como os dois países gerem a memória das suas respetivas ditaduras. Tenta-se perceber de que forma é que estes monumentos de Salazar e de Franco influenciam os entendimentos contemporâneos da identidade nacional e da narrativa histórica em Portugal e em Espanha.

Utilizar-se-á uma abordagem intercultural, com o intuito de dilucidar os aspetos comuns e distintos dos legados materiais deixados por Franco e Salazar, oferecendo uma visão das dimensões transnacionais da memória e do seu impacto na consciência histórica. O capítulo pretende contribuir para o discurso em curso sobre os estudos da memória, salientando a necessidade de adotarmos perspetivas diversas na compreensão e reconciliação com uma herança difícil. Ao desvendarmos as complexidades da memorialização e da receção pública, consideramos também as implicações mais amplas para a democracia e a justiça histórica na Península Ibérica.

Metodologicamente, o capítulo recorre à análise qualitativa de conteúdo para examinar uma amostra de meios de comunicação social influentes em Espanha e Portugal. Este método permite uma exploração pormenorizada dos enquadramentos discursivos e das controvérsias em torno do principal monumento de Franco e da proposta do Museu Salazar. O nosso estudo tenta captar a dimensão pública destes debates e espera avançar com alguns esclarecimentos sobre a forma como as memórias históricas são construídas, contestadas e divulgadas na esfera pública.

A memória (Olick, 1999; Olick et al., 2011) é frequentemente um lugar de disputa, onde diferentes grupos pugnam por reconhecimento, justiça e controlo das narrativas históricas (Antweiler, 2023; Feldman & Musih, 2023). Os países carregam o peso da sua história, incluindo as cicatrizes de injustiças, opressão e conflitos passados (Logan & Reeves, 2009). Estas feridas manifestam-se de várias formas, desde locais de dor, vergonha e trauma (Alexander, 2004), a vestígios de regimes autoritários ou de exploração colonial. No entanto, nos últimos anos, tem havido um reconhecimento crescente da importância de identificar e preservar estes sítios patrimoniais difíceis, especialmente desde a publicação da obra seminal de Tunbridge e Ashworth (1996). Longe de serem relegados para as sombras da história, estes sítios são cada vez mais considerados como

componentes essenciais da memória e da identidade coletivas de uma nação (Frew & White, 2013). Desde antigos campos de concentração e património nazi (Macdonald, 2008), sítios de escravatura (Catalani & Ackroyd, 2013) a monumentos que comemoram ditadores e conquistadores coloniais (Carvalho & Semedo, 2023), os locais de património difícil desafiam-nos a ter em conta verdades incómodas e inspiram debates sobre justiça, reconciliação e a luta contínua pela dignidade humana. À medida que as sociedades se debatem com o legado do seu passado, a preservação e a interpretação de sítios patrimoniais difíceis oferecem oportunidades de reflexão, de cura e de procura de um futuro mais inclusivo e justo (Macdonald, 2015; Pascoal et al., 2023; Potz & Scheffler, 2023).

Com a sua quota parte de património dissonante e de passado traumático, Portugal e Espanha não são exceções a esta tendência geral de lidar com heranças difíceis (Pascoal, et al., 2023). Ambos os países carregam o peso dos seus legados coloniais e as cicatrizes deixadas por períodos de regime autoritário, sob ditadores como António de Oliveira Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, em Espanha. Os memoriais e sítios comemorativos associados a estes períodos da história servem como lembranças tangíveis da dor e do sofrimento suportados por aqueles que foram sujeitos à repressão política e às violações dos direitos humanos. Os museus-prisão Resistência e Liberdade, como o do Aljube ou o de Peniche, em Portugal, o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, ou os campos de concentração de Franco, em Espanha (Egido & Eiroa, 2007), são recordações históricas dos métodos brutais utilizados pelos dois regimes para manter o controlo e suprimir a dissidência, servindo como marcas pungentes do passado e como locais educativos para prevenir futuras atrocidades.

Apesar do desconforto e da dor associados a este património difícil, há um reconhecimento crescente da sua importância na promoção do diálogo, da reconciliação e de uma compreensão mais profunda das complexidades do passado. Ao reconhecerem e preservarem estes sítios, Portugal e Espanha estão a dar passos no sentido de sarar as feridas da história e construir sociedades mais inclusivas e justas para o futuro.

Legados Ditatoriais na Península Ibérica

A queda dos regimes de Franco e de Salazar não resolveu de imediato a questão do tratamento dos seus legados. Em Espanha, a transição para a democracia envolveu um “pacto do esquecimento” que, formalizado numa Lei de Amnistia (Ley 46/1977, de 15 de outubro), garantiu durante quase três décadas a impunidade daqueles que tinham participado em crimes de motivação política durante a Guerra Civil e o regime de Franco, alegadamente para evitar reabrir as feridas do passado. Assim, ao contrário de outras nações com histórias de ditadura, a Espanha nunca teve qualquer forma de acerto de contas cultural, económico ou jurídico com o seu próprio passado. O país só começou a lidar com as feridas da Guerra Civil e da ditadura que se lhe seguiu no virar do século XXI, quando as valas comuns começaram a ser localizadas pelos familiares das vítimas e por organizações civis (Ferrandiz, 2019). Desde então, as famílias das vítimas da repressão franquista organizaram-se em busca de justiça, alterando as narrativas sobre o passado de Espanha, denunciando as valas comuns aos tribunais nacionais e internacionais.

As exumações não só criaram instâncias para lidar com questões que a Transição deixou por resolver, mas abriram caminho para legislação que oferece reparação às vítimas, como

materializado na Lei da Memória Histórica de 2007 (Ley 52/2007, de 26 de dezembro), embora a exumação e identificação dos desaparecidos não tenha sido oficialmente estabelecida até 2022, quando a Lei da Memória Democrática entrou em vigor (Ley 20/2022, de 19 de outubro).

Na sequência da Lei da Memória Histórica, as marcas visíveis do franquismo foram gradualmente eliminadas, tais como estátuas, placas e medalhões, memoriais nacionalistas e topónimos. Esses símbolos povoavam todas as cidades espanholas, como lembrança constante do sacrifício final feito pelos novos campeões dos valores católico-nacionalistas, bem como da nova ordem trazida pela Guerra Civil. Embora a última estátua de Franco tenha sido removida de Melilla em 2021 (Estaire, 2021), existem ainda cerca de seis mil placas, escudos, nomes de ruas, etc., alguns em espaços públicos, que não cumprem a lei de 2007 (Debería desaparecer, 2022).

Não obstante tanto a lei de 2007 como a de 2022 contivessem artigos específicos dedicados ao caso especial do Valle de Cuelgamuros, e proibissem qualquer ato político nas suas instalações, é a segunda que abre a porta à ressignificação do edifício, com o objetivo de “sensibilizar [...] para as circunstâncias da sua construção, o período histórico em que foi construído e o seu significado, a fim de reforçar os valores constitucionais e democráticos” (Ley 20/2022, art. 54.1). No entanto, a forma exata de realizar tal transformação é objeto de um debate contínuo, mesmo após as recomendações apresentadas por um Comité de Peritos (cf. Ferrandiz, 2013; del Moral Salmoral, 2020).

Em Portugal, por outro lado, após o colapso do regime salazarista na Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, Portugal empreendeu uma política pró-ativa de memória, marcando uma rutura com o seu passado ditatorial. No rescaldo da revolução, assistiu-se a uma rápida condenação do salazarismo e, simultaneamente, a uma mitificação dos acontecimentos do 25 de abril como um momento crucial da história portuguesa. Esta dupla abordagem foi adotada por várias facções políticas, incluindo aquelas que anteriormente tinham alinhado com o regime ou simpatizado com a sua ideologia (Nuñez Seixas, 2021, p. 83).

Embora Portugal não disponha de uma lei da memória histórica semelhante à de Espanha, a abordagem do país à memória do seu passado ditatorial tem sido diligente e assertiva. A transformação dos espaços públicos (quase todas as estátuas, topónimos, etc. foram retirados) e a comemoração do 25 de abril como feriado nacional sublinham o empenho de Portugal em confrontar a sua história autoritária, celebrando simultaneamente as suas conquistas democráticas. Este processo continua a evoluir, no entanto, refletindo debates sociais mais amplos e dinâmicas de compreensão da história portuguesa do século XX, tudo isto num contexto caracterizado pela ascensão da extrema-direita e por discursos revivalistas e nostálgicos.

O branqueamento do regime do Estado Novo e a reabilitação da imagem de Salazar ganharam força em 2007, quando Salazar foi polemicamente eleito, em primeiro lugar: como “Grande Português” num concurso da RTP (RTP, 2007). Esta tendência continuou, mormente na sua cidade natal, Santa Comba Dão, onde, em particular desde 2013, o Presidente da Câmara tem defendido persistentemente a abertura de um Museu Salazar.

Com o objetivo de desenvolver o turismo na região e reforçar a economia local, o município de Santa Comba Dão está a apostar no reforço da sua atratividade enquanto destino turístico. É por isso que vários autarcas, representando diferentes quadrantes políticos, apoiam a criação de um Museu Salazar. Esperam que este museu não só atraia turistas interessados nos aspetos históricos

e políticos da região, como também estimule as empresas locais e crie oportunidades de crescimento económico (Município de Santa Comba Dão, 2013-2024).

Projeto do Museu Salazar

Visitar Santa Comba Dão é como entrar num parque temático meticulosamente preservado, dedicado à época do Estado Novo. A aldeia, com as suas ruas tranquilas e os seus edifícios históricos, tem uma aparência quase espectral, como se estivesse parada no tempo. Passeando pela Avenida de Salazar (um dos poucos topónimos que restam no país), observando a casa onde nasceu o ditador e a Escola Cantina Salazar, ou visitando o seu túmulo, pode sentir-se a austeridade monástica e a pobreza que caracterizaram a ditadura do Estado Novo. Esta imagem, evocando o passado e a ideologia do Estado Novo, poderia, de facto, servir um algum propósito educacional. Todas estas materialidades são um recurso único para explicar a ideologia da ditadura às novas gerações, para deslegitimar os valores que o regime projetava na sociedade, para desvendar as estratégias de ocupação do espaço público e para mostrar a propaganda autocrática (Ayán, 2022). Mas persiste igualmente o receio de que a cidade se transforme numa espécie de parque temático do Salazarismo (Coutinho, 2023).

Das três propriedades pertencentes a Salazar e adquiridas pela Câmara Municipal, a Escola Cantina Salazar foi a escolhida para sede do Centro Interpretativo do Estado Novo, provavelmente por ser a única que, de certa forma, evita ser interpretada como uma Casa-Museu. O edifício situa-se na aldeia do Vimieiro, junto à autoestrada, num cenário bucólico onde os campos verdes e as ovelhas criam um cenário que faz lembrar uma pintura impressionista. A serenidade da paisagem contrasta com a frieza e austeridade do próprio edifício, construído em granito e imponente na sua presença. A dissonância entre a idílica paisagem rural e o legado autoritário e austero do edifício ou do túmulo de Salazar reforça a atmosfera opressiva da época, tornando a experiência numa profunda reflexão sobre a manifestação física e a materialidade do autoritarismo salazarista.

A génese do projeto do Museu Salazar remonta a 1978, na sequência da decapitação da estátua de Salazar em 1975 e do seu posterior bombardeamento. Na sequência destes factos, surgiu a ideia de criar um museu dedicado a Salazar na sua antiga casa do Vimieiro. Foram organizadas angariações de fundos para apoiar esta iniciativa, que incluía planos para erigir uma nova estátua do ditador. Os organizadores do restauro sublinharam a natureza apolítica dos seus esforços, negando qualquer filiação com a extrema-direita ou simpatia pelo Estado Novo ou por Salazar, a quem se referiam como “alguém da terra”. A sua justificação centrava-se na indignidade e humilhação de deixar uma estátua sem cabeça no centro da cidade e no direito da população local a restaurar e preservar o seu património (Ruivo, 2023, p. 5-6).

Em 1997, a ideia ressurgiu na comunicação social, agora defendida e apoiada pelo sobrinho de Salazar, Rui Salazar, que chegou a afixar um cartaz na casa natal: “Se Deus quiser, este será o futuro museu do Dr. Oliveira Salazar”. O então Presidente da Câmara socialista, Orlando Mendes, propôs a criação de um museu do Estado Novo na cidade. No início do século XXI, o projeto foi retomado pela bancada do Partido Socialista, mas divergências entre os herdeiros de Salazar impediram o seu avanço. Mais tarde, o autarca conservador João Lourenço, apoiado por uma coligação local entre PSD e CDS-PP, retomou o projeto, defendendo o reconhecimento de Salazar como “filho ilustre” de Santa Comba. O projeto ganhou novo impulso em 2007, aquando da eleição de Salazar como

“Maior Português” num concurso da RTP (RTP, 2007). No entanto, a oposição a este projeto surgiu por parte de ex-presos políticos e de grupos antifascistas, que temiam que o museu se tornasse num local de peregrinação neofascista.

Em 2012, o Presidente da Câmara, conservador, tentou registar uma “marca Salazar” para comercializar produtos regionais, mas esta foi rejeitada. O projeto ressurgiu em 2015 com o Presidente da Câmara, o socialista Leonel Gouveia, que deu ênfase a uma abordagem moderna e crítica do legado de Salazar. O historiador e consultor do projeto, João Paulo Avelãs Nunes, sublinhou que “não haverá uma casa-museu António Oliveira Salazar”. Em vez disso, os consultores transformaram a ideia inicial num Centro de Interpretação do Estado Novo (CIEN) que fará parte de uma rede mais alargada denominada Rede de Centros de Interpretação de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo, mas que em 2023 passará também a designar-se Rede de Figuras Históricas (Coutinho, 2023). Esta iniciativa, que tem o apoio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra, visa integrar cinco edifícios significativos ligados a figuras como António José de Almeida, Afonso Costa, Aristides de Sousa Mendes e António de Oliveira Salazar. Os promotores defendem que esta rede servirá para “defender os territórios de baixa densidade” e “colocar no mapa zonas habitualmente esquecidas” (Soldado, 2019).

Em 2019, após uma petição promovida pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), e assinada por 11 mil pessoas, o parlamento português condenou a iniciativa. Dois anos mais tarde, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra anunciou que ia abandonar o projeto (URAP, 2021). No entanto, a autarquia confirmou que a primeira fase do projeto, que envolvia a recuperação da Escola Cantina Salazar, estava concluída e que este não seria abandonado (Lusa, 2024). A partir de 2024, os conteúdos do projeto continuam indefinidos.

Valle de Cuelgamuros

O enquadramento paisagístico é também fundamental para compreender o Valle de Cuelgamuros. Mas em vez da tranquilidade bucólica de uma pequena aldeia rural, o complexo de Franco abrange uma área de mais de 8km² rodeados por uma imensa floresta na Serra de Guadarrama, nos arredores da capital espanhola. Muito visitada hoje em dia por excursionistas e veraneantes, parte dessa cordilheira é uma reserva ecológica e biológica, com grande variedade de vida selvagem. Esta beleza paisagística é frequentemente destacada para justificar uma visita ao monumento e ignorar deliberadamente o seu significado político. No Tripadvisor, por exemplo, quase 300 dos 1330 comentários escritos em espanhol mencionam as impressionantes vistas que o monumento permite. Por outro lado, a inclusão de Cuelgamuros como atração de turismo negro também foi reconhecida, uma vez que “um novo tipo de visitante também chegou ao Valle, associado ao que veio a ser conhecido como ‘turismo negro’, uma prática em ascensão” (Gobierno de España, 2023), integrando explicitamente o monumento como património dissonante.

Símbolo duradouro da Espanha franquista e um dos exemplos mais impressionantes da arquitetura fascista (Delso et al., 2018), o Valle de Cuelgamuros demorou quase vinte anos a ser concluído e foi inaugurado em 1959 para celebrar o 20º aniversário da vitória de Franco sobre os republicanos. Os seus elementos mais marcantes são a entrada, composta por uma grande esplanada e uma

grande escadaria que conduz às portas da basílica; a basílica, uma extensa igreja subterrânea escavada na montanha de granito; e a enorme cruz de 150 metros de altura, visível a quilómetros de distância. Por baixo da basílica, as criptas contêm os restos mortais de mais de 33.000 combatentes de ambos os lados da Guerra Civil Espanhola, transferidos de vários cemitérios de Espanha (geralmente sem o consentimento das suas famílias) até 1983.

Quase desde a sua abertura, o Valle de Cuelgamuros foi considerado uma mais-valia no âmbito das atividades turísticas da zona, sobretudo quando, em 1975, um funicular permitiu aos visitantes subir à base da cruz. O monumento foi durante anos integrado na Ruta Imperial de Madrid (Mateo de Castro, 2019), que inclui o palácio de El Escorial e outras construções do século XVI. Ocupando o 7º lugar no Tripadvisor entre as “coisas a fazer” nos arredores de Madrid, o complexo de Cuelgamuros foi até 2020 um dos monumentos mais visitados de Espanha.

Parte do significado cultural do Valle de Cuelgamuros é o seu poder “para engendrar e consolidar práticas sociais de visitação” (Williams, 2007, p. 5). De facto, o complexo foi concebido pelo próprio Franco não como mais um memorial de guerra, mas como um monumento perene que, ao incorporar poderosas componentes religiosas, poderia tornar-se um local de peregrinação e “uma metáfora eterna da ideologia do regime” (Delso et al., 2018, p. 129).

Ao remeter para os seus episódios mais heroicos, a localização e o desenho do complexo pretendem apropriar-se de toda a história de Espanha, ao mesmo tempo que redefinem o país como produto de um novo acontecimento fundacional – a cruzada do caudilho. Existe uma relação entre a Basílica do Valle de Cuelgamuros e a Gruta Santa de Covadonga que vai muito para além das suas características físicas (Quer, 2005), já que ambas são símbolos poderosos do ressurgimento cristão e da unidade de Espanha sob o catolicismo. Por outro lado, a proximidade do Valle com El Escorial, palácio que simboliza a grandeza imperial de Espanha, ajuda a estabelecer uma nova linhagem real – tal como El Escorial contém um panteão de reis, a ancestralidade da ditadura está enraizada nos milhares de restos humanos encontrados nas criptas, bem como, até recentemente, nos túmulos de Franco e Primo de Rivera. Maior e mais alto do que o Escorial, o Valle de Cuelgamuros tinha, no entanto, o objetivo de ofuscar o palácio, sublinhando a sua ligação religiosa. A imensa cruz sugere a proteção e o domínio da Igreja, bem como a legitimação do regime por Deus. A aliança entre a Igreja e o regime de Franco é, de facto, visível em quase toda a Basílica, cuja decoração combina referências bélicas com a iconografia religiosa.

A presença constante de emblemas falangistas, nomeadamente o jugo e as setas, faz com que Cuelgamuros continue a ser visto como um monumento franquista de comemoração da vitória nacionalista, apesar de algumas declarações públicas, “pouco credíveis” (Ferrandiz, 2012, p. 490), que, desde os anos 50, tentam transformar o monumento num símbolo de reconciliação e perdão cristão. Salvo algumas vozes, como o post citado na introdução ou de algumas figuras de direita, é consensual que o Valle está indissociavelmente ligado à ditadura. Nesse contexto, a resignificação do complexo não é considerada possível, e, como defende o historiador Santos Juliá (Junquera, 2018), o melhor a fazer é deixá-lo ruir.

A destruição ou o abandono do Valle, embora sugerida desde há alguns anos (Anderson, 2016) por coletivos da esquerda, parece dificilmente exequível, tendo em conta o elevado número de restos humanos, alguns dos quais se fundiram com a rocha que constitui a base do edifício. Uma abordagem menos radical pode ser a destruição da cruz, como forma de dismantlar um dos

principais símbolos do regime de Franco (Peinado Cano, 2021), enquanto os líderes dos partidos conservadores procuram assegurar a sua proteção legal como património (Roces, 2022).

Independentemente das medidas específicas apresentadas, estas tentativas de redirecionar o Valle de Cuelgamuros centram-se na sua transformação num local que promova a memória histórica, a reconciliação e a educação. Estes esforços incluem a exumação e identificação dos restos mortais aí enterrados e a remoção ou recontextualização dos símbolos franquistas. As propostas também sugerem a conversão do local num cemitério civil ou num memorial que homenageie todas as vítimas da Guerra Civil Espanhola e da ditadura, deslocando assim a narrativa da glorificação do regime de Franco para a promoção de uma reflexão mais inclusiva e crítica sobre a história de Espanha. Estas iniciativas fazem parte de esforços mais alargados para resolver injustiças históricas e garantir que o local contribui para realçar os valores democráticos.

Conclusões

Mesmo após a remoção dos restos mortais de Franco e de Primo de Rivera, a ligação entre Valle de Cuelgamuros e os 36 anos de regime de Franco é suficientemente forte para continuar a atrair grupos falangistas e católicos (Borraz, 2024), bem como associações de antigos presos políticos que exigem justiça e reparação (Ruiz Enebral, 2023). Mais discreto, mas igualmente simbólico, o túmulo de Salazar no Vimieiro, a menos de um quilómetro do pretendido Museu Salazar, é regularmente visitado por grupos de extrema-direita e nostálgicos do regime. Em ambos os casos, os monumentos são pontos focais de “património dissonante” (Tunbridge & Ashworth, 1996), sublinhando as complexidades e divisões na memória coletiva dos dois países e destacando o impacto duradouro dos legados de Franco e de Salazar nas sociedades espanhola e portuguesa contemporâneas.

Apesar das evidentes diferenças de dimensão, relevância nacional e simbolismo, os dois edifícios partilham o ónus de representar fisicamente os legados da ditadura em cada país. Ambos foram também objeto de tentativas de ressignificação, o que reflete precisamente as diferentes, e muitas vezes contrastantes, formas como Espanha e Portugal lidaram com os seus legados traumáticos, para além de refletir as características idiossincráticas dos homens que governaram estas duas nações durante cerca de meio século.

A musealização de Salazar em Santa Comba Dão tem suscitado intensos discursos políticos, sociais e históricos sobre a memória, cada um deles confrontado com visões distintas para a cidade e para a nação. O município e muitos residentes acreditam que a mercantilização do legado de Salazar beneficiará economicamente a sua comunidade, atraindo turistas e aumentando as receitas locais. No entanto, os opositores argumentam que a criação de um museu dedicado a Salazar corre o risco de branquear a sua imagem e pode transformar o local num ponto de peregrinação para simpatizantes neofascistas.

A atual controvérsia em torno do projeto do Museu Salazar, tal como a do Valle de Cuelgamuros, revela muito sobre as atuais dinâmicas políticas e sociais tanto em Portugal como em Espanha. As disputas sobre a sua utilização pública servem de campo de batalha para tensões entre as autoridades centrais (Lisboa, Madrid) e a periferia, entre a academia, que tenta definir e liderar a narrativa, entre várias disciplinas das humanidades (Arqueologia, História, Antropologia, História

da Arte), entre esferas políticas e pós-políticas, ideologias de direita e de esquerda, memória e história, opressores e vítimas, e turismo negro versus turismo de memória (Ayán, 2022).

Este debate realça os desafios de equilibrar a memória histórica com as sensibilidades políticas, bem como a necessidade de um discurso público ponderado e inclusivo. Também sublinha a forma como os espaços estão imbuídos de significados e conflitos sociais, moldados pelas experiências vividas e pelas memórias dos indivíduos e das comunidades, tornando a resolução destas tensões ainda mais complexa e necessária.

Bibliografia

Alexander, J. (2004). "Toward a Theory of Cultural Trauma." In *Cultural Trauma and Collective Identity*, pp.1-30. Berkeley, University of California Press.

Anderson, J. L. (2016, 17 July). Dinamitar el Valle de los Caídos. Eldiario.es. <https://tinyurl.com/23fmfaxx>.

Antweiler, K. (2023). Why collective memory can never be pluriversal: A case for contradiction and abolitionist thinking in memory studies. *Memory Studies*, 16(6), 1529-1545. <https://doi.org/10.1177/17506980231202337>.

Ayán, X. (2022). Casas con fantasmas: Sobre las recientes polémicas en torno al Museo Salazar y el Pazo de Meirás. In J. Martínez & D. Torno (Eds.), *Actes de la IV Jornada d'Arqueologia i Patrimoni de la Guerra Civil al front de L'Ebre*, 8-35. <http://hdl.handle.net/20.500.12368/31051>

Borraz, M. (2024, 9 April). Cónclave franquista en el cine para reescribir el Valle de Cuelgamuros: "Fue hecho para la reconciliación". ElDiario.es. <https://tinyurl.com/4cw3nf4e>.

Catalani, A., & Ackroyd, T. (2013). Inheriting slavery: making sense of a difficult heritage. *Journal of Heritage Tourism*, 8(4), 337–346. <https://doi.org/10.1080/1743873X.2013.766199>

Coutinho, M. (2023, 6 March). "Museu Salazar": Parlamento condenou, ministro da Cultura desconhece, mas Santa Comba Dão arranca com projeto em maio. *Expresso*. <https://shorturl.at/viEpB>.

Deberia desaparecer (2022). <https://www.deberiadesaparecer.com/>.

del Moral Salmoral, M. (2020). Memoria y monumentalidad. El Valle de los Caídos, un contramonumento. *Cuadiernu: Revista internacional de patrimonio, museología social, memoria y territorio*, (8), 11-33.

Delso, R., Amann, A. & Soriano, F. (2018). Time, architecture and domination: the Valley of the Fallen. *Heritage & Society*, 11(2), 126-150.

Egido, A., & Eiroa, M. (2007). Los campos de Concentración Franquistas: del olvido a la memoria, in J. Cuesta (dir.), *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Fundación F. Largo Caballero, 264-278.

elenacW9566NU (2020, 30 Sept.). Impresionante. Tripadvisor. <https://shorturl.at/r4TV4>.

Estaire, O. (2021, 23 Feb.). La última estatua de Franco que quedaba en España es retirada de las calles de Melilla. El país. <https://shorturl.at/2tpJc>.

Fernández, I. (2023). Neither oblivion nor reconciliation. an analysis of post-Francoist Spanish historical memory and transitional justice. *Revista Historia Autónoma*, 22(1), 97-120. <https://doi.org/10.15366/rha2023.22.006>

Ferrándiz , F. (2012). Guerras sin fin: guía para descifrar el Valle de los Caídos en la España contemporánea. Centro de Ciencias Humanas y Sociales - Instituto de Lengua, Literatura y Antropología (CCHS-ILLA).

Ferrándiz , F. (2013). Informe de la Comisión de Expertos para el futuro del Valle de los Caídos. Ministerio de la Presidencia. <https://shorturl.at/2AH82>.

Ferrándiz, F. (2019). Unburials, generals, and phantom militarism: Engaging with the Spanish civil war legacy. *Current Anthropology*, 60(S19), S62-S76.

Gobierno de España (2023). Dissonant Heritage. El Valle de Cuelgamuros. <https://tinyurl.com/4hcd39vc>.

Goldenberg, T. J. (2022). Memory Surrounding a Mausoleum: Transforming Spain's Valley of the Fallen into a Site of Conscience. *Space and Culture*, 25(2), 232-244.

Feldman, J., & Musih, N. (2023). Selfies in Auschwitz: Popular and contested representations in a digital generation. *Memory Studies*, 16(2), 403-420. <https://doi.org/10.1177/17506980221101111>

Frew, E. & White, L. (2013). Exploring dark tourism and place identity. In *Dark Tourism and Place Identity. Managing and interpreting dark places*, Routledge, 1-10.

Junquera, N. (2018, 25 June). El Valle de los Caídos: museo o ruina. El país. <https://tinyurl.com/7tzhu7cm>.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space* (English trans. by D. Nicholson-Smith). Blackwell.

Ley 20/2022. Ley 20/2022, de 19 de octubre, de Memoria Democrática. Jefatura del Estado: Boletín Oficial del Estado, núm. 252, de 20 de octubre de 2022.

Logan, W., Reeves, K. (2009) *Places of Pain and Shame. Dealing with “difficult heritage”*. Routledge.

Macdonald, S. (2008). *Difficult heritage: Negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond*. Routledge, <https://doi.org/10.4324/9780203888667~>

Macdonald, S. (2015). Is ‘Difficult Heritage’ Still ‘Difficult’? Why Public Acknowledgment of Past Perpetration May No Longer Be So Unsettling to Collective Identities. *Museum International*, 67(1–4), 6–22. <https://doi.org/10.1111/muse.12078>

Mateo de Castro, J. (2019). Patrimonio doliente y museo: memoria, educación, morbo y consumo. *Apuntes para una posible musealización del Valle de los Caídos. Periférica* (20), 271-284.

Município de Santa Comba Dão (2013-2014) Atas das Assembleias Municipais, <https://cm-santacombadao.pt/menu/288/atas>

Núñez Seixas, X.M. (2021). *Sites of the Dictators. Memories of Authoritarian Europe, 1945–2020*. Routledge

Olick, J.K. (1999). Collective memory: the two cultures. *Sociological Theory*, Vol. 17, No. 3, 333-348

Olick J. K., Vinitzky-Seroussi, V., Levy, D. (eds) (2011). *The Collective Memory Reader*. Oxford University Press.

Pascoal, S., Tallone, L., Furtado, M. (2023). *Dark Heritage Tourism in the Iberian Peninsula: Memories of Tragedy and Death*. Cambridge Scholars Publishing.

Peinado Cano, A. (2021, 1 Aug.). Hay que quitar la cruz del Valle de los Caídos. El español. <https://tinyurl.com/27uwpbjh>.

Potz, P., & Scheffler, N. (2023). Integrated Approaches to 20th Century Dissonant Heritage in Europe. Multi-vocal perspectives and strategies explored in the Urban Agenda, *In Situ* 49. <https://doi.org/10.4000/insitu.36614>

Quer, C. S. (2005). La cruz soñada: concepción y construcción del Valle de los Caídos. In *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, No. 45, 757-796.

Roces. P. R. (2022, 18 Nov.). Ayuso usará la protección de la cruz del Valle de los Caídos como herramienta judicial contra la Ley de Memoria Democrática. *El Mundo*. <https://rb.gy/6jt858>.

RTP (1997, 27 Jul.). Projeto de casa-museu Salazar [video]. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/projeto-de-casa-museu-salazar/>.

RTP (2007, 25 Mar.). *Grandes Portugueses*, <https://www.rtp.pt/programa/tv/p21257>

Ruivo, F. (2023). A cabeça de Salazar e as disputas da Memória. Trabalho apresentado em Encontro sobre a memória da Revolução Portuguesa (1974-75). <https://rb.gy/xscifm>.

Ruiz Enebral, A. (2023, 17 Nov.). Ofrendas florales en las tumbas de Franco y Primo de Rivera por el 20-N. *El Confidencial Digital*. <https://tinyurl.com/39hx6ece>.

Soldado, C. (2019, 4 Set.). Isto não é um museu de Salazar, garantem responsáveis. *Público*. <https://rb.gy/5pehe8>.

Tunbridge, J. E. & Ashworth, G. J. (1996). *Dissonant heritage – The management of the past as a resource in conflict*. John Wiley & Sons Ltd.

URAP (2021, 25 Fev.). A luta contra o Museu Salazar vai continuar. <https://rb.gy/mzo8pm>.

Williams, P. (2007). *Memorial Museums. The Global Rush to Commemorate Atrocities*. Berg.

XIV. *Distorted and Wounded*: Pós-modernismo e neoliberalismo na obra dos Sepultura e nos fanzines sul-americanos

Thales Reis Alecrim

Resumo

Sepultura, a mais proeminente banda de metal do Brasil, ganhou reconhecimento global com seu álbum de 1987, *Schizophrenia*. Este álbum gravado no Brasil, com letras em inglês, ressoou profundamente nas páginas de fanzines de metal em todo o mundo, particularmente nos da América Latina. A música transmite uma sensação penetrante de desesperança, milenarismo e desespero. Empregando símbolos e motivos de várias fontes, o álbum cria uma estética pós-moderna marcada pela sobreposição de estruturas desprovidas de um núcleo unificador. Neste artigo, analiso *Schizophrenia* e sua recepção contemporânea dentro de fanzines publicados no final dos anos 1980 da América Latina, especialmente no Brasil e no Chile. Eu me aprofundo em uma análise qualitativa do álbum para entender a articulação entre a música, a realidade histórica e os valores associados à música metal nos anos 1980. Afirmo que a ascensão do neoliberalismo e do pós-modernismo como lógica cultural forneceu o solo fértil para tal música enraizada em temas de violência e desesperança. Esse fenômeno é significativo na América Latina, onde a década de 1980 também marcou a conclusão de ditaduras militares, pois os novos desenvolvimentos do capitalismo estabeleceram um desejo de integração com a produção cultural do Norte.

Palavras-chave: música metal; cultura participativa; neoliberalismo; pós-modernismo; fanzine.

Abstract

Sepultura, the most prominent Metal band hailing from Brazil, rose to global recognition with their 1987 album, “*Schizophrenia*”. This Brazilian-recorded album, featuring lyrics in English, resonated profoundly in the pages of Metal fanzines worldwide, particularly in the ones from Latin America. The album's music conveys a pervasive sense of hopelessness, millenarianism, and despair. Employing symbols and motifs from various sources, it crafts a postmodern aesthetic marked by the layering of structures devoid of a unifying core. In this paper, I analyze “*Schizophrenia*” and its contemporary reception within fanzines published in the late 1980s from Latin America, especially in Brazil and Chile. I delve into a qualitative analysis of the album to understand the articulation between the music, the historical reality, and the values associated with Metal Music in the 1980s. I assert that the rise of neoliberalism and postmodernism as a cultural logic provided the fertile ground for such music rooted in themes of violence and hopelessness. This phenomenon is significant in Latin America, where the 1980s also marked the conclusion of military dictatorships, as the new developments of capitalism established a desire for integration with the cultural production of the North.

Keywords: metal music; participatory culture; neoliberalism; postmodernism; fanzine.

Introdução

Vale ressaltar que até o momento os Sepultura se destacam como a única banda de metal do Brasil que obteve sucesso na grande mídia do Norte. Depois de quase três anos tocando um estilo satânico e genérico, os Sepultura deram um passo significativo com o terceiro disco em 1987. *Schizophrenia* destaca-se como uma peça musical sólida com uma proposta coesa, entregando riffs sofisticados, padrões rítmicos intrincados e letras intrigantes. Gravado inicialmente pela Cogumelo Records e disponível apenas no Brasil, o álbum ganhou reconhecimento nas Américas e em partes da Ásia por meio do comércio de cartas e fitas. A sua prensagem ilegal na Alemanha alimentou ainda mais a expansão do fandom dos Sepultura na Europa. Nesse contexto surge a pergunta: como uma banda do interior do Brasil alcançou tal estado de popularidade?

Neste estudo, quero investigar a emergência do metal extremo na América Latina dos anos 1980, com foco nos temas de desesperança, milenarismo e desespero predominantes nessas músicas. Examinarei o álbum *Schizophrenia* explorando a articulação entre a música e a realidade histórica conforme sugerido por Richard Middleton (1990, p. 15). Além disso, vou analisar a recepção do álbum em fanzines sul-americanos, focando especialmente em edições de *Disneylândia* (Chile) e *Rock Brigade* (Brasil). Através da análise estético-ideológica, procuro explorar facetas significativas do contexto da década de 1980, especificamente as expressões culturais do pós-modernismo e os fundamentos económicos do neoliberalismo.

Como afirma Fredric Jameson (1991, p. 15-24), no período pós-Segunda Guerra Mundial, o capitalismo transitou para a fase de financeirização, marcada pela desindustrialização da economia e pela diminuição do Welfare State. Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 11-25) declaram que isto marca a ascendência do neoliberalismo, que se tornou hegemónico no final dos anos 1970 e 1980, com Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (EUA) a serem considerados como o Adão e a Eva desta nova era (Sevcenko, 2001, p. 35). Esta reestruturação ideológica foi seguida por mudanças económicas, promovendo o aumento da competitividade entre empresas e indivíduos, intensificando assim o individualismo e o consumismo. Como Jameson (1998, pág. 11) postula, isso se alinha com uma transformação do sistema cultural que ele define como pós-modernismo.

O pós-modernismo como lógica cultural também ataca as visões sobre o futuro, particularmente os ideais utópicos. As transformações sociais de longo prazo perderam relevância e apenas os objectivos de curto prazo ligados ao desenvolvimento capitalista foram vistos como viáveis. Com a queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética (1991), o capitalismo emergiu como a única alternativa histórica, marcando o “fim da história”. Consequentemente, a utopia tornou-se inatingível, restando apenas a distopia como uma dura realidade, encapsulada na afirmação de Mark Fisher de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (2022, pág. 6).

Os meios de comunicação foram inundados por representações milenaristas do apocalipse, do holocausto ambiental e das distopias corporativas. A minha afirmação, então, é que o metal está entrelaçado com o pós-modernismo e o neoliberalismo, particularmente com a retórica do triunfo do capitalismo, ao mesmo tempo que serve como uma representação da certeza do fim do mundo. Neste caso, a música torna-se o canal para expressar esta certeza apocalíptica, tornando-se a contundente trilha sonora do Armagedom. No entanto, há uma característica distintiva no contexto da América Latina do final da década de 1980: o impacto duradouro das ditaduras das décadas de 1960 e 1970, juntamente com a integração destes países na cultura consumista do neoliberalismo.

Consequentemente, neste capítulo, a primeira seção se aprofundará nas canções de Schizophrenia e nos fatores contextuais que contribuíram para o surgimento do disco. No decorrer desta análise, também fornecerei uma visão geral do estado atual dos estudos reconhecidos como Metal Music Studies. Posteriormente, a segunda seção abordará os impactos das políticas neoliberais no cenário global, particularmente nas regiões do Sul, examinando fanzines e explorando criticamente como os entusiastas do metal nesta área promoveram uma cultura da participação com ligações internacionais.

O Metal e a Crise do Futuro

A “Intro” de Schizophrenia adapta a faixa “Murder” de Bernard Herrmann, conhecido pela icônica cena do chuveiro no filme de *Psycho* (1960) de Alfred Hitchcock. A adoção da estética pós-moderna envolve o empilhamento de diversos elementos, assim, no caso desse álbum, ocorre a construção de significados ligados ao conflito, ao medo, à loucura e aos finais trágicos. A música, com seus timbres penetrantes e progressão de acordes com quinta diminuta, intensifica essa conexão temática.

Este intervalo específico, quinta diminuta/quarta aumentada, também é conhecido como trítono ou diabolus in música: uma sequência de acordes proibida pela tradição medieval sobre música, exatamente porque transmite uma aura de “instabilidade”, “tensão” e “conflito”. No cânone ocidental, o trítono era usado para narrar momentos de extrema tensão, por exemplo, em passagens da ópera “Fidelio” de Beethoven, de 1805.

Como Robert Walser (2014, p. 1-15) afirma, enquanto o cânone ocidental valoriza a estabilidade da música, o metal faz o oposto, pois tenta retratar o máximo de caos possível através da música. Portanto, todas as bandas que se autodenominam metal empregam o trítono em algum momento: desde os Black Sabbath, que é mitologicamente considerada “a primeira banda de metal” (McParland, 2016, p. 3), até os Sepultura, exemplo do subgênero metal extremo. Graças à ênfase em andamentos rápidos, vocais rosnados e altos níveis de distorção (Kahn-Harris, 2007).

Assim, a “Intro” serve como um diapasão, estabelecendo o tom geral para as faixas subsequentes. Tanto o lado A quanto o lado B apresentam músicas com uma estrutura musical comum caracterizada por riffs acelerados em motivos horizontais e lineares. Apesar das faixas instrumentais, nomeadamente “Inquisition Symphony” e “The Abyss”, elementos punk influenciam significativamente todo o álbum, evidentes em solos de guitarra esparsos, progressões de acordes funcionais e agressividade musical enraizada em padrões rítmicos rápidos.

Os primeiros trabalhos dos Sepultura, *Bestial Devastation* (1985) e *Morbid Visions* (1986), mobilizaram temas satanistas. No entanto, *Schizophrenia* (1987) muda o foco para a loucura, a desesperança e o desespero, refletidos em sua arte de capa, retratando uma pessoa em agonia dentro de uma fenda na parede de um manicômio, observada por malévolos olhos vermelhos (ver fig. 1). A composição evoca claustrofobia e impotência, alinhando-se com os temas do álbum.



Figura 27: Ibsen Otoni, Esquizofrenia capa, 1987.
Observação. Fotografia de minha própria cópia do registro.

A música e a letra também estão alinhadas a essas representações, mas também retratam um sentimento de desesperança diante de um desfecho milenarista e apocalíptico. Musicalmente isso é feito através do emprego de sequências de trítomos dentro de riffs que enfatizam tensão e dissonância. Além disso, a distorção contribui para esta atmosfera de intensidade, também marcada por andamentos rápidos e mudanças repentinas nos padrões rítmicos.

Richard Middleton (1990, p. 15-28) argumenta que o significado da música popular é construído através de uma articulação entre elementos musicais e a realidade histórica. O registro fonográfico, portanto, não tem um significado essencial em si mesmo. Assim, ele deve ser interpretado dentro de uma conjuntura com o intuito de entender quais valores são atribuídos aos sons. Assim, uma análise da música popular deve ir além do material musical, incluindo as letras. Especialmente no metal que, como afirma McParland (2016, p. 7-35), as convenções do gênero exigem narratividade.

Isso fica evidente em “From The Past Comes The Storms” [sic], que retrata o sofrimento no presente, enraizado num passado violento, prenunciando um futuro de destruição:

The sky throws up storms trying to avenge itself
You feel a pain that burns your flesh
Your reflection inside the mirror
Shows a past soiled by the blood of innocents
The human greed will be their own destruction
The apes in their cages surrounded by thorns
That are forcing us to live here

Esses versos são cantados em vocais rosnados, acompanhados por um riff dissonante e bateria incessante. Isso se encaixa bem com a letra que narra a experiência de um suposto esquizofrênico que sofre por estar preso em um manicômio. Além disso, a descrição corresponde à percepção de Jameson da pós-modernidade como uma experiência específica da temporalidade, uma experiência esquizofrênica, composta por “uma série de presentes puros e não relacionados no tempo” (1991, p. 27). Embora o passado seja o tema principal desta canção, falta-lhe substância, apenas o presente

existe, porque “todo o nosso sistema social contemporâneo começou pouco a pouco a perder a capacidade de reter o seu próprio passado” (Jameson, 1998, p. 11).

Por um lado, o passado perde a sua substancialidade dando espaço a um presente prolongado, por outro, as expectativas de futuro não deixam mais espaço para as utopias. Todas previsões do porvir conduzem à morte, à decadência e à destruição. Isso vale não só para a segunda faixa, mas também para a terceira, “To the Wall”, que narra a experiência de uma pessoa condenada à morte. Na mesma perspectiva, a quarta, “Escape to the Void” descreve um mundo distópico devastado pela peste e pela guerra: “Blood, pain - nothing to say/ Why then - must we die?”. Nessas letras, o presente é experimentado como uma dor viva, enquanto não há expectativas de salvação no futuro.

A faixa instrumental de sete minutos, “Inquisition Symphony”, destaca-se pela sua abordagem pesada e virtuosística, fundindo técnicas definidoras do metal. Esta peça apresenta uma mistura dinâmica de técnicas de guitarra, desde dedilhados em tons menores até riffs dissonantes. O uso do palm-muting enfatiza o pulso, levando a rápidas mudanças de andamento. Esse feito, por exemplo, fez do Iron Maiden a principal referência da expansão do heavy metal ao redor do globo.

No lado B do álbum, os Sepultura voltam à fusão metal-punk com letras mantendo um sentimento predominante de desesperança. “Screams Behind The Shadows” mergulha na perspectiva de um psicopata, vendo a vida como pura dor: “Shadows and cries/ Are found together trapped inside the world”. Numa abordagem mais próxima, a faixa seguinte, “Septic Schizo”, explora a experiência do tempo numa peça acelerada e guiada por riffs que criam tensão, culminando no refrão intenso.

Isto é seguido por “The Abyss”, uma peça instrumental apresentando apenas dedilhados em uma guitarra acústica, uma breve pausa antes da destruição iminente provocada pela última faixa. “R.I.P (Rest in Pain)” explode em guitarras altas, bateria acelerada, distorção e vocais rosnados. Dado que a vida é uma dor total, não há alternativa senão “To die crying, this is my fate”. Os acordes dissonantes, aplicando um intervalo trítono, tematizam a consumação da morte, “A deep agony possesses me/ To be forgotten under a burial”. Por fim, a voz rosna: “Rest in pain/ Rest in pain”, levando assim ao final da música com gritos e rugidos enquanto os instrumentos desaparecem em dissonância.

Não apenas a letra descreve como a morte em sofrimento é o único resultado possível, mas também a música representa isso através do uso de dissonâncias no final. O padrão da música popular comercial tende a ter finais consonantais, percebidos como um desenvolvimento natural das progressões de acordes, o que significa que as músicas, ao final, têm uma resolução sem conflitos. A opção de encerrar uma canção em pura dissonância não é usual, subverte as expectativas e é incômoda porque é percebida como antinatural. E aqui reside a articulação entre o material musical e a experiência viva da realidade histórica.

Como afirma Fredric Jameson (1991, p. xii), “o pós-modernismo não é o dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas apenas o reflexo e a concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”. Portanto, o pós-modernismo e o neoliberalismo estão ligados porque são o resultado da transformação dentro da ordem global capitalista. Nesta conjuntura, o Estado, em vez de garantir o bem-estar, privilegia o mercado. Assim, a própria sociedade passa a ser gerida como uma empresa, levando inevitavelmente à construção de um modelo de subjetividade neoliberal que defende a segmentação, a atomização da sociedade em diferentes grupos, pois a lógica dominante é a da competição (Dardot & Laval, 2016, p. 322).

O colapso do comunismo, juntamente com a desindustrialização ocidental, fomentou uma sociedade competitiva onde o desemprego ameaçava os trabalhadores. A partir daí, a precariedade do trabalho passou a ser norma, já que não havia negociação entre empregador e empregado. Esta incerteza, predominante entre os headbangers globais, alinha-se com a associação do metal com a juventude da classe trabalhadora (Spracklen, 2020, p. 83-90). Esse gênero musical, ao mediar a desilusão histórica, expressa um sentimento generalizado de desesperança e milenarismo, particularmente dramática na América Latina, ainda marcada pelas consequências duradouras das ditaduras militares da Guerra Fria.

Metal na América do Sul: Fanzines e o “Lento Cancelamento do Futuro”

Nos fanzines sul-americanos da década de 1980, surge uma contradição intrigante. Ao celebrarem o triunfo global do capitalismo que permitiu a equalização global na produção musical, os autores também transmitem um sentimento de desesperança e milenarismo. Apesar da retórica de resistência, o capitalismo é encarado como o modo final, o fim da história, proporcionando imediatismo numa paisagem sem futuro. Isto traz o conceito de Mark Fisher (2022) de uma “deflação de expectativas” em meio a um “lento cancelamento do futuro”. Num mundo sem utopias, o capitalismo, apesar das suas contradições, torna-se o quadro predominante, enfatizando o presente e o imediatismo do consumismo.

Nesse sentido, afirmo que o metal é uma das expressões estéticas do pós-modernismo em que a produção de sentido só é possível através de uma tensão dialética com as forças ideológicas neoliberais. No entanto, através das lentes de Dick Hebdige (1979), também é possível conceituá-lo como uma subcultura.

Em suma, a subcultura é uma microcultura dentro de uma cultura dominante que, por uma regra pós-moderna, estabelece um emprego dos signos que pode ser, ao mesmo tempo, subversivo e cúmplice da hegemonia. O metal certamente emprega características subculturais como descritas por Hebdige, pelo menos nos aspectos estéticos e discursivos. Contudo, penso que este conceito não é suficientemente potente para apreender todo o processo de identificação, investimento emocional e envolvimento provocado por este gênero musical. Afinal, ele enfatiza demasiado o aspecto de desafiar “o princípio da unidade e da coesão, o que contradiz o mito do consenso” (Hebdige, 1979, p. 18).

Embora eu esteja tentando compreender aqui o processo de expansão do metal na América Latina, não é inteiramente possível dizer que havia um “desafio” em curso. O que emerge dos fanzines é, na verdade, um alinhamento crítico com a hegemonia neoliberal. Neste contexto, existe uma mistura complexa de consentimento e raiva que se manifesta através de uma resignação transmitida numa peça de música violenta e letras apocalípticas. No entanto, tanto os músicos como os fãs não eram apenas consumidores dos meios de comunicação de massa globalizados, mas também produtores, eles estavam ansiosos por participar na construção de uma comunidade do metal.

Por um lado, no caso dos músicos, é óbvio: eles tocavam e gravavam música enquanto reivindicavam parentesco entre eles e outras bandas ao redor do mundo. No outro, os fãs não eram consumidores passivos, eles também produziam, seja em fanzines ou trabalhando na organização de shows e festivais. Em última análise, é até possível argumentar que os músicos também eram

fãs de outras bandas. Portanto, estou a sugerir que a categoria de fã, ou como são conhecidos no metal, o headbanger, como produtiva.

Jenkins cunhou o conceito de cultura da participação durante seu estudo do intrincado mundo das narrativas ficcionais, com foco particular nas comunidades formadas em torno de filmes e séries de televisão. Pretendo enfatizar certas características que ele emprega para análise e, através dessa lente, caracterizar o heavy metal como uma cultura da participação centrada na música.

Segundo Jenkins (2013, p. 35), os fãs “tentam construir sua cultura dentro das lacunas e margens dos textos que circulam comercialmente”, nesse sentido sua comunidade “torna-se uma cultura da participação que transforma a experiência de consumo de mídia na produção de novos textos, na verdade, de uma nova cultura e de uma nova comunidade” (idem, 46).

Isto foi particularmente marcante no Chile, uma vez que a sua ditadura (1973-1990) não foi apenas o resultado da intervenção dos Estados Unidos para pôr fim a um governo socialista eleito democraticamente, mas também foi um laboratório para a implementação do neoliberalismo (Coggiola 2001, p. 35-51). O fanzine *Dysneylandia* expressou essa tensão desde o próprio título, como forma de satirizar o nome do parque temático mundialmente famoso. Como diz o autor na abertura, sua publicação não é um “hit parade”, é um projeto ideologicamente orientado que visa acabar com o conformismo (1989, p. 1).

Por exemplo, na sua crítica sobre Schizophrenia: “En realidad merecen unas felicitaciones por su melhoria. Este L.P. ótimo; mais rápido, mais pesado, mais brutal, mais death, com riffs que me lembram Death” (Poci, 1989, p. 25). Portanto, os méritos dos Sepultura não são próprios, pois eles devem ser comparados aos da banda americana Death, para mostrar o quão bons são. Ele não julga as bandas europeias ou norte-americanas da mesma forma, porque, afinal, essas são o padrão. Assim, em suas resenhas sobre bandas latino-americanas, ele sempre as compara às outras maiores e mais famosas do Norte. Apesar de suas notas introdutórias, ele possui um cânone que utiliza como guia para outros julgamentos. Assim, o metal na América Latina só será respeitável quando se igualar ao da Europa e dos Estados Unidos. Além disso, em *Disneylândia*, também é fortemente criticado o “Sendero Luminoso” do Peru e todas as organizações marxistas ou de esquerda, ao mesmo tempo que reproduzem imagens satíricas sobre como a humanidade está condenada (ver fig. 2).

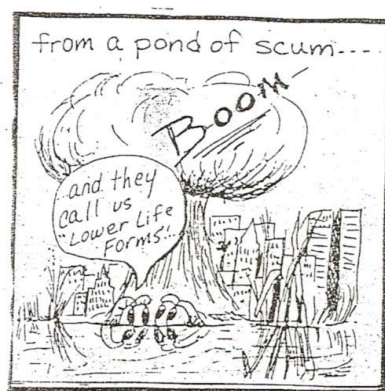


Figura 28: Tira em “Disneylândia”.

Fonte: nenhum autor reivindicou ou publicou. Acessado em 20 de janeiro de 2024.
<https://thecorroseum.org/fanzines/dysneylandia-01.php>.

Num Brasil já pós-ditadura militar (1964-1985), o fanzine Rock Brigade tinha uma perspectiva mais comemorativa do metal. O governo militar no Brasil, também apoiado pela intervenção americana, pretendia modernizar o país inserindo-o na ordem capitalista como produtor de matérias-primas com um grande mercado consumidor para multinacionais (Napolitano 2014, p. 22-47). Na verdade, esse projeto foi muito bem-sucedido, pois estabeleceu no Brasil uma sociedade consumista com uma indústria cultural robusta. Portanto, o cunho consumista ficou mais visível na publicação brasileira que exibia muitas propagandas de equipamentos musicais, de outras publicações e de discos em lançamento.

Ainda nesse tom comemorativo, André Luiz Cagni (1987, 10) escreve que “[...] após o lançamento do ótimo SCHIZOPHRENIA, numa quase unanimidade, de que só podemos nos orgulhar, juntaram-se num aplauso reverenciando a vitoriosa produção”.¹⁵ Então, o que está em jogo aqui é como o Sepultura é tão bom quanto as bandas da América do Norte ou da Europa. Não há comparação com outras músicas, apenas uma apreciação de como o Brasil estava dentro da mesma ordem capitalista e, por isso, foi integrado ao cenário globalizado do metal (Kahn-Harris 2007, p. 9-10).

Nelson Varas-Diaz (2021, p. 7-28) demonstra como bandas contemporâneas em toda a América Latina mesclaram a estética do metal e a música nativa/folclórica em uma perspectiva decolonial, como uma tentativa de criticar a colonialidade do poder. Contudo, não sugiro que o mesmo tenha acontecido na década de 1980. Neste primeiro momento, as bandas e os fãs queriam se integrar ao cenário globalizado do metal. Com efeito, os headbangers sul-americanos queriam ser tratados e vistos da mesma forma que os do Norte. Queriam tocar a mesma música e ter acesso aos mesmos tipos de equipamentos ou discos. Em suma, queriam fazer parte da mesma ordem capitalista consumista que permitiu que bandas da América do Norte e da Europa se tornassem famosas.

Este desejo de integração (quase submissa) é o legado mais duradouro das ditaduras da Guerra Fria na América do Sul. Principalmente no final da década de 1980, quando a retórica do neoliberalismo, seguida pela desindustrialização da economia, tornou-se hegemônica na região (Martins 2011, p. 15). Como afirma Douglas Kellner (2001, p. 79-85), a expansão global desta hegemonia deve muito à cultura mediática, particularmente ao cinema e à música popular, que contribuíram fortemente para difundir valores do individualismo, consumismo, competição e autorrealização através do trabalho.

Concluindo, o exame da história do Schizophrenia dos Sepultura e os correspondentes fanzines latino-americanos destacam a intersecção do pós-modernismo e o “lento cancelamento do futuro”. O desejo de integração global à cena do metal, juntamente com momentos de celebração ao capitalismo, coexistem contraditoriamente com um sentimento subjacente de desesperança. A certeza do fim do mundo e a ausência de expectativas autorizaram os entusiastas do metal a abraçar o presente sob as temporalidades únicas do neoliberalismo e do pós-modernismo – onde o passado é obliterado e o futuro, tanto ampliado como inexistente, molda uma experiência de vida mediada pela crise.

¹⁵ “[...] após o lançamento do ótimo SCHIZOPHRENIA, numa quase unanimidade, de que só podemos nos orgulhar, juntaram-se num aplauso reverenciando a vitoriosa produção”.

Bibliografia

- Coggiola, O. (2001). Os governos militares na América Latina. Contexto.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo.
- Fisher, M. (2022). Capitalist realism: Is there no alternative? John Hunt Publishing Limited.
- Hebdige, D. (1979). Subculture: The meaning of style. Methuen.
- Jameson, F. (1991). Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism. Duke University Press.
- Jameson, F. (1998). The cultural turn: Selected writings on the postmodern, 1983–1998. Verso.
- Jenkins, H. (2013). Textual poachers: Television fans and participatory culture. Routledge.
- Kahn-Harris, K. (2007). Extreme metal: Music and culture on the edge. Berg.
- Kellner, D. (2001). A cultura da mídia: Estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. EDUSC.
- Martins, C. E. (2011). Globalização, dependência, e neoliberalismo na América Latina. Boitempo.
- Middleton, R. (1990). Studying popular music. McGraw-Hill Education.
- McParland, R. (2017). Myth and magic in heavy metal music. McFarland & Company.
- Napolitano, M. (2014). 1964: História do regime militar brasileiro. Contexto.
- Sloterdijk, P. (2013). In the world interior of capital: Towards a philosophical theory of globalization. Polity Press.
- Spracklen, K. (2020). Metal music and the re-imagining masculinity, place, race and nation. Emerald Publishing.
- Sevcenko, N. (2001). A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. Companhia das Letras.
- Tomlinson, J. (2001). Cultural imperialism: A critical introduction. Continuum.
- Varas-Díaz, N. (2021). Decolonial metal music in Latin America. Intellect.
- Walser, R. (2014). Running with the devil: Power, gender, and madness in heavy metal music. Wesleyan University Press.

Fanzines

‘Dysneylandya #1 - THE CORROSEUM’. n.d. Accessed 25 January 2024. <https://thecorroseum.org/fanzines/dysneylandya-01.php>.

'Rock Brigade #26 - THE CORROSEUM'. n.d. Accessed 25 January 2024.
https://thecorroseum.org/fanzines/rock_brigade-26.php.

Discografia and Filmografia

Hitchcock, A. (Director). (1960). Psycho [Film]. Universal Pictures; Paramount Pictures.

Sepultura. (1987). Schizophrenia [Album]. Cogumelo Records

XV. Vida em Ruínas: A representação da ruína moderna em *The Walking Dead* e *The Last of Us*

Diana Gonçalves

Resumo

Partindo da definição de Estudos de Cultura enquanto disciplina que lê e interpreta diferentes textos para compreender os problemas com que se debate a sociedade contemporânea, o presente trabalho procura explorar duas séries de televisão de ficção pós-apocalíptica – *The walking dead* (2010-2022) e *The last of us* (2023-presente) – para refletir sobre os nossos tempos, em particular, sobre a crise ambiental e o medo coletivo da finitude humana. Assim sendo, centrar-se-á na imagem da ruína como representação de uma vida (humana) interrompida pelo desastre, enquanto o planeta se regenera. Este texto propõe estudar paisagens urbanas em ruínas nas duas séries, a sua visualidade e o seu papel como cenário das histórias que aí se desenrolam e como dispositivo narrativo. A ruína moderna aqui representada fala da queda da civilização humana, da violência e da negligência. Os escombros, as paisagens queimadas, as ruas vazias e os edifícios derrelitos e abandonados são recordação de um passado irrecuperável que insiste em afetar o presente. Por outro lado, os espaços reconstruídos, bem como os elementos naturais que tomam edifícios, estradas e outras estruturas, abrem a possibilidade de vida para além da catástrofe. Nesta perspetiva, as ruínas não são o fim, mas, enquanto formas inacabadas e sempre em mudança, podem apontar para novos começos e para a sobrevivência da vida humana.

Palavras-chave: ruína; espaço urbano; vida humana; *the walking dead*; *the last of us*

Abstract

Departing from the definition of Culture Studies as a discipline that reads and interprets different texts to make sense of the problems the contemporary society faces, this work wishes to explore two post-apocalyptic fictional TV series – *The walking dead* (2003-2022) and *The last of us* (2023-present) – to think about our current times, namely the environmental crisis and the collective fear of human finitude. It will therefore focus on the image of the ruin as representative of a (human) life interrupted by disaster, while the planet regenerates itself. This text proposes to study urban ruins in both shows, their visuality, and their role as backdrops to the stories and narrative devices. The modern ruin depicted there speaks to the downfall of human civilization, violence, and negligence. The rubble, burned landscapes, empty streets, and unkempt and derelict buildings serve as reminders of an unrecoverable past that insists on impacting the present. Conversely, the rebuilt spaces, as well as the natural elements that reclaim buildings, roads, and other structures, open the possibility of life beyond disaster. In this light, ruins are not the end but, as unfinished and always changing forms, they might point to new beginnings and the survival of human life.

Keywords: Ruin; Urban space; Human life; *The walking dead*; *The last of us*

O presente texto apresenta-se como um exemplo da prática dos Estudos de Cultura, disciplina que procura investigar os principais temas da cultura contemporânea, os seus fenómenos e formas de mediação e representação. Ancora-se na reflexão levada a cabo por Capelo Gil (2008), que explica esta macro e metadisciplina como “espaço onde os problemas que preocupam a tessitura cultural se expressam e desenvolvem” através da “prática da interdisciplinaridade e o processo de diálogo transdisciplinar” (p. 142). É com o objetivo de compreender a complexidade da sociedade atual e os problemas com que esta se debate – propósito basilar dos Estudos de Cultura – que este texto faz uso da noção e imagem da ruína para pensar uma cultura marcada por rápidas e profundas transformações sociais, culturais e políticas e por uma crescente fragmentação (polarização, até) no que concerne questões fulcrais para o presente e futuro da humanidade.

Tendo como ponto de partida a crise ambiental – um dos maiores desafios dos dias de hoje –, o texto procura explorar a forma como a ficção reflete crítica e criativamente (sobre) a contemporaneidade. Analisa-se o modo como histórias pós-apocalípticas retratam a fragilidade humana e a precariedade das relações sociais no rescaldo de um evento global e letal, e representam o medo coletivo da finitude da espécie humana.

Considerando que o fim do mundo neste tipo de obras normalmente não significa o fim, mas o início de um novo mundo (Yuen, 2012), a ruína emerge como um tropo importante da história pós-apocalíptica, simbólica de uma vida (humana) interrompida pelo desastre, enquanto o planeta se regenera e se adapta à nova realidade. Para o efeito, será desenvolvida uma análise qualitativa das séries televisivas *The Walking Dead* (2010-2022) e *The Last of Us* (2023-presente).

O momento crítico de uma catástrofe anunciada

Os problemas ambientais dos nossos dias são muitas vezes referidos através do conceito metafórico de “crise” que pressupõe, por um lado, a existência de um acontecimento ou fenómeno extraordinário que se destaca de outros considerados comuns ou rotineiros e, por outro, um estado de latência caracterizado por mudanças lentas e graduais que culminam na necessidade de uma tomada de decisão no seu ponto mais crítico (Nünning, 2012).

Embora a discussão acerca da crise ambiental tenha vindo a assumir um papel preponderante enquanto “estado de transição ao qual nos deveríamos habituar, não de forma passiva, mas estudando para onde podemos, devemos e queremos ir” (Guedes Vaz, 2016, §5), as inegáveis (e irrevogáveis) alterações na atmosfera da Terra, a volatilidade climática, a degradação dos ecossistemas, a aceleração da extinção de espécies, a utilização excessiva de recursos naturais e o seu esgotamento não são temas recentes. A Segunda Guerra Mundial e o consequente receio da destruição em massa reforçaram a ideia do ambiente como algo que, para além de afetar a vida humana, pode também ser afetado por ela. As mudanças tornaram-se tão significativas e visíveis que vários cientistas e ambientalistas anunciaram, no início dos anos 2000, a entrada numa nova época geológica profundamente marcada pela ação dos seres humanos: o Antropoceno (Crutzen, 2002; Steffen, Crutzen & McNeill, 2007).

Apesar dos constantes avisos nas últimas décadas para a necessidade urgente de travar a destruição do ambiente e delinear uma estratégia de desenvolvimento sustentável (Carson, 1962; McKibben, 1989), a comunidade internacional, concentrada em questões prementes como a economia e a

segurança no início do século XXI, não conseguiu mobilizar-se e responder de forma clara e eficaz à crise ambiental, levando ao seu agravamento. Escrevendo sobre o impacto negativo dos seres humanos no planeta, Crutzen (2002) afirmou que só uma catástrofe global (e.g., um meteorito, uma guerra mundial ou uma pandemia) poderia impedir a humanidade de continuar a ser um importante agente ambiental. A eclosão da pandemia de COVID-19 em 2020 deu-lhe razão. A erupção de um vírus que visava especialmente os seres humanos perturbou sociedades e culturas inteiras, desafiou sistemas políticos e económicos e permitiu ao planeta algum alívio. Sobretudo, tornou as pessoas mais conscientes do que nunca da sua finitude.

Uma civilização em queda

Embora a ideia e imagem da ruína permeiem toda a história humana, o século XXI tem sido especialmente marcado por ela, desde o colapso do World Trade Center em 2001 à guerra ao terror(ismo) (Dillon, 2011), passando pelos conflitos mais recentes na Ucrânia e no Médio Oriente. A tudo isto se junta a instabilidade financeira e económica, o crescimento da fragmentação política, não esquecendo a destruição do meio ambiente.

The Walking Dead e *The Last of Us* refletem uma sociedade contemporânea em estado de ruína, representando em larga medida o colapso da civilização humana moderna. A série *The Walking Dead*, desenvolvida por Frank Darabont e baseada numa banda desenhada com o mesmo nome, estreou no canal AMC em outubro de 2010. Retrata a história de um grupo de pessoas que tenta sobreviver a uma pandemia global que as transforma em zombies. A infeção ocorre quando se é mordido ou arranhado, ou quando alguém morre. Como explica um cientista do Centro de Controlo de Doenças (1x05; 1x06), o vírus *wildfire* funciona como uma infeção viral latente e assintomática que se torna ativa quando o hospedeiro morre. A única forma de alguém evitar tornar-se um zombie ou de o matar é danificando o seu cérebro ou destruindo o corpo por completo. Curiosamente, não é dada nenhuma razão concreta para a mutação nem uma explicação sobre a causa e forma como o mundo se vê invadido por zombies. Os *spin-offs* produzidos nos últimos anos têm sido utilizados para preencher algumas destas lacunas da série principal, por exemplo, mostrando o período logo após o aparecimento dos primeiros zombies e o caos que se seguiu. Não obstante, muitas questões continuam por responder.

Logo no primeiro episódio, os espetadores são confrontados com um cenário pós-apocalíptico. O episódio mostra o xerife Rick Grimes a acordar num hospital depois de, meses antes, ter sido gravemente ferido em serviço. Rick descobre rapidamente que a realidade que conhecia já não existe. Os corredores do hospital, outrora limpos e seguros, estão agora completamente revirados, cobertos de sangue e detritos, e cheios de mortos-vivos, corpos ambulantes em decomposição. Rick é atirado para um novo mundo onde os zombies – ou *walkers*, como são chamados – povoam o que resta das cidades, obrigando os sobreviventes a fugir e a esconder-se.

The Last of Us conta uma história diferente, mas, em alguns aspetos, muito semelhante. A adaptação televisiva do videojogo foi desenvolvida por Craig Mazin e Neil Druckman para a HBO e lançada na sua plataforma de streaming em janeiro de 2023. Tal como em *The Walking Dead*, a série desenrola-se em plena pandemia global, embora neste caso a fase inicial do surto seja dada a conhecer ao espetador através de Joel Miller, que perde a família na primeira vaga da infeção. Além disso, a doença também é definida de forma mais clara e específica: uma infeção em massa causada

por uma mutação do fungo cordyceps que mata as células cerebrais, assume o controle de todas as funções motoras e transforma as pessoas em criaturas semelhantes a zombies. Estas, quando infectadas, enlouquecem e, eventualmente, acabam por ser engolidas pelo fungo. Perdem as suas memórias, a sua humanidade e, por fim, as suas vidas. Após um salto de 20 anos, Joel vive numa das zonas de quarentena criadas pelas forças militares FEDRA. Estas zonas podem ser entendidas, à luz da teoria de Bauman (2001), como comunidades fechadas construídas com o propósito de manter as pessoas saudáveis dentro dos seus muros e os infectados do lado de fora. Assim, a segurança da comunidade decorre do seu isolamento e da supressão da liberdade dos seus membros.

Joel vê-se forçado a sair da zona de segurança quando conhece Ellie, uma rapariga de catorze anos imune à doença, e recebe a tarefa de atravessar clandestinamente os Estados Unidos em busca de uma cura. Durante a viagem, é possível ver a extensão dos danos causados pela pandemia, com vastas áreas bombardeadas e abandonadas pelos humanos numa tentativa de controlar o fungo. Porém, tal como em *The Walking Dead*, estes espaços estão agora repletos de zombies, transformados em cidades-fantasma, ou melhor, cidades mortas/de mortos.

Nestes mundos distópicos, cidades reais e, em muitos casos, facilmente reconhecíveis, são imaginadas como totalmente devastadas. Exemplo disso é o *spin-off The Walking Dead: Dead City*, que decorre na cidade de Nova Iorque. A cena de abertura mostra o horizonte de Manhattan completamente desfigurado, com os seus famosos arranha-céus parcialmente destruídos e/ou consumidos pela vegetação. Enquanto os humanos sobreviventes são obrigados a esconder-se ou a construir condomínios fechados altamente fortificados para se protegerem e evitarem a contaminação, o resto do mundo entra em decadência. As múltiplas ruínas ecoam memórias passadas e mimetizam os corpos em decomposição que as tomaram.

As ruínas em *The Walking Dead* e *The Last of Us*

As paisagens urbanas em ruínas não são meros cenários de fundo quer em *The Walking Dead* quer em *The Last of Us*; pelo contrário, são dispositivos narrativos que contribuem para o enredo e para a definição das personagens. A ruína moderna retratada nas séries, por oposição à “ruína autêntica” da antiguidade que suscita admiração e espanto (Huyssen, 2006), transmite uma certa ambivalência. Por um lado, é um portal para o passado (Dillon, 2011), uma recordação de uma situação terrível (Ginsberg, 2004). Evoca a queda da existência humana, a violência, o esquecimento e a negligência. Por outro lado, e apesar de simbolizar destruição, a ruína é também indicadora de sobrevivência. É um fragmento de um tempo passado que resiste ao teste do tempo e que permanecerá para lá do tempo presente.

As ruínas aparecem frequentemente como escombros, paisagens queimadas, ruas vazias e deterioradas, edifícios derrelitos, paredes descascadas, veículos abandonados, árvores e plantas mortas, ossos espalhados, construindo a ideia de um mundo virado do avesso e reforçando o sentimento de perigo e de ansiedade permanente em relação ao presente-futuro. Como refere Dell’Agnese, “Physical objects remain, but only as vestiges and ruins. Garbage is strewn everywhere, together with objects that were once useful but whose primary function is now ignored” (2014, p. 338). Em *The Walking Dead* e *The Last of Us*, as personagens deslocam-se nestes espaços, ocupam-nos temporariamente e retiram deles o que precisam: exemplo do que se afirma

é a cena de *The Walking Dead* (9x01) em que as personagens vão a um museu para adquirir materiais e ferramentas agrícolas antigos, tais como uma carroça colonial (importante e útil num mundo sem combustível). O museu de história já não é, pois, um local de lazer e contemplação, mas continua a ser um local de conhecimento, permitindo que se viaje até ao passado para encontrar soluções práticas para os problemas de um presente pouco ou nada tecnológico.

As personagens são, então, constantemente confrontadas com cenários de destruição e têm de se adaptar a eles, conscientes de que, num espaço aparentemente congelado no tempo, tudo pode mudar de repente. As ruínas permitem vislumbrar um passado irrecuperável, subitamente alterado pelo desastre, enquanto insistem em afetar o presente através das cicatrizes que deixam no espaço físico. A par desta circunstância, emerge também a consciência traumática de que uma nova ameaça poderá trazer mais destruição no futuro.

Contudo, em ambas as séries, as ruínas são muito diferentes das ruínas antigas que habitam o nosso imaginário coletivo, ou das ruínas industriais que resultam da passagem do tempo. Na verdade, partilham mais semelhanças com cenários de guerra já que, nestes mundos, os humanos estão de facto em guerra: contra a infeção, contra o que já não é humano, uns contra os outros. Se pensarmos na história das ruínas em cenários urbanos, vemos que elas são uma parte intrínseca da vida das cidades. A construção urbana anda de mãos dadas com a ideia de destruição, quer seja através da substituição do antigo pelo novo ou da planificação de uma construção que se sabe de antemão efémera. No entanto, contrariamente à teoria da ruína enquanto produto da passagem do tempo (Hetzler, 1988), em *The Walking Dead* e *The Last of Us*, as ruínas podem ser vistas como “ruínas instantâneas”. Embora a desolação aumente com o tempo, estas ruínas emergem na sequência de um acontecimento catastrófico e traumático que cria destruição e desintegração imediatas. O acontecimento apocalíptico inscreve-se subitamente nas cidades, fundindo-se violentamente com elas¹⁶.

Um aspeto curioso partilhado pelas duas séries é o modo como o espaço pode espelhar quem o habita ou contribuir para a construção da identidade da comunidade que aí se constrói. Tanto em *The Walking Dead* como em *The Last of Us*, a formação de comunidades é apresentada como solução para enfrentar adversidades e garantir a sobrevivência humana. As pessoas unem-se, essencialmente, por dois motivos: primeiro, para evitarem o encontro com os zombies e o risco de serem infetadas; segundo, para se protegerem de outras pessoas. Percebe-se, porém, no decorrer das séries, que a maior ameaça não é o vírus ou o fungo, mas os humanos, que se tornam a principal causa de mortalidade. As personagens permanecem em conflito umas com as outras numa busca agressiva de poder, incapazes de trabalhar em conjunto, em paz, por um objetivo comum.

É possível estabelecer aqui uma ponte com a vida real, designadamente com o argumento de que pouco tem sido feito para resolver a crise ambiental por falta de consenso sobre o tema e um esforço concertado para combater a ameaça global. Muitos países revelaram um comportamento semelhante durante a pandemia de COVID-19, tentando mitigar os efeitos do vírus dentro das suas fronteiras antes de oferecerem ajuda internacional. As comunidades de *The Walking Dead* e *The Last of Us*, em constante estado de guerra, refletem esta mesma incapacidade contemporânea de cooperar eficazmente.

¹⁶ Bégout (2022) utiliza a expressão “ruína instantânea” numa aceção diferente, referindo-se a construções temporárias pensadas apenas para o presente.

Sobre a identidade, pode dizer-se que os espaços que estas comunidades ocupam dizem muito sobre quem são, os seus princípios e objetivos. Os grupos mais violentos tendem a viver em lugares degradados ou estruturas fortificadas e armadas. A falta de interesse pelo espaço reflete o seu desrespeito pelos outros seres humanos. Em contrapartida, as comunidades que fomentam uma relação harmoniosa entre os seus membros concentram-se em reconstruir o que está danificado e cuidar tanto da propriedade como dos habitantes.

Da incompletude e da esperança

Por último, em *The Walking Dead* e *The Last of Us*, as ruínas podem também ser entendidas como uma oportunidade. A ocupação de estruturas anteriormente vazias e a reconstrução de espaços destruídos dão vida aos locais, contrariando a morte que existe no exterior. O mesmo acontece quando elementos naturais tomam edifícios, estradas e afins, abrindo assim a possibilidade de vida para além da catástrofe. Nesta perspetiva, as ruínas não são o fim; enquanto formas inacabadas e mutáveis, sugerem novos começos e formas de sobrevivência humana.

As ruínas desocupadas pelos seres humanos e repletas de vegetação que cresce, espontânea, a partir de fissuras e fraturas, abundam em ambas as séries. Esta invasão da ruína pela vegetação – processo inerente à sua maturação – confere à natureza um papel ativo que a leva a penetrar lentamente no edifício e a fundir-se com ele (Hetzler, 1988). Particularmente os espaços urbanos, moldados pela agência natural por oposição à humana, tornam-se paisagens urbanas selvagens (Jorgensen, 2012), reforçando a ideia da ruína como espaço vivo em constante mutação.

A ruína vencida pela natureza não é desprovida de vida ou vitalidade; tão pouco implica o fim de quem a frequenta. Ela é antes um espaço de renascimento, de criação incessante do novo – uma oportunidade de renovação. Se o novo pode ser visto como a primeira etapa da ruína, uma “pré-ruína” (Gurvitch citado em Ginsberg, 2004, p. 335), depreende-se que a ruína implicará sempre algo a ser explorado. O espaço que vemos e experienciamos neste momento será sempre diferente no futuro: um espaço mudado, renovado, re-significado. Poderá ser esta uma das razões por que as séries se centram em viagens e na exploração de novos e diferentes espaços, mostrando as personagens como seres deslocados (pertencentes a um tempo outro) e em permanente deslocação (procurando criar raízes em algum lugar).

A invasão da vegetação prenuncia um regresso à natureza, ao estado natural das coisas. De facto, se a ação humana alterou a paisagem natural, cabe agora à natureza alterar a paisagem humana. Não é por acaso que as ruínas são o espaço primordial dos zombies nas duas histórias. Embora possam ser vistos como criaturas vazias e sem vida, os seus corpos, ressuscitados por um vírus/fungo que evolui e se ramifica infinitamente, podem ser interpretados como mais uma representação das múltiplas formas como a natureza transcende os limites humanos e pode até provocar uma mudança profunda na natureza humana, transformando-a em algo mais animal do que humano.

Será ainda importante lembrar a força “corrosiva e destrutiva” (Simmel, 2019, p. 61) da natureza. Elton – personagem do *spin-off The Walking Dead: World Beyond* (1x02) – fala do vírus como uma forma de a natureza lutar contra as ações ruinosas dos homens e dar seguimento ao seu comportamento autodestrutivo: “Já nos matávamos direta e indiretamente, mas a natureza criou um atalho” (Gimple & Negrete, 2020, 10:59). Duas ideias sobressaem aqui. Primeiro, a natureza

contrapõe-se à natureza humana, à sua sede de controlar, domesticar e manipular o mundo natural; em vez disso, mostra-se como renovável e incontrolável, capaz de dizimar populações inteiras, tal como os humanos fizeram desde há anos ao mundo natural. Segundo, a consciência da finitude da espécie humana contrapõe-se à evidência da continuidade do planeta, concretizando-se na vulnerabilidade humana face ao agente letal (vírus ou fungo) e na mutabilidade e longevidade da ruína (que perdura no tempo, adaptando-se a ele).

Conclusão

Segundo Iбата (2023), “Whether they are derelict industrial sites with long-lasting polluting effects, the sprawling remains of short-sighted urban development ..., or landfill sites containing the waste product of rampant consumerism, the ruins of our own times cannot be dissociated from irreversible ecological devastation. ... [T]hey can be seen as an index or a symptom of the Anthropocene, and a concrete means to visualize humanity’s imprint” (p. 5). À luz da teoria e prática dos Estudos de Cultura, as ruínas retratadas em *The Walking Dead* e *The Last of Us* podem ajudar-nos a compreender os possíveis efeitos do colapso ambiental, que resulta do e no colapso das estruturas humanas, como demonstram as paisagens destruídas e os corpos em ruína. Estabelecendo aqui mais uma ligação com a atual crise cultural e ambiental provocada pelo homem, o mundo é apresentado em ambas as séries como um declínio, uma queda anunciada. Do mesmo modo, a materialização do trauma em ruína reconfigura quer os desafios quer as potencialidades da crise que representa. Por um lado, enquanto vestígios de uma época passada, as ruínas constituem um grilhão a uma realidade que já não existe. E, no caso dos corpos em ruína, são representativas de vidas arruinadas, de quem foi contaminado e de quem sobreviveu e luta para viver. Por outro lado, enquanto paisagens em constante mudança, as ruínas oferecem um sentido de esperança, uma forma de redenção. Mostram que um futuro e/ou um presente em crise não ditam necessariamente uma sentença de morte.

Bibliografia

- Bauman, Z. (2001). Community. Seeking safety in an insecure world. Polity.
- Bégout, B. (2022). Obsolescence des ruines. Inculte.
- Capelo Gil, I. (2008). O que significa Estudos de Cultura? Um diagnóstico cosmopolita sobre o caso da cultura alemã. Comunicação & Cultura, 6, 137-166.
- Carson, R. (1962). Silent spring. Houghton Mifflin.
- Crutzen, P. (2002). Geology of mankind: The anthropocene. Nature, 415, 23.
- Darabont, F. (2010-2022). The walking dead. AMC
- Dell’Agnese, E. (2014). Post-apocalypse now: Landscape and environmental values in The road and The walking dead. Geographia Polonica 87 (3), 327-341.
- Dillon, B. (2011). Ruins. The MIT Press.

- Gimple, S. M., & Negrete, M. (2020-2021). *The walking dead: World beyond*. AMC.
- Ginsberg, R. (2004). *The aesthetics of ruins*. Rodopi.
- Guedes Vaz, S. (2016). *O ambiente em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Hetzler, F. (1988). Causality: Ruin time and ruins. In *Leonardo* 22(1), 51-55.
- Huyssen, A. (2006). Nostalgia for ruins. *Grey Room*, 23, 6-21.
- Ibata, H. (2023). Introduction. *Interfaces*, 49, 1-12.
- Jorgensen, A. (2012). Introduction. In A. Jorgensen & R. Keenan (Eds.), *Urban wildscapes* (pp. 1-14). Routledge.
- Jorné, E. (2023-presente). *The walking dead: Dead city*. AMC.
- Mazin, C., & Druckmann N. (2023-presente). *The last of us*. HBO.
- McKibben, B. (1989). *The end of nature*. Random House.
- Nünning, A. (2012). Making crises and catastrophe – How metaphors and narratives shape their cultural life. In C. Meiner & K. Veel (Eds.), *The cultural life of catastrophes and crises* (pp. 59-88). De Gruyter.
- Simmel, G. (2019). A ruína (A. S. Ribeiro, Trad.). In C. Fortuna (Org.), *Simmel. A ruína* (pp. 55-65). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Steffen, W., Crutzen, P. & McNeill, J. (2007). The Anthropocene: Are humans now overwhelming the great forces of nature? *AMBIO: A Journal of the Human Environment* 36(8), 614-621.
- Yuen, W. (2012). Philosophy for the dead. In W. Yuen (Ed.), *The walking dead and philosophy: Zombie apocalypse now* (pp. xiii-xvi). Open Court.

XVI. *Pigeons Soundings* – Um Regresso Sonoro à Ruína

Mário Avelar

Resumo

Neste ensaio analisamos a forma como as *Sound Sculptures* de Bill Fontana redescobrem o ambiente natural e artificial, transformando-o numa fonte de informação e reflexão de forma a afetar as percepções públicas dos espaços arquitectónicos e da arte visual através da utilização do som como instrumento escultórico do artista. Ao combinar e cruzar tecnologias de transmissão que ligam vários locais de recolha de som a um único ponto de receção, Fontana explora e desenvolve sistemas de audição ao vivo ao longo do seu percurso artístico.

O nosso objetivo é o de mostrar como a sua instalação intitulada “Pigeon Soundings” concede uma nova “aura” a um espaço que se encontrava em ruínas, e de que forma a sua posterior recuperação conduziu à conversão num museu. Deste modo, a nossa análise testa a afirmação de Georg Simmel segundo a qual “The ruin creates the present form of a past life, not according to the contents or remnants of that life, but according to its past as such” (Simmel 1985, 385). Prosseguimos o tema de “ruína” em ligação à noção de atmosfera elaborada por Gernot Böhme, “something that is in a certain sense indeterminate” (Böhme 1993, 113), que transmite uma impressão de intemporalidade e de incerteza no espaço, e, na linha de Walter Benjamin, “its presence in time and space’ ... its ‘aura’”. (Benjamin 2018,6)

Palavras-chave: ruínas, atmosfera, experiência, Bill Fontana, Pidgeon Soundings

Abstract

In this chapter we analyze how Bill Fontana’s *Sound Sculptures* as a rediscovery of natural and man-made environment, to change it into a source of information and reflection. Eventually, public perceptions of architectural spaces and visual art have been affected by the artists’ use of sound as a sculptural medium. By combining and mixing transmission technologies that link various sound collection sites to a single reception point, the artist explores and develops live listening systems in a significant number of his works. We aim to show how Bill Fontana’s installation “Pigeon Soundings” gives a new “aura” to a space that lied in ruins and that, due to his work, was recovered and eventually converted into a museum. Our analysis tests Georg Simmel’s statement, “The ruin creates the present form of a past life, not according to the contents or remnants of that life, but according to its past as such” (Simmel 1985, 385). We pursue the topic of “ruin” in connection to Gernot Böhme’s notion of atmosphere as “something that is in a certain sense indeterminate” (Böhme 1993, 113), which gives a sense of timelessness and uncertainty in space, and, in line with Walter Benjamin, “its presence in time and space’ ... it’s ‘aura’”.

Keywords: Ruin, Atmosphere, Experience, Bill Fontana, Pidgeon Soundings

Neste ensaio analisamos a forma como o artista Bill Fontana concebeu as suas *Sound Sculptures*, de modo a redescobrir o ambiente natural e o criado pelo homem de forma a funcionar como fonte de informação e reflexão. Pretendemos observar como é que as percepções públicas dos espaços arquitectónicos e da arte visual são afectadas pela utilização do som como instrumento escultórico. Com efeito, ao combinar tecnologias de transmissão que ligam vários locais de recolha de som a um único ponto de receção, Fontana explora e desenvolve sistemas de escuta ao vivo num número significativo das suas obras. Deste modo, o som e a música continuam a acrescentar novas e diferentes atmosferas à obra de arte, conferindo-lhe uma dimensão singular dominada por uma atmosfera visual/aural, e assim suscitando novas formas de a fruir.

Pretendemos mostrar como a sua instalação intitulada *Pigeon Soundings*, confere uma nova/velha “aura” - conceito que retiramos de *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*, de Walter Benjamin - a um espaço que se encontrava em ruínas e que foi posteriormente convertido em museu. Neste contexto, recorreremos também ao filósofo Georg Simmel quando defende que “The ruin creates the present form of a past life, not according to the contents or remnants of that life, but according to its past as such” (Simmel 1985, 385). Pretendemos explorar as temáticas convocadas pelo tema da “ruína”, em diálogo com o conceito de indeterminação do filósofo alemão Gernot Böhme relativamente à atmosfera - “atmosphere indicates something that is in a certain sense indeterminate” (Böhme 1993, 113), o que, de acordo com o nosso argumento, introduz um sentido de intemporalidade e incerteza no espaço. Como acima referido e como Walter Benjamin demonstrou, confirma-se assim “its presence in time and space' ... its 'aura’”.

No final da Segunda Guerra Mundial, a igreja de São Columba em Colónia era uma ruína que alojava centenas de pombos. Como podemos deduzir do título desta instalação, *Pigeon Soundings* é um mapa sonoro, contendo oito canais dos pombos que nidificaram na parede oeste da igreja e que voavam através de uma grande fenda retangular para uma superfície de telhado que atravessava a ruína.



Figura 29: Ruína de São Columba, 1974.

Este mapa sonoro consiste numa gravação em tempo real dos movimentos e sons dos pombos – as suas vozes – no interior da ruína. Para realizar esta gravação, Bill Fontana posicionou oito microfones em dois grupos de quatro ao longo de cada lado da sala retangular, concebendo assim o mapa sonoro de oito canais (Fontana, n.d.). O resultado destas gravações seria exposto mais tarde

num novo museu em Colónia, intitulado Kolumba, concebido pelo arquiteto suíço Peter Zumthor, que englobava a ruína gótica original com uma área de 12 metros de altura de paredes porosas, sobre as quais assentavam os pisos do novo museu.

Como referimos, a igreja havia sido destruída por um bombardeamento em 1943, tendo sobrevivido apenas as paredes exteriores, a cave da torre, o átrio e uma estátua gótica da Virgem Maria. O novo edifício do museu de arte do arcebispo de Colónia seria assim construído em 1949 segundo o projeto de Gottfried Böhm sobre as ruínas da igreja gótica, acolhendo no seu núcleo uma joia dos anos 50: a capela “Madona em Ruínas”.



Figura 30: A capela construída nas ruínas da torre românica (arquiteto Gottfried Böhm).

Para compreendermos a conceção e exposição desta obra de arte, importa ter presente a filiação histórica do lugar onde ela emergiria.

A ruína e o conceito que dela emana suscitam um certo fascínio, nostalgia e até melancolia, não só pela sua presença física, pelos vestígios dos edifícios, pela forma como se inserem no meio envolvente, mas também pelo que representa - o que outrora existiu e foi alterado na plenitude do tempo. Esta mudança remete para um momento paradigmático de um tempo muitas vezes longínquo, para algo que já não existe, ou tendo sido transformado em algo diferente, novo, perdendo assim um pouco do seu conteúdo original, mas ao mesmo tempo adquirindo uma nova dimensão, uma nova essência.

Quando uma ruína é encontrada, ela evoca algo de histórico que pode ser identificado no seio de uma determinada comunidade. Assim, as ruínas podem assumir uma determinada relevância cultural mesmo nos casos em que os planos envolvendo a sua eventual gestão se confinam a meras reparações. Além disso, a conotação negativa a ela associada pode implicar a sua condenação ou mesmo eliminação, em particular quando não surgem argumentos fortes no sentido da sua preservação e a sua gestão pode então nada contribuir para a sua recuperação.

As ruínas representam mais do que persiste no presente; representam uma memória e uma referência que são indissociáveis de uma carga emocional naqueles que as observam. Essas percepções podem assumir diferentes formas, seja através de imagens, seja através da sua combinação com o som, como Bill Fontana as suscita com *Pigeon Soundings*. Em *Modern*

Painters, o grande crítico de arte do século XIX, John Ruskin, desenvolveu uma análise teórica e histórica que envolvia a carga emocional da ruína: “my pleasure in mountains or ruins was never, even in earliest childhood, free from a certain awe and melancholy, and general sense of the meaning of death, though, in its principal influence, entirely exhilarating and gladdening.” (Ruskin 1903, 366)

Argumenta o historiador de arte James Hall que ruína, a ideia presente em New Dispensation no Cristianismo, delineado a partir de, ou substituindo, o velho Judaísmo, foi por vezes representada na arte medieval pela imagem de um edifício, a Sinagoga, que, após ser desmantelado, viu os seus tijolos e pedras funcionarem como base para a construção de uma igreja, a Nova Jerusalém. O motivo do edifício em ruínas, com este significado simbólico, passou a estar particularmente associado às cenas da Natividade de Cristo e da Adoração dos Magos. No século XV, na pintura neerlandesa, a ruína apresenta frequentemente traços românicos, como na pintura do renascentista holandês Jan Mostaert, exposta no Rijksmuseum de Amesterdão. Considera igualmente Hall que o classicismo pictórico do Renascimento italiano, podia simbolizar a decadência do paganismo, como na visão fantasiosa de Giovanni Paolo Panini do Panteão e de outros monumentos da Roma Antiga. Por seu turno, o ressurgimento de interesse pela Antiguidade Romana, sobretudo no século XVI, teria suscitado a representação das ruínas da arquitetura clássica como um tema sem conotações simbólicas. As pinturas do estilo artístico capriccio combinavam frequentemente edifícios, locais históricos e outros componentes arquitetónicos de formas fictícias e não raro inesperadas. (Hall 1974)

Estes estilos de arte funcionavam assim de certa forma como ecossistemas, à semelhança da relação harmoniosa que permite aos organismos vivos sustentarem-se e coexistirem nos seus ambientes naturais. A ecologia nestes ambientes naturais pode também ser vista como uma organização bem equilibrada de ligações entre diversos elementos ambientais.

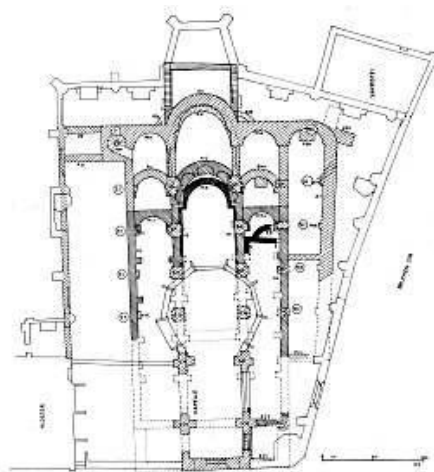


Figura 31: St. Kolumba, planta baixa dos vários prédios da igreja.

Esta referência elíptica a momentos históricos artísticos apoiada na reflexão de James Hall, ajuda-nos a clarificar o impacto da instalação de Fontana em São Columba. A ideia de conceber esta instalação começou a tomar forma na mente do artista em 1994, quando a igreja ainda era uma ruína gótica habitada pelos pombos. No entanto, naquele lugar dois mil anos de história de Colónia

eram ainda parcialmente visíveis nas velhas paredes, nas colunas e criptas assim criando um certo limbo temporal. Este local extraordinário era enquadrado pelas paredes exteriores da antiga igreja, parcialmente destruídas, e por um telhado provisório de madeira cujas vigas também eram habitadas por aqueles pombos.

Um dos principais objetivos de um “Museu orientado para o visitante” reside na sugestão de um cenário ideal onde este satisfaça os seus pedidos, expectativas, desejos e interesses diversos e lhes proporcione uma abertura de conhecimento. A proliferação de aplicações proporcionando informação variada em espaços museológicos ou expositivos decorre daquele conceito. (Plotzek 1995)

Em 1994, Bill Fontana fez assim a série de gravações de mapas sonoros de oito canais destes pombos, gravando simultaneamente a amálgama de sons a partir de oito pontos espaciais. A ruína era acusticamente transparente, pois os sons ambientais de Colónia penetravam as antigas paredes, misturando-se com os arrulhos e o bater de asas voadoras.



Figura 32: Pombos agitando as asas ao voarem.

A memória sonora destes milhares de pombos regressaria assim ao espaço, habitando-o de forma invisível. As obras de Fontana centram-se na ressonância metafórica da memória espacial, na fronteira entre a realidade e a ficção e na desconexão entre as propriedades visuais e auditivas dos seus espaços híbridos. Com efeito, nas obras em que as ruínas são incorporadas na estrutura artística, a sua ligação a acontecimentos reais, históricos ou mesmo míticos pode despertar a nossa curiosidade mais do que o seu verdadeiro significado ou aparência. (Daemmrich 2016)

Fontana considera que locais como Colónia ou Berlim, que encerram um forte contexto histórico, os sons e a memória participam de uma forma peculiar no espaço, pelo que, o que outrora ali aconteceu seria ainda tangível, sendo essa memória que ele pretende recuperar na sua arte. Bill Fontana acredita que a música e a arte sonora lidam com a criação de diferentes impressões sobre a passagem do tempo. Assim, o sentimento temporal mais interessante será a intemporalidade, uma espécie de meditação que começa quando e/ou se ouvirmos bem o som de um sino em decomposição, e nunca mais pára: “Ruins are vanitas-symbols, they tell us about the passing of time and of the futility of all human effort. The ruins themselves, as well as these questions, are

surrounded by a certain mystique, and this makes them an image of human conditions in a most fundamental way.” (Eriksen, s.d., 17)

A qualidade dos ambientes construídos pelo homem é também essencial para o bem-estar da comunidade. A arquitetura, o design de interiores, o design paisagístico, o design urbano e outros elementos visuais destes ambientes foram todos planeados há muito tempo. No entanto, os elementos acústicos de uma área não são frequentemente planeados, e o design sonoro e a paisagem sonora só recentemente entraram em relação com o conceito de ruína¹⁷. De acordo com o escritor francês François-René de Chateaubriand, as ruínas possuem um significado global, unido pela passagem do tempo tudo une. Chateaubriand conservaria a sua memória, desde as civilizações cujos monumentos o impressionaram e sobre escrevera em *Itinéraire de Paris à Jérusalem*, até às civilizações indígenas americanas que conheceu ao explorar o Novo Mundo. As ruínas romanas ou gregas suscitavam-lhe assim uma melancolia que o impulsionava no sentido da sua preservação. Considerava ele que se a realidade decorria do cenário natural, formado pela lenta erosão do tempo, e a ruína parecia ter o poder de nos atrair para fora de si mesma, para uma espécie de além indefinido. (Chateaubriand 2002)

A entrada num local que outrora foi uma ruína e que, entretanto, adquiriu uma nova vida, suscitaria, deste modo, uma memória acústica devedora do espaço que ali existira. Reconhecem-se assim interações sonoras agradáveis e procura-se desenvolver um sentido de audição mais apurado, como o canto dos pássaros numa floresta, que podem ser considerados exemplos de design sonoro em ambientes naturais. Além disso, as ligações sonoras esteticamente agradáveis têm objectivos ecológicos mais profundos - muitos cantos de aves têm uma melodia distinta e de longo alcance, como quando, de manhã cedo, há uma intensa atividade acústica, sem que estas melodias se sobreponham umas às outras.

Certos cantos de aves podem ser ouvidos à distância e facilmente reconhecidos porque as suas frequências e a sua estrutura melódica são adaptadas à acústica dos ambientes específicos que habitam, e não porque são mais altos do que os cantos concorrentes. É também pertinente anotar que as estruturas melódicas destas canções não estão sempre no seu ponto mais alto; pelo contrário, tal só acontece por breves períodos de tempo, integrando-se na atmosfera local, permitindo que as linhas melódicas de várias aves se sobreponham e ainda assim mantenham a sua clareza única. A capacidade de todos estes dados sonoros serem ouvidos em simultâneo, cumprindo os seus objectivos de comunicação, torna-se assim o principal propósito desta obra de Fontana.

Recordamos vários exemplos intrigantes de ruídos bem concebidos que podem ser esteticamente agradáveis no mundo humano/construído; buzinas de nevoeiro, apitos de comboio e sinos, por exemplo, podem ser facilmente percebidos em espaços e distâncias amplas. Por conseguinte, Fontana argumenta que a paisagem sonora humana não é criada, ela existe, em numerosas densidades sonoras a níveis elevados e sustentados. (Fontana n.d.)

Outra forma de reformular o conceito de ruído assenta nesta redefinição experimental do ambiente acústico, quando uma mudança contínua do som melhora a qualidade de vida no ambiente humano/construído, encorajando a sociedade a tornar-se mais sintonizada com os sons circundantes. O ambiente humano e/ou ambiental funciona como um sistema de informação

¹⁷ Ruins: A guide to conservation and management, accessed july 4, 2024, <https://www.dcceew.gov.au/sites/default/files/documents/ruins.pdf>.

musical repleto de eventos sonoros fascinantes nas esculturas de Bill Fontana. Ao criar estes sistemas de informação musical em tempo real, o artista parte não só do princípio de que haverá sempre algo interessante para ouvir, mas também de que a música, ou seja, “padrões sonoros com significado”, é um processo contínuo e natural na nossa vida quotidiana.

Uma tentativa ousada de alterar o significado do ambiente acústico em que a escultura sonora é percecionada, é concebida através da deslocação de ruídos ambientais para áreas públicas urbanas, como o museu. Estes contextos públicos revelam a escultura sonora a muitas pessoas que muitas vezes não prestam atenção a tais considerações estéticas, em contraste com os contextos musicais específicos e comuns. Este aspeto convoca outra dimensão estética relevante, a redescoberta do sentido de espaço. Como argumentou o realizador francês Jean-Luc Godard a propósito do processo de montagem, o corte num olhar é quase a definição da montagem, a sua ambição suprema e a sua submissão à *mise-en-scène*, a organização do próprio espaço e da sua narrativa. Cabe ao realizador fazer emergir a alma sob o espírito, a paixão por detrás da intriga, prevalecer o coração sobre a inteligência, destruindo a noção de espaço em favor da de tempo. (Goddard 1986)

Consideramos que Fontana subscreve esta perspetiva, não obviamente como realizador, mas como artista, dando assim vida ao espírito do lugar através do som, enquanto reconstrói o tempo através de uma redefinição do espaço. Na nossa opinião, ele não destrói o espaço, mas cria um espaço e um novo sentido de tempo através dos sons e do canto dos pássaros.

Como acima referimos, estas esculturas sonoras têm também uma dimensão simbólica e histórica, pois tanto os pombos como as pombas, que costumavam juntar-se em bandos, traziam consigo uma memória significativa, a do simbolismo a eles associado. Além disso, não é possível ignorar a especificidade da localização desta exposição: uma capela. Com efeito, a tradição simbólica cristã atribui especial importância à pomba que, no Novo Testamento, passou a representar o Espírito Santo; além disso, ela é símbolo de pureza, de uma presença inesperada de Deus e até da própria simplicidade. Todo este simbolismo decorre obviamente da beleza e da graça desta ave, da sua brancura imaculada e da doçura do seu arrulhar. Assim se explica que, na linguagem mais trivial como na mais elevada, desde a gíria parisiense (Chevalier 1995) até ao “Cântico dos Cânticos”, o signo pomba seja elevado a uma das metáforas mais universais da mulher. A pomba é também uma ave eminentemente sociável, o que reforça o seu simbolismo e a sua ligação com o lugar; afinal, Pigeon Soundings decorre num museu que já foi uma capela.

No ensaio *Present Tense*, Robert Morris defende que a arte pode não influenciar a forma como nos percecionamos a nós próprios, mas também como o próprio espaço e como uma extensão do eu. Aproxima-se do modelo de trabalho espacial em que a imagem estática e reconhecível do objeto autónomo é eclipsada pela atualidade como sua dimensão fundamental. As ruínas são um tipo de construção que realinha a relação entre objectos e espaços, mas são sempre vistas mais como o que foram do que como o que são, “approached with no reverence or historical awe, ruins are frequently exceptional spaces of unusual complexity that offer unique relations between access and barrier, the open and the closed, the diagonal and the horizontal, ground plane and wall” (Morris 1995, 190). É neste contexto que Pigeon Soundings confere uma nova/velha “aura” a um espaço que outrora esteve em ruínas.

John Brinckerhoff Jackson desenvolve este tema em *The necessity for ruins, and other topics*, afirmando que é imperativo, tanto para fins religiosos como artísticos, que haja um período de abandono e descontinuidade; é então que as ruínas emergem. Quando ele fala da necessidade de

ruínas, quer dizer que elas servem como catalisador para a restauração e para um retorno à fonte. De acordo com o nosso entendimento revisto da história, o renascimento e a reforma não são possíveis sem um período de rejeição ou morte. Para que haja uma paisagem que nasça de novo, a velha ordem tem de perecer. Estamos familiarizados com o prazer e a emoção que advêm de restaurar o que foi negligenciado em vez de inventar algo novo. Além disso, esta excitação é amplificada quando o estado original é visto como sagrado ou requintado. (Jackson 1980)

Este argumento permite-nos aprofundar a nossa análise de Pigeon Soundings, devido à noção de intervalo - de morte ou rejeição, necessário para uma renovação e reforma. A velha ordem tem de deixar de existir antes de poder haver uma paisagem renascida; a experiência emocional proposta por John Ruskin. Muitos de nós sentem a alegria e a excitação, não tanto de criar o novo, como faz Bill Fontana, mas de reconhecer o conceito de redenção do que até agora tem sido negligenciado. Como argumenta Brinckerhoff Jackson, esta excitação é particularmente forte quando a condição original é entendida como bela, ou mesmo sagrada. Na verdade, o local de Pigeon Soundings, o museu Kolumba, enquadra-se nesta categoria, tanto a nível sagrado, como na beleza arquitetónica do ambiente aqui presente.

Jackson considera que o simulacro histórico e teatral tem vindo a disseminar-se, trazendo o passado de volta em toda a sua riqueza; somos encantados por um estado de inocência e tornamo-nos parte do ambiente. Os momentos da história deixam de existir, o tempo ganha uma nova dimensão em que é difícil determinar o calendário. (Jackson 1980) De facto, este aspeto conduz-nos ao último tópico destacado neste ensaio, o conceito de aura, algo que emana fisicamente; uma atmosfera, tal como um sopro ou uma nuvem, segundo Walter Benjamin: “respira-se” a aura. (Böhme 1993)

Este filósofo alemão concebe o ato de respirar numa ligação radical com a absorção da substância pelo corpo e a auto-permeação desta atmosfera. De facto, a atualidade que se experimenta em Pigeon Soundings, enquadra-se nesta categoria, uma vez que a qualidade imersiva da exposição proporciona uma forma única de ver o espaço, não só através dos locais arquitectónicos em que nos encontramos, mas sobretudo através dos sons que emanam em virtude da instalação da Fontana.

Gernot Böhme considera que devemos ter em mente o ponto de vista de Benjamin sobre auras que podem ser sentidas em toda a arte, não apenas nas peças mais vanguardistas ou inovadoras. Perceber a aura significa assimilá-la ao nosso próprio estado físico de existência, no qual se sente uma qualidade de emoção mal definida e amplamente distribuída. Isto leva-nos a pensar na ligação à noção de emoção e na sua relação com a noção de ruína acima mencionada, e no seu parentesco intrínseco com a memória e com a experiência. A noção de aura proposta por Böhme, em consonância com a de Benjamin, sugere que ela é, antes de mais, o resultado da receptividade de um observador e, porventura, um sentimento ou estado de espírito de fundo. Para nós, é relevante que seja durante a observação de Pigeon Soundings, quando se está disponível para a perceber e totalmente imerso na atmosfera criada, que se pode reconhecer uma aura.

Enquanto se contempla um panorama visual e se ouve a transmissão áudio em tempo real de vários locais simultaneamente à distância, à medida que todas essas secções do terreno são sonoramente reunidas, a distância desmorona-se. Bill Fontana sempre considerou este um método intrigante de recontextualizar a música e o som num ambiente urbano, e Pigeon Soundings mostra este sentimento estético na aura de um espaço onde a antiga transcendência pode ser renovada numa ligação radical entre a natureza e o artifício artístico concebido pelo homem.

Bibliografia

Australia Government – Australia Heritage Council (2013). Retrieved from <https://www.dcceew.gov.au/sites/default/files/documents/ruins.pdf>

Benjamin, W., & Zohn, H. (2018). *The work of art in the age of mechanical reproduction: An influential essay of cultural criticism ; the history and theory of art*. Adansonia Press.

Böhme, G. (1993). *Atmosphere as the fundamental concept of a new aesthetics*. Thesis Eleven, 36(1), 113–126. doi:10.1177/072551369303600107 ~

Chateaubriand, F. R., Mourot, J., & Berchet, J.-C. (2002). *Itinéraire de Paris À jérusalem*. Paris: Garnier-Flammarion.

Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1995). *Dictionnaire des symboles: Mythes, rêves, coutumes, Gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris: R. Laffont : Jupiter.

Daemmrich, I. G. (1972). The ruins motif as artistic device in French literature: Part I. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 30(4), 449. doi:10.2307/429460

Eriksen, A. (2007). The murmur of ruins a cultural history. *Ethnologia Europaea*, 36(1). doi:10.16995/ee.999

Fontana, B. (2008). The relocation of ambient sound: Urban sound sculpture. *Leonardo*, 41(2), 154–158. doi:10.1162/leon.2008.41.2.154

Fontana, B. (n.d.). Musical Information Networks. Retrieved from <https://resoundings.org/Pages/musical%20networks.html>

Fontana, B. (n.d.). Sound as Virtual Image. Retrieved from <https://resoundings.org/Pages/sound%20As%20Virtual%20Image.html>

Fontana, B. (n.d.). The Environment as a Musical Resource. Retrieved from <https://resoundings.org/Pages/musical%20resource.html>

Fontana, B. (n.d.). The relocation of ambient sound: Urban sound sculpture. Retrieved from <https://resoundings.org/Pages/Urban%20Sound%20Sculpture.html>

Garn, A. (n.d.). How and Why Rock Pigeons Clap Their Wings. www.audubon.org. Retrieved from <https://www.audubon.org/news/how-and-why-rock-pigeons-clap-their-wings>

Godard, J.-L., Milne, T., & Narboni, J. (1986). *Godard on Godard*. London: Da Capo.

Hall, J., & Clark, K. (1979). *Dictionary of Subjects and Symbols in Art*. New York: Harper & Row.

Jackson, J. B. (1980). *The necessity for ruins, and other topics*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Krause, B. (2022). Biophony. Retrieved from <https://www.anthropocenemagazine.org/2017/08/biophony/>

Morris, R. (1993). *Continuous Project Altered Daily: The writings of Robert Morris*. Cambridge, NY: MIT Press : Solomon R. Guggenheim Museum.

Ruins: A Guide to Conservation and Management. (n.d.). Retrieved from <https://www.dccew.gov.au/sites/default/files/documents/ruins.pdf>

Ruskin, J. (2010). *The Works of John Ruskin*. doi:10.1017/cbo9780511696107

Schnapp, A. (2018). What is a ruin? the western definition. *KNOW: A Journal on the Formation of Knowledge*, 2(1), 155–173. doi:10.1086/696339

Seiler, S. (n.d.). St. Kolumba, ground plans of the various church buildings . Retrieved from https://www.kolumba.de/?language=eng&cat_select=1&category=14&artikle=57&preview

Settis, S. (2011). Nécessité des Ruines: Les Enjeux du Classique. *European Review of History: Revue Européenne d'histoire*, 18(5–6), 717–740. doi:10.1080/13507486.2011.618322

Simmel, G. (1958). Two essays. *The Hudson Review*, 11(3), 371. doi:10.2307/3848614

Traub, P. M. (n.d.). *Spatial Exploration: Physical, Abstracted, and Hybrid Spaces as Compositional Parameters in Sound Art*. doi:10.18130/v32c3v

Secção 3. Intervenções e Resistências

XVII. Liberdade – A Invocação à Resistência em Idosos

António Pernas

Resumo

A presente reflexão pretende problematizar a palavra “liberdade” através dos discursos e práticas de indivíduos idosos e que conviveram com o passado hegemónico salazarista. Tentamos compreender a sua importância, alcance e concretização ou não entre os mesmos.

Palavras-chave: liberdade, populismos, fascismo, idosos, estudos culturais

Abstract

This reflection aims to problematise the word “freedom” through the discourses and practices of elderly individuals who lived through the hegemonic Salazarist past. We try to understand its importance, impact and materialisation or not in their lives.

Keywords: Freedom, Populism, Fascism, Elderly, Cultural Studies

Introdução

Este artigo parte da hipótese do termo “liberdade” ser uma condição que incomodou de sobremaneira Salazar e o pensamento hegemónico do Estado Novo. Este desagrado surge de uma “razão de Estado” que permitiu uma autocracia onde a violência sobre pessoas e ideias políticas foram determinantes e de longa prevalência temporal.

Os indivíduos desse tempo, são hoje homens e mulheres idosos. Ao observarmos e anotarmos algumas das diferentes formas de comportamento social nos locais onde habitam e confraternizam, procuramos interrogar e caracterizar o sentimento de liberdade nas suas vidas. Os ventos da mudança social e política chegaram no dia 25 de Abril de 1974. Foi o início da vida democrática em Portugal. Mas tê-lo-á sido mesmo para todos os portugueses? Os mais idosos terão esquecido para sempre as matrizes ideológicas do Salazarismo? A evocação dos “velhos tempos” por parte destes indivíduos não será constante? As respetivas lembranças não evidenciarão retalhos do passado envoltos num orgulho implacável e obstinado?

Pretende-se compreender se os “novos tempos”, o mundo global que têm dificuldade em reconhecer, conseguiu ou não os demover de uma assunção de ideias formadas e aprendidas no tempo da sua infância e juventude que coincide com o Estado Novo português. Pesquisamos vestígios, oralidades, práticas e símbolos, enquanto rastros de outrora atravessados pelo peso das palavras que o regime salazarista lhes outorgou, mas também a hipótese de resistirem a determinados populismos fascistas.

O poder de pastorado – O idoso e a igreja

O conluio entre Salazar e a igreja católica, na perspectiva do “poder de pastorado” de que nos fala Michel Foucault, conduz-nos a um rebanho em que as “ovelhas cegas” são o espelho do povo crente que percorre o caminho que lhe é indicado pelo regime. E o nosso foco incide aqui numa viagem desigual do pensamento que verte entre um Portugal “religioso”, prisioneiro de consciência, e o resto do mundo, evoluindo, cortando correntes aqui e acolá, na procura pela liberdade, por uma onda, capaz de transformar os discursos naturalizados do Estado Novo.

Foucault (1979) fala de um domínio detido por sujeitos que atuavam perante a sociedade cristã, no papel de condutores, de pastores conectados a outros indivíduos que seriam como suas ovelhas ou mesmo o seu próprio rebanho (p. 65). Salazar intitula-se detentor desse poder, dessa “dominação”. Nas suas posições políticas, desempenhou sempre um papel poderoso e estrategicamente hegemónico. Além do mais, revela, nas diversas abordagens estratégicas, o quão importante seria fomentar aquilo que Valentim Alexandre (2006) no livro intitulado *O Roubo Das Almas*, designa de recristianização da sociedade portuguesa. Ou seja, a implantação, uma vez mais, do cristianismo, que não se poderia circunscrever a uma particular intimidade, pois era estrategicamente importante impor-se também no espaço público (p. 35).

Mas Salazar não atua sozinho na construção deste tipo de poder. Nos bastidores encontra-se o amigo de sempre, o cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, enaltecendo a “obra” de Salazar nas muitas missivas que lhe endereçou.

Tendencialmente, os dois amigos nunca deixaram de tentar, durante muitos anos, unir a casa de Deus à de Salazar. Um lar ideologicamente fascista, coberto por um telhado que se viria a desmoronar com o despertar da democracia em 1974. A nu ficariam destapadas as ripas da “cobertura” do ditador. Ali abrigaram o que Moisés Martins (2016) designa por dispositivo eugénico, regulado por um mecanismo moralmente católico.

Poderemos ou não, no caso de Salazar, estar perante uma experimentação do “poder supremo” a que se refere Foucault? Frédéric Gros (2016) comenta-o em conjugação com o poder disciplinar, num ensaio intitulado “Is There a Biopolitical Subject?” Foucault and the Birth of Biopolitics e publicado em *Biopower - Foucault and Beyond*. O autor diz existir para Foucault uma nova forma de poder que se desenvolve após a idade da razão, uma configuração dominadora que considera ser irredutível perante o poder soberano. Considera ser esse o poder disciplinar. Assim como o poder soberano, o poder disciplinar é também em certa medida um poder de extração (p. 261). O “poder” que alimenta os idosos da nossa atualidade é como a metáfora de um resgate poderoso, fomentada por uma força importante que não será de menosprezar – o nacional-populismo (Eatwell & Goodwin, 2019). E enquanto Louçã (2018) fala da maldição populista na bola de cristal do século XXI, a partir do modo como é usada e aproveitada em termos de uma calculada promiscuidade à volta do populismo e claramente inerente a um poder no seu sentido mais estrito (p. 203), Applebaum (2020) entende que nenhuma vitória política é permanente, nenhum significado da nação tem uma caução perpetuada, e nenhuma elite entre pretensos populistas, liberais ou aristocratas, governa para sempre (p. 182).

Perante tal perceção populista, escrever sobre relações sociais a partir de contextos etnológicos locais (A. dos Santos, 2002) de mulheres e homens cujas vidas se resumem nos nossos dias, na grande maioria dos casos, a uma vivência de tempos de ócio e lazer, e onde a espontaneidade e a

prática de microresistências é uma constante, constitui para nós um desafio imenso, um esforço intelectual repleto de humildade para transcrever os seus discursos, interpretar as suas ideias, e até mesmo esclarecer as suas dúvidas, quando confrontados com as nossas questões e o nosso trabalho de campo – “ponto central da metodologia qualitativa” (Baztán & Martins, 2014, p. 41).

E assim para perceber se os nossos sujeitos idosos se alimentam ou não do tal “poder“, ou mesmo de outros “poderes” com ou sem origens populistas, recorremos à reprodução de algumas frases emblemáticas que recolhemos em entrevistas. Tentámos também compreender toda uma espécie de “efeito de hipnose” que a igreja católica parece transmitir aos seus fiéis, recorrendo a procissões e pregações, as quais, ao explorarem o lado emotivo da população, fortaleceram no passado o poder dela própria e do Estado Novo. Continuará a fazê-lo na atualidade?

Alguns exemplos:

- Olhe as festas daqui - disse, referindo-se à localidade onde nascera e esperava vir a morrer - são muito bonitas, porque só nessas alturas é que o pessoal vai à igreja. O resto do ano só lá vejo os velhos. Para mim, as festas são sempre as mesmas - explicou, com alguma ironia à mistura.
- Quando era mais nova até gostava de dar um pé de dança, mas agora já não posso das pernas... e também é muito para a minha cabeça. Por isso é que gosto mais das festas da igreja – concluiu, sempre em reforço do poder religioso, e das inerentes manobras e funcionamentos, parafraseando Foucault, que ideologicamente o povoam.
- Vou-lhe contar um segredo, sei a missa toda de cor e salteado, como se costuma dizer – gabou-se, com orgulho.
- Se me perguntar se tenho medo de morrer, digo-lhe já que não. Primeiro, porque vou para junto de Deus e, em segundo, sei que o meu defunto marido, caso ande por lá, nunca mais beberá nem me fará mal - confessou, repentinamente, entre o sarcasmo, a ironia e até uma ponta de divertimento.

Aparentemente, nestes pequenos discursos acabamos por encontrar a questão da identidade numa combinação eclesíastica atravessada pela vida quotidiana, tema que Salazar favorecia e onde “o mito da essência católica da identidade nacional, entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua história” (Rosas, 2001, p. 1036).

Cultura e política

Nesta rota de tempos, alguns, históricos, um olhar também para o retrato artístico de Portugal no passado, pois sendo as “Artes” uma vigorosa fonte de comunicação com ligação intrínseca à cultura, denotou-se sempre a preocupação do regime salazarista em controlar “excessos” da liberdade que não existia, mas que o povo aspirava e poderia inspirar, caso os desenvolvimentos artísticos propusessem temáticas culturais que enfraquecessem a sua hegemonia.

No entanto, de lá para cá, nas menções à data “25 de abril de 1974” e à palavra “liberdade“, algumas dúvidas subsistem, principalmente, entre os mais novos (dececionados com políticos e políticas

públicas que não os promovem) e as pessoas com mais idade. Estes últimos engrossam o envelhecimento de uma população cujo idadismo, enquanto pré-conceito, parece traduzir uma atitude de constante menosprezo. A autora Maria Rosa atribui-lhe um conteúdo filosófico de tipo essencialista, em que a percepção das características humanas de um sujeito ocorre antes destas se manifestarem. É como estampar um selo na testa de um indivíduo com a palavra «velho». Mesmo que um idoso corra maratonas, como ocorre vulgarmente no Japão, não escapa ao letreiro de “muito usado” na idade. Pensamos ser importante continuar a averiguar, para além do estudo que já realizámos numa sub-região do litoral centro de Portugal, se os indivíduos com larga idade são o rosto de um passado e ainda de um presente, que os impedem de desenvolver a sua vida com melhor qualidade. Não importa se viveram no tempo do fascismo ou se têm alguma dificuldade em compreender a democracia. Não são apenas meros consumidores de tempos de lazer. Nem tão pouco pombos engaiolados em lares, ou gatos miando nos bancos dos jardins. Interessa sim, perceber o quão valiosas são as experiências, as suas histórias de vida, os seus comportamentos sociais e políticos para a nossa contemporaneidade, por vezes, sem tempo de se olhar ao espelho e perceber que nós, ditos mais novos, vivemos egoisticamente na contínua esperança de chegar à sua “idade cronológica”.

Conquistar a liberdade, quer seja no trabalho, na escola, na rua, à janela, a declamar poesia, ou a entoar cânticos revolucionários, não carece de uma idade específica, mas sim de uma mobilização social. O 25 de Abril de 1974 realizou essas conquistas na cidade, mas será que as concretizou também nas aldeias deste país, nas comunidades rurais dos nossos sujeitos mais idosos?

É no contexto do nexo entre cultura e política, em alusão a um Portugal que não conhecia a palavra liberdade e onde apenas alguns sonhavam melancolicamente com a sua chegada – salto qualitativo para uma Europa civilizada –, que se torna importante caracterizar, se, por exemplo, as gerações que nasceram e resistiram dos anos 30 aos anos 60, continuam (ou não), nos dias de hoje, na segunda década do século XXI, a idolatrar e preservar, segundo Rosas, o “perfil severo [de Salazar], de dirigente católico, . . . de conservador elitista avesso à rua e às massas em geral, . . . a sua cultivada distância do mundo” (2015, p. 161). Acrescentaríamos ainda, o perfil de um homem machista, orgulhoso, conservador e autocrático, que não acredita nos valores da liberdade, da democracia ou do cosmopolitismo.

Interrogamo-nos, consequentemente, até que ponto ponderou Salazar as palavras “razão” e “liberdade” nos seus discursos? A resposta provém de um dos seus célebres discursos: “Como força, compete-nos governar: . . . como adeptos de uma doutrina, importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem. . . . Não há acordos, nem transações, nem transigências possíveis” (Nogueira, 1977, p. 173).

Será esta a hipotética prova cabal de não querer ser incomodado, politicamente, de forma alguma? Será que a alguém estranhará que as expressões abrigadas na decisão política e designadas por “ideologia” e “razão de Estado”, tenham sido amplamente utilizadas por Salazar nos limites, por vezes, de uma ação cruel, que implicava a supressão de todo o obstáculo? Quanto à palavra “liberdade”, omitiu-a sempre, considerando que, citamos, “autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis... Onde existe uma não pode existir a outra” (Ferro, 2007, p. 34), tal como pode ler-se numa das entrevistas que concedeu a António Ferro.

Alguns dos indivíduos idosos com quem conversámos exprimiram-se assim, quando questionados sobre mudanças sociais e políticas após o 25 de Abril de 1974:

- Esta coisa do 25 de Abril e de trocarem as moedas não veio facilitar a vida a ninguém. A mim não me deu nada – completou, confiante no que pensava sobre o assunto. – Bem..., mas em França é a mesma coisa. A moeda é a mesma – lembrou ainda, para complementar o sucesso financeiro dos filhos.

- Eu por acaso sei ler e escrever, mas muitos da minha idade não sabem. Os filhos é que em casa indicam aos pais quando vão votar, para colocar a cruz lá na mão, na foice, ou noutra coisa qualquer – explicou, acrescentando – a verdade é que a malta não sabe nada de política. Primeiro era o Salazar, não havia liberdade, fartávamo-nos de trabalhar e recebíamos uma miséria. Agora, são outros, há mais liberdade, mas dinheiro está quieto... vai tudo quase dar ao mesmo – disse, com algum desagrado, descredendo política e políticos.

- Já viu que todos os dias a televisão fala sobre um ladrão qualquer? – questionou, num tom de voz manifestamente incomodado e acrescentando - ou é um banqueiro que desvia milhões, ou são tipos de serviços do Estado que fazem falcatuas... é mais do mesmo todos os dias. Assim, não vamos lá... – concluiu, à laia de despedida, informando que tinha de ir ao banco levantar a reforma.

Poderemos a partir destes discursos aceitar a afirmação de Fernando Rosas quando comenta: “Foi longo, árduo e permanece incerto o caminho da democracia portuguesa no Portugal contemporâneo” (2020, p. 109)?

Democracia e liberdade – Palavras proibidas

A procura de liberdade em Gandhi para o seu povo, por exemplo, contrasta na mesma época com um Portugal prisioneiro das ideias políticas salazaristas, cujos guardas da fé, promovem entre a igreja e o estado um discurso que, passados muitos anos, Eduardo Lourenço irá atualizar e colocar em perspetiva, mais propriamente, em 20 de janeiro de 2000, quando ensaia em *Crónicas Quase Marcianas* a crítica a uma sondagem de fim de século que promove Salazar como a figura desse período.

A 25 anos de uma Revolução que instaurou o paradigma democrático como exemplar e, pela mesma coisa ocasião, remeteu – ou esperava-se que remetesse -, o antigo regime para o puro esquecimento ou obsolescência, esta sondagem é desencorajante. . . . Independentemente de outras considerações, a perceção de Salazar como o «homem de Estado», por excelência, do século passado, é quase de ordem estatística. Durante quatro décadas impôs ao país a sua maneira de ver, em praticamente, todos os domínios. Não foi o seu um governo totalitário, mas integrou, à portuguesa, muitos dos reflexos que ilustraram as experiências totalitárias: censura oficial, polícia política, monopólio partidário. . . . Como mitologia política e ideológica, o salazarismo é História. E só por nós sermos um povo pragmático este plebiscito póstumo de Salazar não é inquietante. Mas o salazarismo está longe de ter sido vencido. Foi, quando muito, esquecido. (Lourenço, 2016, p. 100)

E será que foi? Durante demasiado tempo, «democracia» e «liberdade» foram palavras proibidas na era salazarista. Falava-se ao ouvido. Alguns, os resistentes, batalhavam para as legalizar. O autor

Paulo Guinote questiona mesmo: “Haverá conceito mais consensual em sociedades democráticas do que o da liberdade? Existirá valor que se apresente como mais absoluto? (2014, p. 9).

Essas seriam decerto questões a evitar em António Ferro, o homem de confiança de Salazar, que apenas se aproveitava da ignorância do povo. Uma população que segundo o autor José Almeida diz desconhecer que a liberdade, significaria para o regime, uma barreira à criação de um sistema político, que pudesse afixar as liberdades individuais e coletivas. Porém, a única caução a que alguma vez poderiam auspiciar, era a que se baseava, segundo o mesmo autor, nos princípios de autoridade e moralidade. Eram ensinados às crianças na escola, tendo Salazar e a cruz patentes nas paredes.

Por outro lado, Salazar jogou com o que a jornalista Ana Dias considera ainda ser nos dias de hoje “o reflexo dos três efes, Fado, Fátima e Futebol [além de outros efes como o] Festival da Canção . . . e o Facebook, que consegue pôr os efes todos em relação, o abecedário inteiro” (2018, pp. 4–5).

Quer seja com os atuais resquícios de modernidade ou os simbolismos rústicos de outrora, estes efes funcionaram e alguns talvez ainda funcionem com o décor de um tempo em que homens e mulheres estavam proibidos de falar, mesmo em voz baixa. Referimos a conjuntura política que a democracia de Abril de 1974 pretendeu banir, mas que parece estar a regressar ao nosso século, em coincidência ou não com uma época pandémica que, segundo a autora Anne Applebaum, conduz a uma expansão do poder do estado, dado estarmos a viver um momento em que as pessoas temem pela sua vida, aceitam medidas que acreditam e que esperam, correta ou incorretamente, as irão salvar, mesmo que isso signifique a perda de liberdades.

Continuamos a ser uma nação onde a iliteracia ainda existe. E é principalmente nos sujeitos aqui citados, que ela mais se reflete. Não é sóbria a articulação cultural e formativa destes idosos, pois falham numa larga maioria os processos integrantes de aprendizagem ao longo da vida, restando-lhes apenas a observação/imitação dos antigos comportamentos salazaristas. Não existe uma prática educativa, um empenhamento específico que lhes permita uma adaptação à mudança, de lá para cá, do salazarismo à plena democracia. Talvez porque, como afirma Tiago Fernandes (2014) em *A Sociedade Civil*, esquecemos de direcionar o nosso

olhar não apenas para a quantidade, mas também para a qualidade da sociedade civil, . . . para os laços entre diferentes grupos sociais, e entre estes e os poderes públicos. Aquilo que mais importa é o grau em que estes laços atravessam regiões, classes sociais, setores profissionais e crenças religiosas. (p. 101)

Na procura da mistura dos elementos que conformaram a forma mentis do povo português: da religião à política, da profecia às artes, da tradição à cultura, os indivíduos com quem dialogámos deixaram-nos as suas impressões, entre um tempo e uma memória que andam de braços dados com opiniões inconvenientes, na medida em que pulverizam sonhos sebastianistas e alvoradas dramáticas.

- Fui preso e torturado dezenas de vezes. Até lhe perdi a conta – contou, algo emocionado.
- Eram músicas simples, amigo. Alguns corridinhos, com letras populares. Um ou outro falavam de desgosto e de amores e outros do vento da liberdade que nesse tempo

ninguém conseguia respirar. Penso que foi essa ventania que me tramou – acabou por explicar, em tom irónico, mas sempre triste.

- Uma vez levaram-no para Coimbra e ainda lá estive duas semanas a ser interrogado e a levar pancada da feia. Aiii..., mas não o dobraram. Isso é que era bom! Ele também não se metia nessa coisa da política, nem andava para aí revoltado como víamos alguns. Passámos fome. Aiii... Isso é verdade. Mas quem não passou, nesses tempos? – questionou, conformada e defendendo-o.

- O papel era para votar, quando eles se lembravam de fazer alguma eleição. Mas aquilo era uma aldrabice. O meu pai, com medo da PIDE, votava sempre no que eles indicavam. Só os davam às gentes que eles sabiam que votavam neles – explicou, com muita facilidade.

Considerações Finais

O Estado Novo já morreu há muito (ou pelo menos, a grande maioria dos cidadãos portugueses deseja-o enterrado). Presentemente, apenas vive no atual Estado a ideia de liberdade, um tema forte e mobilizador, alimentado por um imaginário de resistência ao fascismo, que a autora Manuela Cruzeiro (2017) diz ter existido em abril de 1974, numa forma mínima como valor político-social, mas sobressaindo, como construção idealizada e romântica.

Apesar de existirem alguns homens e mulheres a rejeitarem esse passado fascista (outros da mesma faixa etária não o farão), fá-lo-ão, porventura, por instinto, sem que o estado social os tenha convenientemente alertado para uma mudança social, ou seja, para uma série de substituições na ordem da sociedade, em termos económicos, políticos, etc. Dessas décadas até ao nosso século, a sociedade começou a perceber que as mulheres e os homens dessas gerações iriam enfrentar o envelhecimento como um problema social emergente a par da saúde. Iria o século XXI ter um olhar diferente para os idosos, sem lhes apontar inaptidões, inércias e perdas de autonomia?

Sobre este tema, Maria João Rosa acredita que é preciso contrariarmos junto do Estado e da sociedade em geral, a expressão “sempre foi assim” (2012, p. 25).

O “espectro dos populismos” (Trindade, 2018), a sua maleabilidade e endurecimento, parecem querer emergir para uma nova era política onde “liberdade” e “democracia” se podem novamente tornar “palavras proibidas”. Cabe à sociedade em geral e não apenas aos mais idosos resistir, para que o século XXI não seja apenas o século onde a inteligência artificial revoluciona a tecnologia, mas também a época em que se procura alcançar de uma vez por todas a outra margem, aquela onde será possível desdobrar uma combinação de grandezas em prol de princípios, como a liberdade e dignidade humana.

Bibliografia

Alexandre, V. (2006). O Roubo das Almas - Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939) (D. Quixote (ed.)).

- Applebaum, A. (2020). *O Crepúsculo da Democracia*. Bertrand Editora.
- Baztán, Á., & Martins, J. C. (2014). A pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico. In *A pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico* (1a). Grácio Editor.
- Cruzeiro, M. M. (2017). *A Nossa Fada Morgana - viagem pelos imaginários da revolução de abril* (Edições Afrontamento (ed.)).
- Dias, A. S. (2018). Álvaro Domingues - "A lei ainda diz que há uma divisão entre o rural e o urbano. É uma tontice". *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/portugal/interior/-a-lei-ainda-diz-que-ha-uma-divisao-entre-o-rural-e-o-urbano-e-uma-tontice-9412620.html%0A>
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2019). *Populismo* (S. de Emergência (ed.)).
- Fernandes, T. (2014). *A Sociedade Civil* (F. F. M. dos Santos (ed.)).
- Ferro, A. (2007). *Entrevistas a Salazar* (P. A. M. Pereira (ed.)).
- Foucault, M. (1979). *Sexualidade e poder* (Conferência na Universidade de Tóquio, 1978). In *Ditos e Escritos* (pp. 56–76).
- Gros, F. (2016). Is There a Biopolitical Subject? Foucault and the Birth of Biopolitics. In V. W. Cisney & N. Morar (Eds.), *Biopower - Foucault and Beyond* (pp. 259–273). The University of Chicago Press.
- Louçã, F. (2018). A maldição populista na bola de cristal do século XXI. In *O Espectro dos Populismos* (pp. 203–233). Tinta da China.
- Lourenço, E. (2016). *Crónicas quase marcianas*. Gradiva.
- Nogueira, F. (1977). *Salazar Vol II Os Tempos Áureos (1928-1936)* (A. Editora (ed.)).
- Paulo Guinote. (2014). *Educação e Liberdade de Escolha* (F. F. M. dos Santos (ed.)).
- Rosa, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa* (R. D. Editores (ed.)).
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Vol. XXXV, 1031–1054. <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>
- Rosas, F. (2015). *Salazar e o Poder A Arte de Saber Durar* (T. da China (ed.)).
- Rosas, F. (2020). O longo trilho da democracia. In *O século XX português* (1a, pp. 109–111). Tinta da China.
- Santos, A. dos. (2002). *Antropologia Geral - Etnografia, Etnologia, Antropogia Social*. Universidade Aberta.
- Trindade, L. (2018). Crítica da Cultura Política do Salazarismo. In *O Espectro dos Populismos*. Tinta da China.

XVIII. Música: Um Catalisador para Resistência, Inclusão e Mudança de Mentalidades

Ana Margarida Cruz da Silva

Resumo

A música tem sido um meio poderoso para expressar resistência, promover a inclusão e mudar mentalidades. Este capítulo centrar-se-á na análise destes elementos através do estudo de diferentes exemplos de música e do seu impacto em todo o mundo. O capítulo está dividido em dois subtópicos: panorama internacional e panorama nacional português. Em termos internacionais serão brevemente analisados os géneros musicais do *Hip Hop* e do *Punk Rock* e o seu impacto social. Será feita uma breve análise em relação ao impacto do mundo da música no desenvolvimento do feminismo. O capítulo passará depois a analisar mais detalhadamente casos de estudo específicos portugueses: o primeiro relacionado com a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, em Portugal, seguindo-se o estudo de caso de algumas figuras proeminentes da música portuguesa.

Palavras-chave: música; resistência; inclusão; mudança de mentalidades.

Abstract

Music has been a powerful means to express resistance, promote inclusion and change mindsets. This chapter will focus on analyzing these elements through studying distinct examples of music and its impact across the world. The chapter is divided into two subtopics: international panorama and Portuguese national panorama. In international terms, the musical genres of Hip Hop and Punk Rock and their social impact will be briefly analyzed. A brief analysis will also be made regarding the impact of music on the development of feminism. The article will then analyze specific Portuguese case studies in more detail: the first related to the Carnation Revolution of April 25th, 1974, in Portugal, and then the case study of some prominent figures in Portuguese music.

Keywords: music; resistance; inclusion; change of mentalities.

“You know what music is? God’s little reminder that there’s something else besides us in this universe; harmonic connection between all living beings, everywhere, even the stars.”

— Robin Williams

Introdução

Ao longo das décadas, a música tem sido uma espécie de “trilha sonora” para muitas mudanças sociais (Moisala e Diamond, 2000). A música é uma linguagem de liberdade: uma ferramenta de resistência e uma lente para a equidade e diversidade. A música pode ser uma plataforma que gere mudanças de mentalidades e através da qual se luta pela justiça social, ajudando a quebrar barreiras sociais e de género, dando lugar às vozes oprimidas e sendo veículo de inclusão de grupos marginais.

Assim, em primeiro lugar, este capítulo analisa a história e o impacto internacional do *Hip Hop* e do *Punk Rock* como potencializadores de mobilização social e como importantes indicadores de mudança e reconstruções identitárias, especialmente dos jovens. A música pode constituir manifestações que não só procuram denunciar, mas também intervir, agir, e por vezes provocar ação.

Paralelamente, é feita uma análise ao panorama nacional, observando-se o papel da música na Revolução do 25 de abril, que pretende demonstrar as formas como a música criou e construiu experiências partilhadas e o poder das canções na aproximação das pessoas e moldagem de subjetividades políticas. O capítulo finaliza com o estudo de caso do último álbum do artista português Slow J que se caracteriza por uma junção de ritmos e géneros musicais, procurando ser catarse individual, mas também libertação artística.

Metodologia

Metodologicamente, este capítulo propõe-se a analisar o impacto da música, inicialmente ao nível internacional e depois ao nível nacional. O capítulo aborda vários géneros/estilos e influências musicais, nomeadamente com os estudos de caso do hip hop e o punk rock, a música e o feminismo e a ligação entre o hip hop/rap português e o fado. Esta última revela a forma como a multiplicidade e conexão de diferentes géneros constitui uma espécie de hibridismo. O facto de se assinalarem os cinquenta anos da Revolução dos Cravos em Portugal, levou ainda a uma análise do impacto que teve o género musical de intervenção que surgiu durante o período revolucionário.

Para a criação deste capítulo com base nos estudos de caso foram utilizados dados qualitativos. Em termos de pesquisa bibliográfica, foram utilizados especialmente repositórios Google, Scielo e EBSCO, livros e documentos da biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Revisão de Literatura

De modo a olharmos para a música enquanto veículo de resistência é necessário começar por olhar para a forma como a música tem sido usada e o seu impacto em diferentes movimentos sociais ao longo dos tempos. A primeira parte da revisão de literatura foca-se especialmente na história do *Hip Hop* e *Punk Rock* em termos de panorama internacional e a sua conexão com os movimentos sociais da época em que surgiram.

Panorama Internacional: História e Impacto da Cultura Musical do *Hip-Hop*

Há cerca de cinquenta anos, nascia a cultura *hip hop*, que desde o início se viu ligado à resistência cultural, socioeconômica e política (Parmar, et al., 2015). Na década de 1970, de forma semelhante ao que aconteceu em muitas outras cidades americanas, Nova York viu-se asseverada por uma pobreza extrema, decorrente da alta taxa de desemprego, que levou à formação de cada vez mais gangues e aumento de crimes, prostituição e drogas. Como forma de contestação a este sistema corrupto, os adolescentes começaram uma busca incessante por uma existência, identidade e voz alternativas (Parmar, et al., 2015). O *Hip Hop* surgiu como refúgios para muitos jovens, maioritariamente, negros, latinos e brancos pobres que se revoltaram contra a desigualdade, violência e degradação do Bronx, o famoso bairro de Nova York. Inicialmente apenas descrito como uma subcultura subversiva, o *Hip Hop* era para os seus participantes um porto seguro, uma comunidade de pares, que lhes dava ferramentas para desenvolver novas habilidades e oportunidades de aprendizagem. Para além de criarem arte, os jovens começaram a lançar negócios relacionados com esta subcultura e a representar uma geração muitas vezes oprimida pela pobreza e pela injustiça. O *Hip Hop* continha movimentos vernáculos, nomeadamente o *freestyle* e *street flavor*, que vieram reinventar e modificar a arte, a educação, a política, o entretenimento e moda, a própria tecnologia, o empreendedorismo, e a espiritualidade. A geração *Hip Hop* proporcionou diferentes formas de expressão através de diferentes elementos artísticos, nomeadamente, nos Direitos Civis, no *Black Power* e no Movimento de Libertação, bem como no *Black Arts Movement*. Assim, a cultura do *Hip Hop* é promotora de resistência, inclusão e mudança de mentalidades, mas também de auto-conhecimento e conhecimento da própria comunidade, numa procura incessante de propósito e significado (Parmar, et al., 2015).



Figura 33: The Birth of Hip Hop - 70's.

Fonte: Black Music Scholar. Disponível em: <https://blackmusicscholar.com/the-birth-of-hip-hop-70s/>.

Panorama Internacional: História e impacto do *Punk Rock*

A origem do punk está associada à política e ao *Rock and Roll* dos anos 1960. Os punk rockers abordavam a situação económica e social da época. Este género musical era caracterizado pela rebeldia, resistência e revolta. Na década de 1970 começou a ganhar um maior número de apoiantes nos Estados Unidos, Europa e Austrália, e emergiu simultaneamente com o *Hip Hop*. O punk continha também diversas subculturas, nomeadamente o punk político, pop punk, crust punk, metal punk, hardcore, Oi! punk, e o riot grrrl punk (feminista de base), lista que continua a crescer nos dias de hoje. Três particularidades que identificavam os punks inicialmente eram: a moda, a

atitude e a música. A moda procurava contrariar o mainstream ((Parmar, et al., 2015; YelowBrick, 2023).



Figura 34: The Sex Pistols.

Fonte: RollingStone Website. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/music/music-features/sex-pistols-break-down-never-mind-the-bollocks-track-by-track-204277/>.

Dando completa liberdade à autoexpressão e rebeldia, o *punk rock* deu voz à insatisfação e desilusão predominantes entre os jovens da época. Em Nova Iorque os Ramones e Television eram as bandas que estavam na vanguarda do movimento. Enquanto em Londres, bandas como The Sex Pistols e The Clash tornaram-se catalisadoras do movimento, inspirando e moldando o futuro do gênero (YelowBrick, 2023). Na década de 1990, novas bandas surgiram, nomeadamente My Chemical Romance e Green Day. Atualmente, a cultura punk continua a ter uma força generalizada em muitos lugares de todo o mundo, com a versatilidade própria do movimento. Os pioneiros do punk podem estar orgulhosos porque esta subcultura acabou por mudar o mundo tal como o conhecemos, deixando para trás um grande impacto na moda, na política e na arte performativa (Parmar, et al., 2015; YelowBrick, 2023).

Panorama Internacional: O Papel da Música no Feminismo

Ainda no panorama internacional, este artigo faz uma breve análise acerca do papel da música no feminismo. De acordo com Fraser (como citado em Ourique & Saretto, 2023, p. 218), “O feminismo de hoje procura o avanço de todas as mulheres, numa luta que inclui a busca por equidade de gênero, combate ao racismo estrutural, acesso à saúde, à educação e à habitação e justiça ambiental”. Tal como em outros movimentos e mudanças sociais, a música desempenhou um papel importante no movimento pelo sufrágio feminino que se traduziu em décadas de luta para que as mulheres conseguissem conquistar o direito ao voto. De acordo com a Biblioteca do Congresso (as cited in Jalili, 2023, tradução da autora), “as sufragistas unificaram-se consistentemente, reuniram-se e afirmaram o seu espírito inquebrável através da canção”. Então, que tipo de música uniria estas figuras históricas? A Biblioteca do Congresso, referiu que as sufragistas eram as autoras das suas próprias letras ao som de canções populares do seu tempo. A música foi usada ainda para transmitir a mensagem do movimento, particularmente, durante um comício público em Los Angeles, a polícia ordenou que não parassem de fazer discursos sobre a

possibilidade de as mulheres terem direito ao voto. Nesse momento as sufragistas aproveitaram para contornar a lei cantando os seus discursos (Jalili, 2023).

De acordo com a Smithsonian Magazine (as cited in Jalili, 2023, tradução da autora), a música foi símbolo de união noutro importante momento histórico dos Estados Unidos, quando as mulheres lutavam pelos seus direitos durante o movimento de libertação das mulheres, referindo:

Durante a segunda vaga do feminismo nos Estados Unidos, os álbuns e concertos de música feminina convidaram milhares e milhares a encontrar validação na sua identidade como mulheres e como lésbicas, e a experimentar ser a maioria por uma noite: não num ambiente cheio de fumo, bar cheio de testosterona, mas num music hall com alguns dos melhores compositores do país em palco.

Também no grupo feminista underground de punk rock, Riot grrrls, mencionado anteriormente, artistas como Bikini Kill, Bratmobile, Heavens to Betsy, Excuse 17, Slant 6, Emily's Sassy Lime, Huggy Bear e Skinned Teen realizavam concertos e distribuíam zines com temas relacionados com o assédio sexual, clínicas de aborto e ativismo (Ramnath, 2021).

É ainda importante referir que durante algum tempo os principais momentos da luta feminista se concentraram primariamente nos direitos das mulheres brancas. Assim, com o passar do tempo, as mulheres negras começaram também a utilizar a música para partilhar as suas experiências e histórias de resiliência, cantando em quase todos os géneros, do *hip-hop* ao *rock & roll* e ao *pop*. O mainstream foi inundado por grupos femininos como Spice Girls, Salt-N-Pepa, TLC e Destiny Child. Uma das maiores referências musicais que se tornou um ícone para a comunidade feminista negra foi a rapper Queen Latifah. O dueto com a rapper britânica Monie Love, 'Ladies First', acabou por se tornar um hino e manifesto feminista do *rap*. Queen Latifa abordava temas como a violência doméstica e a misoginia na indústria (Ramnath, 2021).

Atualmente, a música continua a ser uma aliada do feminismo. Um dos mais recente momentos chave desta ligação decorreu em 2014 quando Beyoncé se apresentou no MTV Video Music Awards com a palavra feminista iluminada atrás dela, enquanto cantava uma das músicas do seu álbum *Lemonade* e se ouvia o famoso discurso de Chimamanda Ngozi Adichie 'We should all be feminists'. Para além disso, em 2014, o pop em inglês foi liderado por temas nominalmente feministas, nomeadamente através das cantoras, Meghan Trainor, Taylor Swift, Demi Lovato, Nicki Minaj e ainda canções feministas na perspetiva de artistas masculinos, como "I Don't Mind" de Usher ou "Trap Queen" de Fetty Wap (Jalili, 2023).

A música continua a ser uma poderosa aliada do feminismo. Atualmente, através de plataformas online como o TikTok e o Instagram, a luta feminista alcança uma divulgação mundial, nomeadamente com os diversos hinos feministas, um dos mais famosos sendo o 'I am woman' de Emmy Meli (Ramnath, 2021).



Figura 35: Performance da cantora Beyoncé nos MTV Video Music Awards, 2014.
Fonte: Jalili, 2023.

Panorama Nacional: Da Revolução de abril à Contemporaneidade

Na secção anterior foram referidos alguns exemplos do impacto da música no panorama internacional. Esta secção do capítulo foca-se no panorama nacional português, que se irá dividir em dois exemplos: o primeiro reflete sobre o papel da música no desenrolar dos diversos acontecimentos da Revolução do 25 de abril; o segundo acerca de um artista português contemporâneo e o seu caminho em busca da liberdade artística, focando-se na breve análise do seu mais recente álbum.

Portugal é um país feito de muitos artistas que ao longo do tempo e muito depois da revolução se tornaram ícones nacionais e até internacionais e marcaram as suas épocas ao lutarem contra as ordens impostas pela sociedade, tentando salvaguardar as liberdades individuais. Desta forma, a música portuguesa é constituída por um leque diversificado de géneros, que refletem o rico património cultural e criatividade existente, mas também uma luta constante pela mudança de ideais.



Figura 36: António Variações.
Fonte: Revista Repeteco. Disponível em: <https://revistarepeteco.substack.com/p/como-antonio-variacoes-mudou-a-musica>.

A reflexão acerca de questões sociais e globais, bem como espiritualidade e conexão fazem parte dos temas abordados por muitos deles, ainda que em géneros musicais diferentes, durante as suas

carreiras lutaram e continuam a lutar pelo empoderamento de minorias, inclusão e mudança de mentalidades, resistindo aos mais diversos desafios impostos pela sociedade. António Variações, Fausto, Madredeus, Sara Tavares, podíamos continuar a nomear, mas muitos mais foram os artistas que marcaram ou continuam a marcar uma identidade específica que procura deixar uma mensagem ou mesmo uma marca na sociedade, trazendo irreverência e procurando uma mudança nas mentalidades.

Panorama nacional: o impacto da música no 25 de abril

Nesta secção, iremos focar-nos num exemplo português no qual a música se tornou um importante símbolo. Na Revolução dos Cravos que decorreu a 25 de abril de 1974, em Portugal, a música desempenhou um papel crucial que ecoou mais alto do que as armas.

A música marcou toda a revolução. Começou por servir como uma espécie de sinal secreto para confirmar o arranque das operações com a canção “Grândola, Vila Morena”, de Zeca Afonso. Para além disso, foram diversas as músicas utilizadas na mobilização e conscientização popular. Entre outras podemos referir “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, de José Mário Branco, “E Depois do Adeus” de Paulo de Carvalho e “Liberdade” de Sérgio Godinho que transmitiram mensagens de resistência, crítica social e esperança. A música foi também símbolo de liberdade e identidade não só durante, mas também após a revolução. No ano seguinte, em 1975, do outro lado do oceano, no Brasil, o artista Chico Buarque decidiu prestar homenagem ao povo português e à luta pela liberdade e democracia. Como aponta Catarina Almeida (2024), no website da Sic Notícias, a música “Tanto Mar” tornou-se “um manifesto de solidariedade e resistência nos tempos sombrios da ditadura militar no Brasil”. Ainda hoje muitas músicas que marcaram o 25 de abril continuam a ser símbolos de liberdade e mudança e cinquenta anos depois, a própria revolução continua a inspirar muitos artistas. Desta forma, podemos mesmo afirmar que existe uma expressão cultural que foi criada durante a revolução e permanece até aos dias de hoje. A música não foi apenas um elemento decorativo ao longo de toda a revolução, mas uma componente ativa e central na comunicação, mobilização e expressão das aspirações de um povo em busca de liberdade e justiça.

Amália e o 25 de abril: Uma relação tumultuosa

A relação de Amália Rodrigues com a Revolução dos Cravos é matizada. Durante o regime do Estado Novo, a artista foi uma figura muito popular e influente. A sua música fazia parte da identidade portuguesa. No entanto, a ligação que mantinha ao regime era complexa, fazendo com que alguns a vissem como representante e símbolo do Fado como música nacional do Estado, enquanto outros consideravam que a cantora transcendia as fronteiras políticas. Esta nítida divisão continua até hoje, sendo que apesar de muita gente continuar a considerá-la uma figura importante do 25 de abril, muitas outras pessoas se debatem se realmente ela teve um papel assim tão crucial na Revolução. A verdade é que a artista viu muitos dos seus companheiros de então a serem presos pela PIDE e, apesar do apreço nutrido por Salazar pelo talento e pela notoriedade da artista (o que levou à especulação da sua simpatia pela ditadura salazarista), a artista nunca se coibiu de apoiar os seus colegas e de incentivar a sua libertação.

De seguida, este capítulo vai focar-se num breve caso de estudo de um artista português que se destaca musicalmente pelo cruzamento de diferentes géneros e que de certa forma tem trazido ao panorama nacional uma nova forma de abordar a música.

Panorama Nacional: Slow J, uma Identidade sem Fronteiras

João Batista Coelho, mais conhecido por Slow J, é um músico, produtor e rapper português. A combinação de uma variedade de estilos musicais, nomeadamente hip-hop, soul, funk, R&B, & Fado, faz com que as suas músicas sejam caracterizadas por uma sonoridade única e inovadora. O seu primeiro álbum, *The Art of Slowing Down*, foi lançado em 2017 e ao longo dos anos foi-se destacando pela qualidade de suas produções e letras introspectivas, abordando experiências pessoais, mas também temas relacionados com a identidade e a sociedade.



Figura 37: Capa do álbum Afro Fado do artista Slow J.

Fonte: Sony Music Website. Disponível em: <https://www.sonymusic.pt/afro-fado-e-o-novo-disco-de-slow-j/>.

O seu mais recente álbum intitulado *Afro Fado*, é uma mistura de ritmos africanos com fado, que cria uma harmonia sonora pujante e melancólica. A capa do álbum é uma imagem de Eusébio e Amália Rodrigues a dar as mãos (Figura 37). A mensagem principal de *Afro Fado*, como o próprio artista canta em “Origami” é: “(...) ensinar ao meu filho que antigamente / A cor da pele dele era como um dístico / Isto já numa terra depois do racismo”. É um álbum que procura sobretudo inclusão e mudança de mentalidades.

Como refere Mariana Lopes (2024), na revista Magazine:

Duas simples palavras capturam a essência deste álbum da melhor forma: mistura e singularidade. *Afro Fado* é um turbilhão sensorial, uma fusão incessante de culturas, cores, sons e experiências que transcendem o convencional. 14 músicas, um sentimento e diversas histórias por partilhar. O artista utiliza a sua música como uma plataforma para questionar as complexidades da sociedade atual e, assim, o seu papel num mundo intensamente polarizado. Nesse contexto, aborda questões como a apropriação cultural e a influência da globalização. O reconhecimento global a este álbum veio de forma estrondosa, com *Afro Fado* a conquistar a 8.^a posição no top 10 de novos lançamentos mundiais no Spotify.

Assim, o álbum Afro Fado pode ser considerado uma metamorfose musical, provando que a evolução artística não tem limites. O facto de ter escolhido terminar este artigo analisando este álbum deve-se também a uma mensagem que gostaria de passar. O álbum conta com uma música intitulada Nascidos e Criados com a participação de Teresa Salgueiro (da banda Madredeus). Esta música explora temas profundos de identidade, pertença e a dualidade de sentimentos que surgem quando nos sentimos presos num lugar que não parece ser o nosso. Esta dualidade reflete a complexidade da identidade, especialmente no contexto atual, em que vivemos num mundo cada vez mais globalizado. A letra fala sobre a coragem de enfrentar o desconhecido, de deixar para trás o amor pela terra natal e de renascer noutro lugar. Contudo, há um lembrete de nunca esquecer as raízes e a origem. A música termina com uma despedida melancólica, “Nunca te esqueças de onde vens/ E que no fim/ Vais longe”. Esta despedida é uma mensagem de dor, mas ao mesmo tempo de esperança. De partir à procura de um novo começo, mas nunca esquecer a essência de onde se veio. A questão que se impõe é: qual o significado de casa e de fronteiras no século XXI? Atualmente a definição destes conceitos é muito mais difícil do que outrora. Num mundo em que tudo é global, já não pertencemos só a um lugar, nem nenhum lugar devia pertencer a ninguém. Davide Pinheiro (2024), da See Tickets, refere na sua crítica ao álbum, “Não é perda, é construção (...) é a luta diária por uma nova identidade sociocultural sem fronteiras étnicas ou barreiras de classe”.

Conclusão

A música em toda a sua diversidade consegue tocar de uma forma ou de outra a cada um de nós e como referiu Bono Vox “A música pode mudar o mundo porque pode mudar as pessoas”. Este artigo mencionou brevemente alguns exemplos do impacto que a música tem tido na luta pela mudança de mentalidades e pela liberdade de expressão. A música pode e deve ser utilizada como um catalisador para resistência, inclusão e mudança de mentalidades.

A primeira parte deste capítulo focou-se no panorama internacional, tendo sido analisados os movimentos do *Hip Hop* e *Punk Rock*, bem como do impacto da música no feminismo ao longo dos tempos. De seguida, foi analisado o panorama nacional com foco na Revolução do 25 de abril, a ligação de Amália Rodrigues à revolução e, finalmente, o impacto musical do álbum Afro Fado do artista Slow J.

Pode concluir-se que o papel da música é crucial na mediação do desenvolvimento da identidade e do sentimento de pertença; na resistência e no protesto em resposta a problemas sociais e a conflitos políticos; como forma de intervenção social; e, finalmente, como catalisador de novas práticas políticas e sociais. A música ultrapassa fronteiras e dá-nos a oportunidade de transformar a nossa consciência, conseguindo moldar-nos enquanto indivíduos com o seu poder de transformar e criar mudança.

Bibliografia

Almeida, C. (2024). As músicas e as senhas do 25 de Abril. SIC Notícias. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/especiais/50-anos-do-25-de-abril/2024-04-24-as-musicas-e-as-senhas-do-25-de-abril-029a79a6> [Acesso em 29 de agosto de 2024].

Jalili, C. (2023). The Music Behind Our Country's Feminist Movements. Rolling Stone. Available at: <https://www.rollingstone.com/music/music-news/bumble2023-1234708747/> [Acesso em 20 de Agosto de 2024].

Lopes, M. (2024). Afro Fado: o álbum que deu que falar. Magazine. Disponível em: <https://escsmagazine.escs.ipl.pt/afro-fado-o-album-que-deu-que-falar/> [Acesso em 20 de Agosto de 2024].

Moisala, P. & Diamond, B. (2000), "Introduction: Music and Gender - Negotiating Shifting Worlds", in P. Moisala; B. Diamond (eds.), *Music and Gender*. Urbana: University of Illinois Press, 1-24.

Ourique, J. C. do N. S., & Saretto, P. (2023). Potência musical feminista: um estudo de caso do selo PWR Records. *Organicom*, 20(41), 215-224. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2023.199399>

Parmar, P., Nocella II, A. J., Robertson, S., & Diaz, M. (2015). *Rebel Music: Resistance through Hip Hop and Punk (Critical Constructions: Studies on Education and Society)* (A. J. Nocella II, S. Robertson, M. Diaz & P. Parmar, Eds.). INFORMATION AGE PUBLISHING, INC.

Pinheiro, D. (2024). Album Review: Slow J – Afrofado. See Tickets. Disponível em: <https://blog.seetickets.pt/2024/02/01/album-review-slow-j-afrofado/> [Acesso em 2 de agosto de 2024]

Ramnath, A. (2021). Tracing The History And Role Of Music In The Evolution Of Feminist Movements. *Feminism in India*. Available at: <https://feminisminindia.com/2021/12/03/tracing-the-history-and-role-of-music-in-the-evolution-of-feminist-movements/> [Acesso em 2 de setembro, 2024].

YelowBrick. (2023). The Birth of Punk Rock: Origins, Influencers, and Lasting Impact. Available at: <https://www.yellowbrick.co/blog/music/the-birth-of-punk-rock-origins-influencers-and-lasting-impact> [Acesso em 18 de agosto, 2024].

XIX. Aborto em Portugal: Uma análise de argumentos (não) favoráveis à descriminalização da prática

Lana de Araújo Gomides, Maria Manuel Baptista e Rui Alexandre Grácio

Resumo

Inserida nos Estudos Culturais, a presente reflexão busca apoio nas Teorias da Comunicação com o intuito de analisar as relações de poder que existem nos argumentos favoráveis e não favoráveis à descriminalização do aborto em Portugal. Afinal, apesar de a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, prever a permissão da prática, independentemente da motivação das mulheres, nas dez primeiras semanas de gestação, diferentes barreiras impedem ou dificultam a sua concretização. A redução de hospitais públicos que realizam o procedimento, obrigando o deslocamento delas de uma região a outra do país, a objeção de consciência e a necessidade de validação da idade gestacional por dois profissionais, tornam a acessibilidade à interrupção voluntária da gravidez (IVG) desigual, afetando particularmente as imigrantes, as mulheres em piores situações económicas e as mais jovens, algo que evidencia a “intersecção de desigualdades múltiplas, com origem no género” (Feio, 2021, p.153). A investigação analisa os posicionamentos de três organizações portuguesas, uma favorável e duas contrárias à descriminalização do aborto, expressos durante entrevistas em profundidade. Cabe ressaltar que o artigo não revelará o nome das organizações, visando preservar a privacidade das pessoas entrevistadas. Para reconhecer elementos que sustentam as articulações dos três grupos nesses diálogos, previamente transcritos, são utilizadas categorias de análise focadas no auditório universal, nos tópicos de argumentação e nas estratégias argumentativas, de Chaïm Perelman (1992). Em relação aos resultados obtidos, entre as comunicações das organizações não favoráveis à descriminalização é notória uma persuasão que opera através da via metafísica, enquanto a organização favorável à descriminalização recorre à lógica da informação com o intuito de convencer seu auditório por meio de mensagens probatórias (Barthes, 1990).

Palavras-chave: aborto, argumentação, comunicação, direitos sexuais e reprodutivos, estudos culturais

Abstract

Inserted in Cultural Studies, this reflection seeks support in Communication Theories to analyze the power relations that exist in the arguments favorable and not favorable to the decriminalization of abortion in Portugal. After all, despite Law no. 16/2007, of 17 April, provide for the permission of the practice, regardless of the motivation of women, in the first ten weeks of pregnancy, different barriers prevent or hinder its implementation. The reduction of public hospitals that perform the procedure, forcing them to move from one region to another in the country, conscientious objection and the need for validation of gestational age by two professionals, make the accessibility to voluntary termination of pregnancy unequal, particularly affecting immigrants, women in worse economic situations and younger ones, something that highlights the “intersection of multiple inequalities, originating in gender” (Feio, 2021, p.153). The investigation analyzes the positions of

three Portuguese organizations, one favorable and two opposed to the decriminalization of abortion, expressed during in-depth interviews. It should be noted that the article will not reveal the name of the organizations, in order to preserve the privacy of the people interviewed. To recognize elements that support the articulations of the three groups in these dialogues, previously transcribed, categories of analysis focused on the universal auditorium, on argumentation topics and on argumentative strategies, by Chaïm Perelman (1992), are used. Regarding the results obtained, among the communications of the organizations not in favor of decriminalization, a persuasion operating through metaphysical means is evident, while the organization favoring decriminalization relies on informational logic to convince its audience through probative messages (Barthes, 1990).

Keywords: abortion, argumentation, communication, cultural studies, sexual and reproductive rights

Introdução

Inserida nos Estudos Culturais, a presente reflexão busca apoio nas Teorias da Comunicação com o intuito de analisar as relações de poder que existem nos argumentos favoráveis e não favoráveis à descriminalização do aborto em Portugal. Afinal, apesar de a Lei nº. 16/2007, de 17 de abril, prever a permissão da prática, independentemente da motivação das mulheres, nas 10 primeiras semanas de gestação, diferentes barreiras impedem ou dificultam a sua concretização. A redução de hospitais públicos que realizam o procedimento, obrigando o deslocamento delas de uma região a outra do país, a objeção de consciência e a necessidade de validação da idade gestacional por dois profissionais, tornam a acessibilidade à interrupção voluntária da gravidez (IVG) desigual, afetando particularmente as imigrantes, as mulheres em piores situações econômicas e as mais jovens, algo que evidencia a “intersecção de desigualdades múltiplas, com origem no género” (Feio, 2021, p.153).

Além disso, é indispensável compreender que os princípios morais da sociedade portuguesa são estabelecidos num pano de fundo católico (Monteiro, 2012, p. 602), que não apenas contribuiu para uma legislação conservadora, como também alimenta a movimentação de grupos contrários à prática hoje, 17 anos após o segundo referendo.

Diante do exposto, a primeira parte desta escrita visa aprofundar as discussões sobre as estatísticas e os dados vinculados ao tema para compreender as problemáticas da IVG no atual tecido social português. Já a segunda seção relaciona reflexões ligadas às interseccionalidades dos corpos mais ou menos vulneráveis perante a hegemonia com a patriarcalização do Estado imposta pelo sistema capitalista (Matos & Paradisi, 2014).

Por fim, a última parte analisa os posicionamentos de três organizações portuguesas, uma favorável e duas contrárias à descriminalização do aborto, expressos durante entrevistas em profundidade. Cabe ressaltar que o artigo não revelará o nome das organizações, visando preservar a privacidade das pessoas entrevistadas. Para reconhecer elementos que sustentam as articulações dos três grupos nesses diálogos, previamente transcritos, são utilizadas categorias de análise focadas no auditório universal, nos tópicos de argumentação e nas estratégias argumentativas, de Chaïm Perelman (1992).

Entre Dados e Estatísticas

Conforme as investigações feitas por Miguel Feio (2021), tem aumentado a porcentagem de países que criminaliza o aborto, indicando uma “reversão da tendência verificada no início do século” (Feio, 2021, p.131), momento em que a descriminalização da prática crescia devido ao impacto de movimentos em prol dos direitos das mulheres e da definição do aborto clandestino, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), como um problema de saúde pública.

Até 2007, “Portugal era dos países europeus com legislações mais restritivas em matéria de aborto a pedido da mulher” (Monteiro, 2012, p. 589). Até aquele momento, os partidos de esquerda, apesar de terem incentivado avanços em prol dos direitos sexuais reprodutivos, incluindo medidas como planejamento familiar e educação sexual, permaneciam “subordinados ao receio de afrontarem os setores mais conservadores da sociedade e das instituições portuguesas” (Monteiro, 2012, p. 591).

Com a descriminalização da prática através do segundo referendo, surgiu a preocupação com a acomodação do direito conquistado à objeção de consciência reservada aos profissionais da saúde (Feio, 2012, p. 135). Uma vez que estes podem recusar a realização do procedimento devido a convicções pessoais, morais, religiosas e éticas, vários pontos de atendimento público foram encerrados de 2007 para cá. Ao realizar um levantamento, Fernanda Câncio (2023) calculou haver 993 objetores à IVG no sistema público, além de a lei ser “violada em grande parte das unidades, com prazos desrespeitados em pelo menos 20% dos pedidos”. A situação mais grave seria no Centro, onde “foram 40% os casos de prazo excedido” (Câncio, 2023). Ela acrescenta que “na maior ilha dos Açores, com 135 mil habitantes (mais de metade da população do arquipélago), e uma elevadíssima taxa de risco de pobreza, não existe qualquer outra alternativa legal para quem quiser interromper a gravidez até às 10 semanas a não ser a viagem para Lisboa”.

Em 2018, a Direção-Geral da Saúde (DGS) informou que

o perfil dominante das mulheres que recorre à IG caracteriza-se pela exclusão pessoal e social, associada a desemprego ou precariedade laboral, e a regimes de não coabitação, o que lhes coloca entraves em termos de autonomia e flexibilidade geográfica e financeira. (Feio, 2021, p. 136).

Por outro lado, o autor identificou um preconceito na própria comunidade médica, indicando que 33% dos médicos se sentem desvalorizados ou desfavorecidos por participarem de processos de IVG. “O que a informação recolhida parece sustentar é que os constrangimentos elencados impactam de tal forma que, muito provavelmente, existem mulheres que recorrem a abortos clandestinos” (Feio, 2021, p.152), além do que “a objeção de consciência interfere na organização das equipas e no funcionamento das unidades de saúde”, levando a que muitas “sejam obrigadas a deslocar-se para instituições privadas fora da sua região de residência” (Feio, 2021, p.153).

É notório que as estatísticas e a opinião crítica indicam a necessidade de uma atualização da legislação, como o alargamento do prazo para solicitar o aborto, visto que o limite de 10 semanas de gestação se releva insuficiente devido aos obstáculos enfrentados na aplicação da lei. Adicionalmente, a regulamentação mais rigorosa da objeção de consciência para garantir o acesso equitativo ao atendimento na rede pública revela-se uma ansiedade dos grupos favoráveis à IVG.

Os corpos femininos como ferramenta do Estado

A legislação do aborto pode não compreender a concretude da vida das mulheres, priorizando questões fundamentalistas e abstratas. Como resultado, os grupos a favor da criminalização da prática tendem a construir e apoiar argumentos tendo como base suas crenças vinculadas ao valor da vida, à religião e ao amor materno incondicional. Não costumam ser abordadas as dificuldades que as mulheres enfrentam ou podem enfrentar ao levar uma gestação indesejada adiante, bem como a possibilidade de serem presas ou morrerem em decorrência de uma IVG clandestina.

Vale salientar que em Portugal há uma tendência para “o encaminhamento de mulheres da sua região de residência para regiões distantes, principalmente oriundas do Centro e Alentejo, para o centro de Lisboa, por forma a terem acesso à IVG” (Monteiro, 2023), como supracitado. De acordo com Carolina Monteiro (2023), trata-se de um entrave geográfico a um procedimento de saúde.

A reflexão ajuda a frisar que “as opressões e perdas de direitos têm um impacto mais contundente em mulheres vulnerabilizadas” (Pessoa, 2024). Entretanto, a crescente limitação da prática devido aos obstáculos na aplicação da lei ameaça a segurança de todas, incluindo as mais favorecidas no sistema hegemônico.

O movimento para implementação de barreiras aos direitos sexuais e reprodutivos está atrelado à patriarcalização do Estado. Ao realizarem uma revisão teórica das obras de Silvia Walby (1990), Marlise Matos e Clarisse Goulart Paradisi (2014) sintetizam que o termo permite explorar as ações e estruturas altamente genericadas daquele. Até porque “o patriarcado, entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem” (Matos & Paradisi, 2014, p. 67). Apesar de as autoras desenvolverem esse raciocínio em busca de estratégias de decolonização de países do Sul Global, é possível realocá-lo nos processos de manutenção hegemônica de nações colonizadoras, como Portugal, pois elas também se beneficiam desse tipo de organização. Aqui, o aborto parece persistir como manobra para isentar o Estado de políticas públicas relacionadas ao cuidado de crianças, especialmente num contexto demarcado por crises nas áreas da saúde, habitação e imigração.

Análise

Os trechos das argumentações a seguir foram retirados das transcrições de entrevistas realizadas com líderes de três organizações portuguesas, de tal modo que:

Organização 1 - favorável à descriminalização do aborto: foi feita uma entrevista, em novembro de 2023.

Organização 2 – não favorável à descriminalização do aborto: foram feitas duas entrevistas, em abril e dezembro de 2023.

Organização 3 - não favorável à descriminalização do aborto: foi feita uma entrevista, em dezembro de 2023.

Argumentos utilizados:

Entrevistada da organização 1: Nós percebemos que era preciso estar mais ligado às pessoas concretas, não é? E, uma das coisas que nós fizemos foi, por exemplo, naquele período todo entre o 1º e o 2º referendo, nós acompanhamos todos os julgamentos que havia [...] E, de facto, as organizações, muito diversas, fizeram tudo, tudo que era possível para apurar o discurso, para apurar a argumentação e, sobretudo, para estar na rua, estar presente, junto às mulheres que estavam a ser julgadas [...] Portanto, nós dizíamos que estávamos contra as ações contra as mulheres, estávamos contra a clandestinidade, estávamos contra aquela violência e que estávamos solidárias com aquelas mulheres... que queríamos resolver um problema de direitos e um problema de saúde pública, não é?

A entrevistada da organização 1 recorre ao argumento baseado na estrutura do real que, conforme Perelman (1992), ao associar elementos uns aos outros numa ligação reconhecida, torna possível “passar daquilo que é admitido ao que se quer fazer admitir” (Perelman, 1992, p. 97). Mais especificamente, esse argumento é apoiado pelas ligações de sucessão, dirigindo-se “para a procura das causas, para a determinação dos efeitos e para a apreciação de um facto pelas suas consequências” (Perelman, 1992, p. 97). Isto é, com o intuito de justificar o apoio à descriminalização do aborto, a entrevistada indica um acompanhamento dos acontecimentos e dos efeitos da proibição da prática na vida das mulheres, antecipando ser inadmissível fatores como a violência e o problema de saúde pública. A estratégia é eficaz quando, entre os interlocutores, há “um acordo quanto aos motivos possíveis de uma acção, à sua pertinência e à sua probabilidade num contexto determinado” (Perelman, 1992, p. 98).

É importante destacar, ainda, que a entrevistada considera as condições concretas das mulheres, indicando uma necessidade de negociar os seus valores mediante a realidade e com o contexto que vivenciam. Aponta, portanto, para uma urgência em decolonizar o corpo da mulher. Isto é, quando ele deixa de ser abstrato e passa a ser tratado pela concretude.

Entrevistada da organização 2: Mas, houve, inclusive, uma colega minha, que me disse “olha, eu ouvi na rádio que essa caminhada é contra o aborto e contra a eutanásia. Portanto, eu não vou. Vou colaborar na mesma, mas não me sinto bem para me expor publicamente e participar na caminhada”. E, portanto, nós escondemos os nossos valores, não é? Mas, queremos que as pessoas percebam é que estamos aqui... aquilo que estamos a considerar é um bem maior, que é apoiar as mães que estão grávidas e querem apoio para os seus bebês, porque estão a passar dificuldades.

Já a fala da organização 2, apesar de também ser um argumento baseado na estrutura do real, possui uma tática voltada para as ligações de coexistência, em que “é o carácter da pessoa, as intenções que se lhe atribuem que dão sentido e alcance explicativo ao seu comportamento”, ou seja, “a pessoa e os seus actos encontram-se em constante interacção” (Perelman, 1992, p. 105). Ao introduzir que a colega, apesar de não desejar se posicionar sobre o tema, contribui com a organização, a entrevistada 2 sugere que o apoio à causa se deve a um histórico de solidariedade que possui junto às gestantes e mães. Ademais, ao mencionar esconder os valores, é possível perceber uma intenção subjacente: ajudar gestantes em dificuldades. Isso confere significado e alcance às suas ações, mesmo sem o conhecimento dos interlocutores, mantendo a probabilidade de apoio entre eles, influenciados apenas pelos argumentos visíveis.

Aos argumentos já apresentados acrescentam-se os seguintes:

Entrevistada da organização 1: Hoje, o que se verifica é que há imensas instituições em que os médicos são todos ou se declaram todos objetores de consciência. E isso é o que tá errado, sabendo nós que alguns desses que estão no Serviço Nacional de Saúde e que se dizem objetores de consciência, depois, no privado, negam-se objetores de consciência. E é essa hipocrisia que é preciso desmontar e que é preciso denunciar, não é?

Dessa vez, a entrevistada favorável à descriminalização expõe a incoerência do posicionamento dos médicos quanto à declaração de objeção de consciência, apelando para a justiça e moralidade do auditório. Aponta, então, para uma atitude injusta que, “por não ser imparcial”, resulta num “comportamento diferente relativamente a duas situações semelhantes” (Perelman, 1992, p. 85): o atendimento no setor público e o atendimento privado. Trata-se de um argumento quase lógico, demarcando a incompatibilidade desses profissionais. Ainda, é possível detectar uma retorsão no argumento, pois ele ataca a regra, colocando a autofagia dos médicos em evidência (cf. Perelman, 1992, p. 77).

Entrevistado da organização 3: Nós temos defendido que a argumentação de quem é a favor de uma tese do conhecimento do aborto como um direito humano parte de um pressuposto de uma ideia de liberdade como exercício de vontade sem nenhum limite, em que os outros são um estorvo, em que os outros são um impedimento a minha liberdade. Toda a visão que está aqui por trás também é uma visão de liberdade estritamente individualista e solipsista.

Por fim, o entrevistado 3 sustenta-se na dissociação de noções para separar elementos da linguagem que, à primeira vista, pareciam ter ligação entre si (cf. Perelman, 1992, p. 68). Dito de outra maneira, ele separa a liberdade em dois tipos: uma solipsista e individualista, sendo, portanto, inadequada, e outra capaz de respeitar as outras vidas. A primeira seria aquela adotada pelos grupos favoráveis à descriminalização do aborto. Tal técnica argumentativa é acionada para resolver uma dificuldade através da reorganização do dado (cf. Perelman, 1992, p. 70).

Com isto em vista, há uma espécie de moral imposta sobre a metafísica de tal modo que ela própria não é discutida, instaurando uma série de valores que são absolutos e fazem parte do senso comum numa rede de pensamentos hegemônicos sobre as questões do aborto. O ato de pensar ou argumentar a partir do ideal contamina a análise até mesmo quando os grupos falam a partir daquilo que é concreto. Afinal, quando se argumenta sobre uma realidade do que deveria ser, e não da realidade existente, surge um raciocínio puramente idealizado.

Conclusão

Com esta breve exposição, foi possível acompanhar que os grupos favoráveis à descriminalização da IVG demonstram preocupação com a efetividade da lei, denunciando a acomodação gradual de um conservadorismo presente desde o momento de sua oficialização. Como observado nos argumentos da entrevistada 1, há uma tentativa de elucidação de situações que ocorrem em concreto diante da ausência do direito sexual e reprodutivo: mulheres levadas ao tribunal, o funcionamento da objeção de consciência nos hospitais e a violência. A argumentação é assim a suportada pondo a tónica em valores concretos que, como salienta Perelman (1992, p. 47) se

referem “a um ser particular, a um objecto, a um grupo ou a uma instituição, considerados na sua unicidade. Sublinhar a unicidade de um ser é, por isso mesmo, valorizá-lo”. Dessa maneira, eles articulam seus discursos de modo a convencer o Estado a visualizar a concretude das diferentes mulheres pelas quais ele é responsável. Isso inclui situações práticas e objetivas, como as condições para criar os filhos, a própria subsistência e até mesmo no que toca a questões de saúde. Por outro lado, o conservadorismo possui raízes em valores abstratos, como a liberdade ideal e a maternidade como um bem maior ou que se sobrepõe a quaisquer tipos de marcadores. É interessante perceber, entretanto, que a defesa da criminalização do aborto negocia tais valores, quando necessário, para continuar recebendo apoio entre os interlocutores, enquanto o grupo favorável à descriminalização parece construir um caminho de exposição ao que acontece nos bastidores da clandestinidade.

Dessa maneira, entre as comunicações das organizações não favoráveis à descriminalização é notória uma persuasão que opera através da via metafísica, no sentido da idealização dos valores, enquanto a organização favorável à descriminalização recorre à lógica da informação com o intuito de convencer seu auditório por meio de mensagens probatórias (Barthes, 1990) e mais ligadas às práticas e aos seus condicionamentos e limitações. De notar, ainda, que quando Perelman se refere aos procedimentos fundamentais do pensamento (ligação e dissociação), não deixa de os ligar a modos de construir perspectivas, afirmando mesmo que a dissociação de noções “exprime uma visão do mundo, estabelece hierarquias, cujos critérios se esforça por fornecer” (Perelman, C. & Olbrescht-Tyteca, 2005, p. 477). São essas visões do mundo e o modo como nelas se articulam os valores, de modo a estabelecer critérios justificadores de perspectivas – neste caso, a favor e contra a IVG – que aqui procuramos evidenciar.

Bibliografia

Barthes, R. (1990). *O Óbvio e o Obtuso: Ensaio Sobre Fotografia, Cinema, Teatro e Música*. Nova Fronteira.

Câncio, F. (2023, dezembro 13). O que Aprendi Sobre Abortar em Portugal. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/opiniao/o-que-aprendi-sobre-abortar-em-portugal-17493253.html>

Feio, M. A. (2021). Lei do Aborto em Portugal: Barreiras Atuais e Desafios Futuros. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, 129-158.

Matos, M., & Paradis, C. G. (2014). Desafios à Despatriarcalização do Estado Brasileiro. *Cadernos Pagu*, 43, 57-111.

Monteiro, R. (2012). A Descriminalização do Aborto em Portugal: Estado, Movimentos de Mulheres e Partidos Políticos. *Análise Social*, 47 (3), 586-606. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Perelman, C. (1992). *O Império Retórico*. Edições 70.

Pessôa, J. (2024). #PL1904: Nunca Foi Pela Vida, É Pelo Estuprador. Projeto Colabora. <https://projecocolabora.com.br/ods5/pl1904-pl-do-estupro-nunca-foi-pela-vida-e-pelo-estuprador/>

Saffioti, H. I. B. (1976). *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Vozes.

XX. Entre Representações e Resistências: O papel das revistas chinesas na articulação das questões das mulheres na China

Lanfeng Zhou

Resumo

Segundo Hall (2016), Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. As revistas chinesas desempenharam um papel significativo na disseminação de representações sobre as mulheres e na construção de significados sociais ao longo dos anos. Usamos duas abordagens de Representação: a abordagem semiótica, em que os significados são produzidos e definidos pela sociedade; e a abordagem discursiva, em que o discurso é considerado sistema de Representação que constrói significados e práticas significantes. Este capítulo visa analisar como as revistas chinesas desempenhavam o papel de sistema de representação em dois momentos históricos importantes da China: no final da dinastia Qing e no início da Nova China.

A metodologia inclui revisão da literatura da teoria de Representação e dos principais estudos relevantes para as questões das mulheres nas revistas chinesas, e uma análise crítica da construção escondida de significados no discurso dessas publicações.

Na dinastia Pré-Qin, uma má-interpretação sobre a ligação entre gênero e as forças Yin e Yang gerou os preconceitos contra as mulheres chinesas, criando assim uma imagem das mulheres antigas feudais chinesas. Chegou ao final da dinastia Qing, liderados por homens como Liang Qichao e Jin Tianhe, e iniciaram-se debates sobre a criação da mulher moderna chinesa em revistas como *Current Affairs Newspaper*, *The Women's World*, ligado estreitamente ao nacionalismo. Contudo, surge uma força da resistência e luta ao direito ao sufrágio feminino, como visto em publicações da revista *Women's News*. Ao mesmo tempo, na revista *Woman of China*, analisada pela professora Wang Zheng, havia também feministas nacionais que se esforçavam pela verdadeira emancipação das mulheres, utilizando estratégias de utilização da linguagem dos governantes masculinos do Partido.

Palavra-chave: representação; revistas chinesas; questões das mulheres; formação discursiva; força da resistência

Abstract

According to Hall (2016), Representation is an essential part of the process through which meanings are produced and shared among members of a culture. Chinese magazines have played a significant role in disseminating representations of women and constructing social meanings over the years. Based on two approaches to Representation: the semiotic approach, where meanings are produced and defined by society; and the discursive approach, in which discourse is considered a system of Representation that constructs meanings and significant practices, this article aims to

analyze how Chinese magazines played the role of a representation system during two important historical moments in China: at the end of the Qing dynasty and the beginning of the New China.

The methodology includes a literature review of Representation theory and key studies relevant to women's issues in Chinese magazines, as well as a critical analysis of the hidden construction of meanings in the discourse of these publications.

In the Pre-Qin dynasty, a misinterpretation of the relationship between gender and the forces of Yin and Yang generated prejudices against Chinese women, thus creating the image of ancient feudal Chinese women. By the end of the Qing dynasty, debates on the creation of the modern Chinese woman began, led by men such as Liang Qichao and Jin Tianhe, in magazines like Current Affairs Newspaper and The Women's World, closely tied to nationalism. However, resistance to the fight for women's suffrage emerged, as seen in publications like Women's News. At the same time, in the magazine Woman of China, analyzed by Professor Wang Zheng, there were also national feminists striving for the true emancipation of women, using strategies that employed the language of the male rulers in the Party.

Keywords: Representation; Chinese magazines; women's issues; discursive formation; resistance force.

Introdução

A igualdade de gênero e a emancipação das mulheres na China não são temas tabu; pelo contrário, têm sido reconhecidas por diversas lideranças como políticas fundamentais para o desenvolvimento social do país. O conceito de gênero foi introduzido na China em 1995, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim. Na mesma ocasião, Jiang Zemin, em nome do governo chinês, afirmou que “a Igualdade de gênero é uma política básica da China” (Li, 2012). No entanto, as mulheres na China contemporânea enfrentam múltiplas pressões, até ao ponto de considerarem a igualdade de gênero como um peso adicional. Isso levanta questões sobre a discrepância entre o ideal de igualdade e a realidade quotidiana. Historicamente, o desenvolvimento das questões femininas tem estado associado à construção da imagem da mulher moderna. Neste contexto, e com base na teoria da Representação de Stuart Hall, será realizada neste artigo uma análise da construção discursiva das questões femininas em revistas chinesas, com o intuito de examinar esta problemática.

Representação na abordagem semiótica e imagem da mulher tradicional: Representação, sentido e significados

Segundo Hall (2016), sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e ao que pertencemos, e o mesmo é produzido pela prática, pelo trabalho da representação. Ele define representação como “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura.” (Hall, 2016, p.31)

Com essa definição, ele abordou dois sistemas de representação: primeiro, os conceitos que são formados na mente funcionam como um sistema de representação que classifica e organiza o

mundo em categorias inteligíveis; e o segundo, a linguagem, que permite a troca de ideias ao traduzir os mapas conceituais em sinais compreensíveis, como por exemplo as palavras escritas. Os significados são produzidos e definidos pela sociedade, organizando e regulam práticas sociais, e influenciam a nossa conduta. E a linguagem é um dos principais meios através do qual o sentido é elaborado e transmitido (Hall, 2016). Isso é relacionado também à abordagem construtivista do uso da língua, que é a mais enfatizada por Hall (2016), em que o sentido não é transmitido pelo mundo material, mas sim construído através dos sistemas representacionais.

A imagem das mulheres tradicionais feudais da China

A construção da imagem das mulheres modernas e os valores culturais associados podem ser vistos como um jogo de significados. Os signos são definidos em relação a outros membros de um sistema (Hall, 2016). Portanto, entender a imagem das mulheres tradicionais é crucial para perceber o processo de Representação da mulher moderna.

Na China, os preconceitos contra as mulheres têm origem em uma interpretação equivocada da relação entre o gênero e as forças do Yin e Yang. Embora a expressão visual de Yin-yang, como o diagrama Taiji¹⁸, tenha aparecido durante a dinastia Song (960 a 1279), as raízes conceituais do hexagrama Yinyang podem ser rastreadas até ao I Ching no período pré-Qin (700-256 a.c.).



Figura 38: I Ching.

Segundo o clássico Yin e Yang são duas forças primordiais do universo. Yang representa o masculino e está ligado ao céu, sol, dia, exterior; Yin representa o feminino, está ligado à terra, lua, noite, interior (Alves, 2007). Sendo assim, foram produzidos vários conjuntos de significados binaristas sobre os caracteres Yin e Yang ou a imagem com peixe preto e branco, e dizendo respeito aos homens e às mulheres. Esses significados binários não possuem, em si mesmos, uma ligação lógica, mas, com a produção de um sistema de discurso, foram representados como “propriedades naturais e éticas”. Dong Zhongshu (2021), confucionista da Dinastia Han, expandiu o significado simbólico do paradigma yin-yang, aprofundando a correspondência entre Yin-yang e gênero. A partir daí, homens e mulheres passaram a ser considerados como tendo atributos naturais inatos e deviam seguir as ordens do Céu, definindo simultaneamente “natureza” da mulher como inferior.

Na Dinastia Song do Sul, o Neoconfucionismo avançou como uma herança e desenvolvimento do Confucionismo que levou a considerada castidade como uma “virtude” para as mulheres. Surgiu,

¹⁸ Em chinês: 太极图.

na Dinastia Yuan, o hábito dos pés atados¹⁹ como uma forma eficiente de mantê-la (Alves, 2007). Isso teve um grande impacto na participação das mulheres no desporto e na sua saúde física e mental (Zuo, 2007). Foi construída assim uma imagem das mulheres antigas feudais chinesas: submissas, confinadas ao espaço interior e intelectual e fisicamente frágeis.

Representação na abordagem discursiva: Construção da imagem das mulheres modernas chinesas

Na sua obra, Hall (2016, p.77) enfatizou também a abordagem discursiva de representação, que se preocupa mais com “a representação como uma fonte para a produção do entendimento social - um sistema mais aberto, conectado de maneira mais íntima às práticas sociais e às questões de poder.” Nessa abordagem, o discurso é considerado, como em Foucault, um sistema de representação, que faz o papel de construtor dos significados e práticas significantes, isto é, estabelece e molda os objetos do nosso conhecimento, determina como certos assuntos podem ser tratados e debatidos, e também influencia a colocação de ideias na prática e, consequentemente a maneira como se regula o comportamento das pessoas.

Após a Guerra do Ópio, em 1840, que marcou o início do Século de Humilhação²⁰, a China sofreu invasões constantes. Nessa época, muitos intelectuais começaram a introduzir novas ideias ocidentais como sendo a salvação do país. Nesse contexto histórico, surgiu a questão fundamental dos direitos das mulheres (Mizuyo, 2010). Tal percepção representava uma transição da sociedade feudal chinesa para uma sociedade moderna, destacando a necessidade de rejeitar práticas feudais como a castidade feminina e os pés atados, que se tornaram símbolos centrais dessa revolução social. Em suma, o foco da abordagem estava sempre voltado para a construção de uma imagem da nova mulher moderna “chinesa” (ocidentalizada).

Sendo assim, desde o final da Dinastia Qing, a revista como um meio de comunicação principal, tem desempenhado um papel significativo na representação da imagem das mulheres modernas ao longo dos anos, na produção tanto de sentidos quanto de conhecimento. Elas trabalham na formação de discursos sistemáticos e na construção de identidades sociais (Hall, 2016). As revistas não apenas refletem a cultura de uma determinada época, mas também ajudam a moldá-la, influenciando as percepções e condutas dos leitores. Desse modo, as representações das mulheres nas revistas configuram-se como uma forma de exercício de poder.

As teorias das mulheres de Liang

Liang Qichao, um renomado estudioso da época, iniciou a construção de uma nova formação discursiva, buscando regular de novas formas a prática social com foco na crítica à prática dos pés atados e a defesa da educação feminina. A maioria dos artigos dele foi publicado na revista da

¹⁹ Os pés atados era uma prática social em que as mulheres embrulhavam os pés em tecido e seda, a fim de evitar que crescessem e se desenvolvessem normalmente, conformando-se assim ao ideal estético da sociedade da época.

²⁰ Termo em chinês: 百年国耻, usado para referir o período de subjugação que a China sofreu sob o imperialismo.

época, Current Affairs Newspaper²¹. Em 1897, ele publicou dois artigos intitulados respectivamente: “Relato da Associação de Cessação dos pés atados”²² e “Regulamento Simplificado para a Criação da Associação de Anti- pés atados”²³, justificando que a fraqueza das mulheres não lhe é inerente, mas causada pela falta de educação e pela prática de pés atados (Mizuyo, 2010). No mesmo ano, Liang começou a publicar uma série de artigos na Current Affairs Newspaper sob o título “Discussões sobre a Reforma”²⁴, que incluíam um capítulo: “Sobre as mulheres”²⁵, onde apresentava de forma sistemática as suas ideias sobre a educação das mulheres, bem como a importância de educação materna e pré-natal para transmitir bons genes aos filhos (Xia, 2023). Outros escritos de Liang sobre as mulheres publicados nessa mesma revista apresentam a mesma característica: ênfase do papel crucial das mulheres na contribuição para a nação e na transmissão genética.

The Women's World²⁶ e Mãe da Nação

Entre os cerca de 30 jornais femininos do final da dinastia Qing, o The Women's World (1904-1905 e 1907), fundado por Ding Zuyin, foi o que teve o maior número de edições e o conteúdo mais rico. Embora Jin Tianhe, como editorialista, não tenha publicado muitos artigos na revista, as suas ideias se tornaram o núcleo do conteúdo da revista. A escolha do nome da revista derivou da confirmação de Jin sobre a importância do movimento feminismo. Segundo ele, os Séculos XVIII e XIX na Europa foram períodos de revoluções militares; o Século XX seria o século da revolução dos direitos das mulheres. Ele propôs: “Por que o Século XX na China não pode ser o mundo das mulheres?”²⁷ (Xia, 2004, p.76) Ao mesmo tempo, o The Women's World era basicamente uma réplica da obra The Women's Bell¹² publicada por Jin Tianhe em 1903, isto é, uma divulgação, repetição e aprofundamento das ideias de Jin sobre a construção da imagem da Mãe da Nação²⁸.

Segundo Hall (2016), representação está intimamente ligada à identidade e ao conhecimento. A criação da nossa identidade, neste caso, a identidade das mulheres da época, também tem a ver com a prática simbólica, por exemplo, produção de um conceito. Em The Women's Bell, Jin Tianhe apresentou o famoso conceito de Mãe da Nação. Esse título construiu de maneira mais concreta a imagem da mulher moderna chinesa. Na sua obra, Jin (2013) descreveu uma imagem ideal da mulher revolucionária com pensamento progressista, corpo e mente saudáveis, e que valoriza a função de “mãe”, e compartilhando ideias semelhantes às de Liang, Jin também criticava práticas como os pés atados, estabelecendo uma contradição entre a imagem tradicional das mulheres feudais e sua visão idealizada para o futuro. Ele posicionava a imagem da Mãe da Nação como sendo um Outro em relação às mulheres feudais, atribuindo-lhe valores como modernidade,

²¹ Em chinês: 时务报

²² Em chinês: 戒缠足会叙

²³ Em chinês: 试办不缠足会简明章程

²⁴ Em chinês: 变法通议

²⁵ Em chinês: 论女学

²⁶ Em chinês: 女子世界

²⁷ Tradução própria. Em chinês: 女界钟

²⁸ Em chinês: 国民之母

civilização, novidade, avanço, entre outros. No entanto, essa idealização frequentemente ignorava as questões reais das mulheres na época.

Além disso, a “mãe” no conceito de Mãe da Nação não se refere apenas ao papel das mulheres na transmissão genética, mas representa de forma mais ampla a criadora do novo governo e do novo país. Para aumentar a confiança das mulheres do final da dinastia Qing e incentivá-las a implicarem-se conscientemente na Revolução, crescendo rapidamente como material de salvação nacional, os autores masculinos do *The Women's World* esforçaram-se em construir um discurso da admiração do valor inestimável das mulheres. Por exemplo, Ding afirmava que a natureza e a capacidade mental das mulheres eram dez mil vezes superiores às dos homens (Xia, 2004), chegando até a usar a ironia sobre os homens para que as mulheres encontrassem uma ilusão da superioridade na imagem da Mãe da Nação e aceitassem esse despertar feminino definido pelos homens, posicionando-se nessa nova identidade.

Forças de Resistência e Estratégias do Discurso Feminista

O direito ao sufrágio feminino na época da República da China

O direito do sufrágio também era uma questão de interesse para as feministas desde final da dinastia Qing, dando origem a diversas campanhas dos direitos políticos das mulheres. A revista *Women's News*²⁹ (1911-1917), fundada na época da Revolução de Xinhai³⁰, foi o periódico feminino que, na época, durou mais tempo. Até 1912, a questão do direito das mulheres no sufrágio sempre ocupou uma posição central na revista. Relatos traduzidos sobre a situação do sufrágio na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos apareciam frequentemente, encorajando fortemente as mulheres da época (Liu, 2009). No entanto, a partir de 1913, os tópicos foram mudados repentinamente, substituindo-os por discussões sobre a importância das tarefas domésticas. Após a Revolução, muitos líderes masculinos chineses ainda mostravam dúvidas sobre esse assunto, argumentando que na maioria dos países ocidentais, considerados naquele momento mais “civilizados”, os direitos políticos das mulheres não eram reconhecidos. Dessa forma, o direito das mulheres à participação política foi rejeitado (Mizuyo, 2010), evidenciando que o discurso sobre o movimento feminista se destinava apenas a ser um instrumento ao serviço da revolução.

Outro exemplo, da década de 1920, influenciado pelo Movimento de Nova Cultura³¹, é o tema sobre participação política das mulheres que voltou a ganhar destaque. *New Youth*³² (1915-1926) é a revista mais importante da época, e centrava-se na crítica nas tradições feudais que limitavam as mulheres. No entanto, o que realmente preocupava muitos desses estudiosos na época era, de mesma forma, a educação das mulheres para ter uma capacidade de educar e criar melhor os filhos.

²⁹ Em chinês: 妇女周报

³⁰ Termo em chinês: 辛亥革命, também conhecida como revolução de 1911 que derrubou a Dinastia Qing e resultou no estabelecimento da República da China.

³¹ Termo em chinês: 新文化运动, é um movimento de libertação do pensamento contra o feudalismo no início do Século XX, que defendia a Democracia e a Ciência

³² Em chinês: 新青年

Em contraste, a revista *Mulher Moderna*³³, que recebia maior número de contribuições das mulheres, que abordava o tema a partir da própria identidade feminina, era criticada e menos conhecida (Yao, 2012).

Estes exemplos revelam diversas forças de resistência comprometidos realmente com os direitos das mulheres. No entanto, eram sempre contrabalançadas por discursos mais sistemáticos construídos pelos líderes masculinos, que criaram uma ligação profunda entre os valores das mulheres e o interesse do país.

Feministas dos países socialistas e a Revista *Women of China*³⁴

Desde início da Nova China³⁵ que deixaram de existir manifestações, e as principais feministas tornaram-se as funcionárias públicas nos órgãos de poder do país socialista, que deliberadamente promoviam a capacitação das mulheres e a igualdade de gênero, especialmente entre as funcionárias públicas dedicadas ao trabalho feminino. *Woman of China* era a única revista nacional feminina que sobreviveu à Grande Revolução Cultural. Foi lançada em 1 de junho de 1939 e tornou-se mais tarde a publicação oficial da Federação Nacional das Mulheres do Partido Comunista da China. A revista declarou claramente que o seu objetivo era “ajudar os leitores a reconhecer correta e plenamente os caminhos para a libertação das mulheres na Nova China” e, ao mesmo tempo, apelava às mulheres para que participassem ativamente na revolução socialista para alcançar a libertação feminina. Ligando “participação” e “libertação” como os dois temas principais da publicação ao seu discurso, e orientada pela linha de massas³⁶ do Partido, a revista rapidamente se desenvolveu como um espaço principal para a prática discursiva da libertação das mulheres (Wang, 2010). A análise do conteúdo da revista pela professora Wang Zheng (2010), juntamente com as entrevistas que fez às editoras da época, revela as diferenças entre as feministas nacionais (refere-se às feministas que trabalham no governo) e o centro do poder, dominado por homens.

Em 1954, a editora Shen Zijiu recebeu um relatório sobre o suicídio da funcionária e comunista Yang Yun, que participou na guerra durante dez anos e, ao voltar, descobriu que o marido havia se casado novamente, levando-a ao suicídio. Shen organizou uma discussão sobre “Por que Yang Yun se suicidou”, e traçou o objetivo da discussão usando o código de “Revolução”, isto é, para guiar as mulheres a estabelecer uma visão revolucionária do casamento e perseguir ideais revolucionários. Surpreendentemente, essa interação com os leitores aumentou significativamente as vendas da revista. Mais tarde, a revista expôs uma carta da professora Liu Lequn, na qual ela condenava o seu marido, líder no governo, por manter uma relação amorosa com uma jovem. Shen fez disso um tema de discussão audacioso intitulado “Por que o nosso relacionamento conjugal se rompeu”, visando “educar as pessoas a estabelecer uma moral comunista no casamento e na família” (como

³³ Em chinês: 新妇女

³⁴ Em chinês: 中国妇女

³⁵ Termo em chinês: 新中国, é um termo amplamente utilizado pelo Partido Comunista da China par se referir à República Popular da China desde a sua fundação, com o objetivo de distingui-la da “Velha China”, que representava a sociedade chinesa anterior à fundação do novo regime.

³⁶ Linha de massa é o método político e organizacional desenvolvido pelo Partido Comunista da China, que consiste em formular e ajustar políticas com base na prática e nas necessidades das massas.

citado em Wang, 2010, p. 67). As editoras apropriaram-se estrategicamente do tema da “moral comunista” para tentar resolver os problemas de casamento das mulheres refletidos na época, revelando as tensões de gênero dentro do Partido geradas pela Cláusula de Divórcio Incondicional da Nova Lei do Casamento de 1950³⁷. (Wang, 2010)

Essas discussões demonstram que as editoras legitimaram as críticas ao comportamento sexual dos líderes masculinos do Partido, utilizando a linguagem política dominante. As mulheres funcionárias estavam tanto envolvidas nas lutas políticas do Partido como firmes na busca pela transformação sociocultural feminista, frequentemente se encontrando em contradições desordenadas e difíceis de ultrapassar nas suas práticas diárias como líderes do Partido Comunista. E a utilização da linguagem do Partido para disfarçar as suas estratégias discursivas específicas de luta de gênero escondeu as suas iniciativas e objetivos feministas específicos.

Conclusão

A dominação masculina, intimamente ligada ao desenvolvimento do país, continua a ser uma das características mais marcantes da emancipação feminina na China. Em diferentes épocas, o centro de poder masculino tem utilizado variados discursos para moldar e configurar a imagem das mulheres. Assim, apesar de a igualdade de gênero ser, atualmente, uma política nacional, é essencial refletir sobre o verdadeiro conteúdo dessa igualdade e se, sob essa aparência de igualdade, persiste a objetificação das mulheres.

Além disso, a recepção do feminismo ocidental na China revela uma interseção importante com a história das relações da China com Ocidente ao longo do século XX, manifestando-se em duas fases principais. Na primeira fase, o feminismo foi apropriado como uma ferramenta para a salvação do país, integrado ao discurso nacionalista e revolucionário. Contudo, na segunda fase, à medida que o feminismo confrontava os privilégios patriarcais, surgiu uma recusa crescente do sufrágio ocidental, que se intensificou com a rejeição da influência externa. Esse processo de recusa, no entanto, também gerou a necessidade de estratégias específicas para as feministas chinesas, que passaram a adaptar a linguagem e os discursos do Partido Comunista como forma de continuar sua luta.

Bibliografia

Alves, A. C. (2007). A mulher na China. Editorial Tágide.

Dong, Z. S. (2021). Chunqiu Fanlu (Edição revisada). Pequim: Zhonghua Book Company.

³⁷ Durante as discussões sobre os artigos do projeto da Lei do Casamento no Comitê Central Feminino, muitas mulheres expressaram opiniões diferentes sobre a cláusula que permitia o divórcio caso uma das partes insistisse.

Embora Deng Yingchao quisesse facilitar o divórcio para mulheres presas em casamentos infelizes, a cláusula foi explorada por quadros poderosos do Partido para trocar de esposas. Após o divórcio, os homens mantinham sua estabilidade econômica e social, enquanto as mulheres enfrentavam dificuldades financeiras e de sobrevivência.

- Jin, T. H. (2013). The Women's Bell. In *The Birth of Chinese Feminism: Essential Texts in Transnational Theory* (p. 207-285). Columbia University Press.
- Li, J. Y. (2012). An Analysis of the Constitution of the Gender Consciousness and Its Influencing Factors: Based on the Investigation of Xiamen, Fujian Province. *Population & Economics*, 3, 51–64.
- Liu, R. F. (2009). Ideas on Women's Liberation of Women's Weekly. *Journal of Hunan Agricultural University (Social Sciences)*, 10(4), 82–86.
- Mizuyo, M. (2010). Changes in the Concept of Women's Rights in China: Human Rights and Gender in the Late Qing and Early Republic of China (1st ed.). Social Sciences Academic Press.
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação* (Trad. Daniel Miranda & William Oliveira; Organização e revisão técnica, Arthur Ituassu). Editora PUC-Rio.
- Shen, Y.F. (2016). *Feminism in China An Analysis of Advocates, Debates, and Strategies*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Wang, Z. (2010). Creating a Socialist Feminist Cultural Front: Women of China(1949 -1966). *Journal of Nanjing University*, 6, p.58-75.
- Xia, X. H. (2004). Gender Perspectives in Late Qing Women's Newspapers. In *Women of the Late Qing Dynasty and Modern China* (p. 67–101). Beijing: Beijing University Press.
- Xia, X. H. (2023). Liang Qichao: Women's education is the top priority—and Liang's discussion on the stages of women's rights. *Journal of Peking University (Philosophy and Social Sciences)*, 60(5), 93.
- Yao, F. (2012). Studies on the May Fourth Journal *Xin funv* (New Women). *Studies on the History of Modern Chinese Women*, (20), 29–68.
- Zuo, F. R. (2007). Review of Studies on Foot-binding and Women Liberation in Modern China. *Journal of Kunming University of Science and Technology*, 7(8), 23–28.

XXI. Gênero no Prêmio Nobel de Química: A trajetória de vida das mulheres laureadas

Luisa Kreihmer e Patrícia Ignácio

Resumo

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa intitulada *As vivências femininas na Química: um estudo das mulheres que foram reconhecidas com o Prêmio Nobel de Química*, desenvolvida em 2023 na Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Brasil. O objetivo deste recorte é dar visibilidade às semelhanças encontradas nos modos de vida de oito mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, sob a perspectiva teórica dos estudos culturais e de gênero. Até hoje, o Prêmio Nobel de Química já foi concedido a 192 pessoas, sendo 184 homens e apenas 8 mulheres: Marie Curie (1911), Irène Joliot-Curie (1935), Dorothy Hodgkin (1964), Ada Yonath (2009), Frances Arnold (2018), Jennifer Doudna (2020), Emmanuelle Charpentier (2020) e Carolyn Bertozzi (2022). A pesquisa foi fundamentada sob o aporte teórico de autores como Butler (2003), Chassot (2019), Hall (1997), Schiebinger (2001) e Scott (1995), que discutem questões relacionadas a gênero, ciência e à identidade de mulheres nas Ciências Exatas. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, documental e se constitui em uma análise cultural, uma vez que analisou diversos artefatos para evidenciar as vivências e experiências das laureadas, incluindo artigos, sites, livros e documentários. De modo geral, observou-se que essas mulheres compartilham nacionalidades predominantemente da América do Norte e da Europa. A maioria iniciou suas carreiras em colaboração com pesquisadores homens, e as famílias, especialmente mães e pais, desempenharam um papel inspirador e motivacional na escolha de suas carreiras. Todas as laureadas também atuaram ou atuam como professoras universitárias. Essas vivências compõem um repertório de significados e relações socioculturais que contribuem para a construção das identidades dessas mulheres no campo da ciência.

Palavras-chave: gênero; Prêmio Nobel de Química; identidade; história da química; mulheres na ciência.

Abstract

This work presents a segment of the research titled “Women’s Experiences in Chemistry: A Study of Women Recognized with the Nobel Prize in Chemistry,” conducted in 2023 at the Federal University of Rio Grande - FURG/Brazil. The aim of this segment is to highlight the similarities found in the lifestyles of eight women awarded the Nobel Prize in Chemistry, from the theoretical perspective of cultural and gender studies. To date, the Nobel Prize in Chemistry has been awarded to 192 individuals, comprising 184 men and only eight women: Marie Curie (1911), Irène Joliot-Curie (1935), Dorothy Hodgkin (1964), Ada Yonath (2009), Frances Arnold (2018), Jennifer Doudna (2020), Emmanuelle Charpentier (2020), and Carolyn Bertozzi (2022). The research was grounded in the theoretical framework of authors such as Butler (2003), Chassot (2019), Hall (1997), Schiebinger (2001), and Scott (1995), who discuss issues related to gender, science, and the

identity of women in the Exact Sciences. Methodologically, it was a qualitative and documentary research that constitutes a cultural analysis, as it examined various artifacts to highlight the experiences of the laureates, including articles, websites, books, and documentaries. Overall, it was observed that these women predominantly share nationalities from North America and Europe. Most began their careers in collaboration with male researchers, and families, especially mothers and fathers, played an inspiring and motivational role in their career choices. All the laureates have also worked or currently work as university professors. These experiences form a repertoire of meanings and socio-cultural relationships that contribute to the construction of these women's identities in the field of science.

Keywords: Gender; Nobel Prize in Chemistry; Identity; History of Chemistry; Women in Science.

Considerações Iniciais

Por muito tempo, ao longo da história da humanidade, os homens foram os produtores do que hoje nomeamos Ciências. Partindo do pressuposto de que as mulheres não têm condições basilares para transitar e integrar o campo das Ciências, a área tem sido majoritariamente produzida e divulgada por homens. No bojo dessa conjuntura social, se encontram discursos que desqualificam a mulher a partir de supostos aspectos anatômicos, cognitivos, afetivos, entre outros (Chassot, 2019).

Esses discursos, datados e localizados em determinadas sociedades, operam de diferentes modos sobre as subjetividades de homens e de mulheres, produzindo e delimitando suas presenças e relações na e com as Ciências. Sob a égide de afirmações como “o cérebro da mulher é menor do que o do homem”, (Chassot, 2019, p. 38), “o macho é por natureza superior e a fêmea inferior, o macho governa e a fêmea é sujeito” (Chassot, 2019, p.39), a Ciência começou a se consolidar como um campo que privilegia o universo masculino. A ausência e/ou a pouca visibilidade feminina na coordenação de pesquisa e em laboratórios, nos livros, na gestão de projetos, etc, materializa essa impressão de que não há mulheres nas Ciências Exatas.

Nesse contexto, dados referentes à gestão de sociedades e academias científicas brasileiras são exemplos que evidenciam a rara presença feminina na condução das Ciências. Isso porque, em 76 anos de existência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram eleitos 15 presidentes homens, enquanto apenas três mulheres exerceram o cargo. Na Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 106 anos, houve apenas uma presidência feminina, em 2022. Já na Sociedade Brasileira de Química (SBQ), em 45 anos de história, as mulheres estiveram na presidência por apenas dois mandatos, somando somente quatro anos no cargo.

Londa Schiebinger (2001), em seu livro *O Feminismo Mudou a Ciência*, problematiza a presença e a atuação efetiva das mulheres nas Ciências. Para a autora,

As feministas têm se inclinado a fazer uma distinção entre conseguir que as mulheres ingressem na ciência e, a mudança do conhecimento. O ingresso das mulheres é geralmente considerado a mais fácil das duas tarefas. Ambas, contudo, dependem de instrumentos apropriados de análise de gênero. Ambas são problemas institucionais e intelectuais. Trazer o feminismo para a ciência vai exigir duras batalhas num processo complexo de mudança política e social. Departamentos de ciência não podem resolver

o problema por si sós, porque os problemas são também profundamente culturais. Mas isso não os deixa fora da ação. A mudança terá que ocorrer em muitas áreas, simultaneamente, incluindo concepções de conhecimento [...] (Schiebinger, 2001, p. 351)

Observa-se que o problema não reside apenas no ingresso das mulheres nas Ciências, mas também em seu senso de pertencimento e inserção efetiva. Para que homens e mulheres sejam vistos de forma equitativa em diversos espaços, são necessárias transformações sociais, culturais, políticas, intelectuais e institucionais.

Esse cenário mobilizou reflexões das autoras deste artigo – em função de suas trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas na área das Ciências –, as quais foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa intitulada *As vivências femininas na Química: um estudo das mulheres que foram reconhecidas com o Prêmio Nobel de Química*, desenvolvida no ano de 2023. Assim sendo, evidencia-se neste capítulo, um recorte da referida pesquisa, objetivando dar visibilidade às semelhanças presentes nos modos de vida de oito mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, sob as lentes teóricas dos estudos culturais e dos estudos de gênero.

O Prêmio Nobel é uma das principais premiações a nível mundial para o reconhecimento de pessoas que desenvolvem trabalhos, ações e pesquisas em benefício da humanidade (Tramontina, 2020). Em se tratando da presença de mulheres na área da Química, desde 1901 até o ano de 2023, foram concedidos 115 Prêmios Nobels de Química, resultando em 194 laureados, dentre os quais, apenas oito mulheres. E, entre essas oito mulheres, quatro dividiram o prêmio com homens, duas conquistaram o Prêmio sozinhas e as duas restantes dividiram o prêmio com outra mulher.

Segundo Louro (1997, p. 21), essas distinções de atuação social

[...] não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.

Compreendendo gênero como uma construção social, e não algo determinado por fatores biológicos (Butler, 2003), pode-se afirmar que ser mulher ou ser homem não se resume em nascer com o órgão genital específico, mas com o repertório social e cultural e as relações estabelecidas entre homens e mulheres em uma determinada sociedade (Scott, 1995), os quais estão fortemente implicados na produção das identidades.

Segundo Stuart Hall (1997, p. 26),

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Uma vez que a identidade não se constitui em algo que vem da essência do sujeito e que ela é produzida pela maneira como o sujeito é interpelado ou representado e das relações que estabelece em sociedade, compreende-se que ela se dá através da cultura. Assim sendo, a forma como a cultura e a sociedade dizem sobre o como a mulher e o homem devem sentar, vestir, falar ou se portar, bem como o vocabulário e a gramática a qual podem acessar ou que os acessa, vai estabelecendo sentidos que os constituem e produzem suas identidades.

Para Wortmann (2001), os significados atuam regulando e organizando as condutas e práticas.

A produção dos significados está sempre associada a lutas de poder – essa produção se inscreve em relações de poder – e é nesse processo que se define, por exemplo, o que é “normal” (ou não) em uma cultura, ou quem pertence a um determinado grupo, ou é dele excluído. (p. 157).

Assim, a constituição das identidades e os significados que delas emergem não são previsíveis nem uniformes para todos; elas se formam em meio a lutas culturais e relações de poder. Nesse sentido, o Prêmio Nobel, especialmente no campo das Ciências, reflete as dinâmicas culturais e sociais que influenciam tanto a produção de conhecimento quanto o reconhecimento acadêmico. Também contribui para a disseminação de discursos de gênero, reforçando narrativas que perpetuam a invisibilidade feminina nas Ciências. Estudar as trajetórias das mulheres premiadas é, portanto, uma forma de dar visibilidade às diversas identidades que compõem a presença feminina nas Ciências – neste estudo, especificamente na área da Química –, além de problematizar a reduzida participação dessas mulheres nesse campo.

O texto foi estruturado em quatro seções. A primeira seção consiste nas considerações iniciais, onde são apresentados o tema, o objetivo da pesquisa e os principais aportes teóricos que a fundamentam. A segunda seção explora os caminhos metodológicos, descrevendo a natureza da pesquisa e detalhando a metodologia empregada. Na terceira seção, são analisadas as experiências comuns das mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, estruturadas em quatro categorias: nacionalidade, início de carreira, filiação e profissão. Finalmente, a última seção traz as considerações finais.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, documental e caracteriza-se como análise cultural, haja vista que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov, Freitas, 2013).

A análise cultural foca nos processos socioculturais, destacando os agentes como centrais nas práticas que dão significado à vida social. Ela vai além das manifestações artísticas, explorando como a cultura se integra ao cotidiano dos indivíduos e busca entender padrões e relações que revelam identidades e conexões (Williams, 2003).

Nesse empreendimento, foram acessados o site do Prêmio Nobel e entrevistas com as laureadas, bem como sites de notícias, entrevistas, depoimentos em geral, blogs dedicados à Ciência e às cientistas, artigos, entre outros.

A tabela apresenta informações sobre as mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química:

Nome	Data de Nascimento/falecimento	Nacionalidade	Ano de Láurea
Marie Curie	07/11/1867 - 04/07/1934.	Varsóvia, Polônia.	1911
Irène Curie	2/09/1897 - 17/03/1956.	Paris, França.	1935
Dorothy Hodgkin	12/05/1910 - 29/07/1994.	Cairo, Egito - porém tem nacionalidade Britânica - onde viveu a maior parte do tempo.	1964
Ada Yonath	22/06/1939.	Jerusalém, Israel.	2009
Frances Arnold	25/07/1956.	Pensilvânia, Estados Unidos.	2018
Emmanuelle Charpentier	11/12/1968.	Juvisy-sur-Orge, França.	2020
Jennifer Doudna	19/02/1964.	Washington n, D.C., Estados Unidos.	2020
Carolyn Bertozzi	10/10/1966.	Boston, EUA.	2022

Tabela 39: Dados das mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química.
Fonte: Adaptado de Nobel Prize (2022) e Chassot (2019).

Para compor a análise cultural das experiências e vivências das oito mulheres laureadas, utilizou-se como elementos analíticos: i) nacionalidade, ii) início de carreira, iii) filiação, e iv) profissão, os quais serão discutidos na próxima seção.

A Trajetória de Vida das Mulheres Ganhadoras do Prêmio Nobel de Química

Frequentemente, quando se fala em Ciência ou em cientista, a imagem sociocultural que surge é a de um homem branco, europeu (Benite, Bastos, Vargas, Fernandes e Faustino, 2018). No caso das mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, alguns aspectos corroboram com essa percepção, uma vez que todas são brancas e 50% são europeias. Segundo Fraser (2010), a desvalorização e a falta de reconhecimento de indivíduos e grupos sociais, baseadas em características ligadas aos seus valores culturais resultam em representações estereotipadas e distorcidas dessas pessoas. Nesse sentido, pode-se compreender que “pertencer a um grupo desvalorizado pela cultura dominante é não ser reconhecido, é sofrer uma distorção em sua relação consigo mesmo” (Fraser, 2010, p. 117).

A esse respeito, faz-se importante destacar que as três primeiras mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, em 1911, 1935 e 1964, eram europeias. Elas foram seguidas por uma cientista asiática em 2009, três estadunidenses em 2018, 2020 e 2022, e mais uma europeia em 2020. Esses dados revelam que essas mulheres vêm de países que incentivam a pesquisa científica. Embora ainda sejam minoria em comparação aos homens, suas nacionalidades as colocam em uma posição privilegiada, permitindo-lhes, ao menos, tentar ocupar esses espaços de prestígio na Ciência.

O estudo das relações de saber e poder entre as mulheres laureadas e os homens nas Ciências revela que, ao longo de suas trajetórias, especialmente no início de suas carreiras, quanto às mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química, estas obtiveram suas primeiras oportunidades de trabalho na pesquisa ofertadas por homens. Assim, nota-se que o ingresso das mulheres na Ciência foi viabilizado por homens, contudo, de forma desigual em relação aos próprios homens (Schiebinger, 2001). Isso porque, enquanto elas geralmente ocupavam posições de aprendizes, eles estavam na liderança como chefes de laboratório.

Marie Curie, por exemplo, iniciou sua carreira de pesquisadora no laboratório de Pierre Curie, que mais tarde se tornou seu marido e colaborador científico. Pierre foi um grande incentivador do trabalho de Marie. Já Dorothy Hodgkin começou sua trajetória de pesquisa sob a orientação de John Desmond Bernal, que investigava cristais por meio de raios X para fins médicos. Bernal era conhecido por abrir as portas de seu laboratório para mulheres, oferecendo-lhes oportunidades e buscando promover a equidade entre homens e mulheres (Silveira, Amaral, Pantano e Simões, 2022; Nobel, 2022).

Ada Yonath, laureada por seus estudos sobre os ribossomos, iniciou suas pesquisas em parceria com H. G. Wittmann. Ela relata que, ao buscar cientistas para colaborar e descrever seus planos, frequentemente recebia respostas sarcásticas e descrentes de pesquisadores renomados (Nolan, 2018). Frances Arnold teve sua primeira oportunidade de trabalho ainda na graduação, não como cientista, mas como empregada doméstica na casa do filósofo Thomas Kuhn. Posteriormente, já formada, viajou ao Brasil para realizar um estágio em projetos de energia solar com o professor

José Goldemberg, que mais tarde se tornaria Ministro do Meio Ambiente e uma referência no programa de etanol combustível. Jennifer Doudna, por sua vez, foi orientada por homens que desempenharam papéis fundamentais em sua trajetória acadêmica, como Sharon Panasencko, seu professor de Química, além de Thomas Szostak e Thomas Cech, ambos laureados com o Prêmio Nobel.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, em determinados momentos, o sucesso das mulheres laureadas no estudo foi creditado aos seus companheiros homens de pesquisa. Em 1903, Pierre Curie e seu colaborador Henri Becquerel receberam o Prêmio Nobel de Física, mas Marie Curie só foi incluída na premiação após Pierre, seu colega e marido, enviar uma carta ao comitê Nobel ressaltando a contribuição da esposa como pesquisadora (Silveira et al., 2022). Após a morte do marido, Marie Curie conquistou um cargo na universidade e obteve outros reconhecimentos, incluindo a descoberta dos elementos químicos rádio e polônio. Entretanto, a dinâmica de poder e saber persistiu, refletindo-se na forma como seus colegas a chamavam de “Madame Pierre Curie”. De acordo com Londa Schiebinger (2001) e Attico Chassot (2019), o reconhecimento na Ciência frequentemente é atribuído aos homens, uma vez que esse campo tem uma história predominantemente masculina.

No que diz respeito à escolha profissional e à trajetória acadêmica das laureadas com o Prêmio Nobel de Química, tanto Marie Curie quanto Irène Curie seguiram os passos de seus pais, ambos professores e pesquisadores. Dorothy Hodgkin, Jennifer Doudna e Carolyn Bertozzi também foram influenciadas por seus pais, que eram professores. Frances Arnold, embora não tenha seguido a carreira de seu pai, um físico nuclear, foi fortemente motivada por ele, que a incentivou nos estudos e cuja pesquisa abordava um tema relevante para a trajetória de Frances: os combustíveis fósseis. Filho (2002) argumenta que a figura paterna exerce uma influência direta na maneira como os filhos se relacionam com o mundo, ao estabelecer limites e regras fundamentais. Por sua vez, Basso (2021) observa que muitas filhas optam por seguir a profissão dos pais ou familiares, ou ainda escolhem carreiras que seus pais desejariam ter seguido, mas não tiveram a oportunidade.

A entrada das mulheres nas salas de aula da Educação Básica no Brasil começou a ser autorizada em 1827, embora de forma gradual e restrita às filhas da burguesia, enquanto as meninas de classes mais baixas continuavam a receber educação em casa. Foi somente a partir de 1880, com a criação das primeiras escolas públicas que incluíam seções femininas, que as mulheres começaram a ocupar efetivamente os espaços escolares (Louro, 1989). No entanto, a situação é dessemelhante no Ensino Superior, onde as mulheres ainda representam uma minoria. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2022), a maioria dos cargos nessa esfera é ocupada por homens, tanto na rede pública quanto na privada. Camacho (1997) atribui essa desigualdade ao fato de que as universidades públicas oferecem salários e condições de trabalho muito mais atrativas em comparação aos níveis de Ensino Fundamental e Médio. O autor enfatiza que essa predominância masculina nas instituições de ensino superior é mais um reflexo da discriminação e subordinação das mulheres.

Os dados da pesquisa revelaram que as desigualdades persistem, e a disparidade social continua a ser uma realidade. A luta constante deve ser mantida com perseverança, para que um dia o campo científico seja verdadeiramente equitativo e as contribuições femininas sejam igualmente reconhecidas e valorizadas (Butler, 2010).

Considerações Finais

Neste estudo, buscou-se destacar a trajetória de vida das mulheres laureadas com o Prêmio Nobel de Química. Essas mulheres representam uma minoria nesse prestigioso prêmio e nas Ciências Exatas em geral. Essa desigualdade é resultado de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam as questões de gênero e, conseqüentemente, a formação das identidades femininas.

A análise cultural das vivências e experiências das oito mulheres laureadas destacou a necessidade urgente de debates e reflexões sobre a desigualdade de gênero no meio científico. Esse cenário impulsiona novas pesquisas sobre o tema, visando disseminar informações e promover a conscientização, para que, futuramente, tanto a sociedade quanto as Ciências se tornem espaços de equidade entre mulheres e homens.

Bibliografia

Basso, C. (nd) Quando seu(sua) filho(a) está escolhendo uma profissão, o que fazer? Instituto do ser. <https://instserop.com.br/quando-seusua-filhoa-esta-escolhendo-uma-profissao-o-que-fazer/#:~:text=Solicite%20aos%20colegas%20de%20trabalho,di%C3%A1logo%20constante%2C%20compreens%C3%A3o%20e%20apoio>

Benite, A. M. C., Bastos, M. A., Vargas, R. N., Fernandes, F. S., & Faustino, G. A. A. (2018). Cultura africana e afro-brasileira e o ensino de química: Estudos sobre desigualdades de raça e gênero e a produção científica. *Educação & Realidade*. (Vol.34). Artigo e193098. <https://doi.org/10.1590/0102-4698193098>

Butler, J. (2010). Corpos que pensam: Sobre os limites discursivos do “sexo”. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (3ª ed., pp. 151-172). Autêntica.

Camacho, T. M. (1997). Mulher, trabalho e poder: O machismo nas relações de gênero na UFES. EDUFES.

Chassot, Á. I. (2019). A ciência é masculina? É, sim senhora! 16(9). Ed. UNISINOS.

Fraser, N. (2010). Repensando o reconhecimento. *Revista Enfoques: Revista Semestral Eletrônica dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ*, 9(1), 114-128.

Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: Nota sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22(2), 154-166.

Hirata, H. (2001). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, (17/18), 139-156.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022, 14 de outubro). Dados revelam perfil dos professores brasileiros. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, & Ministério da Educação. (2022, 4 de novembro). Censo da Educação Superior 2021: Divulgação dos resultados.

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

Filho, A. P. L. (2002). O pai e a psique. São Paulo: Paulus.

Louro, G. L. (1989). Magistério de 1º grau: Um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, 14(2), 31-39.

Louro, G. L. (1997). Gênero e magistério: Identidade, história, representação. In D. B. Catani et al. (Orgs.), *Docência, memória e gênero: Estudos sobre a formação* (pp. 151-162). Escrituras.

Nolan, C. (2018). Ada E. Yonath: “A ciência é desafiadora como escalar o Monte Everest”. *Correio da UNESCO: Muitas vozes, um mundo*. <https://pt.unesco.org/courier/janeiro-marco-2018/ada-e-yonath-ciencia-e-desafiadora-como-escalar-o-monte-everest>

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2. ed.). Feevale.

Schiebinger, L. (2001). O feminismo mudou a ciência? (R. Fiker, Trad.). EDUSC.

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 9-20.

Silveira, C., Amaral, C. D. B., Pantano, G., & Simões, T. R. G. (2022). As mulheres ganhadoras do Prêmio Nobel de Química (1901 - 2020). *Quim. Nova*, 45(5), 636-646. <http://static.sites.sbq.org.br/quimicanova.sbq.org.br/pdf/AG2021-0265.pdf>

Tramontina, M. (2020, 09 de outubro). Prêmio Nobel: O que é e como funciona a premiação. UOL. <https://noticias.uol.com.br/amp-stories/o-que-e-o-premio-nobel-e-como-funciona-a-premiacao>

Williams, R. (2003). *La larga revolución*. Nueva Visión.

XXII. Patriarcado: Uma bananeira no meio da sala

Helena Ferreira

Resumo

O patriarcado atravessa o nosso tempo, a nossa geografia e as nossas circunstâncias e continua a gerar relações que exercem poder sobre nós, porque temos sido incapazes de o compreender e de estudar o seu funcionamento, para o desconstruir e dar espaço a outros discursos. Considerando o patriarcado como contingente, construído e sujeito a mudanças, como as sociedades que o constituem, que são mutáveis, ambíguas e fluídas, afastamo-nos de formas essencialistas e analisamo-lo como um sistema múltiplo em rede, contemplando formas muito diversas, que não partem de um centro de poder ou de referência, aos quais os outros elementos se remetem. Propomos, então, neste trabalho, uma rutura com o modelo patriarcal linear, totalizante e com um eixo central de Johnson (2014), que coloca os vários elementos que, na sua teoria, constituem o patriarcado: princípios fundamentais de controle masculino, dominação masculina, identificação masculina e centralização masculina; principais padrões institucionais da vida social; diversas organizações, grupos e sistemas reais em que vivemos as nossas vidas, e nós próprios, em locais específicos do seu modelo arbóreo. Na nossa proposta, o sistema patriarcal rizomático obedece a toda a sua multiplicidade e, portanto, a mudança, a diferença e a resistência só poderá ocorrer num dos seus múltiplos fluxos. Apoiamo-nos no modelo rizomático de Deleuze e Guattari (1995) para, metaforicamente, explicar o patriarcado através de uma bananeira, que cumpre o potencial de conectar um ponto a qualquer outro correspondente, como deve ser.

Palavras-chave: patriarcado; modelo arbóreo; modelo rizomático; diferença; bananeira

Abstract

Patriarchy traverses our time, our geography, and our circumstances, and continues to generate relationships that exert power over us, because we have been unable to understand and study its functioning, to deconstruct it and make room for other discourses. Considering patriarchy as contingent, constructed, and subject to changes, like the societies that constitute it, which are mutable, ambiguous, and fluid, we distance ourselves from essentialist forms and analyze it as a multiple network system, contemplating very diverse forms that do not stem from a central power or reference, to which the other elements are subordinated. We propose, then, in this work, a break from the linear, totalizing, and centrally focused patriarchal model of Johnson (2014), which places the various elements that, in his theory, constitute patriarchy: fundamental principles of male control, male domination, male identification, and male centralization; main institutional patterns of social life; various organizations, groups, and real systems in which we live our lives, and ourselves, in specific places within his arboreal model. In our proposal, the rhizomatic patriarchal system adheres to all its multiplicity and, therefore, change, difference, and resistance can only occur in one of its multiple flows. We rely on Deleuze and Guattari's (1995) rhizomatic model to

metaphorically explain patriarchy through a banana tree, which fulfills the potential to connect one point to any other corresponding one, as it should.

Keywords: Patriarchy; Arboreal Model; Rhizomatic Model; Difference; Banana Tree

Introdução

O patriarcado encontra-se presente na gênese de todos os sistemas baseados na dominação. Não o reconhecer como única explicação da opressão feminina é não o colocar na posição de “adversário único”, o que Foucault (2019) considera “uma velha tática, política e ideológica, ao mesmo tempo, do stalinismo”, que consistia em agregar o elemento comum dos “inimigos”, conservando, “de modo absoluto, o mesmo procedimento” para todos eles e “a totalização dos pecados, para cada uma das cabeças acusadas”, de modo a “dar conta do que foi dito e do contrário do que foi dito”, assimilando o “inimigo e o perigo” num único elemento (pp. 271-272).

Torna-se, por isso, necessário perceber as formas como os sistemas patriarcais estão a ser (des)construídos e perpetuados, porque só desse modo será possível apresentar propostas que os desafiem e contribuam para o seu desmantelamento, de forma mais eficaz. Até porque, como aponta Jensen (2021):

A supremacia branca nunca existiu sem o patriarcado. O capitalismo nunca existiu sem o patriarcado. O imperialismo nunca existiu sem o patriarcado. Da afirmação do patriarcado de que a dominação masculina e a subordinação feminina são naturais e inevitáveis, surgiram outras hierarquias ilegítimas que também se baseiam em tentativas de naturalizar, e, portanto, tornar invisíveis, outras dinâmicas de dominação/subordinação (Jensen, 2021, p. 2).

Pela sua antiguidade e constância, o “patriarcado” remete para “uma estrutura fixa” (Machado, 2000, p. 3), que rejeitamos totalmente, até porque os seres humanos desde sempre foram negociando as regras à volta do género e dos seus significados e as opressões nunca foram estáticas, apesar de termos sido levadas a crer que sim (Saini, 2023). Não se pode negar que as relações patriarcais existem na contemporaneidade (Machado, 2000) e que o patriarcado persiste até aos dias de hoje como um sistema opressor, enquanto serve de “ponto de luz”, que permite ver o que, de outro modo, se poderia perder: os conjuntos de pequenos e grandes formatos de misoginia, sexismo racializado e privilégio masculinizado (Enloe, 2017, p. x). Por isso, quando é ouvido pelos homens, é associado ao feminismo, apesar do conceito moldar a identidade e discurso masculino tanto como o feminino, desde o nascimento até à morte, impondo os papéis que devemos desempenhar, determinados pelo género (hooks, 2004). Isso não faz do poder “omnipotente” e “omnisciente”, bem pelo contrário, “se assistimos ao desenvolvimento de tantas relações de poder, de tantos sistemas de controle, de tantas formas de vigilância, é justamente porque o poder sempre foi impotente” (Foucault, 2019, p. 274).

O patriarcado, como sistema de poder, para além de oprimir os sujeitos “mulheres”, domina a sexualidade, os afetos e os possíveis fluxos que poderão dar lugar a novos discursos, dentro da matriz discursiva (Moreira, 2019), até porque as relações de poder são sempre “formas múltiplas” que não obedecem a uma única forma de “interdição e castigo” (Foucault, 2019, p. 248). Dá-se, então, como dado adquirido que “quase todas as meninas nascidas hoje enfrentarão mais

constrangimentos e restrições do que um menino que nasça nas mesmas circunstâncias sociais dessas meninas” (Bennett, 2006, p. 10), até porque, na cultura ocidental o que foi fixado como “referente” do termo mulheres, foi normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação (Butler, 1995, p. 50).

Apesar disso, é importante que deixe de se responsabilizar só os homens pela manutenção do patriarcado e se passe a reconhecer que as mulheres não são sempre vítimas, pois é necessário expor a lealdade que algumas mulheres mantêm ao patriarcado e a vontade que possuem de ser dominadoras (hooks, 2004). Como bem refere Wittig (2005) todas e todos tentam apresentar o Outro como diferente, mas nem todos conseguem, porque é necessário ser considerado socialmente dominante.

Houve sempre mulheres que apoiaram o patriarcado e algumas até se beneficiaram com ele, sendo que, quase todas educaram as suas filhas e filhos com normas patriarcais (Bennett, 2006), porque, durante séculos, as mulheres serviram “como espelhos, possuindo o poder mágico e delicioso de refletir a figura do homem com o dobro do seu tamanho natural” (Woolf, 1998. P. 45). Existem, então, micropoderes de homens e micropoderes de mulheres em vários níveis e diferentes pontos das sociedades e são as relações e as articulações que estabelecem entre eles, e também com o Estado, que definem as questões políticas que tanto podem oprimir, como podem libertar (Foucault, 1992).

O patriarcado é, então, “contingente, construído e sujeito a mudanças” (Bennett, 2006, p. 60), como as sociedades que o constituem, que são mutáveis, ambíguas e fluídas (Carrington, 1994). Esta mobilidade e fluidez, que tem sido reconhecida ao conceito “patriarcado“, é de vital importância, para nos afastar de formas essencialistas e não dar possibilidade a más interpretações. Walby (2023), refere que nos últimos livros que escreveu, “traduziu-se” e substituiu o termo “patriarcado“ pelo termo “regime de género”, porque era mal interpretada sempre que usava “patriarcado“, uma vez que as pessoas assumem o termo como “sendo biologicamente essencialista e a-histórico” e ela “queria falar sobre mudanças, e variedades, e a possibilidade de mudança” (Walby, 2023, p. 214). A autora reitera várias vezes que os dois termos significam exatamente o mesmo, até porque, admite a possibilidade de um regime de género não patriarcal, mas não conhece nenhum (Walby, 2023), embora o simples facto de o patriarcado existir seja a maior evidência de que um outro sistema relativo ao género, não patriarcal, possa existir, se e quando for permitido (Eisenstein, 1979).

O patriarcado é, no entanto, estrutural, porque decorre da estrutura social, “do modo ‘normal’ com que se constituem as relações familiares, sociais, culturais, políticas, económicas e jurídicas. Mas, Almeida (2018) chama a atenção para o facto de o termo “estrutural” não significar tratar-se de algo incontornável, fixo ou imutável. Os discursos patriarcais não são naturais, nem necessários, nem existem a nível metafísico, sem corpos. Eles reproduzem-se quotidianamente. As sociedades não são naturalmente patriarcais. Ao invés disso, funcionam através de dispositivos e padrões patriarcais. As estruturas sociais estão continuamente a ser (des)construídas. São, por isso, transformáveis e desestruturadas, o que significa que as sociedades podem encontrar outras formas de pensamento, que não sejam patriarcais (Espósito, 2021).

Modelo arbóreo de Johnson

Jonhson (2014), defende que o patriarcado, como um sistema social complexo, é difícil de mudar porque tem raízes muito profundas. O autor, servindo-se do desenho de uma árvore de Esther L. Danielson utiliza-o como metáfora para explicar o patriarcado: as raízes são “os princípios fundamentais de controle masculino, dominação masculina, identificação masculina e centralização masculina”; o tronco “são os principais padrões institucionais da vida social moldados pelas raízes – família, economia, política, religião, educação, música e artes”; os ramos, primeiro, os maiores e, de seguida, os mais pequenos”, “são as comunidades, organizações, grupos e outros sistemas reais em que vivemos as nossas vidas, desde cidades e vilas até corporações, paróquias, casamentos e famílias; por último, as folhas são os sujeitos “que tornam possível a vida da árvore e extraem dela sua forma e vida” (Jonhson, 2014, p. 17). Muito embora tenhamos várias críticas a realizar a esta explicação, como veremos mais adiante, reproduzimos aqui, na Figura 40, o modelo arbóreo defendido pelo autor, para partirmos em seguida para o modelo rizomático.



Figura 40: Árvore patriarcal conforme Allan Jonhson (2014).
Fonte: Reprodução da obra *The Gender Knot*, p. 18.

A árvore como metáfora, explica que o patriarcado é um sistema muito maior que nós, ao qual nos mantemos profundamente ligados, porque não podemos evitar fazer parte dele. Herdamos-lo quando viemos ao mundo, temos com ele uma relação complexa e paradoxal, e, acima de tudo, podemos escolher como participar, porque “somos muito mais do que folhas passivas de uma árvore, pois os seres humanos pensam e sentem e, o mais importante, fazem escolhas através das quais perpetuamos ou desafiamos o status quo” (Johnson, 2014, p. 17).

Este modelo, para além de ser pouco inovador, até porque “a árvore já é a imagem do mundo, ou a raiz é a imagem da árvore-mundo” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 12), é bastante redutor, porque todo o modelo arbóreo segue a lógica do “decalque e da reprodução” (Deleuze & Gattari, 1995, p. 21). A verdade é que, no Ocidente, os pensamentos e as práticas tendem a ser hegemonicamente arbóreos (Deleuze & Guattari, 1995), porque remetem para hierarquias, estruturas, centros de poder e relações binárias e biunívocas. Como tal, Deleuze e Guattari (1995) criticam este modelo e, sem o negarem, contrapõem com o modelo rizomático, estabelecendo uma relação entre os dois,

porque a partir da árvore pode constituir-se um rizoma e o rizoma pode conter segmentos que endurecem para se constituir árvore, como esclarecem:

Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma. A demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades. No coração de uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar. Ou então é um elemento microscópico da árvore raiz, uma radícula, que incita a produção de um rizoma. A contabilidade e a burocracia procedem por decalques: elas podem, no entanto, começar a brotar, a lançar hastes de rizoma, como num romance de Kafka. (Deleuze & Guattari, 1995, pp. 23-24).

Isto significa que se, eventualmente, alguma vez tivéssemos olhado para o patriarcado como um sistema completo e único, rígido, assente num ponto central de poder, constituído por relações binárias fixas, com esquemas de hierarquização fechados, que explicam tudo através de conexões de causa-efeito, poderíamos considerar o modelo arbóreo como modelo explicativo do sistema patriarcal. Efetivamente, não teria importância o quanto os valores patriarcais de dominação masculina (as raízes da árvore) se encontram profunda e firmemente enraizados, ou o quanto as instituições hierárquicas que são moldadas para os apoiar (o tronco) centralizassem o seu poder, ou até mesmo, numa relação de causa-efeito, o quanto as comunidades, organizações, estruturas jurídicas, as nossas famílias (os ramos) e nós próprios (as folhas), internalizemos a cultura patriarcal e nos submetamos a ela, porque haveria sempre a possibilidade de se poder formar “um novo rizoma”, que, obrigatoriamente, originaria uma linha de fuga.

Modelo Rizomático proposto

Alinhamo-nos com o pensamento de Deleuze e Guattari (1995), através do seu modelo do rizoma, porque sempre olhamos para o patriarcado como um sistema múltiplo em rede, contemplando formas muito diversas, que não partem de um centro de poder ou de referência, aos quais os outros elementos se remetem. Deleuze e Guattari (1995) descrevem este modelo, através de seis princípios aproximativos: 1. o princípio de conexão, em que qualquer ponto pode estar conectado a outro ponto; 2. o princípio da heterogeneidade, porque qualquer conexão é possível; 3. o princípio da multiplicidade, no qual linhas múltiplas de várias dimensões apresentam diversas possibilidades, 4. O princípio da rutura a-significante, que determina que o rizoma pode fazer uma rutura, em qualquer parte e retomar, de novo, segundo uma ou outra das suas linhas; estabelece novas conexões, em qualquer ponto; 5. o princípio da cartografia, que dita que o rizoma pode ser mapeado, cartografado, para permitir mostrar as suas múltiplas conexões e a descoberta de novas possibilidades; 6. o princípio da decalcomania, porque o rizoma nunca é cópia, é sempre novidade.

Como os autores defendem, o rizoma é:

(...) muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de

codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, económicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (Deleuze & Guattari, 1995, p.15).

Tal como já referimos, se pensarmos em conceitos da botânica para metaforicamente explicar o patriarcado seria, sem dúvida, no modelo rizomático, e em algo como a bananeira, porque é considerada a maior planta herbácea que se conhece, representada na figura seguinte:



Figura 41: Rizoma patriarcal (Bananeira) conforme a autora.
Fonte: Desenho de Rosalina Silva a pedido da autora.

Como se verifica na Figura 41, o rizoma da bananeira cumpre o potencial de conectar um ponto a qualquer outro correspondente, como deve ser. Aparenta ter um centro, mas na verdade, não tem, porque o pseudocaule é um “falso” tronco, formado pelas bainhas superpostas das suas folhas, apresentando, desse modo, uma unidade de totalização e abdicando de um pivot central que restrinja a expansão de fluxos e séries, porque “toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, o seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 13). As folhas são grandes e, geralmente, compridas, apresentando uma grande dimensão, robustez e potência. O que acontece na verdade é que as folhas quando se desenvolvem iniciam um deslocamento radial concêntrico, quanto mais próximas da periferia do rizoma mais a bainha das folhas, principalmente as mais externas envolvem todo o pseudocaule na parte inferior, tornando-se muito menos envoltentes na sua parte mais alta, devido ao seu formato deltóide. Em determinada altura, a bainha afasta-se completamente do pseudocaule. A gema lateral correspondente a esta folha, que fica localizada no vértice da bainha, quando se aproxima da periferia do rizoma apresenta uma pequena protuberância que dará um novo rebento. Quando esta gema brota, o novo rebento apresenta uma folha muito estreita devido ao não desenvolvimento dos lóbulos foliares, e por ter a forma lanceolada, ela é chamada de espada. Como se verifica, a bananeira é constituída e atravessada por linhas múltiplas, com numerosas conexões, que poderão dar início a novas possibilidades.

Na verdade, estamos muito longe da explicação de Jonhson (2014), quando este se centra nas raízes profundas da árvore ou na quase passividade das folhas para defender a complexidade e dificuldade de mudar o patriarcado, para defender que a nossa ação, como elementos da sociedade (as folhas), afastando-nos da árvore, poderíamos derrubar o patriarcado. O sistema patriarcal obedece à multiplicidade e à mudança. A mudança, a diferença e a resistência só poderão ocorrer num dos seus múltiplos fluxos, como bem referem Deleuze e Guattari (1995, p. 15): “uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não

podem crescer sem que mude de natureza. As leis de combinação crescem então com a multiplicidade”.

Os fluxos que poderão gerar mudanças e fazer diferente, poderão partir de qualquer foco de poder: tanto do patriarcado individualista, como do institucional, como do estrutural, aqui tão bem representados na bananeira: o todo, que a certa altura embrenha as partes (bainhas superpostas das folhas no falso tronco) umas nas outras, demonstrando o quanto se encontram ligadas, relacionadas, interpostas, entrelaçadas umas nas outras. Todavia, o poder não deve ser compreendido ao nível das grandes instituições, do que Foucault designa por “molares, e sim ao nível das “moléculas”, dos “corpúsculos” (Deleuze, 2020), ou seja, “a teoria do poder deve ser local, não global, deve ser molecular, não estatística” (Deleuze, 2020, p. 24), porque “o poder é agitação molecular antes de ser organização estatística” e “não é uma questão de grandes conjuntos, é uma questão de ondas e corpúsculos” (Deleuze, 2020, p. 24).

Notas finais

Se, como aponta Bennett (2006), o patriarcado atravessa o nosso tempo, a nossa geografia e as nossas circunstâncias e continua a exercer poder sobre nós, porque temos sido incapazes de o compreender e de estudar o seu funcionamento, para o desconstruir e dar espaço a outros discursos, esperamos perceber, neste trabalho que assenta numa temática e cenário histórico distintos dos já analisados, os fluxos que se atravessam no funcionamento das estruturas dos organigramas dos teatros e que os constroem e desconstroem. Essas hegemonias dispersas, bem como as que se diferenciam, neste contexto específico, podem criar possibilidades de destacar algumas práticas precisas do patriarcado.

O patriarcado conseguiu, de facto, perpetuar-se no tempo, mas isso não o torna “invencível” ou eterno nas formas que tem assumido. Efetivamente, a crença da sua existência enquanto identidade fixa e rígida de opressão feminina tem alimentado a sua sobrevivência, apesar de não haver um único momento na história em que os valores patriarcais tenham vencido de forma decisiva, porque sempre houve resistência (Saini, 2023). Aceitar que as masculinidades privilegiadas são um elemento inevitável da condição humana é dar força a um sistema construído pelos homens (e mulheres), que tem exigido ao longo dos tempos adaptações e readaptações constantes, ou seja, tem dado forma a outros fluxos dinâmicos, que, nos seus esforços de atualização, transformação e fluidez podem dar lugar a um novo formato, anti patriarcal.

Como salienta Michel Foucault (1983): “dizer que não pode haver uma sociedade sem relações de poder não é dizer que aquelas que são estabelecidas são necessárias ou, de qualquer forma, que o poder constitui uma fatalidade no centro das sociedades” (pp. 222-223).

Bibliografia

Almeida, S. (2018). O que é o Racismo estrutural?. Editora Letramento.

Bennett, J.M. (2006). History Matters: Patriarchy and the Challenge of Feminism. University of Pennsylvania Press.

- Butler, J. (1995). Contingent Foundations. In Benhabib, S, Butler, J. Cornell, D. & Fraser, N. (Edits), *Feminist Contentions, A Philosophical Exchange* (pp. 35-58). Routledge.
- Carrington, K. (1994). Postmodernism and feminist criminologies: Disconnecting discourses? *International Journal of the Sociology of Law*, 22, pp. 261-277.
- Deleuze, G. (2020). Michel Foucault: O Poder. Editora Filosófica Politeia.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 1*. Editora 34.
- Eisenstein, Z. (1979). Capitalist Patriarchy and the case for Socialist Feminism. *Monthly. Review Press*.
- Enloe, C. (2017). *The Big Push: Exposing and Challenging the Persistence of Patriarchy*. University of California Press.
- Espósito, Y.B. (2021). Revisão pós-estruturalista da noção de “opressão estrutural”: os dispositivos interseccionais de subjetivação lumpenizante, *Revista Periódicus*, 2(14), 41–78. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i14.35714>
- Foucault, M. (1983). “Afterword: The Subject and Power” in Dreyfus, H. & Rabinow, P. (Edits), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics* (pp. 208-226). University of Chicago Press.
- Foucault, M. (2019). *Estratégia Poder-Saber, Ditos e Escritos Volume IV*. Forense Universitária.
- hooks, b. (2004). *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*. Washington Square Press.
- Jensen, R. (2021). Getting Radical: Feminism, Patriarchy, and the Sexual-Exploitation Industries. *Dignity: A Journal of Analysis of Exploitation and Violence: Vol. 6: Iss. 2*, pp. 1-8. <https://doi.org/10.23860/dignity.2021.06.02.0>
- Johnson, A. G. (2014). *The Gender Knot Unraveling Our Patriarchal Legacy*. Temple University Press.
- Machado, L. Z. (julho 2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? [Apresentação de conferência]. *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52a Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência, Sociedade Brasileira de Sociologia*.
- Moreira, L. (2019), *Patriarcado*. Dicionário Alice. https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=25549. ISBN: 978-989-8847-08-9
- Saini, A. (2023). *The Patriarchs: How Men Came to Rule*. Harper Collins Publishers Ltd..
- Walby, S. (2023). Feminism is a project, not an identity. In Littler, J. (org.) *Left Feminisms* (pp. 213-229). Lawrence and Wishart Limited.
- Wittig, M. (2005). *El Pensamiento Heterosexual y Otros Ensayos*. Egales. Editorial Gai Y Lesbiana.
- Woolf, V. (1998). *A Room of One's Own & Three Guineas*. Oxford University Press.

XXIII. Os Processos Teatrais podem ser Assuntos Culturais?

Telmo Ferreira

Resumo

Que questões acerca do teatro se tornam pertinentes quando o colocamos sob o olhar dos Estudos Culturais? Ou, por outras palavras, que assuntos acerca do teatro emergem quando, na visão metadisciplinar dos Estudos Culturais (Grácio, 2023), o olhamos fora das suas fronteiras metodológicas e disciplinares?

Cada vez mais, a teoria teatral se mostra ciente da necessidade de criação de um espaço de exceção aos padrões performativos e de pensamento (maior parte tácitos) que suportam o status quo, permitindo que estes sejam esbatidos ou re-articulados. Espaço esse que, segundo a visão de Badiou (2013) seria um dos critérios fulcrais para a afirmação de um teatro democrático. Contudo, num ímpeto de “dessacralização da teoria” (Grossberg, 2010) que pretende confrontar estes pressupostos teóricos com a sua aplicação prática em salas de ensaio e palcos europeus, verificamos um desfasamento entre o apelo teórico pela criatividade, autonomia expressiva e constante renovação dos meios plásticos com uma disciplina tácita do fazer teatral restritiva da performance e criatividade dos artistas.

Esta relação dissonante entre teoria e prática resumir-se-ia naquilo que denominaremos aqui como dialética das tendências. Esta resulta da alienação mútua dos aspetos culturais em cada uma das dimensões. Se, por um lado, a maior parte das teorias desconsideram as especificidades culturais e contingências práticas da sua aplicação, por outro lado, as demandas inerentes à prática levam artistas e companhias de teatro a somente a aplicar os aspetos formais e replicáveis de uma teoria. Assim, por falta de articulação com a prática, uma teoria é esvaziada do seu ethos, mantendo-se somente como uma tendência a ser seguida.

No presente estudo, conclui-se, por via do assunto levantado, que não só os processos teatrais podem ser assuntos culturais, como a problematização realizada neste campo de estudos poderá ser fecunda a um pensar e fazer teatral com maior inscrição das suas implicações culturais. Um diálogo que consideramos urgente num tempo em que a agenda inclusiva no teatro corre o risco de se tornar a próxima tendência.

Palavras-chave: teatro e estudos culturais; estética teatral; filosofia do teatro; metadisciplinaridade; teatro inclusivo.

Abstract

What questions about theater become relevant when we examine it through the lens of Cultural Studies? In other words, what subjects related to theater emerge when we view it outside its methodological and disciplinary boundaries, as suggested by the metadisciplinary perspective of Cultural Studies (Grácio, 2023)?

Increasingly, theatrical theory is becoming aware of the need to create an exceptional space for the performative and conceptual standards (mostly tacit) that support the status quo, allowing them to be blurred or rearticulated. This space, according to Badiou (2013), would be one of the crucial criteria for affirming a democratic theater. However, in an impulse of “desacralization of theory” (Grossberg, 2010) aimed at confronting these theoretical assumptions with their practical application in rehearsal rooms and European stages, we find a dissonance between the theoretical appeal for creativity, expressive autonomy, and constant renewal of artistic means, and a tacit discipline of theatrical practice that restricts the performance and creativity of artists.

This dissonant relationship between theory and practice can be summarized in what we will call the dialectic of tendencies. This results from the mutual alienation of cultural aspects in each dimension. On one hand, most theories disregard the cultural specificities and practical contingencies of their application; on the other hand, the inherent demands of practice lead artists and theater companies to apply only the formal and replicable aspects of a theory. Thus, due to a lack of articulation with practice, a theory is emptied of its ethos, remaining merely as a trend to be followed.

In this study, we conclude that not only can theatrical processes be cultural subjects, but the questioning carried out in this field of study can be fruitful for thinking and making theater with a greater awareness of its cultural implications. We consider this dialogue urgent at a time when the inclusive agenda in theater risks becoming the next trend.

Keywords: Theatre and Cultural Studies; Theatrical Aesthetics; Philosophy of Theatre; Metadisciplinarity; Inclusive Theatre.

O que é um teatro democrático?

Tomemos a seguinte citação de Badiou em *Elogio do Teatro* como uma definição suficientemente abrangente para criarmos um ponto de partida acerca da potencialidade política, filosófica e estética de um teatro democrático. Consideremos que todo o Teatro que se desprende de uma função meramente moral ou comercial se assume como um espaço destinado a “propostas de sentido acerca da existência humana, individual ou coletiva, (que nos) orienta(m) pelo meio imaginário” (Badiou, 2015, p.89).

Podemos afirmar então que este teatro tem o potencial de se mostrar como uma janela aberta para outros mundos possíveis. Algo que ressoa com aquilo que o autor denomina como “heresia em ação” (Badiou, 2013, p.18).

Assim, a potencialidade de um teatro democrático reside no seu ethos herege ao dogma, ou seja, na atitude de tensionalidade com aquilo que é tomado como natural, certo ou único modo possível de ver o mundo. Isto é o que possibilita “orientarmo-nos pelo meio imaginário” com propostas alternativas àquelas que ilustram e sustentam o estado atual das coisas e resume a relação do teatro com a política. Relação essa que Badiou (2013, p.42), ao ilustrar a ideologia como uma rede de sentidos atados entre si, condensa na seguinte frase: “o teatro é o ‘re-atar’ figurativo da política”.

Implícita na expressão que caracteriza este teatro como uma “janela aberta para outros mundos possíveis”, está a noção de que, a cada apresentação, entre atores e público, é criado um evento de

exceção (ou heresia) às regras e normal funcionamento da sociedade. É a partir deste estado que, de modo concreto, o teatro implica a política com este “re-atar” dos seus nós. Sendo o público confrontado com algo que “excede” a sua realidade, com maior evidência consegue notar os limites sob os quais ocorre esta exceção, provocando assim o espanto que conduz à reflexão e discussão de alternativas a estes. Numa consideração de Rui Grácio, encontramos maior detalhe sobre o fenómeno:

O espanto (...) confronta-nos com um alternativo inesperado que nos arranca à familiaridade e gera estranheza. Como se, do constantemente querer respostas sem ter de perguntar, a dúvida se impusesse e precisássemos de nos virar das respostas para as perguntas e, destas, para as questões na sua problematicidade; como se, entretidos a jogar de acordo com as regras do jogo e as decisões dos árbitros, de repente sentíssemos a necessidade de jogar outros ou, o que é mais, criar novos jogos ou modificar os existentes. (Grácio, 2023, p.136)

Teatro democrático na teoria

Em suma, na conceção democrática que elaborámos sobre esta forma de arte, pelo espaço de exceção (heresia) que nos permite a ficção em palco, o teatro é um ensaio vivo sobre novas possibilidades de significação e coexistência. Conceção essa que parece condizer com aquela veiculada nas teorias teatrais ocidentais. Em renomadas figuras do teatro e da filosofia, encontramos uma procura pelo valor estético, epistémico e político de um espaço teatral de exceção. Procura essa que sintetizamos em três rumos distintos, sendo estes:

1. Emancipação de um atuar baseado em repertórios performáticos restritivos ou clichés, rumo tomado por Stanislavski, Adler e Brook (1989; 2000; 1996);
2. Desenvolvimento de estruturas de relação com o público alternativas às tradicionais (aristotélicas), rumo tomado por Brecht e Boal (1978; 2005);
3. Promoção de uma criação artística alheia às conceções vigentes de significação e comunicação, rumo tomado por Nietzsche, Artaud, Deleuze e Lehmann (2011; 2005; 2010; 2006).

Sobre o primeiro rumo, importa destacar o apelo teórico de Stanislávski (2009) para que os atores rompessem com o roteiro performativo restritivo e quase-maquinal vigente e representassem em palco “uma verdade transformada num equivalente poético”. Algo que seria posteriormente apropriado por Adler (2000) na noção de autenticidade em e por Brook (1996) naquilo denominaríamos como vitalidade. Este último autor, que resume na sua teoria as visões dos seus precedentes, no lado oposto à defesa de uma representação completamente estabelecida e coordenada antes do momento da apresentação, almejava um teatro vivo em que a representação se alimentava, não só dos elementos contingenciais de cada noite do espetáculo (infraestrutura do teatro, contexto da apresentação, estado anímico do elenco e público, etc..) como da singularidade expressiva de cada ator em relação aos elementos criativos do espetáculo (texto, personagem e encenação). Perante isto é possível compreender como, neste rumo teórico, se almeja um estado de exceção por via da atuação. Ao direcionar os atores para viverem a situação poética que apresentam, promove-se um espaço de exceção aberto às suas singularidades (biográficas e

expressivas) e às contingências da apresentação. Ou seja, um espaço onde o teatro “é, a cada noite, uma inauguração de sentido” (Badiou, 2013, p.126).

Brecht e Boal, dois teóricos do teatro bastante ligados à prática, consideram que as estruturas convencionais de apresentação teatral, o chamado teatro aristotélico, são insuficientes para acomodar uma crítica ao tempo que vivem. Para estes, um espetáculo que apresenta um desenrolar dos conflitos interpretados pelos atores em tempo real e sem mediação possui o risco contribuir para a sedimentação do status quo. Por outras palavras, em ambos há a desconfiança de que somente imitar em palco aquilo que se passa fora dele não seja o suficiente para provocar a reflexão e ação política de quem assiste. Para Brecht, que adota a tônica reflexiva, importava que o público se distanciasse da “intensa identificação emocional”, sugerida no movimento catártico aristotélico, e elevasse a sua “emoção ao raciocínio” (Rosenfeld, 1996, p.148). Assim, o seu “teatro épico” integrava não só as relações inter-humanas e individuais (elementos tradicionais do drama) mas também as determinantes sociais dessas relações que, por via dos múltiplos elementos literários, cênicos e cênico-literários, re-situavam a discussão além do drama entre personagens. Boal, sobre a tônica da ação política direta, pretendia romper com tudo o que no teatro reproduzisse a hierarquia e a dominação da classe burguesa, apelando assim para a intervenção in loco do público. Para este, o papel letárgico do público num espetáculo de estrutura tradicional (que somente assiste à ação em palco) comparava-se à situação de falta de agência das classes subalternas em palcos de decisão política dominados pela classe burguesa. Como alternativa, concebera a apresentação teatral como um espaço que “deixa de ser o lugar onde se assiste a um espetáculo (...) e se transforma em arena onde espectadores e atores, assumidos como artistas e cidadãos, fabricam um espetáculo que pulsa em permanente movimento” (Boal, 2008, p.164). Assim, se para Brecht e Boal, o drama e suas ações singulares não eram suficientes para resumir a vivência de seu tempo, importava colocá-las em articulação com as estruturas complexas que as influenciavam. Algo feito através de estruturas de relação com o público que respondiam aos riscos letárgicos da catarse, tanto pela via da aproximação com público (Boal) como pela via do seu distanciamento reflexivo (Brecht).

O último rumo, figurado por autores como Nietzsche, Artaud, Deleuze e Lehmann, possui alguns princípios críticos idênticos aos do rumo anterior, porém estes integram um percurso teórico de maior radicalidade. Tal como em Brecht e Boal, existem fortes suspeitas acerca da estrutura dramática aristotélica, contudo estas não se dirigem ao risco de esta ocultar uma compreensão mais alargada sobre o estado das coisas. Sobre isto, Deleuze (2010, p.18) refere que “Brecht não leva a ‘crítica’ suficientemente longe” pois, apesar da sua tentativa para que as contradições e oposições individuais sejam representadas, almeja que as situações “sejam ‘compreendidas’ e que o espectador tenha os elementos de uma ‘solução’ possível”. Se Brecht e outros autores modernistas buscavam uma compreensão mais alargada do estado das coisas pela rearticulação dos elementos dramáticos, a presente corrente era crítica das próprias estruturas que viabilizavam a compreensão. No entendimento deleuziano, apresentar algo passível de ser “compreendido” passaria, inevitavelmente por representar conflitos. Estes, apesar poderem ultrapassar a dimensão individual, ao abordar tensões entre o “indivíduo e sociedade, entre a vida e a história”, aludem a produtos ideológicos “normalizados, codificados (e) institucionalizados” (Deleuze, 2010, p.18). Assim, o rumo adotado segue para uma conceção alternativa à esquadria da inteligibilidade que promova a “emergência (...) de uma variação criadora, inesperada, sub-representativa” (Deleuze, 2010, p.18). Algo que, sumariado nas palavras de Sontag (1986, p.28) em resenha à teoria de Artaud, sugere “um teatro ‘puro’, dominado pela ‘física do gesto absoluto, que é em si mesmo ideia”. Em suma,

neste rumo, pretende-se afirmar um espaço teatral de exceção produzido pelo corte radical com a significação. Algo surgido em primeira mão na reivindicação de Nietzsche pelo ditirambo em O Nascimento da Tragédia e algo que influenciaria o surgimento de vanguardas artísticas no final do século XX, aquilo que Lehmann (2007), na sua cartografia estética, viria a cunhar como Teatro Pós-dramático.

Questões culturais

Chegados a este ponto poderíamos afirmar que aquilo que aqui definimos como teatro democrático enforma a maioria do fazer teatral nos dias de hoje. Pelos rumos teóricos que apresentámos acima, vemos como, apesar das suas diferenças, encontramos, como ponto comum, a necessidade do espetáculo teatral se mostrar como um espaço de exceção, seja pela via da interpretação (rumo I), relação com o público (rumo II) ou rutura com as estruturas de comunicação e significação vigentes (rumo III).

Assim, poucas razões haveria para este estudo se não sobrasse pelo menos uma suspeita: a concordância do veiculado teoricamente com a factualidade da prática. Neste sentido perguntamos: podemos afirmar que, hoje em dia, a maioria dos espetáculos teatrais a que se assiste seguem os pressupostos teóricos que afirmam partir?

O que nos leva a dirigir atenções para a dimensão prática é fruto de um “detour reflexivo” (Huck, 2022, p.2) proposto no campo dos Estudos Culturais. Pelas palavras de Baptista ao definir o “objetivo primeiro dos Estudos Culturais”, poderíamos definir este detour como:

(...) (O desenvolvimento de) um discurso crítico e autorreflexivo que procure constantemente redefinir e criticar o trabalho já feito, repensar mecanismos de descrição, de definição, de predição e controlo das conclusões a que se chega, bem como ter um papel desmistificante em face de textos culturalmente construídos e dos mitos e ideologias que lhes subjazem. (Baptista, 2009, p. 459)

Esta rota teórica, que se afirma paradoxalmente como uma rota de errância metodológica (questionando os pressupostos teóricos normalmente estabelecidos) enforma o “compromisso cívico e político” (Baptista, 2009, p.453) deste campo de estudos. Fá-lo precisamente pela direção meta-disciplinar que frequentemente assumem os seus estudos, algo que é traduzido no movimento de questionar determinado assunto fora das delimitações disciplinares que o cercam. E tal ocorre não pela mera vontade de insurreição metodológica, mas sim pelo surgimento de uma tensionalidade entre o estado das coisas e suas incompatibilidades com a agência e demandas democráticas de indivíduos e comunidades além da academia. Como apresentado por Rui Grácio (2023, p.116) em Um ensaio Sobre os Estudos Culturais, por via deste entre reflexivo, que o mesmo cunha de “assunto em questão” abrimos espaço para a “fecundidade da construção do discutível enquanto espaço de agenciamento, questionamento e de confronto”.

Ao “dessacralizar a teoria”, como diria Grossberg (2010, p.27), vendo-a na sua relação com a dimensão prática observamos que aquilo que poderíamos chamar de dialética das tendências no teatro. Esta dialética, enformada na relação entre teoria e prática, basear-se-ia na alienação mútua dos aspetos culturais em cada uma das dimensões.

Todas as teorias teatrais apresentadas acima estão, em certa medida, a debater-se com um certo modo de “fazer teatro” instituído na sua época. Na crítica que as teorias dirigem ao fazer teatral vigente do seu tempo está implícita a percepção de um fenómeno de desatualização ou perda de pertinência de um certo modo de fazer teatro com as demandas do tempo atual (Lehmann, 2007; Rosenfeld, 1996; Szondi, 2001). Isto evidencia-se na rejeição de clichés de atuação apresentados pelo primeiro rumo, na crítica à identificação provocada no teatro aristotélico do segundo e, por fim, na tentativa de rompimento com as estruturas de fechadas de inteligibilidade e significação esboçada pelo terceiro. Contudo, tal não significa que a maioria destas teorias contemplem as razões culturais que sustentam este fenómeno.

A dialética das tendências

Analizando a maioria dos estudos dirigidos à história da estética teatral, podemos observar, como grande parte tende para uma visão teleológica do fazer teatral. A mais pertinente resposta do teatro à progressiva complexidade dos tempos vividos parece afigurar-se nos estudos de Lehmann (2007), Pavis (2013), Rosenfeld (1996) e Szondi, (2001) como o ethos de um fazer teatral ideal para o qual parece rumar a história. Mas, e se o percurso do teatro não fosse visto como um progresso qualitativo inscrito na sua adequação com o decorrer dos tempos? E se, em vez, a história do teatro descrevesse uma série de tentativas de resgate do espaço de exceção pela frequente negligência das condicionantes culturais inerentes à apropriação prática das teorias?

Tomemos como exemplo as teorias sobre a interpretação dramática de Stanislavski no final dos secs. XIX e XX. Estas, num ímpeto de romper com conceitos restritivos de atuação anteriores, inauguraram, no teatro moderno, a demanda teórica pela autenticidade. Tal demanda, tornou-se consensual no que concerne à necessidade de maior autonomia dos atores nos processos artísticos levando à criação de relevantes textos teóricos sobre a mesma (Grotowski 1968; Brook 1999). Contudo, nem a partir da teorização deste autor, foi possível afirmar que uma disciplina restritiva nos processos artísticos tenha desaparecido. Como Brook (1999) enuncia, a maioria dos atores que afirmam seguir os princípios metodológicos deste autor continua preso a uma máscara performativa que reproduz exteriormente a atuação dos “grandes” atores seus contemporâneos.

Outro exemplo pertinente é o do balanço que Lehmann em 2011 faz ao estado do teatro europeu 12 anos após a publicação da sua célebre obra *Teatro Pós-dramático*. Pelas palavras de quem outrora mapeou um movimento de vanguarda lemos como “muito do que era marginal e discutido calorosamente na década de 1980 já havia se tornado comum nos anos 1990, e agora já é parte do mainstream” (Lehmann, 2013, p.860). Segundo ele, “a dramaturgia visual tem a tendência agora de se tornar mero espetáculo nas grandes casas de espetáculos, sendo apresentada como entretenimento em muitas produções de carácter mais ou menos tradicional” (Lehmann, 2013, p. 861). Em suma, verifica que:

O pós-dramático não é mais um termo que denota práticas desviantes, de oposição ou radicais. Os elementos da prática pós-dramática tornaram-se geralmente aceites e definem muito da prática do teatro contemporâneo (...) não sem muitas vezes perder vantagens nesse processo. (Lehmann, 2013, p. 861)

Com o primeiro exemplo vemos como o desenho de alternativa teórica a um problema encontrado na prática não o mitiga com o decorrer do tempo. Apesar de Stanislavski e muitos outros autores que se adereçaram ao mesmo problema no apelo pelos valores da autenticidade, vitalidade e singularidade dos artistas de teatro, persistem razões práticas que os anulam.

No segundo exemplo encontramos pistas para estas razões práticas. O que Lehmann parece apontar no seu balanço à progressão histórica de movimento artístico de vanguarda é o esboroar do seu potencial subversivo e criativo que animava o ethos da sua teoria em detrimento da sua popularização. Por popularização referimo-nos a um fenómeno social de apropriação mecânica de uma ideia ou invenção pelo deslumbramento dos seus efeitos, aquilo que Moreno (1977) denominaria como a criação de um “enlatado cultural”.

Para se referir aos tempos em que vivia, Moreno cunhara a expressão “sociedade de conservas”. Numa cultura pautada pelo valor das formas, da eficiência e dos resultados imediatos, todas as novidades que se fazem notar, sejam elas artísticas ou de outro teor, são apropriadas e transformadas em “conservas”. Este processo de enlatamento ocorre pelo estudo das componentes formais da novidade em causa, tendo em visto a sua replicação. Contudo, este processo não é feito sem perda. Tal como um produto alimentar perde a maior parte do seu sabor quando é processado e colocado em conserva, uma teoria teatral que confronta a confusão e letargia da condição pós-moderna por via de novas possibilidades plásticas e performativas é esquematizada e formalizada como um método que vê nas vias de acesso (plásticas e performativas) o próprio fim, perdendo com o tempo toda a pertinência ética.

Em suma, poderíamos sintetizar este movimento de conserva teatral na apropriação capitalista de ideias ou invenções artísticas bem-sucedidas. Com isto não pretendemos encerrar a discussão em especificidades analíticas a este sistema, mas antes falar da influência que este possui no laborar ideológico e no estabelecimento de condições práticas que limitam a ação dos artistas de teatro à produção e consumo de “conservas” teatrais. No fundo, numa discussão que consideramos incipiente, importa compreender qual a dimensão das condicionantes culturais presentes nos processos de criação teatral não contempladas nas teorias teatrais.

Por ora, consideramos estar perante uma alienação mútua dos aspetos culturais das dimensões práticas e teóricas do teatro. Se, por um lado, a maior parte das teorias desconsideram as especificidades culturais e contingências práticas da sua aplicação, por outro lado, as demandas inerentes à prática levam artistas e companhias de teatro a somente a aplicar os aspetos formais e replicáveis de uma teoria. Assim, por falta de articulação com a prática, uma teoria é esvaziada do seu ethos, mantendo-se somente como uma tendência a ser seguida.

Perante isto, que rumo sugerimos ser tomado?

Rumos reflexivos – Agenda da inclusão, nova tendência?

Não divergimos daquilo que apresentámos no início. O destino será aquele que a teoria teatral já contempla – a potencialidade democrática do teatro. Sobre este destino somente apresentamos uma rota de diálogo mediada por questões do foro cultural. Em suma, para que se evite uma dialética de tendências, é necessário promover espaços de maior autonomia ética dentro dos processos teatrais, algo que acreditamos ser potenciado no diálogo entre teoria e prática.

Contudo, no momento que este estudo é produzido importa também dialogar com as novas teorias que emergem na atualidade, falamos de teorias dedicadas à inclusão cultural. A chamada “agenda da inclusão” que tem vindo a ser apropriada recentemente em companhias de teatro e em estruturas de poder político relacionadas com as artes (Ashley & Wookey, 2024).

Embora a finalidade ética seja consensualmente tomada como meritória, Ashley & Wookey (2024) alertam para as “armadilhas inclusivas” presentes em apropriações focadas na finalidade cosmética das políticas adotadas. O que nos leva a concluir com a seguinte citação:

(...) dentro das agendas de diversidade e inclusão, as questões de igualdade tornaram-se ‘despolitizadas’. Em outras palavras, em vez de se focarem nas barreiras sistémicas enraizadas que refletem e reproduzem hierarquias de valor e dignidade, as causas da desigualdade foram individualizadas e psicologizadas, assim como as soluções. (...). Onde intervenções são promovidas por preocupações de reputação, elas podem ter uma abordagem cosmética. Gerar culturas mais inclusivas pode exigir uma rutura bastante mais radical nas relações sociais existentes para que novas ordens sociais possam ser estabelecidas.” (Ashley & Wookey, 2024)

Bibliografia

Adler, S. (2000). *The Art of Acting*. Applause.

Artaud, A. (2005). *O teatro e o seu duplo*. Martins Fontes.

Ashley, L., & Wookey, S. (2024). Directing change? Reflections on participatory programmes and inclusive theatres cultures. *Research in Drama Education: The Journal of Applied Theatre and Performance*, 1(19). <https://doi.org/10.1080/13569783.2024.2345717>

Badiou, A. (2023). *Elogio do Teatro*. Humus.

Badiou, A. (2013). *Rhapsody for the theatre*. Verso Books.

Badiou, A., & Truong, N. (2015). *In Praise of Theatre*. Polity Press.

Baptista, M. (2009). Estudos Culturais: o quê e como da investigação. *Carnets*, 1 (1), 451–461. doi:10.4000/carnets.4382

Brecht, B., & Willet, J. (1978) *Brecht on theatre: the development of an aesthetic*. Hill and Wang.

Boal, A. (2008). *A Estética do Oprimido*. Garamond.

Boal, A. (1991). *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. Civilização Brasileira.

Bourriaud, N. (2009). *Estética Relacional*. Editora Martins.

Brook, P. (1996). *The Empty Space*. Touchstone.

Deleuze, G. (2010). *Sobre o Teatro*. Jorge Zahar Editor.

Grácio, R. (2023). *Um ensaio sobre os Estudos Culturais*. Grácio Editor.

- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the Future Tense*. Duke University Press.
- Grotowski, J. (1968). An interview with Grotowski. *The Drama Review*, 13(1), 20-45.
- Lehmann, H-T. (2006). *Postdramatic Theatre*. Routledge.
- Lehmann, H-T. (2007). *Teatro pós-dramático*. Editora Cosac & Naif.
- Lehmann, H-T. (2013). Teatro pós-dramático, doze anos depois. *Revista Brasileira de Estudos Presença*, 3(3), 859-878.
- Hall, S. (1992). Cultural Studies and its Theoretical Legacies. In Grossberg, L., Nelson, C. & Treichler, P. (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 277-294). Routledge.
- Hanssen, P. (1995). Elisabeth Hauptmann. Verlag Peter Lang.
- Huck, C. (2022). Why Cultural Studies. *Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 1(2), 7-23.
- Nietzsche, F. (2011). *O Nascimento da Tragédia*. Companhia de Bolso.
- Moreno, J. (1977). *O teatro da espontaneidade*. Editora Àgora.
- Pavis, P. (2013). A encenação contemporânea – Origens, tendências, perspectivas. *Perspectiva*.
- Rosenfeld, A. (1996). *Teatro Épico*. Editora Perspetiva.
- Sontag, S. (1986). *Sob o Signo de Saturno*. L&PM Editores.
- Stanislavski, C. (2009). *Manual do Ator*. Martins Fontes.
- Stanislavski, C. (1989). *Minha vida na arte*. Civilização Brasileira.
- Szondi, P. (2001). *Teoria do drama moderno*. Cosac e Naify.

XXIV. “O Contrário é Branco”: Performatividade da raça em jogo

Thaís Azevedo, Maria Manuel Baptista, Larissa Latif

Resumo

O presente trabalho faz parte da investigação intitulada “Cartografias Performativas da Capoeira Angola em Cruzos na cidade do Porto”, em desenvolvimento no Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro. O objetivo desta investigação é compreender de que forma as pessoas que praticam Capoeira Angola no contexto do “Cortiço do Abelha” na cidade do Porto, em Portugal, se apropriam ou se distanciam dos domínios desta prática e como as relações de poder do sistema de género colonial-moderno são (des)articuladas. Entendendo a Capoeira Angola como uma performance afro-brasileira que efetuou um movimento de resistência à forma de organização do mundo pautada pela Colonialidade do Poder, quisemos saber se os praticantes seguem criando ou não planos imanentes de rutura ao sistema colonial-moderno-generificador-racializante-capitalizante. Neste trabalho, abordamos especificamente uma das categorias de análise do conteúdo das entrevistas, nomeadamente, o território da branquitude. O campo dos Estudos Culturais enquadra o modo de discussão destas questões, com amarrações epistemológicas dos estudos de género, raça e da performance no intuito de interrogar processos ligados ao corpo e a diferença inaugurada pela existência do outro. Traçamos assim um movimento cartográfico, que na sua invenção, cria as condições necessárias para acompanhar os fluxos do desejo que movem esses processos de subjetivação.

Palavras-chave: branquitude, cartografia, capoeira angola, corpo, colonialidade do poder.

Abstract

This paper is part of the research entitled ‘Performative Cartographies of Capoeira Angola in Cruzos in the city of Porto’, being carried out as part of the Doctoral Programme in Cultural Studies at the University of Aveiro. The aim of this research is to understand how people who practise Capoeira Angola in the context of ‘Cortiço do Abelha’ in the city of Porto, Portugal, appropriate or distance themselves from the domains of this practice and how the power relations of the colonial-modern gender system are (de)articulated. Understanding Capoeira Angola as an Afro-Brazilian performance that has carried out a movement of resistance to the way the world is organised based on the Coloniality of Power, we wanted to find out whether or not the practitioners continue to create immanent plans of rupture with the colonial-modern-generating-racialising-capitalising system. In this paper, we specifically address one of the categories used to analyse the content of the interviews, namely the territory of whiteness. The field of Cultural Studies provides the framework for discussing these issues, with epistemological links to gender, race and performance studies in order to interrogate processes linked to the body and the difference inaugurated by the existence of the other. We have thus traced a cartographic movement, which in its invention creates the necessary conditions to accompany the flows of desire that move these processes of subjectivation.

Keywords: Whiteness, Cartography, Capoeira Angola, Body, Coloniality of Power.

Possíveis amarrações teóricas para o território da branquitude

A Capoeira Angola é uma luta/dança realizada coletivamente em roda com percussão e canto. Uma expressão da resistência negra brasileira, principalmente no durante e pós-abolição, que, ao se inserir em outros contextos culturais, enfrenta questões práticas e simbólicas que reconfiguram seus modos de expressão (Da Mata, 2015). O movimento de expansão internacional da capoeira é parte de um processo de modernização da cultura popular negra, resultante de uma política de embranquecimento e miscigenação (Munanga, 1999).

Dessa forma, a presente análise explora de que forma esta prática de resistência se conecta/desconecta dos atuais sistemas de opressão, exercendo-se enquanto prática de libertação das amarras “coloniais-capitalísticas” (Rolnik, 2019, p. 25). Tendo como foco a discussão de um dos temas que atravessa a prática de Capoeira Angola em Portugal, sendo, os processos da branquitude (Bento, 2002; Schucman, 2014; Sovik, 2009).

Para Hall (2016), uma primeira percepção teórica sobre a questão da “diferença”, considera-a como um elemento essencial, determinante de seu significado: Eu só conheço o significado de algo porque difere de um “outro” algo. Por exemplo, eu sei o que é “ser negro” porque ele difere do “branco”, ou, eu sei o que é “ser mulher” porque ela difere do “homem”. O ser negro ou ser mulher são estados de coisas que diferem do status quo determinado pelo Homem Branco. Neste caso, não é possível tornar-se Homem Branco enquanto um processo de construção cultural, justamente porque ele não é um ser demarcado, ele é a norma.

Na própria linguagem ou na expressão da linguagem, o Homem Branco aparece como uma condição dada de uma suposta Humanidade, fator que determina os parâmetros para os quais outras corporalidades viventes vão se diferenciando (Hall, 2016). Vargas (2020) salienta que o pilar colonial do sistema capitalista possui uma especificidade antinegra que compõe as dinâmicas sociais e culturais. Segundo o autor, houve um princípio pré-estabelecido a partir de um pacto ontológico que definiu o que poderia ser compreendido enquanto Humanidade e este pacto permitiu a colonização nas Américas – e segue dando permissibilidade para que as práticas de genocídio ao corpo negro ocorram de forma “gratuita e extralegal” (Vargas, 2020):

Isso porque, nessa perspectiva, trata-se não apenas de eliminar um conjunto de práticas sociais e institucionais (o racismo), mas de questionar fundamentalmente a própria noção de Humanidade e sua dependência na exclusão daquelas consideradas não pessoas. A antinegitude é constitutiva da Humanidade. Ser humano é não ser negro. Tendo isso em vista, como elaborar políticas públicas, práticas sociais ou noções de ser que questionam o conceito de Humanidade? (Vargas, 2020, p. 18).

Os estudos da Branquitude apontam uma inversão desta lógica, em que o conceito de raça e racismo tornam-se produção e resultado da própria interação entre o “Um” e o “Outro”, ou seja, não o conceito de Humanidade nem o pacto ontológico foram criadores das práticas escravagistas e consequentemente racistas, foram antes as práticas que exigiram a criação de conceitos que legitimassem os atos genocidas. Portanto, foi necessária a construção de um saber/poder que desumanizasse o Outro, para dar continuidade ao exercício da violência sobre estes corpos: “o

racismo não é filho da ideia de raça, mas a ideia de raça é que é filha do racismo como prática” (Schucman, 2020, 00:35:08).

Para Lugones (2018), a representação da raça sempre esteve intrínseca e intimamente ligada ao gênero e a sexualidade. A interseccionalidade colocou em questão a sobreposição das opressões, tendo como ponto de partida a experiência das mulheres negras que não se enquadravam nem só nas reivindicações do movimento negro antirracista, nem só no movimento feminista, encontrando-se numa intersecção de opressões que acabava por criar uma vivência diferente: “A interseccionalidade revela o que fica invisível, quando categorias como gênero e raça são conceptualizadas separadamente” (Lugones, 2018, p. 248).

Butler (2017) realça que na performance dos padrões de gênero/sexo, “tanto o marcador quanto o marcado são preservados”, porém, um é sempre marcado “fora do domínio significável” (Butler, 2017, p. 72). Mais do que “quem veio primeiro” ou “quem sofre mais”, a questão primordial no território da branquitude é tornar visível a engrenagem da lógica do marcador, demarcando o Branco (violentador) e pensando a sua construção e responsabilização no funcionamento do sistema de gênero colonial-moderno (Lugones, 2018).

(...) não é possível nenhuma revolução política sem uma alteração radical da nossa ideia do possível e do real. E por vezes esta alteração resulta de certos tipos de práticas que precedem a sua teorização explícita e que levam a repensar as nossas categorias básicas: o que é o gênero, como se produz e reproduz, quais são as suas possibilidades? (Butler, 2017, pp. 37–38)

Nesse sentido, é necessária uma alteração radical da nossa ideia do possível e do real sobre a raça. O que é a raça, como se produz e reproduz e quais são as suas possibilidades? Se, sobretudo, sua “existência” depende de outros corpos vacilantes, buscamos uma prática teórica poética e política, que inspiradas em Exu, nos leva a comer o fardo da raça (o que é?), engoli-lo (como se produz?) e vomitá-lo (quais possibilidades?) transformando-o.

Trabalho de campo: materiais e métodos

Com o objetivo de perceber quais usos e sentidos são atribuídos à prática da Capoeira Angola neste contexto e de que forma esta prática articula/desarticula as relações da Colonialidade do Poder, utilizamos, além da técnica da observação participante e do meu envolvimento com a prática - prévio à esta investigação, a técnica das entrevistas em profundidade e a análise de conteúdo para tratamento dos dados. A fase de análise dos dados consiste “na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas” (Bardin, 2011, p. 48).

“A cartografia introduz o pesquisador numa rotina singular em que não se separa teoria e prática, espaços de reflexão e de ação. Conhecer, agir e habitar um território não são mais experiências distantes umas das outras” (Passos et al., 2015, p. 149). Para produzir esta cartografia sobre os fluxos de intensidade e transformação destes sujeitos, foram realizadas ao todo dez entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo et al., 2009, p. 64).

O critério de seleção foi feito a partir das pessoas mais influentes do grupo e praticantes ativos durante o período determinado para o trabalho de campo, sendo junho a agosto de 2021. O grupo é composto por homens e mulheres em igual proporção que, em sua maioria, entendem-se como pessoas brancas. A maior parte das pessoas entrevistadas são imigrantes de nacionalidade brasileira e as restantes dividem-se entre nacionalidade portuguesa e imigrantes de outras nacionalidades (latino-americana e do leste europeu). A faixa etária varia em geral dos 20 aos 40 anos, a grande maioria está vinculada à Universidade ou possui alguma formação académica e estão envolvidas com a prática neste grupo há não mais que dois anos.

Resultados preliminares

Apresentamos a seguir a tabela das categorias encontradas na fase inicial de análise, aqui abordaremos apenas a última categoria, o território da branquitude, que define “uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos” (Schucman, 2014, p. 7) e, neste contexto, demonstra como a Capoeira provoca o território da branquitude a partir de sua corporalidade e performance ritual, ao revelar demarcações sobre racialidade nos sujeitos.

Definição	Categorias	Subcategorias
A maneira pela qual a pessoa conhece/entra na capoeira.	1.Portas de entrada	Música
		Dança
		Interação
Momento de desterritorialização em que se encontra antes ou quando decide entrar na capoeira.	2.Pré-condição de Encruzilhada	Pessoal
		Familiar
		Profissional
De que forma o trabalho corporal neste espaço faz emergir questões de género	3. Território das questões de género	Feminino x masculino
		Hipersexualização das mulheres
		Misoginia
Caracteriza-se por ser um território de suporte à própria prática, que cria uma rede de apoio que se expande ao universo do treino da Capoeira.	4. Território da Comunidade	Aproximação entre pares
		Intimidade
		Cuidado
		Horizontalidade
A maneira como o sujeito não racializado, ao adentrar na capoeira, sente-se atravessado pela existência de marcadores raciais.	5. Território da Branquitude	Desejo como falta
		Sentimento de Contrário
		Miscigenação

Tabela 42: Categorias Teóricas.

Breve discussão sobre o território da branquitude

Considerando os objetivos e questões deste percurso investigativo, percebemos que a prática de Capoeira Angola propõe uma zona insaturada e bastante movediça aos corpos habituados a lugares mais fixos da identidade. Este espaço instável criado principalmente no jogo e na roda, parece-nos articular vários movimentos na estrutura dos sujeitos, que colocam em debate as divisões binárias como corpo-mente, razão-emoção, humano-animal, homem-mulher, branco-negro etc.

O desejo é muito perigoso, o desejo gera alguma coisa ali de impotência, de fragilidade, de se perder mesmo, de medo, mas é ali, e eu acho que talvez a dança em cruzeiro e a capoeira também, eles podem gerar uma reconciliação com o corpo, porque a mente ela... (pausa). A mente é ótima em tentar gerar alguma estabilidade contra esse lugar da energia, do afeto. E esse movimento em geral ele é evitado. E aí a gente começa a dar conflito, mas então, estava uma mente perfeita, pura e morta, mas de repente o corpo começa também a dar sinal de vida. Tem que gerar um reequilíbrio dessa estrutura, mas, a meu ver, essa palavra eu fixei hoje: a passagem. É uma palavra do espiritismo, é uma palavra do terreiro também, dar passagem ao que nutre, dar passagem ao espírito. Precisa de uma estrutura e é um espírito de dentro e um espírito de fora. E quando você se reconcilia com o corpo, um corpo vivo, um corpo valorizado, tanto por si mesmo quanto pelo outro, reconhecido, aos poucos eu acho que o indivíduo pode descer um pouco da mente, uma mente segura, mas mortinha, nossa senhora! Mas vai descendo e de repente vai insuflando, mas tem que aguentar um pouco, tem que ser um pouco robusto para aguentar a intensidade da coisa, o desejo (transcrição de entrevista, sujeito homem, branco, 37 anos).

O desejo pensado/sentido como falta performa as “linhas de segmentaridade dura”, “que tentam definir, dar uma rota segura, uma essência estática a um território” (Deleuze & Guattari, 1996; Oliveira, 2012, p. 287) individualizante, que tem como pressuposto um Ideal de sujeito. Porém, o desejo como produção (invenção) da vida “revela-se como excesso de singularidades que transbordam e desmancham sua figura, levando-a a tornar-se outra” (Rolnik, 1996, p. 10).

As táticas corporais da diáspora negra escapam e se confundem na composição de uma cartografia de encruzilhada, “essas linhas não são, pois, fáceis de desenredar, cada uma trabalha nas outras, interação entre si” (Oliveira, 2012, p. 287). A criação deste espaço-tempo da encruzilhada através do bater/cantar/dançar/lutar provoca um estado alterado entre alerta/abertura, sensibilidade/receio no encontro com o Outro durante o jogo (Simas & Rufino, 2018). A movimentação da luta que se disfarça em dança convoca a negação - signo de quem vai fazer isto, mas faz-se aquele/outro, como princípio indispensável para este corpo tênue (fluido), que em ação, afirma e nega o próprio movimento ao mesmo tempo.

Parece-nos que estas tecnologias do saber corporal de encruzilhada da Capoeira Angola, colocam o corpo herdeiro dos privilégios do colonialismo para dançar/lutar, abrindo espaço para um enfrentamento deste lugar paradoxal. A respeito desse lugar de conflito da encruzilhada, um dos praticantes entrevistados descreve a sensação de sentir-se pela primeira vez marcado num lugar de “outridade” (Bhabha, 1998, p. 257).

Eu acho que assim, é delicado falar porque eu sou o contrário né (...) O contrário é branco (risos) mas é complicado falar, porque ao mesmo tempo se eu falar que eu

estou no meio, eu não estou! Porque igual eu te falei, eu não sou designado para... (pausa) não me considero de nenhuma religião. Eu acredito muito e tenho muito respeito e fé, como eu disse, pelas religiões de matriz africana, que eu também vim a conhecer com a capoeira e com vocês e continuo aprendendo até hoje, que é uma coisa que puxa. Falar que eu sou do meio não dá para falar, até porque eu não tenho nem conhecimento para estar no meio. Assim, eu acho que é mais empatia que eu tenho, respeito e fé, porque eu acredito muito mesmo. Mesmo acontecendo o que acontece de por exemplo... tem gente que discrimina né, fala “ah você é branco e não sei o quê”, você não pode entrar numa religião de matriz africana, mas eu acho que isso não tem a ver, mas do mesmo jeito eu não me considero. Eu acho que tem tudo a ver com sentimento, se a pessoa sabe, se a pessoa conhece, se a pessoa quer. A cor que você nasceu não é importante (Transcrição de entrevista, sujeito homem, branco, 21 anos).

O sujeito ao entrar na capoeira passa a se ver como o contrário. Ao adentrar o universo afro-brasileiro se depara com a questão da raça e o seu lugar de observador é colocado em questão, como sugere Hall (2016), a respeito da terceira estratégia contra a estereotipia de representação do negro: “ver através do olhar da representação” (Hall, 2016, p. 219). O regime de representação sobre a capoeira também transporta uma certa estereotipia do corpo negro, exuberante, feiticeiro, mandingueiro e malicioso –, que o sujeito, ao olhar para si, vê-se completamente fora e do lado oposto, apesar de possuir, de alguma forma, um tipo de mensagem positiva e romântica, de desejo em relação a esse corpo e de pertencimento nesse universo. Mas porque esse sujeito se representa assim como sujeito externo, alheio à situação?

Neste caso, o sujeito “turista” chega na capoeira, se aproxima, vive uma experiência intensa, uma experiência de estranhamento, mas que não dá continuidade ao deslocamento. O sujeito se afasta assim que a experiência começa a ficar mais profunda e a confrontar o próprio corpo e os lugares preestabelecidos. Por isso, ele vai e volta, viaja e retorna para seu lugar de conforto. A hesitação do sujeito ao referir-se à questão da raça negra sem propriamente a nomear é um dos sintomas do que Bento (2002) denomina como inconsciente branco, que se organiza em torno dos privilégios da branquitude:

Uma das dimensões mais importantes da branquitude em nossa perspectiva, é que ela é lugar de silêncio, omissão e suposta neutralidade, emergindo essencialmente na maneira como o assunto “negro” é focalizado ou omitido, e no silêncio sobre o lugar que o branco, enquanto branco, ocupa no discurso (...) (Bento, 2002, p. 73).

Neste sentido, estes discursos evidenciam também estruturas profundas de medo da perda do poder no encontro com o movimento da Capoeira Angola. O convívio e o ritual da capoeira fizeram com que o sujeito compreendesse ou sentisse a força do ritual, mas ainda assim ele percebe isso de fora e não é capaz de se deslocar. O sujeito, por exemplo, no encontro com a capoeira, percebe que é branco e isso movimenta a sua relação de poder (no sentido da falta), mas não consegue perceber o racismo estrutural que compõe esta situação/sensação de privilégio do Homem Branco como Ser Universal que até então não havia sido demarcado (territorializado).

Neste caso, a suposta ideia de conciliação entre as raças, miscigenadas, em que o importante é o sentimento, serve para “suavizar o conflito (...) negando o preconceito e a discriminação” e “fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais” (Bento, 2002, p. 21). Ao caracterizar o contrário como branco, propõe-se um exercício de

desnaturalização da abstração do Sujeito que é corporalmente marcado, mas “projecta a sua corporalização repudiada e menosprezada” (Butler, 2017, p. 71) no corpo do outro.

Algumas considerações

A Capoeira Angola oferece territórios flexíveis, mas não neutros. É preciso participar no movimento (dos seus territórios) para traçar um caminho de fuga e atravessar um limiar para que as formas e os códigos (tanto da pessoa quanto da prática) sejam desafiados, desestabilizados e desfeitos (desterritorializados). O fluxo de brasileiro(a)s migrantes em Portugal trouxe a prática da Capoeira Angola para uma negociação constante. As questões sobre um sistema mítico-religioso afro-brasileiro que envolve o universo da Capoeira, neste contexto, tornam-se, ao menos, um contacto com a superfície das profundas relações de poder da branquitude e da performatividade no sistema de género moderno-colonial.

Múltipla em seu modo de fazer e ser, a performance de encruzilhada se incorpora em cada contexto e se faz por seus próprios atores e atrizes. O corpo sábio e potente, afetado pela prática, que é em si, uma violência às regras coloniais, não é o bastante. Praticar e executar os movimentos é entrar em contacto com uma ferida, com uma dor histórica e cultural, com os paradoxos, com as polaridades e hierarquizações produzidas pelo sistema colonial-moderno. Assim, é preciso que o movimento confronte os lugares de privilégio para que, ao invés de viver a cultura do outro, consiga-se produzir novos pressupostos para uma outra-cultura.

Bibliografia

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro (trans.)). Edições 70.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Universidade de São Paulo.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. L. de L. Reis, & G. R. Gonçalves (trans.)). Editora UFMG. <https://teoliteraria.files.wordpress.com/2013/02/bhabha-homi-k-o-local-da-cultura.pdf>
- Butler, J. (2017). *Problemas de género* (N. Quintas (trans.)). Orfeu Negro.
- Da Mata, J. (2015). Da arte-luta da capoeira angola ao anarquismo somático. *Verve*, 27, 107–126.
- Deleuze, G., & Guatarri, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 3* (A. G. N. Neto, A. L. Oliveira, L. C. Leão, & S. Rolnik (trans.)). Editora 34. <https://conexoesclinicas.com.br/deleuze-obra-completa-para-download/>
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação* (A. Ituassu (ed.); D. Miranda & W. Oliveira (trans.)). PUC-Rio & Apicuri.
- Lugones, M. (2018). Heterossexualismo e o sistema de género colonial/moderno. In M. M. Baptista (Ed.), & L. Latif (Trans.), *Género e performance - textos essenciais vol 1* (1st ed., pp. 239–270). Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/10773/25237>

- Minayo, M. C. de S. (Org. , Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). Pesquisa Social : teoria, método e criatividade. In Editora Vozes. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Munanga, K. (1999). Rediscutindo a mestiçagem no brasil: identidade nacional versus identidade negra. Vozes.
- Oliveira, T. (2012). Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em Educação. In D. E. Meyer & M. A. Paraíso (Eds.), Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação (pp. 279–303). Mazza Edições.
- Rolnik, S. (2019). Esferas de la insurrección: apuntes para descolonizar el inconsciente (C. Palmeiro, M. Cabrera, & D. Kraus (trans.)). Tinta Limón.
- Rolnik, S. (1996). Esquizoanálise e antropofagia. Colóquio Encontros Internacionais Gilles Deleuze, 451–462. <http://clinicand.com/esquizoanalise-e-antropofagia-por-suely-rolnik/>
- Schucman, L. V. (2014). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo.” Psicologia e Sociedade, 26(1), 83–94.
- Schucman, L. V. (2020). Branquitude e vieses inconscientes. SSEX-BBOX. <https://open.spotify.com/episode/4Mt7a2feFI5BOq3AP6CcSm?si=12318289199543d7>
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2018). Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. (1st ed.). Mórula.
- Sovik, L. (2009). Aqui ninguém é branco. Aeroplano.
- Vargas, J. H. C. (2020). Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. Revista Em Pauta, 18(45), 16–26. <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47201>

XXV. (Re)Articulando Imaginários sobre as Homossexualidades: Representações na publicação *Órbita Gay Macho*

José Rodolfo Silva

Resumo

A publicação *Órbita Gay Macho* surgiu como uma ferramenta que contestava diferentes investimentos de marginalização histórica, cultural e política de pessoas LGBTI+ em Portugal. Podemos pensar que a mesma também atuou como meio de construção de memórias e comunidades. Publicações dissidentes, como *Gay Sunshine*, nos EUA, o *Jornal Lampião da Esquina* e o boletim *ChanacomChana*, no Brasil, e a *Órbita Gay Macho* resistem a investimentos de invisibilização da comunidade LGBTI+, anteriormente referido como movimento homossexual. As mesmas desafiavam o conservadorismo e atuavam como espaços para a criação, expressão e (re)afirmação da comunidade LGBTI+ em uma sociedade que constantemente tentava silenciá-la. A narrativa e a cultura apresentam, dessa forma, um papel privilegiado na (re)articulação de imaginários e na (re)construção de sujeitos. Ao questionarem as fronteiras impostas por uma sociedade que busca marginalizar e patologizar aquelas/es que não se conformam elas nos levam a refletir sobre as disputas, reconfigurações e (re)organizações, assim como a emergência e ressignificação de sujeitos frente a esses contextos. Enquanto abordagem metodológica foi utilizada a análise documental para compreender como a *Órbita Gay Macho* – e seus diferentes elementos como anúncios, artigos, contos, poesias, registros, dentre outros – atuou enquanto contracultura e ferramenta pedagógica. A utilização de diferentes referências históricas também foram utilizadas a fim de traçar paralelos e traduzir os enfrentamentos aos conservadorismos em diferentes épocas e locais.

Palavras-chave: valores; imaginários; homossexualidades; orbita gay macho; pedagógico.

Abstract

The *Órbita Gay Macho* publication emerged as a tool that contested various forms of historical, cultural, and political marginalization of LGBTI+ individuals in Portugal. We can also think of it as a medium for constructing memories and communities. Dissident publications, such as *Gay Sunshine* in the U.S., *Jornal Lampião da Esquina* and the *ChanacomChana* bulletin in Brazil, along with *Órbita Gay Macho*, resisted attempts to render the LGBTI+ community, previously referred to as the homosexual movement, invisible. These publications challenged conservatism and acted as spaces for the creation, expression, and (re)articulation of the LGBTI+ community in a society that constantly tries to silence them. Thus, narrative and culture play a crucial role in the (re)articulation of imaginaries and the (re)construction of subjects. By questioning the boundaries imposed by a society that seeks to marginalize and pathologize those who do not conform, these publications invite us to reflect on the disputes, reconfigurations, and (re)organizations, as well as the emergence and re-signification of subjects in the face of these contexts. As a methodological approach, document analysis was employed to understand how *Órbita Gay Macho* — and its

various elements such as ads, articles, stories, poems, records, among others — functioned as a counterculture and as a pedagogical tool. The use of various historical references was also employed to draw parallels and translate the challenges against conservatism in different times and places.

Keywords: Values; Imaginaries; Homosexualities; *Órbita Gay Macho*; Pedagogical.

Introdução

O ato de contar histórias pode requerer, dentre alguns pontos, investimentos, preenchimentos e (re)imaginações. Também pode surgir como uma ferramenta que contesta diferentes violências, reclama silenciamentos. Somos contadoras/es, assim como espectadoras/es de diferentes e contingentes sociedades que vem historicamente disputando, (re)produzindo e administrando imaginários, ficções e sujeitos. Concomitantemente são (re)articulados diferentes saberes, relações e sociedades. Tal perspectiva propõe que nos afastemos de supostas “neutralidades”, “naturalidades” e “individualidades” para pensarmos em efeitos coletivos e diferentes projetos de sociedade, que também são políticos.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar discursos e imagens da publicação *Órbita Gay Macho* pensando na potência da cultura quando a mesma se propõe contingente ao enfrentar e resistir aos investimentos de uma sociedade cisheteropatriarcal (Silva; Nascimento; Caetano, 2021). Sociedade que habitualmente é ensinada como o caminho natural, seguro, desejável e que representaria um suposto equilíbrio da sociedade. Enfrentamentos, tais como a publicação *Órbita Gay Macho*, possibilitam, assim, rupturas, um (re)pensar sobre a própria existência e possibilidades, individuais e coletivas.

Isto nos leva a refletir acerca daquilo que entendemos enquanto processos e espaços educativos, assim como as diferentes e contingentes formas com as quais aprendemos a ler, ouvir, enxergar, ser e estar no mundo. Ao aceder diferentes saberes, abrimos também a possibilidade para o questionamento, de (re)produção de nós mesmas/os, e também colocamos sob suspeita aquilo que foi criado, e tenta ser mantido, enquanto fronteira —os territórios que circulamos e aquilo que enxergamos enquanto possível. Abigail Campos Leal (2020) defende que estudamos e aprendemos a partir de diferentes movimentos do cotidiano e que o saber deve ser avaliado “a partir dos usos que ele apresenta para a vida, para o envivecer” (Leal, 2020, p. 67). Tais processos possibilitam aproximações e nos deslocam para reflexões sobre as diferentes experiências no/do cotidiano.

Conservadorismo

A segunda metade do século XX foi marcada por diferentes autoritarismos no norte e sul global contra diferentes demografias como as populações de mulheres, pessoas negras e/ou a comunidade LGBTI+. Dessa forma, a cultura, com as suas múltiplas tecnologias, foi, e ainda é um locus privilegiado para refletirmos acerca da (re)produção de imaginários, práticas e valores, tanto individuais como coletivos. Podemos nos remeter, no contexto estadunidense, a revista *Gay Sunshine: a Journal of Gay Liberation*, publicada entre 1970 e 1981. No Brasil, alguns exemplos foram os lançamentos do *Jornal Lampião da Esquina*, publicado entre 1978 e 1981; o boletim *ChanacomChana* (Martins; Caetano; Braga; Silva Júnior, 2020) impresso de 1981 a 1987, dentre

outros. Em Portugal um dos expoentes do período foi a publicação *Órbita Gay Macho*, impressa entre 1982 e 1993.

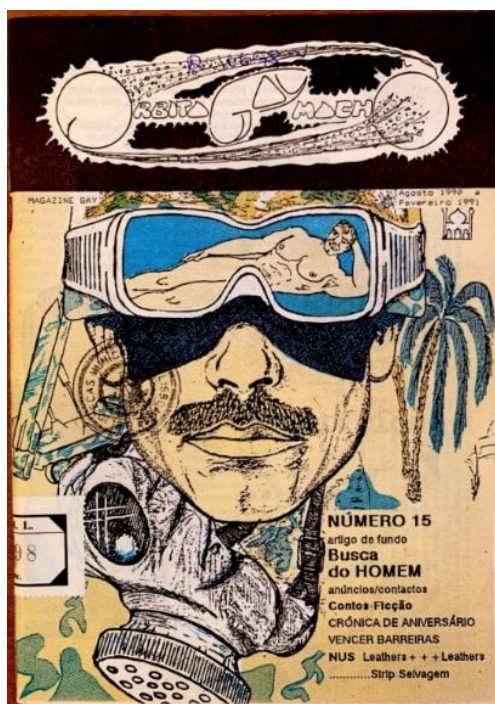


Figura 43: número 15 da publicação *Órbita Gay Macho*.

Nesse sentido, somos levados a inferir que tais publicações possibilitaram também a (re)organização e (re)articulação de sujeitos homossexuais frente a diferentes regimes que buscavam produzir tais sujeitos e comunidades enquanto seres patológicos, mundanos e “bodes expiatórios” de supostas desordens sociais (Silva; Caetano, 2024). Ou seja, tais publicações atuaram como uma contra-cultura frente a uma ideologia que investia em práticas e discursos de marginalização acerca desse “Outro” (Silveira; Baptista, 2019); enquadrando e culpabilizando-as/os por desordens em um mundo dividido entre puros e pecaminosos, e, portanto, passíveis de mudanças para o “lado correto da fronteira” (Silva; Caetano, 2024).

Fernando Cascais, em seu texto “Portugal 1974-2010: da Revolução dos Cravos ao bouquet do casamento” (2020) realizou um extenso levantamento de rastros e contribuições da história no país. Dentre elas, a menção da fanzine *Órbita Gay Macho*, impressa entre 1982 e 1993, que totalizou 17 edições. Anúncios amorosos/sexuais, contos e artes eróticas; notícias, poesias, roteiros de turismo, artigos de saúde e higiene, registros de socializações, dentre outros tópicos foram abordados em suas edições. Tornou-se uma expressão da contracultura que ao educar sujeitos para a diferença e resistência também enfrentava a homofobia produzida por diferentes culturas política e religiosa.

Nessa mesma direção, Joana Matias (2023) defende a publicação *Órbita Gay Macho* como um meio para a construção de parte da comunidade em Lisboa. Ao identificar determinados espaços como locais gays, à título de exemplo o bairro Príncipe Real em Lisboa, ela produziu rupturas, mas também conexões e (des)continuidades de diferentes memórias. Ou seja, nesse processo pedagógico em que se constroem práticas e saberes ela também intencionou passar adiante estes que são os conhecimentos, espaços e possibilidades outras de (re)existir para com aquelas/es que

se encontram em situação de repressão. Traduz, educa e informa acerca de mudanças no espaço urbano assim como os enfrentamentos cotidianos com as autoridades. É por si própria também a ruptura de silenciamentos deste regime que tentava apagar e enclausurar certos corpos e sujeitos, negar-lhes o acesso à rua, ou à habitação, à dignidade, à autoestima e a cidadania.

Podemos perceber essas (des)continuidades nas formas de se relacionar e possibilidades do contexto que historicamente, já apresentou, cafés e urinóis públicos como pontos de encontro clandestinos durante o Estado Novo. A partir da década de 1960 emergem outros espaços como bares e diferentes estabelecimentos dedicados à sociabilidade homoafetiva e homoerótica. Nessa direção, a publicação *Órbita Gay Macho* contestava, (re)articulava e (re)afirmava as existências, saberes e práticas de sujeitos que politicamente e culturalmente eram relegados a marginalidade.

Cascais (2020) ainda nos traduz os investimentos, de uma moralista sociedade cisheteropatriarcal que investem na (re)produção de invisibilidades, silenciamentos, clandestinidades e falaciosas homogeneidades. Podemos inferir ao Código Português de 1852 que refere o ‘atentado contra o pudor de alguma pessoa (...)’, quer seja para satisfazer paixões lascivas, quer seja por outro qualquer motivo’, assim como no Artigo 391º do impactante Capítulo IV nomeado – ‘Dos crimes contra a honestidade’. Cascais também destaca o Artigo 390º, no qual o bem a ser protegido diz respeito ao ‘ultraje público ao pudor’. O artigo abre caminho a um crime em que só existe(m) perpetrador(es), mas não vítima(s), a não ser a sociedade em geral, lesada no seu sentimento coletivo, público, de ‘pudor’. Acontece que é este Artigo 390º que virá a aplicar-se realmente na prática aos homossexuais.

A lei investe, dessa maneira, em uma articulação social e um sistema de valores extra-jurídicos e, (re)produzindo e administrando representações e imaginários coletivos e preconceitos que fariam parte do senso comum do tempo e, em particular, do que poderia ser geralmente entendido como ‘ultrajante’, o mesmo que dizer: daquilo que ultrapassa os limites do socialmente tolerável. Também articula uma sociedade cisheteropatriarcal enquanto fruto da natureza, o que justificaria, nessa lógica, tais punições. Punições que também produzem estigma, vergonha e medo.

Nesse sentido, “pequenas expressões” como mãos dadas, a troca de beijos e vestimentas, entre sujeitos LGBTI+, podem ser lidas enquanto “exagero”, “falta de vergonha”, “exibição”, “vontade de aparecer”, enquanto a mesma expressão de um casal cisheteronormativo pode ser lido como uma prova de amor, algo “natural” e desejável, parte da cultura e da sociedade (Cascais, 2023).

Neste modelo de sociedade, a mulher estaria destinada ao cuidado e suposta harmonia do lar e das/os filhas/os, enquanto ao homem caberia aquilo que tradicionalmente foi (re)articulado enquanto trabalho formal, ou seja, a lógica empregada torna o homem o herói do lar ao enfrentar o “mundo lá fora” e regressar; garantindo a sustentação e segurança da família (Silva; Ferrari; Caetano, 2022). Ou seja, “é, em síntese, um projeto de nação que aparta de si a homossexualidade e reserva um papel secundário às mulheres.” (Lima; Caetano, 2016, p. 29).

Nesse sentido, o presente modelo de sociedade tem como alguns de seus investimentos a retirada de direitos, o cerceamento a debates, a naturalização dessa suposta supremacia masculina e pautas de bons costumes e moral. Podemos pensar que, historicamente, esse modelo de sociedade busca centralizar as decisões sobre os corpos, suprimindo diferentes formas de vida e as enquadrando enquanto bodes expiatórios, ou seja, seriam culpadas/os por desordens sociais.

(Re)articulação de imaginários

“Não podemos oferecer-lhe já um artigo, uma revista que pretenda essa qualidade..., mas podemos oferecer-lhe de um modo tão simples quanto possível, alguma informação e algum gozo e se vier conosco em força, o futuro será bem melhor.” (edição 1, 1982, p. 1)

A fanzine *Órbita Gay Macho* nos leva a pensar acerca de nossas multiplicidades enquanto sujeitos, mas também as marcas de uma cultura, de seu tempo. Ao contrário de uma pretensa homogeneidade ela apresenta uma característica polifônica, ao trazer diferentes contribuições, e também ultrapassa culturas e fronteiras do próprio país, o que pode ser notado a partir de elementos da cultura *Leather*. Nessa direção a mesma também investe, em uma afirmação da autoestima, do orgulho e do sentido político da existência de sujeitos. Por meio de diferentes estratégias – como artigos, poesias, anúncios, contos, dentre outros – ela (re)articulava diferentes percepções sobre aquilo que era ensinado como a “verdadeira homossexualidade”. Propunha, através da suspensão de diferentes silenciamentos, rupturas com discursos e práticas que intentavam marginalizar, patologizar e inferiorizar esses sujeitos.

Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado, se debruça acerca do epistemicídio e da produção de conhecimento. A filósofa defende que o epistemicídio também atua por meio de continuidades e da produção da carência e restrição cultural ao negar o acesso à educação de qualidade – a oportunização do debate e o desenvolvimento de um pensamento crítico –, a assimetria cultural e o comprometimento da auto-estima. Dessa forma, seria também uma desqualificação pela sensibilização, aquilo que sentimos a respeito de nós mesmas/os e de nossas comunidades, pois “não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado.” (Carneiro, 2005, p. 97).

Dessa forma, seriam produzidos deslocamentos que levam a produção de algumas/ns enquanto não seres humanos e/ou incompletas/os. Entretanto, esse “outro”, não-ser como propõe Sueli Carneiro (2005) só se torna possível a partir da negação que tem como referência um eu que também é fruto de investimentos, pactos, inclusões, exclusões, produções e continuidades, ou seja, “o Outrem será aquele intrinsecamente negado pelo ser, o limite de alteridade que o ser concede reconhecer e se espelhar.” (Carneiro, 2005, p. 27).

Portanto, a *Órbita Gay Macho*, a revista *Gay Sunshine*, o *Jornal Lâmpião da Esquina*, o boletim *ChanacomChana*, e demais publicações dissidentes, são também muito impelidos por este contexto repressor e autoritário. Podemos pensar que de alguma maneira isso também (re)articula essa possibilidade de experiência LGBTI+, o que inclui enquanto possibilidade a construção de diferentes relações afetivas e sexuais; algo que até então era considerado crime e reprovado por diferentes instâncias.

O resgate da memória é, assim, um trabalho que implica cuidado e atenção com os espaços pedagógicos e narrativas, pois está relacionado a (re)construção e (des)continuidades de memórias de diferentes populações estigmatizadas, algo que é feito no cotidiano. Podemos então pensar que há grande importância, resistência e potência ética, estética e política no papel das histórias

LGBTI+ que permitem, a partir das experiências de seus sujeitos, o resgate das memórias, a reescrita de silêncios de um passado, mas também a possibilidade de projetar um futuro diferente e que seja distante desse contexto em que nos tornamos uma sociedade violenta para diferentes sujeitos, à exemplo a população LGBTI+. Pensando que nesses contextos de violência “reservar lugares para a sexualidade significa definir onde e quando é possível falar dela, em que condições e momentos, entre quais locutores, ou seja, quem está ou não autorizado para isso e em que relações sociais.” (Ferrari, 2005, p. 102).

Posto isso, as reflexões mostram a necessidade e urgência da construção de espaços e processos educativos outros que aproximem de diferentes culturas; que seja plural, diversa e ciente de sua relacionalidade -, uma vez que a cultura não atua meramente como um sistema de representação dos sujeitos; ela também atua como um dos meios pelo qual nos (re)articulamos.

Conclusão

A fanzine *Órbita Gay Macho* representou um importante papel na (re)articulação de diferentes sujeitos durante o seu período de publicação em Portugal. Mais que uma revista/jornal, a mesma atuou como uma ferramenta pedagógica em um contexto politicamente e culturalmente repressivo. Podemos pensar que elas, dentre outras publicações supracitadas, colocavam sob suspeita naturalidades e universalidades investidas por normas conservadoras, violências que procuram enclausurar, silenciar, adoecer e afastar certos sujeitos e corpos, negar o acesso à dignidade, à autoestima e à cidadania. Elas possibilitaram o investimento e a (re)articulação de diferentes memórias e pertencimento coletivo.

Os movimentos conservadores não são algo recente e tampouco isolado, mas projetos de sociedade em que dinâmicas de opressão são direcionadas a diferentes populações como a comunidade LGBTI+, mulheres e pessoas negras. Estas dinâmicas habitualmente atuam através da (re)produção de silenciamentos e a busca pelo controle desses corpos dissidentes. Nessa direção, publicações como a *Órbita Gay Macho* contribuíram para a (re)articulação de sujeitos LGBTI+ ao proporem expressões e experiências que desafiavam as falaciosas fronteiras; impostas por diferentes instâncias. Essa (re)articulação possibilitou a aproximação coletiva, a construção de espaços e o enfrentamento a marginalização e silenciamento históricos.

Bibliografia

- Carneiro, S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo. [<https://repositorio.usp.br/item/001465832>]
- Cascais, F. (2020). Portugal 1974-2010: da Revolução dos Cravos ao bouquet do casamento. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série*, (50-1), 163-187. [<https://doi.org/10.4000/mcv.12442>]
- Cascais, F. (2023). A cultura sexual pública no cruzamento de lazer, festa e mercado. In M. M. Baptista, R. A. Grácio, R. C. B. Araujo, T. Azevedo, F. W. Barbosa Jr., A. R. A. de Almeida (Orgs.),

Questões de Sexualidade e de Lazer na sociedade contemporânea (pp. 61-72). [Edições Afrontamento]

Ferrari, A. (2005). Quem sou eu? Que lugar ocupo? Grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual. (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas). Universidade Estadual de Campinas. [<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/362149>]

Leal, a. C.. (2020). Me curo y me armo, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete y trans. *Pandemia Crítica*, 052, 65-77. N-1 edições.

Lima, C.; Caetano, M. (2016). Em defesa de uma Historiografia Literária Fora Do Armário. *Revista AEDOS*, 19, 24-36. [<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/download/69139/40553>]

Martins, L. P.; Caetano, M.; Braga, K.; Silva Junior, P. (2020). Chanacomchana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. *Revista Digital do LAV*, 13(1), 50-75. [<https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/43257>]

Matias, J. (2023). “Quentes da capital”: Retratos de uma Lisboa em mutação na imprensa gay e lésbica das décadas de oitenta e noventa. In M. M. Baptista, R. A. Grácio, R. C. B. Araujo, T. Azevedo, F. W. Barbosa Jr. (Orgs.), *Sexualidades e Lazer* (135-146). [Grácio Editor].

Silva, J. R. L. da; Caetano, M. (2024). “Deus, pátria e família”: mecanismos neoconservadores de mobilização. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 7-22. [<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16163>]

Silva, J. R. L. da; Ferrari, A.; Caetano, M. (2022). Masculinismo, Neoconservadorismo e Pedagogias Culturais. *Currículo sem Fronteiras*, 22, e2819. [<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2189-silva-ferrari-caetano.pdf>]

Silva, R. V. S. da; Nascimento, L. C. P. do; Caetano, M. (2021). A Bicha Docente Despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças. *TEXTURA - Revista de Educação e Letras*, 23(55), 194-214. [<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/6127>]

Silveira, L. P. de O.; Baptista, M. M. (2019). A construção de significados e a representação do Outro no Turismo. *Cadernos de estudos culturais*, 45-61. [<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9709>]

XXVI. O Estatuto de Refugiado e outras Respostas da União Europeia

Fátima Pacheco

Resumo

Cabe aos Estados o controlo da entrada, residência e permanência de estrangeiros nos seus territórios. Todavia, uma das competências atribuídas à União Europeia, no quadro de concretização dos seus objetivos, foi a implementação de uma Política Comum de Asilo que garantisse a observância do princípio da não repulsão. Esta política deve estar em conformidade com a Convenção de Genebra, de 28 de julho de 1951, e, com o Protocolo de Nova Iorque de 31 de janeiro de 1967, ambos relativos ao Estatuto dos Refugiados, núcleo fundamental do Direito dos Refugiados. Nessa medida, coube-lhe estabelecer um estatuto uniforme de proteção internacional válido em todo o seu espaço, fixando os procedimentos comuns para a sua concessão ou retirada. Este trabalho tenta aferir sobre se EZ, nacional sírio, em face a um iminente recrutamento para a prestação do serviço militar, poderá ser considerado refugiado na Alemanha para onde fugiu. Sabendo que EZ invoca razões de consciência para não cumprir o serviço militar na guerra civil da Síria, alegando que receava ser alvo de perseguição se não fugisse do seu país de origem, pretende determinar-se se a recusa de cumprir o serviço militar numa situação de conflito armado poderá ser um motivo para lhe ser conferido o reconhecimento do estatuto de refugiado.

Palavras-chave: asilo; estatuto uniforme; procedimentos; proteção internacional; conflito armado; razões de consciência.

Abstract

It is up to States to control the entry, residence and stay of foreigners in their territories. However, one of the powers attributed to the European Union, within the framework of achieving its objectives, was the implementation of a Common Asylum Policy, which would guarantee compliance with the principle of non-refoulement. This policy must be in accordance with the Geneva Convention of July 28, 1951, and the New York Protocol of January 31, 1967, both relating to the Status of Refugees, the fundamental core of Refugee Law. To this extent, it was responsible for establishing a uniform status of international protection valid throughout its space, establishing common procedures for its granting or withdrawal. This work attempts to assess whether EZ, a Syrian national, faced with imminent conscription for military service, could be considered a refugee in Germany where he fled. Knowing that EZ invokes reasons of conscience for not carrying out military service in the Syrian civil war, claiming that he feared being the target of persecution if he did not flee, it is intended to determine whether refusing to carry out military service in a situation of armed conflict could confer the recognition of refugee status.

Keywords: asylum; uniform status; procedures; international protection; armed conflict; reasons of conscience.

Introdução

Nos termos do artigo 10.º, n.º 1 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – CDFUE (União Europeia, 2016), “Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, bem como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua convicção, individual ou coletivamente, em público ou em privado, através do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.” Esta liberdade está prevista em todas as declarações nacionais e internacionais de direitos humanos, constituindo um dos fundamentos das sociedades democráticas contemporâneas, v.g. artigos 18.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1968) e Diretrizes da ACNUR sobre a proteção internacional n.º 10 (2013).

Trata-se do direito a ter convicções e opções pessoais e de as manifestar publicamente, através do exercício de outras liberdades, orientando a nossa vida de acordo com elas. Acresce que tal direito engloba a possibilidade de reservar tais opções para nós próprios. Sendo a liberdade de convicção ou de opção uma liberdade interna, irrestringível, graças à qual se permite a autodeterminação, deve ser salientado que a liberdade de manifestação individual ou coletiva de tais convicções, sendo externa, pode ser restringível em função de vários interesses.

Nos termos do n.º 2 do referido artigo 10.º “O direito à objeção de consciência é reconhecido pelas legislações nacionais que regem o respetivo exercício”, concretizando-se na dispensa de realizar certas obrigações públicas por imperativos de consciência, nomeadamente, o não cumprimento do serviço militar, podendo ser exigido aos objetores uma qualquer prestação civil de substituição. A remissão para os direitos nacionais significa que neles reside o seu conteúdo e alcance concreto, pelo que deverá obedecer aos termos mais, ou menos, exigentes de cada uma das ordens jurídicas internas.

Este direito fundamental abarca a liberdade de pensamento, a liberdade de consciência e a liberdade de religião e tem o mesmo âmbito e sentido do previsto no artigo 9.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Conselho da Europa, 1950) impondo-se aos Estados-membros da União (Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, 2016). Sendo um direito universal, é importante salientar que vincula todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição, incluindo os requerentes de asilo.

Trata-se, sublinhe-se, de uma liberdade importante num contexto de alastramento e complexidade dos conflitos armados que hoje grassam em vários Estados. Por isso, estando em causa uma recusa de cumprir o serviço militar numa situação de conflito armado interno em que o cumprimento do mesmo poderia implicar a prática de crimes de guerra e/ou contra a humanidade, cabe questionar sobre se a noção de “opinião política” de um requerente, quando diferente da assumida por parte do seu governo repressivo, poderá sustentar um receio fundado de ser alvo de perseguição, justificando-se a necessidade de proteção internacional.

No caso em apreço, EZ (Tribunal de Justiça da União Europeia, 2020), sírio, furtando-se ao recrutamento compulsivo, fugiu do seu país após a conclusão da sua licenciatura, tendo conseguido chegar à Alemanha, onde apresentou um pedido de asilo. O Serviço Federal de Migrações concedeu-lhe o estatuto de proteção subsidiária, indeferindo-lhe o pedido de asilo com base na ausência do elemento perseguição, necessário para obter o estatuto de refugiado. Com efeito, uma das condições para se obter tal estatuto é a certeza de que existe um nexo causal entre os motivos

de perseguição nela indicados, e os atos de perseguição sofridos por um requerente de asilo, nexos que aos olhos das autoridades nacionais alemãs, inexistia.

Inconformado, EZ impugnou essa decisão no tribunal alemão. Por sua vez, este tribunal - ciente de que desde 2011 grassava na Síria um grave conflito interno e que o direito sírio não reconhecia a objeção de consciência - reenviou a questão para o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), a fim de ser esclarecido sobre se - efetivamente - seria necessário existir um nexo de causalidade entre os “motivos da perseguição” e os “atos de perseguição”.

Contribuindo para a determinação do âmbito de proteção material do estatuto de refugiado, o Processo C 238/19 do Tribunal de Justiça da União Europeia (2020), vem responder às dúvidas do tribunal alemão sobre se o facto de EZ ter fugido para se eximir à sua obrigação de cumprimento do serviço militar, poderia dar origem a um risco de perseguição que vincularia qualquer Estado-membro à concessão daquele estatuto. É nossa intenção apresentar e comentar brevemente este processo, tendo em conta o sistema de proteção internacional ainda vigente na UE.

Um breve percurso sobre o Direito Internacional e o Direito da União Europeia sobre a proteção internacional

Nos termos do artigo 14.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) Nações Unidas (1948), “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países” (sublinhados nossos), ainda que não tenha consagrado o dever dos Estados o concederem (Rodrigues, 2022, p. 75). Por sua vez, o artigo 1.º da Convenção de Genebra (Nações Unidas, 1951), sobre o estatuto de refugiado vem definir o conceito de refugiado, afirmando que “Qualquer pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual, em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”, assim caracterizando as pessoas a quem deve ser atribuído o estatuto. Deverá estar-se perante atos de perseguição que consubstanciem violações graves e discriminatórias dos direitos fundamentais da pessoa perseguida, ou do grupo onde ela se insira, devendo as autoridades nacionais do país onde se encontre, empreender uma apreciação individual e cuidada dos factos alegados, cabendo a tal pessoa demonstrar que caso não fugisse do seu país (ou a ele regressasse) poderia ser submetida a medidas de perseguição, em razão de um dos cinco motivos tipificados na sua letra. Incumbe, portanto, ao requerente justificar o seu pedido de proteção embora sempre que existam circunstâncias especiais possam tais elementos não ser rigorosamente confirmados por parte do Estado requerido.

Não fique por dizer que acrescendo à necessidade de preenchimento de tais requisitos é ainda necessário o cumprimento dos pressupostos negativos referidos no seu ponto F da convenção (v.g. não ter cometido crime contra a paz), possibilitando aos Estados requeridos a exclusão da proteção solicitada pelos requerentes, sempre que haja razões sérias para acreditar que tais requerentes estejam consciente e pessoalmente envolvidos na sua prática.

Sendo certo que a UE constitui um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia – TUE (União Europeia, 2016), é igualmente certo que assegura uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto jurídico a nacionais de Estados terceiros que se viram forçados a fugir do seu Estado de origem, garantindo a observância do princípio da não-repulsão. Com efeito, nos termos do artigo 67.º do Tratado de funcionamento da União Europeia (TFUE), “A União assegura a ausência de controlos de pessoas nas fronteiras internas e desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas que se baseia na solidariedade entre Estados-Membros (...)” (União Europeia, 2016). É, portanto, garantido – por via do artigo 18.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) - o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de julho de 1951, e do Protocolo de 31 de janeiro de 1967 (Nações Unidas, 1951; 1957), em todos os Estados-membros da União.

Por sua vez, a nível do direito derivado, a Diretiva 2011/95/UE – Diretiva Qualificação (Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, 2011), que tem como base jurídica o artigo 78.º, n.º 2. al. a) e b) do TFUE, indica os critérios comuns de identificação das pessoas que necessitam de proteção internacional e um número mínimo de benefícios a que as mesmas têm direito, criando mecanismos subsidiários de âmbito pessoal e material mais abrangentes e humanitários por comparação com a já referida Convenção de Genebra de 1951. Sabendo que esta Diretiva vem responder à incompletude daquela convenção para cobrir todas as situações de carência de proteção internacional, o seu artigo 2.º criou o “estatuto de proteção subsidiária”, aplicável a indivíduos que não sendo perseguidos, não podendo – por isso – beneficiar do estatuto de refugiados – correm um risco real de sofrer ou puderem vir a sofrer uma ofensa grave dos seus direitos fundamentais, caso sejam devolvidos aos seus países. Nos termos do artigo 15.º da mesma Diretiva consideram-se ofensas graves: a) A pena de morte ou a execução; ou b) A tortura ou a pena ou tratamento desumano ou degradante do requerente no seu país de origem; ou c) A ameaça grave e individual contra a vida ou a integridade física de um civil, resultante de violência indiscriminada em situações de conflito armado internacional ou interno.

Não fique por dizer que o artigo 12.º e o artigo 17.º da Diretiva em apreço também elenca as circunstâncias em que um nacional de um país terceiro ou apátrida pode ser excluído da qualidade de refugiado ou de beneficiário do estatuto de proteção subsidiária. Assim sendo, nos termos da alínea a), do n.º 2 do artigo 12.º, essas circunstâncias incluem a existência de suspeitas graves de que o requerente “praticou crimes contra a paz, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, nos termos dos instrumentos internacionais que estabelecem disposições relativas a estes crimes”.

Para o caso que apresentamos deve ser salientado que o artigo 9.º, n.º 2 desta Diretiva determina que os atos de perseguição indicados pelo requerente de asilo podem revestir várias formas, entre elas as previstas na alínea e), quais sejam “Ações judiciais ou sanções por recusa de cumprir o serviço militar numa situação de conflito em que o cumprimento do serviço militar implique a prática de crimes ou atos abrangidos pelo âmbito dos motivos de exclusão previstos no artigo 12.º, n.º 2”, afirmando o seu n.º 3 que tem de existir um nexo entre os motivos de perseguição nela tipificados (raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a grupo social) e os atos de perseguição ou a falta de proteção em relação a tais atos, sob pena de o requerente não poder ser qualificado como refugiado. Com efeito, o artigo 12.º, n.º 2 refere que a prática de crimes de guerra ou contra a paz consubstancia um motivo de exclusão de atribuição do estatuto de refugiado, facto que não estaria em causa no caso em apreço que analisava se a fuga de um jovem sírio,

subsequente a um ato de deserção do cumprimento do serviço militar, e, por isso, ainda não integrado no exército, poderia sustentar um pedido de asilo.

Entre o cumprimento do serviço militar e o envolvimento em crimes de guerra ou contra a humanidade: uma razão para fugir do país de origem

A interpretação da Diretiva Qualificação deve ser empreendida à luz da sua economia geral e da sua finalidade, no respeito da referida Convenção de Genebra. Assim, claramente decorre dos seus considerandos um e seis, que a mesma serve o propósito de identificar as pessoas que se encontram numa situação de necessidade legítima de proteção internacional na União Europeia. Ora, a qualidade de pessoal militar ou a integração num exército – só de per si – pode não ser suficiente para concluir nesse sentido. Todavia, se um requerente de asilo se opõe à prestação de serviço militar por não querer correr o risco de cometer, no futuro, os atos visados pelo previsto no artigo 12.º, n.º 2, devido a ser altamente provável que os possa vir a cometer por força da concreta natureza do conflito armado em curso, a resposta pode não ser negativa.

Como foi salientado, o termo refugiado tem em si ínsita a ideia de que alguém receia com razão ser perseguido. Assim, os requerentes de asilo devem, em razão do circunstancialismo que vivem nos seus países de origem, estar numa situação de receio fundado de serem pessoalmente vítimas de perseguição por força de um dos cinco motivos enumerados na diretiva e na Convenção de Genebra, tal como referido no acórdão *Salahadin Abdulla* e outros contra Alemanha, n.ºs 56 e 57 (Tribunal de Justiça da União Europeia, 2010 e C 175/08, C 176/08, C 178/08 e C 179/08, EU:C:2010:105). Por conseguinte, para ser considerado refugiado à luz da referida Diretiva os atos de perseguição indicados por um requerente devem ser interpretados como suficientemente graves, em razão da sua natureza, ofendendo direitos humanos insuscetíveis de derrogação nos termos do artigo 15.º, n.º 2 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Conselho da Europa, 1950). Nesse sentido, no n.º 2 do seu artigo 9.º foi incluída uma lista exemplificativa dos atos de perseguição a apreciar, e, de acordo com o previsto no seu n.º 3, deverá existir o já referido nexo de causalidade entre os motivos previstos no artigo 10.º, n.º 1 (v.g. opinião política) e os atos de perseguição (v.g. ações judiciais ou sanções por recusa de cumprir o serviço militar numa situação de conflito em que o cumprimento do serviço militar implique a prática de crimes ou atos abrangidos pelo âmbito dos motivos de exclusão) indicados no n.º 2, alínea e), para ser possível beneficiar do estatuto uniforme para refugiados. Acresce que a análise do pedido deve ser individual e cuidadosamente efetuada por parte das autoridades do país requerido.

Ora, vejamos os factos:

EZ, de nacionalidade síria, fugiu do seu país em novembro de 2014 e chegou à Alemanha em setembro de 2015, onde apresentou um pedido de asilo em janeiro de 2016. Alegou que fugiu para não cumprir o serviço militar por temer participar na guerra civil, assim se furtando a um recrutamento compulsivo. Após análise do seu pedido o Serviço Federal para a Migração e os Refugiados negou-lhe a concessão de asilo com base na inexistência do elemento perseguição, embora lhe tivesse reconhecido o estatuto de proteção subsidiária. Inconformado, EZ interpôs recurso dessa decisão em 1 de maio de 2017, no Tribunal Administrativo de Hanôver, alegando que a recusa do cumprimento militar no seu país de origem o colocava em risco de perseguição por motivos de oposição política ao regime.

Perante isso o mesmo tribunal de Hanôver suspendeu a instância e submeteu ao TJUE, várias questões prejudiciais, perguntando se não teria sido necessário que EZ tivesse empreendido um processo formal de recusa, devido à inexistência do direito de objeção de consciência na Síria; se a prestação do serviço militar obrigatório implicaria “a prática de crimes ou atos abrangidos pelo âmbito dos motivos de exclusão previstos no artigo 12.º, n.º 2” (crimes de guerra, contra a paz, e contra a humanidade); e – em caso de resposta positiva às questões anteriores – se teria de existir um nexo entre os motivos da perseguição e os atos de perseguição indicados, no caso – a possibilidade de sofrer sanções pela recusa de cumprir o serviço militar.

Uma razão para recusar o serviço militar: o receio fundado de ser vítima de perseguição por possuir opiniões opostas às políticas assumidas pelo seu país de origem

Sendo certo que inexistia qualquer processo formal que permitisse a EZ obter um estatuto de objetor de consciência no seu país de origem, a fuga afigurou-se-lhe o único meio de não vir a cometer os crimes de guerra e contra a humanidade sistematicamente praticados pelo exército Sírio – relativamente aos quais era profundamente avesso. O que estava fundamentalmente em causa era, portanto, a análise das consequências do ato de recusa em cumprir o serviço militar na Síria, e, aferir se tal recusa poderia materializar um motivo de perseguição que sustentasse o reconhecimento do estatuto de refugiado.

Perante a dificuldade de prova que naturalmente assistia a EZ no sentido de que viria a ser vítima de perseguição se permanecesse no seu país, deveria o Estado requerido (Alemanha) apreciar a veracidade de tal possibilidade, recorrendo a um conjunto de indícios que revelassem – nomeadamente – a existência da prática dos alegados crimes de Direito Humanitário (Tribunal de Justiça da União Europeia, 2015), ainda que EZ viesse a ficar afeto a uma unidade meramente logística (Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, 2013). Na realidade, tratando-se de uma guerra civil generalizada e persistente estaria já suficientemente divulgada a prática reiterada de crimes de guerra praticados pelo exército sírio, pelo que seria suposto e plausível que qualquer pessoa sujeita ao serviço militar participasse, direta ou indiretamente, em tal prática.

Nos termos da Diretiva o direito de asilo deve ser reconhecido às pessoas que receiam com razão ser perseguidas em razão da sua raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou convicções políticas. Por isso, a recusa de cumprir o serviço militar – aos olhos de EZ – poderia exprimir uma determinada convicção política, que poderia ir desde uma recusa absoluta da utilização da força e das armas, à repulsa pela política ou ideologia preconizada pelo seu país de origem, ou, no limite, por um receio de envolvimento físico no conflito armado. Nestes termos, a noção de “opinião política” deveria naturalmente integrar o facto de se possuir uma opinião, ideia ou ideal em domínios relativamente aos quais os agentes de perseguição (autoridades sírias) tivessem pensamentos e práticas diferentes, mesmo que tal opinião não fosse manifestada publicamente. Ora, segundo as alegações de EZ a objeção de consciência para cumprir o serviço militar expressa a sua “opinião política”, suportada nos valores da paz e da recusa da utilização da força (Tribunal de Justiça da União Europeia, 2016, § 109), nitidamente contrária à do regime político do seu país de origem, o que poderia sustentar um motivo de perseguição com vista a ser-lhe aplicada uma sanção por ter desertado do serviço militar (Nações Unidas – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2013, ponto 51). Admitir tal interpretação, porém, poderia contrastar com o previsto no considerando 24 da Diretiva quando se refere a critérios comuns para

o reconhecimento de asilo como refugiados na aceção do artigo 1.º da Convenção de Genebra (Nações Unidas, 1951), supra referida, com isso alargando o seu âmbito de proteção.

Na sua resposta, o TJUE acabou por afirmar que as disposições conjugadas do artigo 9.º, n.º 2, alínea e) da Diretiva Qualificação (Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, 2011), ou seja, a recusa de cumprir serviço militar devido a possibilidade da prática de crimes de Direito Humanitário, e do artigo 9.º, n.º 3 (nexo causal), devem ser interpretadas no sentido de que o nexo entre os motivos do artigo 2.º, alínea d) (estatuto de refugiado), o artigo 10.º desta diretiva (motivos de perseguição) e as ações judiciais e sanções por recusa de cumprir o serviço militar, previstas no artigo 9.º, n.º 2, alínea e), “não se pode considerar demonstrado pelo simples facto de a razão de ser das ações judiciais ou sanções ser essa própria recusa”. Porém, não deixou de afirmar que “existe uma forte presunção de que a recusa de cumprir o serviço militar nas condições especificadas no artigo 9.º, n.º 2, alínea e), da mesma diretiva está relacionada com um dos cinco motivos recordados no artigo 10.º da mesma. Incumbindo, assim, às autoridades nacionais competentes verificar, tendo em conta todas as circunstâncias em causa, o carácter plausível desse nexo.” (Tribunal de Justiça da União Europeia, 2020).

De acordo com o pensamento da Advogada-Geral Eleanor Sharpston, para tal apreciação devem ser considerados os seguintes fatores: “se o país de origem do requerente se encontra em guerra; a natureza e os métodos utilizados pelas autoridades militares nessa guerra; a disponibilidade de relatórios sobre o país que documentem matérias como o facto de o recrutamento para o serviço militar ser efetuado por conscrição; se o estatuto de objetor de consciência é reconhecido pelo direito nacional e, se assim for, os procedimentos para conceder tal estatuto; o tratamento das pessoas sujeitas a conscrição que recusem cumprir o serviço militar; a existência ou não de alternativas ao serviço militar; e as circunstâncias pessoais do requerente, incluindo a sua idade”. Só após tal ponderação seria possível aferir se o requerente de asilo poderia – efetiva e legitimamente – beneficiar de um estatuto uniforme para refugiado na União Europeia

Conclusão

Integrando o direito à objeção de consciência a liberdade de pensamento, consciência e religião um dos alicerces das sociedades democráticas, estamos em crer que a proteção facultada pelo artigo 10.º da CDFUE, abarca a liberdade de assumir convicções pessoais de várias naturezas, incluindo no domínio político. Nesse contexto, a oposição à realização do serviço militar, consubstancia uma clara expressão de uma convicção política que deve ser incluída no seu âmbito material.

Assim, quando o direito interno e/ou a prática no país de origem não instituem meios para objeção ao serviço militar, nomeadamente criando prestações de substituição ao mesmo, não se pode excluir que a deserção do serviço militar será, por si só, entendida por tal Estado como uma expressão de opinião política oposta e perigosa.

Por conseguinte, deve entender-se que a recusa de cumprir o serviço militar pode expressar uma opinião política individual, enquanto “motivo de perseguição” previsto na definição de refugiado, nos termos da Diretiva Qualificação e da Convenção de Genebra de 1951, que pode dar causa a um “ato de perseguição”, por parte dos agentes de perseguição – aqui se tratando do Estado Sírio.

O que é dizer que se um requerente de asilo fugiu do seu Estado de origem devido a ter-se recusado a cumprir o serviço militar por razões de consciência, deve o Estado requerido – aqui a Alemanha - apreciar se existem fatores que revelem se tal requerente tem um receio fundado de perseguição devido à sua opinião política ou crença. Tal apreciação, por parte das autoridades nacionais é obrigatória e sujeita a posterior controlo judicial por parte dos tribunais internos, a fim de se identificar corretamente as pessoas que necessitam de proteção internacional.

Uma vez mais o TJUE aplicou o direito tendo em conta a importância dos valores europeus que estão subjacentes a toda a sua atuação.

Bibliografia

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2013). Diretrizes sobre proteção internacional n.º 10. Genebra. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pol/posicion/acnur/2013/es/133292>

Conselho da Europa. (1950). Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Roma. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/convention_por.pdf

Gil, A. R. (2020). Deve distinguir-se entre Refugiado e Imigrante? In T. P. Beleza, C. N. Silva, A. R. Gil, E. Oliveira (Orgs.), Olhares sobre as Migrações, a Cidadania e os Direitos Humanos na história e no século XXI. Petrony, pp. 69-88.

Gil, A. R. (2021). Direito Internacional dos Refugiados – Tópicos de Mudança. In A. R. Gil. (Ed.) Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo. Petrony, pp. 223-233.

Lauterpacht, E., Bethlehem, D. (2020) D. El alcance y contenido del principio de no devolución: opinión. In VV.AA., Protecciones de los refugiados en Derecho internacional. Consultas globales de ACNUR sobre proteccion internacional. Icaria Editorial, 97-201.

Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova Iorque, 1948. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf

Nações Unidas (1951). Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra. Disponível em: <https://bit.ly/3ezXMm0>

Nações Unidas (1967). Protocolo Adicional à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Nova Iorque. Disponível em: <https://bit.ly/381CWcK>

Nações Unidas. (1968). Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e Diretrizes Nova Iorque. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pacto_internacional_sobre_os_direitos_civis_e_politicos.pdf

Navarro, A. B. (2022). Origen Y Fundamentos del Principio de Non-Refoulement en el marco del Derecho Internacional de las personas refugiadas. Aranzadi, 105-106.

Oliveira, S. (2007). Direito de asilo. In J. Bacelar Gouveia (Ed.), Dicionário jurídico da administração pública, 3.º suplemento, 303.

Oliveira, S. (2009). O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa. Coimbra Editora, pp. 63-64

Oliveira, S. (2016). Introdução ao Direito de Asilo. In Centro de Estudos Judiciários. O contencioso do Direito de Asilo e Protecção Subsidiária, Jurisdição Administrativa e Fiscal. Centro de Estudos Judiciários, 41-60.

Oliveira, S. (2023). O procedimento de asilo e o direito do requerente (de asilo ou protecção subsidiária) a ser ouvido. In Centro de Estudos Judiciários, Direito dos Estrangeiros – Direito de Asilo e Protecção Subsidiária e Apatridia, Centro de Estudos Judiciários, 73. Disponível em: <https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=qac1wT9CuLs%3d&portalid=30>

Pacheco, F. (2023), Os Passageiros da Esperança: algumas considerações sobre o estatuto de refugiado e outras respostas para os indivíduos que buscam asilo. E.REI – E-Revista de Estudos Interculturais, 11, 7-9.

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia. (2011). Diretiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro de 2011. Jornal Oficial da União Europeia L 337/9. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32011L0095>

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia (2013). Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Jornal Oficial da União Europeia L 180. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32013L0032>

Rodrigues, V. J. N. (2022). Instituto de Asilo, Antiguidade, Contemporaneidade e o Futuro – política de asilo na União Europeia. AAFDL, p. 75.

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2016). Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de 26 de abril de 2016, Izzettin Doğan e Outros c. Turquia (Grande Câmara). C-62649/10, § 109. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/tur?i=001-162697>

Tribunal de Justiça da União Europeia (2010). Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 2 de Março de 2010. Aydın Salahadin Abdulla e outros contra Bundesrepublik Deutschland. C-175/08. ECLI:EU:C:2010:105. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:62008CJ0175>

Tribunal de Justiça da União Europeia (2015). Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 26 de fevereiro de 2015. Andre Lawrence Shepherd contra Bundesrepublik Deutschland. C-472/13. ECLI:EU:C:2015:117. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:62013CJ0472>

Tribunal de Justiça da União Europeia (2020). Acórdão do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 19 de novembro de 2020. EZ contra Bundesrepublik Deutschland. C-238/19. ECLI:EU:C:2020:945. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:62019CJ0238>

Tribunal de Justiça da União Europeia. (2020). Acórdão do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 19 de novembro de 2020. EZ contra Bundesrepublik Deutschland. C-238/19. ECLI:EU:C:2020:945. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:62019CJ0238>

União Europeia (2016). Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia C 202. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

União Europeia (2016). Tratado da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia C 202. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12016ME%2FTXT>

União Europeia (2016). Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia C 202. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12016ME%2FTXT>

XXVII. A Proteção Internacional dos Direitos do Homem: Do âmbito universal ao nível regional

José Campos Amorim

Resumo

Com o surgimento de uma nova ordem mundial marcada por fatores imprevisíveis de crise internacional, tornou-se necessário reforçar a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos a nível internacional, para que se tornem oponíveis aos Estados. Os cidadãos passaram a beneficiar de uma maior proteção, na qualidade de destinatários direitos das normas internacionais, bem como têm hoje plena legitimidade para agir contra potenciais infratores no plano internacional. Com a criação de mecanismos internacionais de proteção foi dado um passo significativo na jurisdicionalização dos direitos humanos e na garantia de uma real e efetiva defesa dos direitos e interesses dos indivíduos a nível internacional.

Palavras-chave: direitos do homem; tribunais; ONU; União Europeia; Conselho da Europa.

Abstract

With the emergence of a new world order characterised by unpredictable factors of international crisis, it has become necessary to strengthen the protection of citizens' rights and freedoms at international level, so that they become enforceable against states. Citizens now enjoy greater international protection, as rightful recipients of many international norms, and they now have full legitimacy to take action against potential offenders at international level. Also, with the creation of international mechanisms for the protection of human rights, a significant step has been taken in the jurisdictionalisation of human rights and in guaranteeing real and effective protection of the rights and interests of individuals at international level.

Keywords: Human Rights; Courts; UN; European Union; Council of Europe.

Introdução

A sociedade internacional, regida por um conjunto de regras e princípios, de natureza fundamentalmente pública, tenta regular as relações desenvolvidas pelos seus membros (Estados e outras entidades), naturalmente unidos, apesar de tudo aquilo que os separa, através de diversos mecanismos de âmbito universal e regional.

Com o surgimento de uma nova ordem mundial, caracterizada pelo reconhecimento da igualdade soberana e da independência dos Estados, os Estados soberanos, caracterizados pela sua independência, passaram a assumir um papel central nas relações internacionais e no desenvolvimento de um sistema de proteção dos Direitos do Homem.

São lançadas as bases de uma nova ordem jurídica enquanto direito regulador das relações entre Estados soberanos, que se destina a abarcar várias dimensões e uma diversidade de setores de atividades (navegação fluvial e marítima, organizações internacionais, cooperação e desenvolvimento, direitos humanos, tráfico de escravos, segurança internacional), bem como passa a abranger outras entidades, para além dos Estados, e a consagrar uma maior proteção aos cidadãos.

Neste quadro, surgem várias tentativas de manutenção da paz pela via da cooperação entre as nações e de reforço da obrigatoriedade de cumprimento das regras de Direito Internacional com vista a assegurar uma maior proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Surge assim um conjunto de novas regras jurídicas destinadas a disciplinar as relações internacionais da sociedade internacional, que virá a constituir o Direito Internacional contemporâneo, com uma nova forma de regulamentação das relações internacionais para fazer face às desigualdades, às crises económicas, aos problemas ambientais, à corrupção e à violação dos direitos humanos. Estes são alguns dos problemas que importa o Direito Internacional disciplinar.

Em muitos casos, o indivíduo tornou-se o destinatário imediato de muitas normas de origem internacional, o que faz com que essas normas podem ser oponíveis aos Estados. Com o aperfeiçoamento do Direito Internacional dos Direitos do Homem foi-se criando um sistema normativo internacional de proteção que veio permitir que o indivíduo fosse o destinatário direto dos direitos e deveres internacionais, em termos de responsabilidade penal, e passasse a adquirir plena legitimidade para agir contra os infratores.

De facto, o indivíduo passou a beneficiar de uma maior proteção a nível internacional e regional e tem vindo a beneficiar de uma personalidade jurídica internacional para a defesa dos seus direitos e interesses. Com a criação, por exemplo, dos tribunais internacionais dos direitos humanos - jurisdicionalização internacional dos direitos humanos, os Estados deram um passo significativo na proteção dos direitos e liberdades dos indivíduos, que passaram a ter legitimidade para recorrer aos tribunais internacionais em defesa dos seus direitos e liberdades.

Importa, neste estudo, analisar o quadro de proteção universal e regional dos Direitos do Homem. O quadro universal tem por base o sistema da ONU e o Tribunal Penal Internacional. Quanto ao regime de proteção regional, destaca-se o sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o sistema de proteção dos direitos fundamentais da União Europeia. Relativamente às modalidades de proteção internacional, é de salientar a proteção diplomática e consular, a proteção humanitária, a proteção das minorias e a proteção dos refugiados. Vejamos, de seguida, o quadro de proteção universal e regional dos Direitos do Homem.

O quadro de proteção universal e regional dos Direitos do Homem

Existem uma diversidade de instrumentos internacionais e regionais de proteção dos Direitos do Homem que oferecem aos indivíduos, vítimas de violação, diferenciadas respostas. Vejamos como se processa tal proteção a nível do sistema universal da ONU e do sistema regional do Conselho da Europa e da União Europeia.

O sistema da ONU

A Carta da ONU, apesar de fazer várias referências aos direitos do Homem no seu preâmbulo, não confere aos indivíduos a possibilidade de recorrer ao Tribunal Internacional de Justiça no caso de os direitos do Homem serem objeto de violação por parte de um dos Estados Partes, pois não impõe aos seus membros a obrigação de garantirem aos seus nacionais o acesso direto às instâncias da ONU, nem tampouco a Declaração Universal dos Direitos do Homem, reconhece a possibilidade de recurso jurisdicional para os cidadãos, apenas esta possibilidade é reconhecida aos Estados-membros da ONU.

Apesar de não lhe ser concedida esta possibilidade, a ONU não deixa de promover o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (art. 1.º, n.º 3 da Carta da ONU). Este objetivo levou aliás à redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 10 de dezembro de 1948, mediante uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, como primeiro instrumento universal de proteção dos Direitos do Homem. No quadro da ONU, várias são as convenções multilaterais específicas relativas à proteção dos Direitos do Homem (v.g. Convenção contra a escravatura de 1926, Convenção sobre a prevenção e repressão do crime de genocídio de 1948, Convenção dos Direitos da Criança de 1989, a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1966, a Convenção contra a Tortura e outras Penas e Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984, e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres de 1979), de onde se destaca o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, ambos de 1966. Estes instrumentos internacionais desempenharam um papel fundamental na afirmação dos direitos contidos na Declaração Universal.

Na falta de uma jurisdição internacional específica nas Nações Unidas destinada a assegurar a defesa das pessoas vítimas de violação de direitos humanos, o sistema dotou-se de organismos de controlo, com competências para analisar queixas particulares e relatórios enviados pelos Estados, com vista à elaboração de recomendações, como é o caso do Conselho de Direitos Humanos (órgão dependente da Assembleia Geral das NU); do Comité dos Direitos Humanos; do Comité contra a Tortura; do Comité sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; do Comité dos Direitos da Criança e o Alto Comissariado para os Direitos do Homem (v. arts. 1.º, 13.º e 55.º da Carta da ONU).

Todas estes organismos integram o sistema universal de proteção internacional dos Direitos do Homem das Nações Unidas dispõem de uma multiplicidade de fontes destinados a proteger os direitos inerentes à dignidade humana. Este sistema onusiano conhece inevitáveis limitações práticas devido à falta de cooperação intergovernamental e ao facto do seu funcionamento depender muito do apoio que recebe dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.

Vejamos a seguir a proteção dos indivíduos contra a prática de crimes internacionais.

A proteção dos indivíduos contra a prática de crimes internacionais

Com vista a prevenir e reprimir os indivíduos que praticam atos qualificados como crimes internacionais, foi criada um Tribunal Penal Internacional, que ultrapassa a competência territorial dos Estados, para julgar este tipo de crimes.

A instauração de uma jurisdição universal permanente com competências exclusivas para punir crimes internacionais tem em vista ultrapassar as limitações das jurisdições penais estaduais e assegurar uma proteção universal dos direitos humanos. Foi assim instituído, em 2002, uma jurisdição universal protetora dos direitos humanos, o Tribunal Penal Internacional, através do Estatuto de Roma³⁸, com competência para julgar e punir os indivíduos responsáveis pela prática dos mais graves crimes contra o Direito Internacional, independentemente da qualidade oficial de quem os tenha praticado. Este Tribunal pretende combater, no plano jurídico-internacional, a impunidade e assim responsabilizar penalmente os que praticam este tipo de crimes.

De acordo com o art. 1.º do Estatuto de Roma “(...) O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será complementar das jurisdições penais nacionais (...)”, o que é dizer que apenas pode intervir subsidiariamente aos Estados em todos os casos em que um Estado Parte não demonstre vontade de intervir no processo ou revele falta de capacidade para tal (princípio da complementaridade, art. 17.º ETPI). Recai sobre os Estados a responsabilidade primária para o julgamento dos crimes internacionais e ao TPI a responsabilidade secundária, caso não sejam os Estados a julgar.

O TPI tem competência – em razão da matéria - para julgar os crimes de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão (art. 5.º ETIJ), que tenham sido praticados por pessoas singulares, maiores de idade, sem distinção da sua qualidade oficial (artigo 27.º), cometidos após a entrada em vigor do Estatuto ou no caso de um Estado não ser membro original, após a sua adesão. De referir que os crimes previstos são imprescritíveis (art. 29.º ETPI).

A jurisdição do TPI não é universal, dado que, nos termos do artigo 12º, se restringe aos Estados que ratificaram o Estatuto ou que mais tarde se tornaram Partes dele. Porém, um Estado não parte no Estatuto pode, na mesma, ver os seus nacionais julgados por este tribunal (ex vi art. 12.º, n.º 2 e art. 13.º ETPI), caso os mesmos tenham praticado um crime no território de um Estado parte (princípio da territorialidade) ou de um Estado que aceite a sua competência.

Relativamente às penas aplicáveis, está previsto no Estatuto uma pena privativa de liberdade máxima de trinta anos. Porém, poderá ser decretada uma pena de prisão perpétua em função do grau de ilicitude e das condições pessoais do condenado (art. 77.º ETPI). Além da pena de prisão, o tribunal pode aplicar multas e determinar a perda dos bens provenientes do crime, a favor das vítimas.

³⁸ Adotado em 17 de julho de 1998, em Roma, o Estatuto entrou em vigor em 1 de julho de 2002 (após a 60.ª ratificação). Aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 3/2002, de 18/01, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 2/2002, de 18 de janeiro.

Além do plano internacional, existe, no plano regional, um conjunto de instrumentos destinados a assegurar a proteção dos direitos humanos.

A proteção regional

O sistema regional de proteção dos direitos humanos surgiu pela via das organizações regionais, dotadas de órgãos jurisdicionais (permanentes e obrigatórios). Vejamos, a seguir, o sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o sistema da União Europeia.

O sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem

O sistema europeu de defesa dos Direitos do Homem baseia-se na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), aprovada sob a égide do Conselho da Europa, em 4 de novembro de 1950, em vigor desde 3 de setembro de 1953³⁹. Além da Convenção foram também aprovados 16 Protocolos adicionais com vista a acrescentar novos direitos e liberdades e introduzir modificações no funcionamento dos seus órgãos de controlo.

Esta organização intergovernamental regional (Conselho da Europa) estabeleceu como objetivo principal criar uma “união mais estreita” entre os seus Estados Partes, mediante a defesa e a garantia dos direitos e liberdades. Para tal, foram aprovados diversos instrumentos internacionais, em diversos domínios, tais como a Carta Social Europeia, de 18 de outubro de 1961, a Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal, de 1 de outubro de 1985; a Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas e Tratamentos Inumanos ou Degradantes, de 26 de novembro de 1987; a Convenção de Proteção das Minorias Nacionais, de 1 de fevereiro de 1995 e a Convenção Europeia sobre os Direitos do Homem e da Biomedicina, de 30 de abril de 1997.

No que se refere aos direitos reconhecidos pela CEDH, estes são essencialmente civis e políticos (direitos de primeira geração), ou seja, visam a defesa da dignidade humana perante os Estados. Entre eles, destaca-se o direito à vida, a proibição de tortura, de escravatura e de trabalho forçado, o direito à liberdade e segurança, o direito a um processo equitativo, o direito ao respeito da vida privada e familiar, a liberdade de pensamento, consciência e religião, a liberdade de expressão, a liberdade de reunião e associação, o direito ao casamento, o direito ao recurso efetivo e a proibição da discriminação, sendo alguns deles considerados absolutos e irrestringíveis (arts. 2.º, 3.º, 4.º, n.º 1, 7.º, 15.º, n.º 2, 3.º e 13.º do Protocolo N.º 6, e art. 4.º do Protocolo N.º 7). Foi, portanto, reconhecido todo um conjunto de direitos civis e políticos.

É possível o reconhecimento dos direitos e liberdades consignados na Convenção, mediante queixas individuais e interestaduais (arts. 33.º e 34.º CEDH). No que concerne às queixas individuais, a Convenção exige como pressuposto a qualidade de vítima de uma violação da Convenção cometida por um Estado e o esgotamento prévio dos meios internos, o que deixa às

³⁹ Portugal aderiu à CEDH em novembro de 1976, mediante aprovação parlamentar, através da Lei n.º 9/76, de 24 de novembro, e passou a ser o 19.º Estado-membro do Conselho da Europa.

autoridades nacionais uma significativa margem de apreciação quanto à aplicação da CEDH (art. 13.º CEDH).

Uma vez o caso julgado, o TEDH não anula ou revoga as decisões dos Estados, apenas certifica a existência de uma violação da CEDH, colocando o Estado prevaricador no dever de adotar medidas de remoção da violação concreta, modificando ou revogando o ato de direito interno que a violou (ato jurisdicional, administrativo ou normativo).

De salientar que este sistema regional tem a particularidade de permitir a uma vítima de violação da Convenção de apresentar uma queixa diretamente junto do TEDH, após esgotamento prévio dos meios internos.

O sistema de proteção dos direitos fundamentais da União Europeia

A União Europeia (UE) dispõe de um sistema de tutela jurisdicional efetiva dos direitos dos cidadãos. Os particulares podem recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), através do reenvio prejudicial⁴⁰ (art. 267.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia - TFUE), para fazer valer os seus direitos e liberdades fundamentais. O TJUE, nos termos do art. 19.º do TUE, tem como função “garantir o respeito do direito na interpretação e aplicação dos Tratados”.

Face à inexistência de um catálogo de direitos fundamentais, a UE resolveu dotar-se de uma declaração de direitos que oferecesse aos indivíduos a necessária segurança jurídica. Neste contexto, o Conselho Europeu de Colónia, em 1999, aprovou o projeto de Carta de direitos fundamentais (CDFUE), que reuniu um conjunto de direitos civis e políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais. A Carta agrupa direitos de primeira, segunda e terceira geração, alicerçados em torno dos valores comuns da União (art. 2.º TUE).

A UE passou assim a dispor de um catálogo próprio de direitos fundamentais, tendo por base os preceitos consignados na CEDH, na Carta Social Europeia, na Carta Comunitária de Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, nos próprios tratados da UE, e também baseado nas tradições constitucionais e obrigações internacionais dos seus Estados-membros, bem como, não menos importante, a jurisprudência do TEDH e do TJUE.

De referir que a CDFUE estabelece um catálogo de direitos fundamentais com vista a promover a unidade de todo o ordenamento jurídico comunitário em torno dos direitos fundamentais e evitar assim que se coloque situações de violação das normas comunitárias por parte dos órgãos nacionais. A CDFUE tem um importante valor para os Estados-Membros da UE na medida em que os obriga a respeitar os direitos fundamentais consagrados nos ordenamentos jurídicos nacionais e não apenas os que foram admitidos a nível da União Europeia. Contudo, pode dar-se o caso de um eventual confronto entre os direitos e liberdades consagrados na CDFUE e no plano interno dos Estados-membros e o risco de diferenciação entre os países comunitários e os restantes países

⁴⁰ O TJUE tem competência para verificar a validade de atos adotados pelas instituições face ao DUE (originário e derivado). Este mecanismo garante a defesa dos direitos dos particulares e assegura a efetividade e implementação do DUE nas ordens jurídicas internas.

européus e alguma dificuldade de compatibilização entre os diversos instrumentos em vigor na Europa.

Vejamos, de forma sumária, os domínios em que se tem vindo a afirmar a proteção internacional dos indivíduos.

Modalidades de proteção internacional

A proteção diplomática e consular

Tal proteção diplomática do nacional decorre do art. 14.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) que determina que os cidadãos portugueses que residam no estrangeiro têm direito à proteção jurídica do Estado português e gozam dos mesmos direitos e deveres políticos que os nacionais.

Os Estados têm o dever de proteger os seus nacionais que se encontrem no estrangeiro mediante o mecanismo da proteção diplomática. Ao exercer a proteção diplomática, presume-se que os danos sofridos pelos nacionais no estrangeiro são infligidos ao próprio Estado. Sem prejuízo do Estado onde o cidadão se encontre lhe atribuir o estatuto de estrangeiro, o cidadão nacional fica dependente da ação do seu Estado para a defesa dos seus direitos e interesses.

A CDFUE prevê, no seu art.º 46, que caso o Estado de que é nacional não se encontre representado, todo o cidadão tem o direito de beneficiar de proteção diplomática e consular no território de países terceiros nas mesmas condições que os nacionais desse Estado.

A proteção humanitária

Em matéria de proteção humanitária, o indivíduo goza da proteção das Convenções Internacionais de Direito Internacional Humanitário (4 Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos adicionais), que protege toda e qualquer pessoa que se encontre numa situação de conflito armado (conflitos internacionais e internos), na qualidade de combatente⁴¹, não combatente, civil ou militar.

O controlo das violações do Direito Internacional Humanitário (DIH) cabe essencialmente aos Estados, a quem incumbem reprimir os responsáveis de tais violações (crimes contra a paz, crimes de guerra; crimes contra a humanidade; crimes de agressão; e crimes de genocídio) e outras infrações graves às referidas Convenções e seus Protocolos.

Este Direito visa limitar os efeitos dos conflitos armados e proteger as pessoas que não participam direta ou ativamente nas hostilidades. É também conhecido como “o direito da guerra” ou “o direito dos conflitos armados” (*jus in bello*). Faz parte do Direito Internacional Público, composto principalmente por tratados, Direito Internacional consuetudinário e princípios gerais de direito (ver artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça), mas distingue-se deste último no sentido de que tenta regular a condução das partes envolvidas nos conflitos armados.

⁴¹ São pessoas que pertencem às forças armadas e participam nas hostilidades, devendo, para o efeito, possuir uniforme ou sinal distintivo e usar as armas abertamente.

Neste sentido, acaba por assegurar uma certa proteção a todas as pessoas envolvidas nos conflitos armados, mas que não participam direta ou ativamente nas hostilidades.

A proteção das minorias

As minorias representam um grupo da população que têm certas características étnicas, religiosas ou linguísticas próprias. A identificação de grupo minoritário depende de determinados critérios identitários, nomeadamente a sua dimensão, identidade e ligação ao Estado de origem.

A proteção das minorias foi sendo integrada em vários instrumentos internacionais (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, de 1992) em que os Estados passaram a estar vinculados à implementação de medidas de assimilação e de integração das minorias na comunidade, tais como o direito à nacionalidade, o direito ao uso da língua materna, a liberdade de culto e religião, o direito à educação na língua da minoria e o direito à participação política. Para além de que importa destacar o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que tem vindo a assegurar a defesa dos direitos das minorias, prevenindo os abusos dos direitos humanos através da mediação e diplomacia internacional.

A nível regional destaca-se, no âmbito do Conselho da Europa, a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias de 1992 e a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (CQPMN) de 1995, que recomenda a adoção de medidas anti-discriminatórias e de integração positiva das minorias. De referir também os vários tratados de proteção dos direitos humanos, em especial a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) de 1950, que, como mecanismo jurisdicional de controlo dos direitos e liberdades individuais, faculta o acesso diretamente ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) que estabelece uma proibição geral de não discriminação, proibindo a discriminação, nomeadamente, com base na «pertença a uma minoria nacional», consagrando o direito à não discriminação como valor constitucional da União Europeia.

A União Europeia atribui uma especial proteção às minorias no art. 2.º do TUE ao afirmar que se funda “(...) nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos de pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres”. Está assim assegurado um conjunto de direitos às minorias que não podem ser discriminados em razão da sua pertença a uma determinada categoria da população em função do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

A proteção dos refugiados

A proteção internacional dos refugiados está vertida em vários diplomas. A nível da proteção universal, podemos apontar a Declaração Universal dos Direitos do Homem que, no seu art. 14.º,

afirma que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo Adicional de 1967 e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), responsável pela coordenação das ações em matéria de proteção dos refugiados.

O Estatuto dos Refugiados e Apátridas de 1951 estabelece que qualquer pessoa que reúne os requisitos fixados no Estatuto poderá requerer o seu pedido de asilo, invocando a sua condição de refugiado. Da mesma forma, a Declaração das Nações Unidas sobre Asilo Territorial de 1967, decretou que a ninguém poderá ser recusada “a admissão na fronteira ou, se tiver entrado no território em que procura asilo, a expulsão ou devolução obrigatória a qualquer Estado onde possa ser objeto de perseguição”.

É assim afirmada a necessidade de proteger os indivíduos que são perseguidos ou ameaçados de perseguição ou vítimas de agressão ou de ameaça de agressão no seu Estado de origem (de nacionalidade ou residência habitual) e que procuram acolhimento, refúgio e segurança noutro Estado. Para o efeito, o art. 33.º, n.º 1 da Convenção de Genebra de 1951 (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados) garante ao indivíduo – e impõe aos Estados - a não expulsão dos requerentes de refúgio “para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”.

A nível nacional, em Portugal, é constitucionalmente garantido, pelo art. 33.º, n.º 8 e 9 da CRP, o direito fundamental de obter asilo para toda a pessoa sujeita a perseguição “em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontre fora do país de que é nacional e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção desse país ou o apátrida que, estando fora do país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou, em virtude do referido receio, a ele não queira voltar (...)”, nos termos do art. 2.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 26/14, de 5 de maio. O direito ao asilo⁴² confere a tais indivíduos o estatuto internacional de refugiado sempre que existe sistemáticas violações dos direitos humanos ou o risco real de tais violações. Após a concessão do estatuto, os asilados passam a gozar de todos os direitos atribuídos aos estrangeiros (art. 15.º da CRP), incluindo os direitos sociais (alojamento, alimentação, assistência médica, acesso ao ensino, acesso ao trabalho, segurança social, reagrupamento familiar, etc.).

A nível do Conselho da Europa, a CEDH não prevê nenhuma norma específica sobre o estatuto dos refugiados, mas apresenta um conjunto de direitos e deveres dispersos, nomeadamente a proibição do *refoulement* dos indivíduos para Estados onde possa existir um risco elevado de violência, de tortura, de penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, o direito à liberdade e à segurança, o direito a um processo equitativo e o direito a solicitar o asilo, independentemente da sua nacionalidade.

A nível da União Europeia, importa referir o art. 78.º, n.º 1 do TFUE que afirma que “A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção

⁴² O asilo diplomático consiste na concessão de refúgio nos locais de missão diplomática a indivíduos cuja integridade física ou liberdade se encontra em perigo real, por motivos de ordem política ou abusos de poder.

temporária (o sublinhado é nosso), destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um Estado terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir o princípio da não repulsão”. O art. 3.º, n.º 2 do TUE indica como objetivo da União a concretização de um Espaço de Liberdade Segurança e Justiça sem fronteiras internas⁴³ para as pessoas que sejam ou não cidadãos europeus. Podemos ainda aqui destacar o art. 18.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que declara que “é garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de julho de 1952 e do Protocolo de 31 de janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia”, e o art. 19.º, n.º 1 do mesmo catálogo que afirma que “Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes”. A UE estabelece a obrigação de todas as autoridades administrativas estaduais conhecerem os respetivos pedidos de asilo, exceto se os requerentes beneficiarem de proteção de países seguros⁴⁴.

Com toda esta produção normativa, os Estados ficam vinculados à obrigação de concretizar os resultados no sentido de assegurar uma real proteção aos refugiados.

Conclusão

Com o surgimento de situações de conflito, tornou-se necessário regular as relações internacionais entre os Estados e os outros atores internacionais com vista a assegurar a defesa dos interesses comuns e a proteção dos direitos e liberdades dos indivíduos. Os indivíduos foram assumindo um papel de sujeito autónomo de Direito Internacional, independentemente da manifestação da vontade dos Estados, o que tem levado à criação de regimes de proteção internacional dos Direitos do Homem nos diferentes espaços geográficos, a nível universal e regional.

O Direito Internacional não regula apenas as relações entre Estados, sujeitos exclusivos de Direito Internacional, mas disciplina também as relações com outras entidades, em especial, os indivíduos, enquanto titulares autónomos de direitos e deveres jurídicos internacionais, que passaram a beneficiar de um conjunto de direitos perante as instâncias internacionais.

Com o desenvolvimento das relações internacionais, o indivíduo passou a ter um papel mais ativo na comunidade internacional e assim a beneficiar de uma maior proteção jurídica internacional por intermédio dos Estados e de outras instâncias internacionais. Perante este quadro, foram surgindo um novo normativo internacional destinado a proteger diretamente os direitos e liberdades dos indivíduos, o que tem levado a acentuar a sua responsabilidade dos Estados no dever de cumprimento das regras internacionais. O indivíduo, na qualidade de destinatário indireto das normas internacionais, tornou-se um potencial sujeito de Direito Internacional, à semelhança dos Estados, o que obrigou a um reforço da proteção internacional universal e regional, criando-se para os Estados um dever de assegurar essa proteção a qualquer cidadão que se encontra no seu território. Neste sentido, tem-se assistido a um reforço da tutela jurisdicional dos direitos e

⁴³ De acordo com as regras definidas na Convenção de Dublin de 1990, não devem ser apresentados múltiplos pedidos dentro das fronteiras da União Europeia de modo a evitar conflitos negativos de competência entre os Estados-membros.

⁴⁴ O requerente não corre o risco de perseguição ou de sujeição a tratamentos contrários ao art. 3.º da CEDH.

interesses do indivíduo nos domínios de proteção diplomática e consular, de proteção humanitária, de proteção das minorias e de proteção dos refugiados e asilados com a intermediação dos Estados e de outras entidades. Perante o aumento dos conflitos internacionais, torna-se imprescindível assegurar uma maior proteção dos Direitos do Homem e reforçar os meios de defesa pela via das organizações internacionais e regionais.

Bibliografia

Alves, Jorge Jesus Ferreira, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada e Protocolos Adicionais Anotados (Doutrina e Jurisprudência)*, Porto: Legis Editora, 2008.

Barreto, Ireneu Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Anotada*, 3.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

Duarte, Maria Luísa, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2019.

Duarte, Maria Luísa, *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2006.

Duarte, Maria Luísa, «O modelo europeu de proteção dos Direitos Fundamentais – dualidade e convergência», in *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

Duarte, Maria Luísa, «O Tratado de Lisboa e o sistema europeu de proteção de Direitos Fundamentais», in *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa – aspetos centrais*, coordenação de Nuno Piçarra, Coimbra: Almedina, 2011.

Gouveia, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Público*, 5.^a Edição Atualizada, Coimbra, Livraria Almedina, 2017.

Martins, Ana Maria Guerra, *Manual de Direito da União Europeia*, Coimbra: Almedina, 2012.

Moreira, Vital, «A tutela dos Direitos Fundamentais da União Europeia», in *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Vol. 2, Coimbra: Coimbra Editora, 2001, p. 75-82.

Pacheco, Fátima, «Vários sistemas e várias respostas para a protecção internacional dos direitos humanos» in *Revista Jurídica Portucalense*, N.º 23E (2018). Editorial. *Revista Jurídica Portucalense/Portucalense Law Journal*, (23).

Pacheco, Fátima, «O Sistema de Protecção dos Direitos Fundamentais na União Europeia – Entre a Autonomia e o Compromisso», in *Julgar*, Coimbra Editora, 2011, p. 11-28.

Pais, Sofia Oliveira, «A proteção dos Direitos Fundamentais na União Europeia», in *Estudos de Direito da União Europeia*, Coimbra: Almedina, 2012, p. 115-130.

Pereira, André Gonçalves e Quadros, Fausto de Quadros, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed. Revista e Aumentada, Almedina, 2015.

Posfácio

Contra o Medo, Re-imaginar o Comum – Estudos Culturais em rede

Maria Manuel Baptista

Presidente da RNEC – Rede Nacional em Estudos Culturais

Virginia Woolf parece-me ter compreendido, na íntegra,
aquilo que eu designei de “estofo do investigador”,
e penso que ela não ficaria de todo surpreendida ao constatar a submissão,
a passividade com a qual os académicos deixam hoje redefinir o seu mundo e as suas práticas
sob um modo que, em nome de uma excelência objetivamente avaliada,
os constrange alegremente à prática sistemática
desta prostituição intelectual que ela denunciava.
(Isabelle Stengers - 2013)

A comunidade humana cresce pela descoberta de significados
comuns e meios comuns de comunicação...
(..) Visto que a nossa maneira de ver as coisas é literalmente a nossa maneira de viver,
o processo de comunicação é, de fato, o processo de comunidade:
o compartilhamento de significados comuns,
e daí atividades e propósitos comuns (...)
(Raymond Williams, 1961)

Não é novidade que a Universidade se encontra hoje organizada como um mercado, obedecendo às leis da oferta e da procura, num mundo onde o valor académico se define pela comodificação do conhecimento (o capitalismo cognitivo e digital), pela empregabilidade dos seus alunos (dada a necessidade produzir mão de obra especializada e dócil para servir o ultracapitalismo neo-liberal) e por uma cultura de avaliação quantitativa e de resultados imediatos: o capitalismo alimenta-se hoje de informação, que lhe permite o controlo de pessoas e processos, algo a que se convencionou chamar ‘sistema de qualidade’, crescentemente ligado à inteligência artificial e ao capitalismo digital.

Na universidade contemporânea, que se ufana da sua organização ser semelhante à de uma empresa, resta pouco lugar para a construção de uma comunidade de pensamento, de reflexão crítica e de ação cívica. Com efeito, o fim último de qualquer empresa é o lucro. O fim último de uma comunidade científica seria outro: criar conhecimento, técnica e arte que pudessem dar resposta aos problemas com que hoje as sociedades se debatem (ou pelo menos lidar com eles), e que são de ordem vária e de importância diversa, conforme a geografia. Pensar o global articulado com o local pareceu ser nos anos 90 do século XX o grande segredo para uma globalização feliz. Não foi: o global passou a ser visto como o império das multinacionais, onde se encontra o

verdadeiro poder, e o local como mera diversidade etnográfica, também ela passível de commodificação, ao serviço, por exemplo, do turismo global.

O conceito de comunidade foi sendo enfraquecido por oposição ao do indivíduo (não o indivíduo banal ou comum, mas aquele que vence, que esmaga o outro, por oposição ao ‘looser!!’, máximo insulto que nos vem hoje dos Estados Unidos da América). Trata-se do paroxismo do mito do ‘self-made-man’ que vê no outro um concorrente, um opositor a destruir e a esmagar.

As próprias universidades e a organização da produção de conhecimento científico regem-se por esta dinâmica altamente competitiva, que tem tido como resultados nas últimas décadas um domínio do mundo cada vez mais violento e extractivista, com efeitos (primários e secundários) na viabilidade do planeta que habitamos.

Com efeito, trata-se de universidades-empresa que, como bem refere Isabelle Stengers, lutam entre si por poder económico, simbólico e académico (e é exatamente disto que tratam todos os rankings nacionais e internacionais). Os investigadores competem diariamente pelo financiamento dos seus projetos que, por sua vez, deverão desembocar em conhecimento patenteado, vendável no mercado empresarial. As universidades são hoje parte da indústria e da economia, esperando-se que fiquem baratas, se acomodem às regras de mercado, controlem e explorem até ao mínimo detalhe o tempo e o trabalho dos seus docentes e investigadores e que produzam mão de obra talhada diretamente para postos de trabalho em constante mutação, mal pagos e com contratos precários.

Este movimento das universidades atuais em direção à universidade-empresa, agora também vertido na trumpeana ‘nação-empresa’, globalizou-se e apresenta poucas variações locais. De resto, qualquer desvio a este modelo de domínio, controlo e produção reflete-se imediatamente em quedas abruptas nos rankings internacionais (vejam-se, por exemplo as Universidades brasileiras que ainda não abandonaram, e tem-na mesmo com um dos tripés da sua missão, a atividade de extensão e transferência de conhecimentos para a sociedade envolvente, e que, por essa razão, se encontra pessimamente classificada nessas tabelas de medição internacional).

Mas, felizmente, não é só disto que a universidade atual é feita, embora este seja um modelo altamente hegemónico, ao ponto de ser muito difícil introduzir esta questão nos círculos académicos e universitários sem levantar algum grau de suspeição sobre a seriedade e comprometimento académico de quem a coloca. Encontramos, como resultado deste modelo extrativista, docentes, investigadores e alunos cada vez mais frustrados, exaustos e desanimados com este modo de fazer universidade e que começam a estar disponíveis para resistir e procurar um outro fazer académico.

Como lembra Stuart Hall, na senda de Gramsci, não há hegemonia sem contra-hegemonia. De resto, é muitas vezes nos movimentos contra-hegemónicos que estão as sementes imprevisíveis do futuro e os Estudos Culturais sabem-no melhor que ninguém.

Ao longo das últimas décadas, fomos sentindo uma necessidade crescente, que se intensificou a partir de 2020 e do isolamento forçado imposto pela Covid-19, de quebrar a atomização de muitos de nós, investigadores e docentes da área de Cultura/Estudos Culturais/Ciências da Cultura/Estudos de Cultura em Portugal.

Nasceu, assim, a Rede Nacional em Estudos Culturais, quando, em 2020, o isolamento se tornou asfíxiante e palpável, ao mesmo tempo que a comunicação digital se vulgarizou. Os objetivos primeiros foram fazer comunidade, conhecermo-nos melhor, partilhar experiências, receios e frustrações académicas, mas também interesses de investigação e projetos longamente acalentados. Foi neste processo que tomámos uma consciência cada vez mais clara de que, embora sendo muitos já espalhados pelo país, só em comunidade poderíamos ser visíveis e ter alguma interlocução, quer dentro das nossas universidades, quer com os poderes académicos e económicos nacionais. Acima de tudo, moveu os fundadores desta Rede a vontade de deixarmos de ser meros competidores entre si (por alunos, por verbas, por projetos...) para sermos parceiros de investigação, colegas que partilham o seu fazer académico e assim o fazem crescer, ampliando o seu valor e impacto.

Doze instituições do ensino superior, universidades e institutos politécnicos, juntaram-se para desenvolverem o seu ponto de vista único e crítico sobre a realidade cultural, da qual a própria universidade é um player, de modo nenhum irrelevante. Com efeito, juntámo-nos numa rede de instituições, que organiza um congresso anual, publica os resultados da sua comum investigação (como acontece no caso desta obra que aqui pós-faciamos), tornou-se interlocutor da FCT, agência nacional de investigação, e da A3ES, entidade certificadora dos cursos do Ensino Superior, reunindo regularmente para debater os assuntos que atravessam a comunidade dos Estudos Culturais em Portugal e globalmente.

Juntámo-nos em rede contra o isolamento, a competição desenfreada, o medo e a desesperança, num movimento claramente contra-hegemónico, que parte da análise e da vivência da universidade que temos para sonharmos e fazermos uma universidade diferente, uma universidade do cuidado mútuo, do cuidado do outro, do cuidado do humano e do inumano, como nos lembra Braidotti.

Como área geneticamente multidisciplinar, trabalhar em Rede é-nos natural, tendo-se tornado um lugar de encontro para investigadores e instituições provenientes quer das áreas das Ciências Humanas, quer das Ciências Sociais e dos Estudos Artísticos. É neste ponto de encontro e articulação teórico-metodológica que nasce a vibrante comunidade da Rede Nacional em Estudos Culturais (RNEC) e nela encontra a sua expressão mais profunda e o impacto mais duradouro.

Num momento em que a atual cultura digital, em especial na forma de inteligência artificial, nos diz que já não temos de pensar (de resto, o tempo é escasso e é melhor ir fazer outra coisa, para que não fique mais uma tarefa para amanhã), estamos aqui para afirmar a potência da criatividade, do pensamento crítico e da ciência feita em comunidade, não de forma intrinsecamente competitiva, mas colaborativa.

Estamos aqui para afirmar a contínua potência académica, científica e política dos Estudos Culturais, no contexto de uma academia tecnocrática imersa agora num novo ciclo histórico, político e económico de tendências populistas e autoritárias, mas também num mundo onde classe, género e raça continuam a ser articuladores teóricos que permitem compreender milhões de vidas neste planeta.

Numa universidade onde por décadas ensinámos os nossos alunos a desconfiar das verdades pré-feitas, desembocamos hoje no tempo da pós-verdade, que nos exige agora um duplo movimento: a continuidade da reflexão crítica, mas também a reconstrução da esperança contra o medo e a violência, re-imaginando novas possibilidades e formas de conhecimento, valorizando a empatia e a compaixão, o fazer comunitário, a produção científica em cooperação com os nossos parceiros

investigadores e os nossos alunos, não para dominar o mundo humano e social, mas para melhor o interpretar e compreender.

É deste compromisso da RNEC que o presente livro nos traz o testemunho, apresentando-nos novas epistemologias, práticas e pedagogias críticas e ainda intervenções e resistências. Este livro constitui por si só um apelo à re-imaginação do nosso fazer académico e à re-existência em comunidade, prosseguindo na senda do apelo de Stuart Hall à construção solidária de comunidade, que marca até hoje o projeto dos Estudos Culturais.

Reiterando a importantíssima questão colocada pela Professora Ana Mendes no início deste livro, 'E se não agora, quando?'

Sobre os Autores

Ana Cristina Mendes: Professora Associada do Departamento de Estudos Anglisticos e do Programa em Cultura e Comunicação da Faculdade de Letras de Lisboa e integra o CEAUL – Centro de Estudos Anglisticos da mesma Universidade. Tem como áreas de especialização os estudos culturais e póscoloniais, os estudos vitorianos e pós-vitorianos, cinema e culturas visuais, com especial incidência nas representações e receção da alteridade no mercado cultural global. Assumiu em 2022 a presidência da Association for Cultural Studies. A Association for Cultural Studies, fundada em 2002, é uma organização dedicada ao crescimento e promoção dos Estudos Culturais, que conta com associados em mais de 30 países.

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista: Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo concluído o mestrado em Psicologia da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. É doutorada em Cultura pela Universidade de Aveiro, com especialização em Filosofia da Cultura, tendo defendido a tese intitulada «A Paixão de Compreender – A Filosofia da Cultura em Eduardo Lourenço.» Os seus trabalhos de investigação centram-se nos estudos pós-coloniais, de género, do ócio e do turismo cultural. É Professora Catedrática da Universidade de Aveiro e foi direora do Programa Doutoral em Estudos Culturais (UA/UM) até 2015. Tem obra diversa publicada nacional e internacionalmente na área dos Estudos Culturais. Atualmente é coordenadora do Centro de Investigação em Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Rita Himmel: Doutorada em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro e professora auxiliar convidada no Departamento de Línguas e Culturas da UA. A sua tese, intitulada “Us and them: ideologies about the Portuguese, German and European identities in the media”, encontra-se na intersecção das áreas de Ciência Política e Estudos dos Media, sob a perspetiva dos Estudos Culturais. Licenciada em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria e multimédia, especialização em Jornalismo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluiu o MSc em Ciência Política: Relações Internacionais pelo Graduate School of Social Sciences da Universidade de Amesterdão, com a dissertação “The Guarani-Kaiowa and transnational activism: participation of local communities in transnational advocacy networks”. É também licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Foi jornalista no jornal Público, *trainee* de jornalismo na redação Português para África da Deutsche Welle (Alemanha) e de comunicação política no Gabinete de Informação do Parlamento Europeu (Lisboa), entre outras experiências profissionais na área da Comunicação.

Clara Sarmento: Agregada em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro. Doutorada em Cultura Portuguesa, Mestre em Estudos Anglo-Americanos e Licenciada em Estudos Portugueses-Ingleses pela Universidade do Porto. Professora Coordenadora Principal no Politécnico do Porto, Fundadora, diretora e investigadora do CEI – Centro de Estudos Interculturais e do Mestrado em Intercultural Studies for Business do ISCAP-P.PORTO. Designer e diretora do Doutoramento em Intercultural Studies for Innovation (em aprovação), do ISCAP-P.PORTO. Membro das COST actions Writing Urban Places, SlowMemo, ShiFT e Circul’Arts, da “Community of Practice (CoP) on Science and Art in Education” da Comissão Europeia e do projeto “Cultural Studies: A Global History”, da Universidade de Birmingham. Membro fundador da Rede Nacional em Estudos Culturais e da ECREA Women’s Network. Conselheira Editorial e Guest-Editor da Cambridge

Scholars Publishing (CSP), UK, e da Medwin Publishers. Fundadora e diretora da E.REI – E.Revista de Estudos Interculturais (SCOPUS). Investigadora e coordenadora de projetos FCT, Horizon e Erasmus+. Investigação e docência na área dos Estudos Culturais e Interculturais, Estudos Feministas e de Género, Estudos Pós-Coloniais, Cultura e Literatura Portuguesa e Anglo-Americana, Tradução Literária, Graffiti e Street Art. Algumas distinções incluem: ‘American Club of Lisbon Award for Academic Merit’, Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais da Universidade de Coimbra, PRODEP III (CE), ‘best-selling title on study of poetry’ e ‘book of the month-Social Sciences’ da CSP (UK), 7 prémios PAPRE (P.Porto) para publicações em revistas de elevada qualidade, Gardners’ (UK) ‘Author of the Month’, Prémio Santander UNICovid para projetos com impacto social, Bolsa Santander por Boas Práticas em Educação Digital, júri das ‘Sete Maravilhas da Cultura Popular Portuguesa’, ‘International Impact Book Awards’ 2022, Espaço T Prémio Interculturalidade 2022 – Educação e Galardão de Mérito AMEEA – Educação, 2023.

Rui Alexandre Grácio: Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade de Coimbra e licenciado em Filosofia pela mesma universidade.

Miguel Babo: Ator, realizador, encenador, escritor e dramaturgo, está atualmente ligado ao Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro. A sua tese de doutoramento debruça-se sobre cinema, onde faz uma abordagem pós-estruturalista e pós-crítica deleuziana a conteúdos cinematográficos. É autor de livros, argumentos, peças de teatro, entre várias outras publicações literárias. A sua primeira longa-metragem como realizador e argumentista, Para Além da Memória, foi amplamente premiada internacionalmente. A sua formação de base é em Engenharia Química pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tendo realizado uma pós-graduação em Marketing e Gestão na Universidade de Vaasa, na Finlândia. Trabalhou como ator, modelo e professor, e foi diretor técnico de duas empresas. Teve uma experiência na docência universitária, em 2022, na Universidade de Aveiro, onde lecionou a cadeira de História da Europa. Foi ainda vereador independente não-executivo na Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Beatriz Yaunner: Bacharel em Música e Mestre em Educação Musical (UFRJ). Doutoranda em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro, desenvolve tese sobre Mulheres em Bandas Militares em Portugal, com bolsa da FCT. Investigadora em formação do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC), grupo Género e Performance (GECE).

Carina Cerqueira: Doutorada em Tradução e Paratradução, especializada em Tradução Cultural (Universidade de Vigo). Licenciada e Mestre em Tradução e Interpretação Especializada (ISCAP/P.PORTO). Membro da comissão científica e investigadora no Centro de Estudos Interculturais (CEI/ISCAP); Coordenadora da linha de Investigação ‘Intercultural Communication’ (CEI/ISCAP). Investigadora especializada na área da Interculturalidade; Representação Cultural; Interpretação, Análise e Referencialidade da Arte enquanto espaço pedagógico para a Culturalidade; Tradução Intersemiótica; Análise Cultural na Literatura Inglesa. Professora Adjunta (ISCAP – P. PORTO). Formadora na área dos Estudos Interculturais Aplicados aos Negócios, Língua Inglesa e Cultura Inglesa Aplicada aos Negócios.

Rodolfo Gomes Pereira: Bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Pará, possui interesse em narrativas que valorizem a diversidade e no cinema queer. Durante a graduação, participou de projetos de pesquisa e produção audiovisual, além de produzir videoclipes. Obteve o título de Mestre em Comunicação Multimédia pela Universidade de Aveiro, com um trabalho

focado em podcasts e narrativas sonoras. Como bolsista do projeto LOCUS, conduziu investigação sobre as representações do rural no cinema português e elaborou uma dissertação sobre podcasts documentais. Atualmente, é doutorando em Novas Mídias na mesma universidade, focando em podcasts e contranarrativas. Também atua como bolsista no Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Matthias Amman: Psicanalista, economista, mestre em educação e doutor em estudos culturais.

Erika Kraychete Alves: Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada à linha de pesquisa LiCoRes – Linguagem, Corpo e Estética na Educação, com período de doutorado-sanduíche na Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Mestre em Educação e graduanda em Pedagogia pela UFPR. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Dança pela Universidade Estadual do Paraná - Campus Curitiba II (UNESPAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2835238173646073>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4060-3730>

Patrícia Ignácio: Professora Associada do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atua nos cursos de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), Licenciatura em Matemática e Pedagogia. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Educação em Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e licenciada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais, Pedagogias e Educação (GEPE/CNPq/UFRN). Integra a Rede de Estudos Culturais em Educação do Nordeste (RECENE) no Brasil.

Mariangela Momo: Professora Associada do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação (DFPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atua nos cursos de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Licenciatura em Pedagogia. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Educação Infantil e licenciada em Pedagogia pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais, Pedagogias e Educação (GEPE/CNPq/UFRN). Integra a Rede de Estudos Culturais em Educação do Nordeste (RECENE) no Brasil.

Daiana Sigiliano: Doutora e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora Associada do PPGCom/UFJF. Co-coordenadora do Observatório da Qualidade no Audiovisual.

Gabriela Borges: Professora Adjunta da Universidade do Algarve e Investigadora Integrada do Centro de Investigação em Artes e Comunicação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Sandra Ramos Cerqueira: Mestranda em Comunicação e Media Digitais pela Universidade do Algarve, graduada em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade do Estado da Bahia, e graduada em Direito pelo Centro Universitário Euro-Americano. Possui pós-graduação em Gestão de Projetos, pela Faculdade Unyleya. Foi vencedora do Prêmio Intercom, na modalidade Estudos Interdisciplinares no V Seminário de Inovações

Científicas em Comunicação. Atua como Técnico Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Laura Tallone: Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP-P.PORTO), leciona nos mestrados em Estudos Interculturais para Negócios (MISB) e em Tradução e Interpretação Especializadas (MTIE). Membro da Direção do MTIE. Coordenadora do grupo disciplinar de Espanhol do ISCAP-P. PORTO. Investigadora nos centros de investigação CEI e CEOS. Membro do comité editorial da POLISSEMA - Revista de Letras do ISCAP. Editora dos volumes *Do signo ao texto: Contributos Pedagógicos para a Tradução Técnica em Quatro Línguas* (De Facto Editores, 2016), *Do texto ao Contexto: Novos Contributos Pedagógicos para a Tradução Técnica em Quatro Línguas* (CEI [e-book], 2020), e co-editora de *Dark Heritage Tourism in the Iberian Peninsula* (Cambridge Scholars, 2023). Áreas de investigação: estudos do património, turismo negro, estudos de tradução.

Sara Pascoal: Professora Adjunta do Instituto Politécnico do Porto (ISCAP- P.Porto), Portugal, desde 1997, onde leciona Retórica, Semiótica, Teoria da Comunicação e Cultura Francesa para Negócios. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, mestre em Cultura Portuguesa e doutorada em Literaturas e Culturas Românicas. É investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Estudos Interculturais do ISCAP, Politécnico do Porto e Investigadora integrada do CLLC, Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro. É membro da Comissão Científica do Lit&Tour – International Journal on Literature and Tourism. Os seus interesses de investigação vão desde a Geografia Literária/Turismo Literário, Geocrítica, Retórica, Semiótica, Comunicação Intercultural e Cultura Portuguesa.

Thales Reis Alecrim: Doutorando em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa e bolseiro FCT integrado ao Centro de Comunicação e Cultura (CECC). Possui licenciatura, bacharelado (2017) e mestrado (2020) em História pela Universidade Estadual Paulista, bem como MBA em Cultura Material e Consumo (2021) pela Universidade de São Paulo (USP). A sua investigação centra-se na interação entre Cultura, História, Literatura e Música na contemporaneidade.

Diana Gonçalves: Doutorada em Estudos de Cultura pela Universidade Católica Portuguesa e pela Justus Liebig Universität Giessen (duplo grau, 2013). Atualmente, é professora auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas (UCP) e coordenadora do Doutoramento em Estudos de Cultura. É também investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), diretora da revista *Diffractions* e membro da Comissão Executiva da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (APEAA). As suas principais áreas de investigação são estudos de cultura, cultura visual, cultura americana, conflito e violência, ambiente e catástrofes. É autora de *9/11: Culture, Catastrophe and the Critique of Singularity* (2016).

Mário J. Avelar: Doutorando no programa de Estudos de Cultura da Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, realizou o seu primeiro curso de mestrado em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciências Políticas desta Universidade, com uma dissertação premiada como melhor Dissertação de Mestrado pela CPLP, e um segundo curso de mestrado em Gestão Cultural pela Universidade Católica Portuguesa. Os seus recentes interesses de investigação centram-se na Linguagem, Música e Som e como estas diferentes dimensões funcionam na sociedade como uma ferramenta de construção cultural.

António Pernas: Doutorado em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro, investigador do CLLC e membro do Grupo de Estudos Género e Performance e Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio.

Ana Margarida Cruz da Silva: Licenciada em Línguas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Em 2021, concluiu o Mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, onde adquiriu um conhecimento reflexivo nas áreas da cultura, ciências sociais, empreendedorismo e negócios. Ainda em 2021, desenvolveu um estágio curricular na Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM). No mesmo ano, tornou-se investigadora no Centro de Estudos Interculturais (CEI, ISCAP-P.PORTO). Em 2022, iniciou o Programa de Doutoramento em Estudios Culturales: Memoria, Identidad, Territorio y Lenguaje, na Universidade de Santiago de Compostela, com a dissertação intitulada “A Identidade e a Memória do Território Cultural da Serra da Estrela”. Em 2023, tornou-se membro das Cost Actions, MARGISTAR - CA21125 – A European forum for revitalisation of marginalised mountain areas e SHiFT - CA21166 – Social Sciences and Humanities for Transformation and Climate Resilience.

Lana de Araújo Gomides: Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás e mestre em Arte e Cultura Visual pela mesma universidade. É doutoranda no Programa Doutoral em Estudos Culturais no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Rui Alexandre Grácio: Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade de Coimbra e licenciado em Filosofia pela mesma universidade.

Lanfeng Zhou: Doutoranda em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro. Professora no departamento de Português na Universidade de Línguas Estrangeiras de Jilin, na China e é investigadora em formação do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Luisa Kreche: Mestranda em Ensino de Ciências Exatas na Universidade Federal do Rio Grande, onde se dedica à investigação dos estudos sobre gênero no contexto do ensino de Química. Integra o GEPE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais, Pedagogias e Educação (CNPq/UFRN). Além disso, exerce a docência na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, lecionando na área de Química.

Patrícia Ignácio: Professora Associada do Departamento de Prática Educacionais e Currículo (DPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuando nos cursos de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), Licenciatura em Matemática e Pedagogia. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Educação em Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Líder Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais, Pedagogias e Educação (GEPE/CNPq/UFRN). Integra a Rede de Estudos Culturais em Educação do Nordeste (RECENE) no Brasil.

Helena Ferreira: Doutoranda do programa doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro e membro do Grupo Entre Culturas – Hermenêuticas Culturais, no Projeto Género e Performance do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da mesma Universidade. Publicações recentes relacionam-se com as seguintes temáticas: questões de género no teatro, feminismo, teoria queer, semiótica e direitos humanos.

Telmo Ferreira: Concluiu o Mestrado em Educação Especial em 2019 pelo Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra e a Licenciatura em Teatro e Educação em 31/07/2013 pelo Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra. Atualmente, está a frequentar o Doutoramento no Programa Doutoral em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro desde 2020. <https://orcid.org/0000-0001-8364-0932>

Thaís Azevedo: Artista-brincante e pesquisadora das artes da presença e da cultura afro-brasileira. Treinel de Capoeira Angola da Escola “Cortiço do Abelha”, co-criadora da prática do Cruzo e do espaço Casa Maria de Cula na cidade do Porto em Portugal. Possui licenciatura e Mestrado em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Ouro Preto e desde 2019 desenvolve investigação no Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro, vinculada aos grupos Género e Performance (GECE) e Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio (NECO) do Centro de Línguas Literaturas e Culturas e grupo PETECA - Teatralidades, Performatividades e Cultura da Universidade Federal do Pará. - ORCID: 0000-0001-6798-7215.

José Rodolfo Lopes da Silva: pesquisador brasileiro, especialista em Relações de Género e Sexualidade: Perspectivas Interdisciplinares, doutorando em Educação, mestre em Educação e B.A. em Turismo. Atuei no Centro de Memórias LGBTI João Antônio Mascarenhas, na curadoria colaborativa da Exposição “Amor & Luta: Trajetórias do Movimento LGBTI+ e 30 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+” e em texto de apoio para a Exposição “distúrbia: um roteiro para o passado LGBTQ do Porto”. Atualmente sou estagiário de pós-graduação na Universidade de Aveiro, no CLC (Centro de Línguas e Culturas) na Universidade de Aveiro com o financiamento do Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior (PDSE)/CAPES/PrInt.

Fátima Pacheco: Doutora em Direito da União Europeia (Universidade Católica), docente no ISCAP (Politécnico do Porto) e investigadora do JUSGOV (Universidade do Minho).

José Campos Amorim: Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Evry em França, é, desde 2007, Professor Coordenador da área do Direito Fiscal no ISCAP-P.Porto, onde leciona na área do Direito Fiscal. Tem experiência como docente em várias instituições de ensino superior. Publicou vários trabalhos em revistas de âmbito nacional e internacional e participou em conferências na área da fiscalidade. Colabora no projeto editorial Lexit (códigos fiscais anotados e comentados). Integra a lista de árbitros em matéria tributária do Centro de Arbitragem Administrativa de Lisboa.

Índice Remissivo

- aborto, 18, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211
- alteridade, 15, 19, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 261, 291
- argumentação, 51, 205, 206, 209, 210
- As Five*, 17, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132
- asilo, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 283, 284
- atestação, 95, 96, 102
- atmosfera, 149, 160, 168, 175, 176, 180, 182
- bananeira, 19, 231, 236, 237
- Bill Fontana, 18, 175, 176, 177, 179, 181, 182
- branquitude, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256
- capoeira angola, 19, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 296
- cartografia, 33, 235, 243, 249, 251, 253, 256
- checagem de factos, 134, 138
- cinema, 59, 60, 88, 89, 93, 133, 164, 211, 291, 292, 293
- colaboração, 33, 39, 40, 42, 45, 46, 66, 76, 77, 222
- colonialidade do poder, 164, 249, 251
- colonialismo, 14, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 35, 253
- competência mediática, 17, 134, 139, 142, 143, 144
- comunicação, 16, 18, 30, 40, 41, 46, 54, 65, 67, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 82, 83, 85, 88, 111, 116, 124, 132, 133, 136, 138, 143, 144, 146, 149, 158, 162, 173, 180, 189, 201, 205, 206, 216, 241, 243, 291, 292, 293, 294, 295
- conflito armado, 20, 265, 266, 268, 269, 270, 281
- Conselho da Europa, 266, 269, 272, 275, 276, 279, 282, 283
- corpo, 19, 61, 131, 169, 182, 209, 217, 229, 249, 250, 253, 254, 255, 293
- crise narrativa, 16, 95, 96
- culpa, 95, 100, 102
- cultura de fãs, 123, 126
- cultura do consumo, 16, 109, 115, 116, 118, 120
- cultura participativa, 133, 135, 143, 157
- Deleuze, 19, 20, 47, 48, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 246, 253, 255, 256
- desinformação, 6, 17, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143
- diferença, 15, 19, 62, 63, 65, 97, 101, 125, 128, 132, 231, 236, 249, 250, 259
- Direitos do Homem, 20, 99, 266, 267, 269, 272, 275, 276, 277, 279, 282, 284, 285
- direitos sexuais e reprodutivos, 205, 208
- educação, 7, 16, 17, 33, 37, 43, 77, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 124, 131, 132, 143, 152, 194, 197, 198, 207, 216, 217, 218, 228, 229, 230, 234, 256, 261, 263, 282, 291, 292, 293, 295, 296
- espaço urbano, 167, 260
- estatuto uniforme, 265, 269, 271
- estética teatral, 239, 244
- estudos culturais, 2, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 85, 88, 89, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 145, 165, 187, 205, 206, 222, 224, 239, 243, 246, 249, 263, 291, 292, 293, 295, 296
- estudos culturais em educação, 115
- estudos da infância, 115, 117, 119
- estudos da memória, 145, 146
- experiência (s), 6, 15, 17, 27, 28, 29, 40, 41, 54, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 91, 96, 98, 102, 112, 115, 117, 118, 120, 121, 128, 149, 153, 160, 161, 163, 164, 175, 182, 190, 191, 196, 199, 202, 222, 224, 225, 227, 229, 251, 254, 258, 261, 262, 291, 292, 296
- fanzine (s), 17, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166
- fascismo, 187, 190, 193
- ficção seriada, 17, 123, 124, 126, 132
- filosofia, 15, 16, 27, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 95, 124, 239, 241, 291, 292, 295
- filosofia do teatro, 239
- força da resistência, 213
- formação discursiva, 213, 216
- formação docente, 16, 107, 109, 110, 113

gênero, 19, 88, 89, 110, 130, 132, 160, 198,
 215, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 238,
 295, 296
 grupos fechados, 15, 65, 69, 71
 herança dissonante, 145
 história da química, 222
 homossexualidade, 19, 257
 humanidades, 15, 25, 33, 45, 46, 51, 52, 65,
 66, 67, 68, 69, 71, 88, 89, 90, 152
 humanidades digitais críticas, **65**
 identidade (s), 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24,
 25, 27, 28, 30, 40, 45, 46, 47, 53, 62, 65,
 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77,
 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 96, 98, 116,
 117, 118, 120, 145, 146, 147, 165, 171,
 172, 189, 197, 199, 201, 202, 203, 214,
 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 229,
 230, 232, 237, 253, 256, 282, 295
 idosos, 18, 187, 188, 189, 190, 192, 193
 imaginários, 19, 20, 194, 257, 258, 260, 261
 inclusão, 17, 18, 24, 29, 41, 42, 44, 83, 132,
 150, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 245, 246
 indisciplina, 6, 14, 20, 39, 40, 46, 47
 inovação, 6, 14, 20, 31, 34, 39, 41, 42, 43, 44,
 45, 46, 47, 91
 instituições militares, 65, 69, 71
 interculturalidade, 14, 39, 41, 43, 44, 74, 77,
 83, 292
 interdisciplinaridade, 6, 13, 20, 23, 40, 41, 46,
 53, 72, 89, 168
 liberdade, 7, 14, 15, 18, 19, 20, 39, 40, 42, 44,
 47, 59, 62, 63, 99, 147, 170, 187, 188, 189,
 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 200,
 201, 203, 210, 211, 266, 268, 271, 278,
 279, 282, 283, 284
 liberdade acadêmica, 39, 42
 literacia do fã, 123, 125, 127, 132
 literacia midiática, 123, 125, 126, 132, 133
 memorialização, 17, 145, 146
 metadisciplinar, 15, 51, 52, 53, 54, 55, 57,
 239
 metadisciplinaridade, 7, 239
 metodologias, 14, 15, 24, 25, 39, 40, 41, 53,
 55, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 85,
 122
 mídias, 16, 87, 89, 90, 107, 108, 109, 110,
 111, 112, 113, 120, 134, 293
 modelo arbóreo, 231, 234, 235
 modelo rizomático, 19, 231, 234, 235, 236
 mudança de mentalidades, 195, 197, 201,
 202, 203
 mulheres na ciência, 222, 227
 música, 7, 17, 18, 33, 62, 157, 158, 159, 160,
 161, 162, 163, 164, 176, 179, 181, 182,
 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203,
 211, 234, 252, 292, 294, 295
 narrativas, 14, 16, 18, 25, 26, 28, 30, 33, 45,
 47, 60, 63, 69, 70, 71, 79, 80, 96, 97, 98,
 100, 102, 109, 110, 112, 115, 117, 118,
 119, 120, 121, 122, 129, 132, 143, 146,
 147, 163, 225, 261, 292, 293
 neoliberalismo, 7, 17, 157, 158, 161, 163,
 164, 165
 notícias falsas, 134
 novos média, 85
 ONU, 275, 276, 277
 Órbita Gay Macho, 19, 257, 258, 259, 260,
 261, 262
 patriarcado, 19, 208, 231, 232, 233, 234, 235,
 236, 237, 238
 pedagógico, 17, 79, 80, 82, 83, 108, 117, 118,
 123, 124, 132, 257, 259, 292
 pertença, 15, 16, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80,
 82, 83, 203, 268, 270, 282, 283
 Pigeon Soundings, 175, 176, 177, 181, 182
 plano de imanência, 59, 60, 61
 poder, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23,
 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 40,
 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 56, 62, 64, 65,
 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 79, 85, 90,
 96, 97, 102, 107, 108, 113, 117, 120, 135,
 136, 151, 171, 180, 182, 188, 189, 192,
 194, 196, 203, 205, 206, 216, 219, 220,
 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234,
 235, 237, 238, 246, 249, 250, 251, 254,
 255, 268, 283
 populismos, 187, 193, 194
 pós-modernismo, 7, 17, 157, 158, 161, 162,
 164
 Prêmio Nobel de Química, 19, 222, 224,
 225, 226, 227, 228, 229, 230
 procedimentos, 52, 53, 211, 265, 271
 proteção internacional, 20, 265, 266, 267,
 268, 269, 272, 275, 276, 277, 281, 282, 284
 queer, 7, 15, 16, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92,
 93, 292, 296
 questões das mulheres, 19, 213
 razões de consciência, 265, 272
 redes sociais, 15, 17, 65, 66, 69, 70, 71, 97,
 120, 125, 134, 135, 136, 138
 reparação histórica, 95

representação, 14, 17, 18, 19, 23, 46, 47, 61,
 65, 68, 75, 78, 91, 115, 116, 117, 118, 123,
 158, 167, 168, 172, 178, 213, 214, 215,
 216, 217, 221, 230, 241, 251, 254, 255,
 262, 263, 292
 representação cultural, 14, 23
 resistência, 6, 7, 15, 17, 18, 19, 24, 29, 30, 31,
 32, 44, 56, 57, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 134,
 147, 162, 187, 193, 195, 196, 197, 201,
 203, 213, 218, 219, 231, 236, 237, 249,
 250, 259, 261
 retórica-argumentativa, 51
 revisão sistemática de literatura, 85, 86, 87
 revistas chinesas, 18, 19, 213, 214
 ruína (s), 18, 167, 168, 169, 170, 171, 172,
 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180,
 181, 182
 teatro, 19, 211, 239, 240, 241, 242, 243, 244,
 245, 246, 247, 292, 296
 teoria queer, 7, 15, 16, 85, 86, 89, 91, 92, 296
 teorias decoloniais, 14, 23, 25, 26, 27, 28, 29,
 30, 31, 32, 33, 34, 35
 terceiro moral, 16, 95
 the last of us, 167, 168, 169, 170, 171, 172,
 173, 174
 the walking dead, 167, 168, 169, 170, 171,
 172, 173, 174
 transdisciplinaridade, 14, 23
 tribunais, 147, 272, 275, 276
 União Europeia, 20, 265, 266, 267, 268, 269,
 270, 271, 273, 274, 275, 276, 279, 280,
 282, 283, 284, 285, 296
 valores, 17, 57, 77, 81, 82, 96, 107, 108, 117,
 134, 136, 139, 148, 149, 152, 157, 160,
 164, 190, 209, 210, 211, 215, 217, 219,
 227, 235, 237, 245, 257, 258, 260, 270,
 272, 280, 282
 vida humana, 18, 167, 168

